
ÍNDICE

- 2** Mensagem do Presidente do Conselho de Administração
- 4** Mensagem do Presidente da Comissão Executiva
- 6** A Cimpor no Mundo
- 8** Órgãos Sociais e Gestão
- 10** Destaques e Síntese de Indicadores
- 14** Parte I - Relatório de Gestão
- 110** Parte II - Documentos de Prestação de Contas
- 226** Parte III - Outros Documentos de Informação Societária
- 322** Parte IV - Documentos de Fiscalização e Auditoria

CIMPOR
RELATÓRIO &
CONTAS
2011



António de Castro Guerra
Presidente do Conselho de Administração

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Cimpor atravessou no ano de 2011 um contexto de grande complexidade, incerteza e mudança: a crise da dívida soberana europeia, a “Primavera Árabe” e a aceleração da importância económica e política dos países emergentes, em relação aos países tradicionalmente mais desenvolvidos. Para o bem e para o mal, pela localização dos seus ativos, a Cimpor coabitou com todas as dimensões deste complexo contexto e portou-se bem nesta travessia do ano.

A crise da dívida soberana europeia, com particular incidência nas economias dos países do Sul, impactou negativamente Portugal e Espanha, onde a Cimpor dispõe de uma capacidade de 10,2 milhões de toneladas de cimento com clínquer próprio: a cadeia de efeitos fez-se sentir na vida da nossa Companhia, através da contração dos mercados ibéricos e da subida dos custos de refinanciamento da sua dívida.

A chamada “Primavera Árabe” irrompeu em cadeia em vários países do Norte de África em três dos quais – Tunísia, Marrocos e Egito – temos capacidade produtiva instalada de 7,1 milhões de toneladas, 4 das quais no Egito, o país onde os seus impactos mais se fizeram sentir. O efeito dominó iniciado na Tunísia estendeu-se, depois, a outros países do Médio Oriente, na proximidade de um país emergente, a Turquia, onde temos instalada uma capacidade de 3 milhões de toneladas.

A crise da dívida soberana europeia e as grandes transformações políticas e sociais no mundo árabe reforçaram-se mutuamente nos seus efeitos, contraindo ainda mais os vários mercados dos dois lados do Mediterrâneo, ao mesmo tempo que nos países mais ávidos de mudanças sociais e políticas, arrastaram aumentos dos custos de alguns fatores de produção, em particular o trabalho e a energia.

A crescente afirmação da importância política e económica

dos países emergentes do Extremo Oriente – sobretudo a China e a Índia, onde a Cimpor titula 7,2 milhões de toneladas de cimento –, foi decisiva para o crescimento do PIB mundial, embora a nível inferior ao de 2010: menos 1,4%. O dinamismo dos seus mercados impactou positivamente nas economias de outros países emergentes produtores de produtos agrícolas e recursos minerais da América do Sul, em especial o Brasil – onde já somos um *player* de referência no mercado do cimento, com 6,6 milhões de toneladas –, mas também do Sul de África – África do Sul e Moçambique – onde a Cimpor tem 2,5 milhões de toneladas instaladas.

O dinamismo económico dos países emergentes e o avolumar de tensões no Médio Oriente originadas pela “Primavera Árabe”, trouxeram instabilidades aos mercados petrolíferos e do gaz natural, que apresentaram e apresentam uma acentuada tendência para a alta de preços.

Neste contexto de grande complexidade, incerteza e mudança, a Cimpor esteve à altura dos desafios e orgulha-se disso: defendeu-se bem das condições adversas que teve que enfrentar e tirou partido das melhores oportunidades que se lhe abriram.

Com rumo e em obediência aos quatro pilares da estratégia aprovada em 2010 pelo Conselho de Administração, onde todos os acionistas de referência estão representados:

- A Cimpor continuou a investir, em especial nos mercados mais dinâmicos e rentáveis onde está instalada – o maior nível de investimento dos últimos três anos – tem em curso investimentos e em fase de estudo outras oportunidades, que terão significativa expressão no *capex* de 2012.
- Reforçou a ambição temática e geográfica do seu programa de redução de custos, o qual, pela sua mobilização e abrangência, inculuiu, em toda a organização, uma cultura ainda mais orientada para a

eficiência de custos. A ambição do nosso programa de utilização de combustíveis alternativos deixa antever significativos ganhos de eficiência e ambiental. No mesmo sentido está orientado o nosso programa de I&D com universidades nacionais e estrangeiras.

- Ao longo do ano de 2011, mas sobretudo no segundo semestre, deram-se passos significativos na redefinição e qualificação da nossa estrutura organizativa, na renovação dos nossos recursos humanos, lançando sólidas bases para a evolução da Cimpor, de grupo multidoméstico para grupo multinacional.
- A nossa tradicional boa *performance*, o compromisso assumido com os nossos acionistas e outros investidores relativamente à prioridade que damos à solidez do nosso balanço, e a forma como ao longo do ano soubemos dialogar com os representantes dos mercados financeiros, tiveram três consequências que quero assinalar:
 - A ação Cimpor destacou-se, pela positiva, no contexto Índice PSI 20 e do comportamento das ações dos nossos *peers*.
 - Mantivemos o *rating* da companhia, que continua a ser *Investment Grade*, imunizando-a, substancialmente, dos efeitos do risco do soberano Portugal.
 - Levantámos recursos no mercado, que asseguram as nossas necessidades financeiras até 2014.

A forma como soubemos lidar com as condições adversas que tivemos que enfrentar e tirar partido das melhores oportunidades que se nos abriram, refletiram-se no crescimento das vendas e num ligeiro decréscimo do *EBITDA*. Não fora a queda abrupta das vendas no Egito e dos mercados Ibéricos, o nível destes indicadores teria sido substancial melhor. Mesmo assim, comparamos bem com os *peers*.

Quatro razões exógenas contribuíram complementarmente para a quebra dos resultados líquidos: o aumento dos custos

energéticos, a subida dos custos financeiros, a desvalorização da maioria das moedas em relação ao euro e o incremento de resultados nos países com taxas de imposto mais elevadas. Apesar disso, mantivemos o *pay-out-ratio* em relação ao ano anterior.

No difícil ano de 2011, os resultados a que chegámos só foram possíveis com a dedicação e profissionalismo da equipa de gestão e com a mobilização e empenho de todos os colaboradores da companhia, mas o conjunto dos membros não executivos do Conselho de Administração, pela sua participação e contributos neste órgão de governo da Sociedade e nas Comissões que dele emanam e em que todos participaram ativamente, potenciaram a ação dos administradores executivos.

A situação dos mercados Ibéricos e a incerteza de alguns mercados do Norte de África deve continuar a merecer, como tem merecido, a nossa particular atenção, reforçando a gestão integrada das capacidades instaladas nos dois lados do Mediterrâneo, reduzindo níveis de subutilização das mesmas e orientando-as, com uma rigorosa ponderação dos custos de transporte, para países onde temos capacidade de produção insuficiente para satisfazer a procura, ou para terceiros mercados onde a margem de contribuição seja positiva. Os países africanos do Atlântico Sul e da América Latina, com predominância para o Brasil, devem ser mais integrados no quadro desta linha estratégica defensiva.

Este tipo de resposta, de natureza defensiva, não dispensa respostas mais agressivas, aliás previstas na estratégia que aprovámos em 2010 e prosseguidas no ano transato, investindo nos mercados mais dinâmicos e rentáveis, ou noutros em que surjam boas oportunidades de investimento.

Os tempos que estamos a viver estão a exigir-nos uma ponderação acrescida nas decisões de investimento, para

que o balanço não perca flexibilidade e os custos do *funding* não penalizem a rentabilidade esperada dos capitais próprios. Porque queremos continuar a crescer com segurança, nalgumas geografias devemos encarar e estudar hipóteses de alienação de ativos como via complementar para o financiamento de novos investimentos, que alarguem a diversificação geográfica das nossas atividades, minimizem o risco da Companhia e criem mais valor para a Cimpor.

Tal como referi na mensagem que dirigi aos senhores acionistas na última Assembleia Geral, no respeito pelo artigo nº 398 do Código das Sociedades Comerciais e pelo acordo celebrado entre a Cimpor-Cimentos de Portugal, SGPS, SA e a Cimpor Brasil, por um lado, e por outro, o CADE, em obediência às orientações aprovadas na Assembleia Geral respeitante ao ano económico de 2009, o Conselho de Administração e cada uma dos seus membros cumpriram escrupulosamente todos os procedimentos em matéria de conflito de interesses e de proteção de informação sensível.

Senhores acionistas

Pelo comportamento distintivo da ação Cimpor ao longo do ano de 2011, pelos resultados a que hoje e aqui damos conta e pela manutenção, em relação ao ano anterior, do *pay-out ratio* que vos propomos, e porque a adversidade não nos quebra a vontade de vencer, esperamos continuar a merecer a Vossa confiança.

António de Castro Guerra
Presidente do Conselho de Administração

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA



Francisco de Lacerda
Presidente da Comissão Executiva

Senhores Acionistas,

O ano de 2011 foi para o Mundo um ano de inesperadas alterações na sua dinâmica de crescimento económico. Depois do “ano negro” de 2009 esperava-se que a recuperação global de 2010 fosse o ponto de viragem, mas 2011 revelou novamente uma desaceleração do crescimento das economias, tendo o PIB mundial crescido 3,8% em 2011 vs 5,2% em 2010 (projeções FMI). O agravamento do ambiente nos mercados financeiros, com implicações no aumento dos custos de financiamento das economias, terá sido um importante fator explicativo do ano que vivemos, tendo sido seguramente elemento condicionador das agendas estratégicas de governantes e gestores.

Também o mercado cimenteiro foi condicionado por estas tendências, tendo o crescimento global do consumo de cimento caído de 10% para 8%. Os mercados emergentes reafirmaram-se como motores de crescimento das economias mundiais e do setor (crescimento de -8% no consumo de cimento), tendo a procura nos mercados não emergentes crescido marginalmente (cerca de 1%).

Os números referidos confirmam claramente a crescente importância que os mercados emergentes têm assumido no setor, tendo consumindo cerca de 3.200 milhões de toneladas de cimento das cerca de 3.600 consumidas no Mundo no ano de 2011.

Neste contexto, a Cimpor obteve a sua segunda melhor *performance* operacional de sempre depois do record associado à conjuntura favorável de 2010. A geração de fundos operacionais (*EBITDA*, o indicador de *performance* operacional e financeira mais utilizado) foi de 616 Milhões de Euros (-2,2% que os 630 de 2010, mas mais 1,7% que os 606

de 2009). As vendas de cimento e clínquer caíram 2,7% para os 27,5 Milhões de toneladas, tendo as receitas totais atingido o maior valor da nossa história: 2.275 milhões de euros, o que representa um crescimento de 1,6% face a 2010.

No sentido de melhor entender a nossa *performance* e ter uma síntese do ano em revista na Cimpor, quero salientar os seguintes aspetos:

- O peso do Brasil e a exposição a um mix forte de mercados emergentes: o ano de 2011 provou-nos, mais uma vez, a importância de ter um portfólio equilibrado de Ativos.
- O Brasil reafirmou-se como importante pilar da Cimpor tendo gerado um *EBITDA* de 210 M€, um crescimento de -10% face a 2010. Ao longo do ano atravessámos um ambiente revolucionário no Egito e o início de um Programa de assistência financeira em Portugal. Estes países representam ~30% da nossa capacidade instalada e, para quantificar a forte *performance* dos restantes países, é interessante referir que excluindo Egito e Portugal o nosso *EBITDA* teria crescido -16%. Ainda assim, a competência e resiliência dos nossos colaboradores nestas geografias faz-me estar seguro da nossa capacidade de adaptação a novas realidades sociais e de mercado e encontrar o rumo certo para otimizar a nossa *performance*.
- Os resultados do programa Best: O programa Best, que visa a melhoria da eficiência e *performance* operacional dos nossos ativos, gerou, em 2011, poupanças superiores a 40M€ (face à base de custos de 2009), tendo tido um contributo essencial para o nosso resultado global, já que teve um efeito suavizador da subida dos custos de algumas matérias-primas, em particular dos combustíveis. Ao longo das muitas interações

que tive no contexto deste programa, em particular nas várias operações, entendo ainda que o Best tem tido um resultado não quantificável mas que pode ser determinístico no futuro da Cimpor: a mudança de *mindsets* e o reforço de uma cultura de Excelência Operacional.

- **Turnaround** na Turquia, China e Moçambique: Parte da nossa estratégia implicava um forte reforço de rentabilidade de algumas operações que entendíamos estarem abaixo do seu potencial. Foi assim com enorme satisfação que fui constatando ao longo do ano que as nossas iniciativas estavam a dar resultados: com efeito, o EBITDA destes três países cresceu, respetivamente, 42%, 101% e 107% (para 31, 18 e 24 Milhões de euros). Acreditamos que 2012 possa consolidar estes ganhos e manter-nos-emos particularmente atentos à evolução dos desafiantes mercados destes três países.
- Execução da agenda estratégica em linha com prioridades assumidas: Por fim, a nossa atividade em 2011 não ficaria devidamente capturada sem uma referência à execução estratégica do nosso plano nos seus quatro pilares:
 - **Crescimento:** Investimos 294M€ em 2011 (quase o dobro de 2010), num esforço consistente com o nosso ADN de mercados emergentes. Brasil (conclusão de do *revamping* da linha um de Campo Formoso e ampliação da capacidade em Cezarina) e início da construção de dois projetos significativos em Caxitú e Cezarina), Moçambique e Egito foram as prioridades em 2011, mas mantemos a intenção de crescer com os mercados onde atuamos.
 - **Eficiência e Performance:** Além dos resultados referidos, o Programa Best passou ainda a Best+. Este *upgrade* dá-se pelo acréscimo de iniciativas fundamentais como a Centralização de Compras

e um plano ambicioso de Coprocessamento de combustíveis alternativos, num esforço consistente com a nossa visão de Sustentabilidade. Anunciamos novos objetivos para o Programa Best+: poupanças de 75M€ em 2012 e 100M€ em 2014. É este o nosso caminho de Excelência Operacional.

- **Fortalecer Organização e Capacidades:** Ao longo de 2011 robustecemos ainda a estrutura central da Cimpor, assegurando um adequado apoio à operação, e tornámos consistentes os processos e estruturas locais de acordo com as melhores práticas. Foi ainda um ano de injeção de talento nas várias hierarquias. Entendemos que este eixo deve ser uma das prioridades de 2012, com destaque para a melhoria das políticas de recursos humanos e a promoção de uma maior unidade em torno da missão e valores da Cimpor.
- **Performance financeira sólida:** Em 2011, a Standard & Poor's manteve o estatuto de *Investment Grade* da Cimpor, tendo declarado formalmente que o seu *rating* tinha baixa exposição ao risco soberano de Portugal. Esta referência, única em Portugal, é para nós uma enorme satisfação que nos mantém seguros do caminho a seguir e que nos faz manter a robustez do nosso balanço como eixo estratégico fundamental. A Cimpor tem já asseguradas necessidades de financiamento até 2014 e apresentou em 2011 rácios de dívida amplamente alinhados com os nossos compromissos.

Por fim, o compromisso com o Desenvolvimento Sustentável, que é um valor fundamental para nós que vai para além da própria agenda estratégica. A investigação de processos mais eficientes, o coprocessamento de resíduos, o apoio a comunidades locais, o mecenato em causas que

consideramos meritórias, e sobretudo a segurança dos nossos colaboradores, terão sempre um papel de destaque nas nossas políticas e nas nossas ações. Os índices de gravidade e ocorrência de acidentes nas nossas operações têm melhorado, mas não estarei contente até que reduzamos ao máximo os acidentes de trabalho e eliminemos as baixas mortais.

Por tudo isto, estamos orgulhosos do que fizemos em 2011 e confiantes que tomámos as decisões certas que melhor asseguram o futuro da Cimpor. A competência e resiliência dos nossos colaboradores é o nosso melhor Ativo. Funcionamos cada vez mais como uma verdadeira empresa multinacional e confirmamos diariamente a riqueza de ter uma enorme heterogeneidade de ativos, culturas e pessoas. Orgulhosos de o termos confirmado em 2011, aqui repito o que escrevi aqui há um ano: Seremos persistentes na execução da estratégia e obcecados com a criação de Valor. 2011 foi um bom ano para a Cimpor. Estou convicto que 2012 será melhor.

Francisco de Lacerda
Presidente da Comissão Executiva

A CIMPOR NO MUNDO

Capacidade de produção de cimento

36,5 Mton/ano

Com sede em Portugal, a Cimpor está entre os dez maiores grupos cimenteiros a operar no mercado mundial. Portugal, Espanha, Cabo Verde, Brasil, Marrocos, Tunísia, Egito, Turquia, Moçambique, África do Sul, China e Índia são os 12 países em que a Cimpor tem atividade e onde emprega cerca de 8.250 colaboradores de 33 nacionalidades.

A principal atividade da Cimpor é a produção e comercialização de cimento. As suas 26 fábricas e de 16 moagens de cimento têm atualmente uma capacidade instalada de produção de 36,5 milhões de toneladas de cimento com clínquer próprio por ano. O grupo Cimpor produz e comercializa também betões, agregados e argamassas, numa ótica de integração vertical dos negócios.

Portugal

Capacidade de Produção

7,0

Fábricas Cimento

3

Colaboradores

1210

Egito

Capacidade de Produção

4,0

Fábricas Cimento

1

Colaboradores

503

Moçambique

Capacidade de Produção

0,9

Fábricas Cimento

1

Colaboradores

584

Espanha

Capacidade de Produção

3,2

Fábricas Cimento

4

Colaboradores

967

Marrocos

Capacidade de Produção

1,3

Fábricas Cimento

1

Colaboradores

206

África do Sul

Capacidade de Produção

1,6

Fábricas Cimento

1

Colaboradores

483

Cabo Verde

Sem capacidade de produção com clínquer próprio

Terminal Portuário

1

Colaboradores

118

Tunísia

Capacidade de Produção

1,8

Fábricas Cimento

1

Colaboradores

222

Índia

Capacidade de Produção

1,2

Fábricas Cimento

1

Colaboradores

481

Brasil

Capacidade de Produção

6,6

Fábricas Cimento

6

Colaboradores

1511

Turquia

Capacidade de Produção

3,0

Fábricas Cimento

4

Colaboradores

817

China

Capacidade de Produção

6,0

Fábricas Cimento

2

Colaboradores

971



Brasil

Cabo Verde

Marrocos

Portugal

Espanha

Tunísia

África do Sul

Egito

Moçambique

Turquia

Índia

China

ORGÃOS SOCIAIS E GESTÃO

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Luís Neiva dos Santos, Presidente

Rodrigo Neiva dos Santos, Vice-Presidente

CONSELHO FISCAL

Ricardo da Cruz-Filipe, Presidente

Luís Black Freire d' Andrade

J. Bastos, C. Sousa Góis & Associados, SROC, Lda.,

representada por Ana Maria dos Santos

João José Lopes da Silva, Vogal Suplente

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Deloitte & Associados, SROC, S.A.,

representada por João Costa da Silva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António de Castro Guerra, Presidente

José Manuel Fino

Albrecht Curt Reuter

José Édison Barros Franco

Walter Schalka

João José Lopes Raimundo

Paulo Henrique de Oliveira Santos

Manuel de Faria Blanc

António Gomes Mota

José Neves Adelino

Francisco de Lacerda

Luís Sequeira Martins

António Varela

Luís Ribeiro Vaz

COMISSÃO EXECUTIVA

Francisco de Lacerda, Presidente e *CEO*

Luís Sequeira Martins

António Varela, *CFO*

Luís Ribeiro Vaz

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Jorge Oom, Efetivo

Francisco Simão, Suplente

MANAGEMENT COMMITTEE

Francisco de Lacerda, Presidente

Luís Sequeira Martins

António Varela

Luís Ribeiro Vaz

Alexandre Lencastre

Álvaro Serra Nazaré

Fernando Plaza

José Brás Chaves

Pieter Strauss

João Salgado

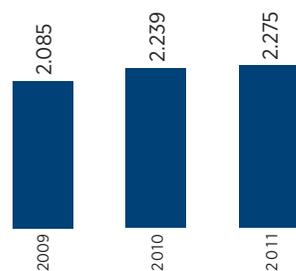
Miguel Silva

Paula Carneiro

DESTAQUES

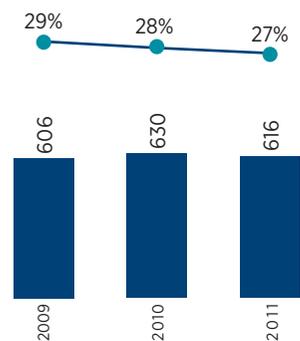
VOLUME DE NEGÓCIOS

10⁶ euros



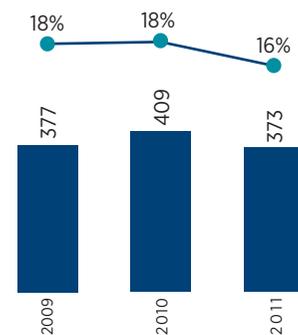
EBITDA E MARGEM EBITDA

10⁶ euros



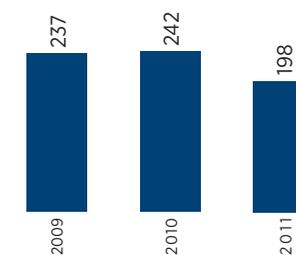
RESULTADOS OPERACIONAIS (EBIT) E MARGEM EBIT

10⁶ euros



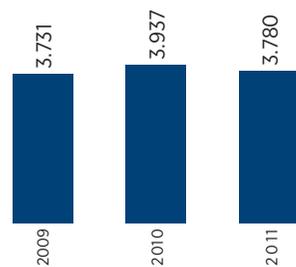
RESULTADO LÍQUIDO ATRIB. DET. CAPITAL

10⁶ euros



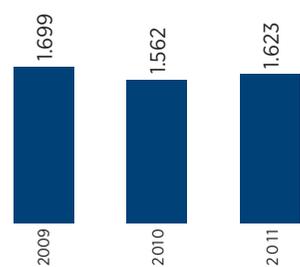
CAPITAIS EMPREGUES

10⁶ euros



DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA

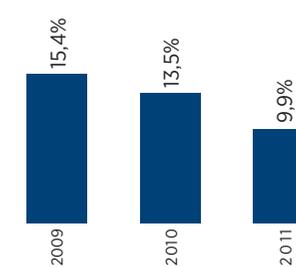
10⁶ euros



RENTABILIDADE DOS CAPITAIS EMPREGUES (ROCE)



RENTABILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS (ROE)



SÍNTESE DOS INDICADORES

SÍNTESE DOS INDICADORES

Dados Consolidados	Unidade	2011	2010	Var.	2009
Capacidade instalada (cimento com clínquer próprio) ^{(a) (1)}	10 ³ ton	36.503	35.442	3,0%	33.540
Capacidade instalada (total cimento) ⁽²⁾	10 ³ ton	44.409	43.074	3,1%	39.115
Vendas de:					
Cimento e Clínquer	10 ³ ton	27.515	28.269	-2,7%	27.402
Betão	10 ³ m ³	6.786	6.721	1,0%	7.264
Agregados	10 ³ ton	13.071	12.751	2,5%	13.891
Argamassas	10 ³ ton	438	474	-7,6%	543
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	8.255	8.493	-2,8%	8.693
Emissões absolutas directas de CO ₂	10 ⁶ ton	17,9	18,9	-5,3%	17,7
Índice de Frequência de Acidentes ⁽³⁾	-	4,83	5,85	-17,4%	6,36
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	2.275	2.239	1,6%	2.085
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	616	630	-2,2%	606
Margem EBITDA	%	27,1%	28,1%	-1,1 p.p.	29,1%
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	373	409	-8,9%	377
Margem EBIT	%	16,4%	18,3%	-1,9 p.p.	18,1%
Resultados Financeiros	10 ⁶ euros	-81	-61	33,4%	-63
Impostos sobre o Rendimento	10 ⁶ euros	86	97	-11,4%	68
Resultado Líquido Atribuível a Detentores de Capital	10 ⁶ euros	198	242	-18,1%	237
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) ⁽⁴⁾	%	9,9%	13,5%	-3,7 p.p.	15,4%
Investimento Líquido Operacional ⁽⁵⁾	10 ⁶ euros	294	164	79,8%	218
Ativo Total	10 ⁶ euros	5.237	5.385	-2,7%	4.927
Capitais Empregues (31 dez.)	10 ⁶ euros	3.780	3.937	-4,0%	3.731
Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE) ⁽⁶⁾	%	7,1%	8,0%	-0,9 p.p.	8,8%
Free Cash-Flow ⁽⁷⁾	10 ⁶ euros	455	479	-4,9%	682
Dívida Financeira Líquida ⁽⁸⁾	10 ⁶ euros	1.623	1.562	3,9%	1.698
Dívida Financeira Líquida ⁽⁸⁾ / EBITDA	-	2,63	2,48	6,2%	3
EBITDA / Encargos Financeiros Líquidos	-	7,7	10,5	-26,6%	11,3
Caixa e Equivalentes (Cash)	10 ⁶ euros	610	660	-7,5%	439
Resultado Líquido por Ação (EPS)	euros	0,295	0,360	-18,1%	0,353
Dividendos por Ação ⁽⁹⁾	euros	0,166	0,205	-19,0%	0,200
Capitalização Bolsista (31 dez.)	10 ⁶ euros	3.573	3.407	4,9%	4.320
Cotação (31 dez.) / Resultados por Ação (PER)	-	18,0	14,1	28,0%	16,6
Dividendos por Ação ⁽⁹⁾ / Cotação (31 dez.) (Yield)	%	3,1%	4,0%	-0,9 p.p.	3,1%

^(a) Em 2011 foi alterado o critério, passando a ser considerada a capacidade da fábrica de Liyang (capacidade de moagem em zona adjacente)

^(b) 2011: proposta do Conselho de Administração

⁽¹⁾ Capacidade total de produção de cimento com clínquer próprio

⁽²⁾ Capacidade total de produção de cimento com clínquer próprio e alheio

⁽³⁾ Número de acidentes de trabalho com dias perdidos por 1 milhão de horas trabalhadas

⁽⁴⁾ Resultado Líquido Corrente / Capitais Próprios Médios

⁽⁵⁾ Investimentos Líquidos de Alienações (excluindo Direitos Contratuais Financeiros)

⁽⁶⁾ Resultados Operacionais Correntes (líquidos de Cash Taxes) / Capitais Empregues Médios

⁽⁷⁾ Fluxos gerados pelas operações - Impostos +/- Var. Working Capital + Desinv./Prov. de Inv. - Juros Líquidos

⁽⁸⁾ Empréstimos Obtidos e outros itens com a natureza de Dívida Financeira - Caixa e Equivalentes

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Estratégia	16	5.5 Egito	56	7.3 Volume de Negócios	91
1.1 Contexto	16	5.6 Marrocos	59	7.4 Cash-Costs	93
1.2 Estratégia	16	5.7 Tunísia	62	7.5 Câmbios	94
1.3 Desenvolvimentos Estratégicos	17	5.8 Turquia	65	7.6 EBITDA	95
2. Governo Societário, Organização e Gestão	20	5.9 Moçambique	68	7.7 Amortizações e Provisões	96
3. A Ação da Cimpor	24	5.10 África do Sul	71	7.8 Resultados Financeiros	97
3.1 Comportamento das Ações em Bolsa e Ações Próprias	24	5.11 Índia	74	7.9 Impostos sobre Rendimento	97
3.2 Política de Distribuição de Dividendos	27	5.12 China	77	7.10 Resultado Líquido	98
3.3 Plano de Ações dos Colaboradores	28	5.13 Trading	80	7.11 Investimentos	98
4. Sustentabilidade	32	6. Suporte aos Negócios	82	7.12 Rentabilidade	99
4.1 Desenvolvimento Sustentável	32	6.1 Cimpor Tec	82	7.13 Cash Flow Management	100
4.2 Responsabilidade Social	34	6.2 Centro de Competências dos Agregados e do Betão	83	7.14 Gestão da Dívida Financeira	101
4.3 Saúde Ocupacional e Segurança	35	6.3 Logística Corporativa	85	7.15 Riscos e Política de Cobertura	107
4.4 Recursos Humanos	37	6.4 Sistemas de Informação	85	8. Eventos Posteriores	108
5. Atividade do Grupo	42	6.5 Compras Centralizadas	86	9. Proposta de Aplicação de Resultados	108
5.1 Portugal	44	7. Análise da Gestão	87	10. Declarações de Conformidade	109
5.2 Espanha	47	7.1 Enquadramento económico global e setorial	87		
5.3 Cabo Verde	50	7.2 Vendas	88		
5.4 Brasil	53				

II DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DAS CONTAS

1. Demonstrações Consolidadas	112
2. Demonstrações Individuais	116
3. Anexo às Demonstrações Financeiras	120

III OUTROS DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO SOCIETÁRIA

1. Relatório sobre o Governo da Sociedade	228
2. Titulares de Participações Sociais Qualificadas	300
3. Informações exigidas por diplomas legais	302
4. Informação prestada e fontes de informação	320

IV DOCUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA

1. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	324
2. Declaração de Conformidade (Conselho Fiscal)	329
3. Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	330

CIMPOR
RELATÓRIO
& CONTAS
2011

RELATÓRIO
DE GESTÃO





CIMPOR
RELATÓRIO
& CONTAS
2011

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**

01 RELATÓRIO DE GESTÃO

1. ESTRATÉGIA

1.1 CONTEXTO

O contexto económico internacional ficou marcado pelo abrandamento do crescimento em termos globais, posicionando-se os países emergentes e em vias de desenvolvimento, cada vez mais, como os motores do desenvolvimento mundial.

O ano foi ainda marcado pelo agravamento das tensões nos mercados financeiros, o que veio aumentar a intensidade da desalavancagem de algumas economias, com especial incidência para as da zona euro e em particular as dos países periféricos.

Em termos de procura de cimento, os países emergentes intensificaram ainda mais a sua importância, sendo neste momento responsáveis por mais de 90% do consumo a nível mundial, com destaque para os países asiáticos que, por si só, contribuem com mais de 70%.

Em termos de tendências das empresas do setor, destaca-se o reforço dos programas de redução de custos como forma de afrontar os consecutivos aumentos de preço dos vários *inputs*, nomeadamente os energéticos. Nestes programas, o incremento do coprocessamento tem assumido

especial relevo, tendo em conta as vantagens ambientais e económicas. É também de referir a ascensão no panorama mundial de vários grupos cimenteiros oriundos de países emergentes, como a Rússia, China ou Índia.

1.2 ESTRATÉGIA

Em 2010, foram definidos e apresentados os princípios estratégicos que norteiam a aspiração da Cimpor de, no horizonte de 5 anos, continuar a ser uma das melhores empresas cimenteiras internacionais, crescendo sustentadamente, prioritariamente em mercados emergentes, e mantendo uma das mais altas rentabilidades do setor através da excelência das suas operações. Os 4 pilares estratégicos então identificados foram:

CRESCIMENTO

Capturar as melhores oportunidades de crescimento no setor cimenteiro, através de crescimento orgânico ou aquisições, nomeadamente em países emergentes, com particular atenção a 3 geografias: América do Sul, África e Índia.

EFICIÊNCIA

Melhoria da eficiência e performances quer através de programas transversais de redução de custos ou fomento de eficiência, quer pela inversão de tendência das operações menos rentáveis.

ORGANIZAÇÃO

Robustecimento das capacidades organizacionais para apoio da estratégia definida, através de processos como a criação e centralização de funções chave, implementação de processos corporativos integrados ou reforço do talento em posições de liderança.

POSIÇÃO FINANCEIRA

Manter uma sólida posição financeira para que a evolução da empresa não coloque em causa os níveis de endividamento adequados e o *rating* da Cimpor.

1.3 DESENVOLVIMENTOS ESTRATÉGICOS

Em 2011, a Cimpor deu materialidade aos princípios estratégicos que foram definidos no ano anterior através de um vasto conjunto de iniciativas que abarcaram cada um dos pilares e contribuíram assim para a prossecução dos objetivos definidos.

CRESCIMENTO

A Cimpor concretizou em 2011 a aquisição de 100% do capital da CINAC, empresa detentora de uma moagem de cimento no norte de Moçambique com capacidade anual de cerca de 350 milhares de toneladas de cimento.

O crescimento orgânico exprimiu-se nos mercados prioritários:

- Em África, nomeadamente em Moçambique, foi inaugurado um novo moinho de cimento na fábrica da Matola, com capacidade para 600 milhares de toneladas anuais de cimento e iniciou-se a construção e montagem de um outro, no Dondo, com capacidade para 400 milhares de toneladas de cimento por ano, cujo arranque está previsto para 2013. No mesmo continente, mas no Egito, deu-se início ao *revamping* da linha 2 da fábrica da Amreyah com o objetivo fundamental de melhorar a respetiva eficiência, mas que acabará por conduzir também a um aumento ligeiro da capacidade de produção;
- No Brasil, ficaram concluídos os projetos referentes ao *revamping* da linha 1 de Campo Formoso e à ampliação da capacidade da Linha 1 de Cezarina, que permitiram aumentar a capacidade anual em 0,5 milhões de toneladas de cimento com clínquer próprio. Também no Brasil, foram assinados os contratos de adjudicação dos equipamentos principais relativos à nova fábrica a instalar em Caxitu (Paraíba) e de uma nova linha de produção de clínquer na fábrica de Cezarina. Estes dois importantes investimentos, que se estima possam estar operacionais no início de 2014, permitirão aumentar a capacidade de produção de cimento (com clínquer próprio) naquele país em mais de 2 milhões de toneladas por ano.

EFICIÊNCIA

O **Programa de Redução de Custos BEST** é o grande aglutinador dos vários subprogramas de melhoria de eficiência em curso na Cimpor. Tendo sido iniciado no final de 2009, o BEST cobre todos os países onde a Cimpor está presente, nas áreas da fabricação de cimento e betão, e na logística (tanto na componente de compras como de vendas).

Para o suporte técnico das várias iniciativas de melhoria, têm sido fundamentais as áreas corporativas, tanto as já existentes como a CimporTec (fabricação de cimento), como aquelas que foram mais recentemente criadas como o Centro de Competências dos Betões e Agregados (desde o início de 2010) e a Direção de Logística do Grupo (desde final de 2010).

O programa tem sido um verdadeiro catalisador de ações com vista à melhoria da eficiência das operações e, conseqüentemente, uma importante alavanca na disseminação e reforço da cultura de redução de custos. A metodologia utilizada consiste na quantificação, em termos financeiros, de forma clara e objetiva, das poupanças geradas pelas diversas iniciativas, através da comparação com o momento anterior ao seu início. Com um objetivo de poupança de 60 milhões de euros em 2012, os resultados no final de 2011 ultrapassam já 2/3 do objetivo inicial, uma vez que já superaram os 40 milhões de euros.

Tendo em conta os seus excelentes resultados e com vista a dar seguimento às orientações estratégicas, a Cimpor decidiu no final de 2011 reforçar o programa através da incorporação de dois novos eixos de atuação, para os quais foram entretanto criadas estruturas centrais de suporte: compras e coprocessamento. Espera-se que estas duas importantes áreas possam contribuir, de forma decisiva, para o incremento da eficiência das operações da Cimpor, tendo por isso sido aumentada a ambição do programa para 75 milhões de euros de poupanças em 2012 e 100 milhões de euros em 2014.

Na inversão de tendência das operações menos rentáveis há a destacar a melhoria substancial obtida nos resultados na China, na Turquia e, embora em menor escala, em Espanha. Na China, a aplicação de diversas medidas de gestão, incluindo o reforço substancial da equipa de gestão - tendo sido destacados vários quadros oriundos de Portugal e Espanha com vasta experiência técnica e comercial - e a melhoria das condições de mercado permitiram que o *EBITDA* passasse de 8,9 milhões de euros em 2010 para quase 18 milhões de euros em 2011. Na Turquia, em resultado do dinamismo económico e de medidas já anteriormente adotadas, foi possível aumentar o *EBITDA* em mais de 40% entre 2010 e 2011. Em Espanha, e apesar da difícil conjuntura económica, as várias ações levadas a cabo e a integração ibérica da Cimpor possibilitaram o aumento do *EBITDA* em mais de 6%.

ORGANIZAÇÃO

Em 2011 foram dados importantes e concretos passos no sentido de **fortalecer as capacidades organizacionais para o apoio à estratégia definida.**

No seguimento da estrutura baseada em 5 regiões do mundo formalizada no ano anterior (Ibéria e Cabo Verde, América Latina, Bacia do Mediterrâneo, Sul de África e Ásia), consolidaram-se os vários processos inerentes à referida estrutura e avançou-se com a homogeneização de responsabilidades em cada um dos países, incluindo a nomeação dos *CEO's* e *CFO's* locais.

A consolidação das áreas de suporte, com vista a alavancar a estratégia, ficou bem evidenciada, não só pela criação de novos departamentos, como também pelas melhorias já evidenciadas em alguns dos processos críticos de controlo dos negócios.

No ano de 2011 foram criadas as novas áreas de Compras centralizadas e de Coprocessamento, ambas baseadas em Vigo numa lógica de integração Ibérica da Cimpor. O aumento do poder negocial, a uniformização de processos e a centralização de conhecimento do lado das compras, e o acréscimo de utilização de combustíveis alternativos em condições de excelência e domínio técnico do lado da obtenção de resíduos e do coprocessamento permitirão a obtenção de significativas poupanças a curto e médio prazo.

Em relação às melhorias nos processos de controlo dos negócios, são de destacar o robustecimento verificado na gestão orçamental e a disponibilização de uma nova ferramenta de análise da *performance* industrial (*Cimpor Industrial Dashboard*) que reúne, de forma automática, os principais indicadores de todas as unidades do grupo.

O ano de 2011 ficou ainda marcado pela alteração profunda em termos de modelo organizacional de Recursos Humanos e respetivas políticas corporativas. A mudança teve como objetivo dar resposta aos seguintes desafios: uniformização de processos centrados nas pessoas, acompanhamento do crescimento da Cimpor, alinhamento entre a estratégia e o ativo humano, garantir o desenvolvimento das pessoas de acordo com as necessidades da empresa.

Na sequência dos desafios identificados, os Recursos Humanos passaram a estar organizados em 4 grandes pilares de atuação: Desenvolvimento organizacional, Atração de talentos e cultura, *Performance* e compensação e Formação e retenção de pessoas.

POSIÇÃO FINANCEIRA

Em termos financeiros, e numa conjuntura extremamente desfavorável, nomeadamente para os países periféricos da Zona Euro, o ano de 2011 ficou claramente marcado pela reafirmação do rating BBB- da Cimpor, por parte da *Standard & Poor's*, mantendo-lhe o estatuto de *Investment Grade* e dissociando-o do da República Portuguesa. Este facto revelou-se de extrema importância no contexto atual, em termos de acesso aos mercados e respetivo custo dos financiamentos.

2. GOVERNO SOCIETÁRIO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

Sumariam-se neste capítulo os desenvolvimentos da vida societária da Cimpor com maior relevo para o Governo Societário, direcionando-se o leitor interessado em colher maior informação para o “Relatório de Governo Societário” anexo a este Relatório, para as notas às demonstrações financeiras de 2011 ou ainda bem para os documentos

originais, divulgados no site da Cimpor (www.cimpor.com).

Alvo de especial atenção acionista e destacando-se entre as prioridades de gestão, o desenvolvimento do Governo Societário voltou em 2011 a assumir um papel destaque na Cimpor.

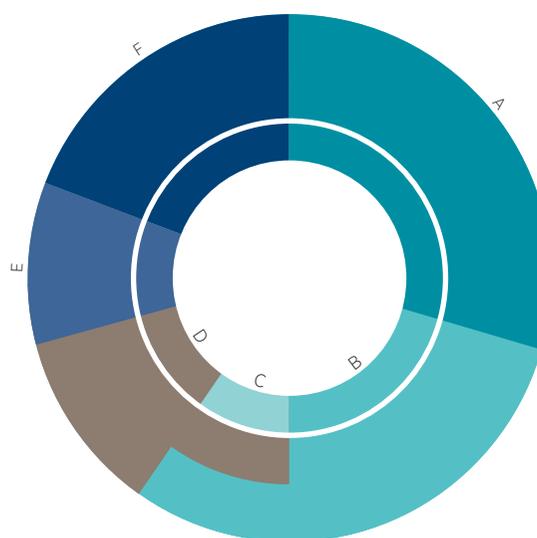
Estrutura Acionista

[\(1\) 20,3% dos votos imputáveis a Manuel Fino](#)

Opção de compra da participação da Caixa Geral de Depósitos a favor da Investifino/Manuel Fino. Vencendo-se em Fevereiro de 2012 esta opção acabaria por não ser exercida.

[\(2\) 30,8% dos votos imputáveis a CGD e Votorantim](#)

Acordo Parassocial entre CGD e Votorantim.



- A** Camargo Corrêa / 32,9%
- B** Votorantim⁽²⁾ / 21,2%
- C** CGD⁽¹⁾⁽²⁾ / 9,6%
- D** Manuel Fino⁽¹⁾ / 10,7%
- E** Fundo de Pensões BCP / 10,0%
- F** Free Float / 15,6%

% direitos de voto imputáveis



% capital social

2011 foi um ano de plena estabilidade da respectiva estrutura, acima reproduzida, completando o pano de fundo acionista o acordo parassocial entre os acionistas Votorantim e Caixa Geral de Depósitos e a ainda pendente autorização da autoridade de concorrência brasileira relativa ao modo de permanência na estrutura de capital da Cimpor dos acionistas brasileiros Camargo Corrêa e Votorantim.

Celebrado em 2010, e por um período de 10 anos, o acordo de sindicato de voto entre os acionistas Votorantim e Caixa Geral de Depósitos visa promover a estabilidade acionista, o desenvolvimento sustentado e a manutenção da sua independência empresarial, estrutura e cultura corporativas, em particular enquanto sociedade aberta, com sede em Portugal, e a preservação de uma situação financeira susceptível de notação de *rating* de categoria de *investment grade*.

Por seu turno, pelo relevo da hipotética conjugação das atividades no sector cimenteiro brasileiro da Camargo Corrêa e da Votorantim com as da Cimpor, as tomadas de posição destes acionistas na Cimpor em 2010 carecem das autorizações “ex-post” da autoridade brasileira de defesa da concorrência (CADE). Neste contexto, ainda em 2010 a Cimpor aceitou o convite do CADE para, à semelhança destes seus acionistas, celebrar com este organismo um Acordo para a Preservação da Reversibilidade da Operação (“APRO”), no qual se comprometeu, em benefício do decurso do processo de autorização e até que este organismo se pronuncie, a manter o *status quo* das operações da sua subsidiária CCB – Cimpor

Cimentos do Brasil, Ltda. no Brasil, e a preencher um conjunto de obrigações de fiscalização e reporte.

Entretanto, na continuidade da vigência dos APRO's celebrados quer pela Cimpor quer pelas suas acionistas Camargo Corrêa e Votorantim, o funcionamento do Conselho de Administração da Cimpor tem adotado as medidas necessárias para o respeito dos compromissos, através daqueles Acordos assumidos, de restrição do acesso à informação e não participação, nas decisões respeitantes ao mercado Brasileiro, pelos Administradores que simultaneamente exercem cargos na Cimpor e nos grupos Camargo Corrêa ou Votorantim, matéria que é objecto de fiscalização por Auditor externo.

A defesa dos interesses competitivos da Cimpor face ao das suas acionistas naquele mercado encontra-se salvaguardada no Governo Societário da Cimpor através da submissão a um regime de prevenção e regulação de conflitos de interesse as autorizações concedidas aos Administradores não executivos pelas Assembleias Gerais de 2010 e 2011 nestas eleitos para que pudessem desempenhar funções em empresas concorrentes (“Administrador concorrente”), nomeadamente no Brasil. Assim, foram instituídos um regime de classificação de informações e matérias como sensíveis e, relativamente àqueles Administradores, impedimentos de acesso a informação sensível e de participação em decisões que ponham em causa a actividade do Grupo no mercado Brasileiro da sociedade concorrente.

Procurando agilizar a participação acionista na Cimpor e aderindo às novas orientações legislativas nesta matéria, a Assembleia Geral de 2011 eliminou as disposições estatutárias que exigiam o bloqueio de ações para acesso à Assembleia Geral. De entre os demais temas de Governo Societário, o aumento da transparência da política de remuneração dos órgãos sociais e o alinhamento dos seus interesses, bem como os dos restantes colaboradores, com os da Cimpor foram especial alvo da intervenção acionista na referida Assembleia.

Na esfera da remuneração do Conselho de Administração a eliminação estatutária das responsabilidades da Cimpor em matéria de pensões de reforma, a redefinição e divulgação pública dos critérios de avaliação dos Administradores executivos e o diferimento de parte da sua remuneração variável, ademais condicionada ao desempenho positivo da sociedade, destacaram-se entre as principais iniciativas acionistas em 2011.

O alinhamento de interesses dos Administradores executivos e colaboradores com a Cimpor viu-se este ano reforçado pela nova abordagem a Planos de Ações proposta por um conjunto de acionistas à Assembleia Geral.

Neste sentido, o novo plano de aquisição de ações “Plano 3C”, dirigido à generalidade dos colaboradores do Grupo mas excluindo à partida os Administradores, se por um lado permite a compra de ações Cimpor

com um desconto inferior ao que se verificara no passado, por outro vem repartir o pagamento das ações ao longo do ano exigindo a sua manutenção em carteira por igual período.

Por seu turno, o novo plano de opções “Plano ODS”, dirigido aos Administradores executivos e colaboradores designados pelo Conselho de Administração, apresenta-se inovador relativamente à inexigência de qualquer pagamento no momento da adesão, relativamente ao preço de exercício - ao oferecer agora a possibilidade de compra futura de ações Cimpor ao preço médio das 20 sessões de bolsa anteriores à data da sua atribuição sem qualquer desconto- e, finalmente no diferimento por 3 anos do início do período de exercício, condicionando por esta via o seu benefício remuneratório ao desenvolvimento sustentável da Cimpor a médio prazo.

No plano do funcionamento dos órgãos de administração e fiscalização destaque-se, para além do crescimento da intervenção das Comissões Especializadas do Conselho de Administração, a melhoria dos instrumentos de conhecimento do grupo e de controlo de gestão ao dispor dos administradores não executivos. Ao longo do ano, foram discutidos quer no Conselho de Administração quer nas suas Comissões Especializadas relatórios e apresentações englobando todas as áreas de actividade. Especificamente, na área financeira, para além do desenvolvimento do relatório “flash” operacional, da criação de um

relatório “snapshot” mensal devotado aos aspectos financeiros, foi prestada, face a pedidos específicos de administradores não executivos, detalhada informação de caracterização da situação, compromissos e perspetivas financeiras da empresa.

Promovendo uma clara abertura do Grupo aos seus *stakeholders*, o Conselho de Administração, assistido para o efeito pela sua Comissão para o Governo da Sociedade e Sustentabilidade, definiu uma nova política de comunicação de irregularidades, cuja implementação viria a ser concluída no início de 2012, assegurando a fácil comunicação, a confidencialidade dos remetentes e uma célere resposta às comunicações apresentadas.

Fiel à estratégia delineada em 2010, em termos de organização interna, a Comissão Executiva deu seguimento à implementação de um novo modelo organizacional baseado nos seguintes princípios:

- prevalência da hierarquia de gestão;
- modelo hierárquico de repartição regional;
- reforço das funções corporativas mais relevantes para o crescimento e eficiência;
- clarificação da separação entre as atividades de Grupo e a área de negócios Portugal.

Por último, atendendo ao compromisso de total transparência do Grupo Cimpor, em especial junto do mercado de capitais, e promovendo internamente o acompanhamento, a consciência, a sensibilidade e a acuidade relativa à evolução da *performance* financeira do Grupo, a Cimpor apresentou em 2011 uma renovada estrutura de divulgação de informação, especialmente patente no seu reporte anual e trimestral.

Autorizações Concedidas a Negócios entre a Sociedade e os seus Administradores

Em cumprimento do disposto no artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, consigna-se que durante o ano de 2011 foram autorizados, com parecer prévio do Conselho Fiscal, os acordos, detalhadamente caracterizados no Relatório de Governo Societário anexo, com o Administrador Executivo Luís Filipe Sequeira Martins para compensação de perda de direitos adquiridos por via da eliminação estatutária de direitos a pensão de reforma e com os Administradores Executivos Luís Filipe Sequeira Martins, António Carlos Custódio de Morais Varela e Luís Miguel da Silveira Ribeiro Vaz para compensação por exercício antecipado das opções atribuídas até 2010 e exercitáveis até 2013.

3. A AÇÃO CIMPOR

3.1 COMPORTAMENTO DAS AÇÕES EM BOLSA E AÇÕES PRÓPRIAS

Num contexto de grande turbulência nos mercados de capitais, em particular na zona Euro, a valorização de 4,9% da ação Cimpor em 2011, destacou-se claramente face às quedas de 28% do índice de Lisboa (PSI20), de 14% do Next100 e de 36% dos seus pares¹ na indústria cimenteira internacional.

Apesar do reflexo dos receios da instabilidade associada à “Primavera Árabe” na *performance* da ação nos primeiros meses de 2011, a renovada confiança dos investidores perante os resultados do 1º trimestre apresentados em maio assegurou a recuperação do título.

O reconhecimento da Cimpor como empresa de mercados emergentes, a resiliência proporcionada pelo equilíbrio da sua atividade e implantação internacional, a exposição a economias de grande crescimento, a reduzida presença na Europa e o facto de não operar nos Estados Unidos justificaram a importante vantagem de retorno operacional face aos seus pares, traduzida numa cotação sustentada, enquanto se assistia a uma forte contração da *performance* bolsista da indústria cimenteira.



¹ Holcim, Heidelberg, Cemex e Lafarge.

Nota	Data	Acontecimento
1	4 a 27 de janeiro	Revolta na Tunísia que culmina com a renúncia do Presidente Ben Ali. Abrandamento das operações da Cimpor por alguns dias
2	25 de janeiro a 11 de fevereiro	Revolta no Egito que culmina com a renúncia do Presidente Mubarak. Paragens operacionais da Cimpor por cerca de uma semana
3	1 de março	Cimpor anuncia os resultados de 2010 e propõe um dividendo de €0,205 por ação a ser aprovado em AG
4	6 de abril	Primeiro Ministro José Sócrates anuncia a intenção do Governo português de recorrer à ajuda externa do FMI, CE e BCE
5	18 de abril	Assembleia Geral da Cimpor. Aprovado o dividendo de €0,205 por ação
6	3 de maio	Cimpor passa a negociar <i>ex-dividend</i>
7	5 de maio	Troika e Governo português anunciam os detalhes do plano de ajuda externa
8	10 de maio	Cimpor anuncia os resultados do 1º Trimestre
9	5 de junho	Eleições portuguesas
10	4 de julho	Cotação máxima (<i>intraday</i>) da ação Cimpor
11	25 de julho	Cimpor anuncia a atualização do programa EMTN
12	4 de agosto	Angela Merkel é contra a posição do Presidente da Comissão Europeia de alargar o Fundo Europeu de Estabilidade
13	5 de agosto	Cotação mínima (<i>intraday</i>) da ação Cimpor
14	8 de agosto	A Standard & Poor's baixa o <i>rating</i> soberano dos EUA de AAA para AA+ pela primeira vez na história. Mercados reagem negativamente
15	17 de agosto	Cimpor anuncia os resultados do 1º Semestre
16	1 de setembro	Standard & Poor's reafirma o <i>rating</i> da Cimpor
17	5 de setembro	Angela Merkel perde mais umas eleições regionais
18	19 de setembro	Cimpor anuncia plano de investimento de €15M no Dondo, Moçambique
19	4 de outubro	Fitch baixa o <i>rating</i> de 6 bancos portugueses
20	7 de outubro	Moody's baixa o <i>rating</i> de 6 bancos portugueses
21	19 de outubro	Rumores sobre uma possível oferta da Camargo Corrêa e da Votorantim sobre a Cimpor
22	27 de outubro	Os líderes europeus chegam a acordo por forma a expandir os fundos do FEE de forma a tentar travar a crise da dívida soberana
23	8 de novembro	Cimpor anuncia os resultados dos 9 meses de 2011
24	22 de novembro	6 dos mais importantes bancos centrais anunciam uma ação coordenada de forma a tentar travar a crise de dívida europeia
25	30 de novembro	Cimpor valoriza 7,5%. Reação positiva a nível global: principais bancos centrais mundiais decidem baixar a taxa de juro das linhas de liquidez em dólares

Ao suporte proporcionado pela sua robustez operacional acresce a solidez financeira da Cimpor que, em setembro, assumiu particular destaque mediante a decisão da agência de *rating* Standard & Poor's, de dissociar formalmente a notação da Cimpor do *rating* soberano de Portugal, mantendo-lhe o estatuto de *investment grade*.

A *performance* da Cimpor seria ainda afetada por alguma especulação em torno de uma hipotética redefinição da estrutura acionista, eventualmente resultante da decisão ainda pendente da autoridade de concorrência brasileira quanto ao modo de permanência dos acionistas Votorantim e Camargo Correia na sua estrutura de capital.

O potencial de valorização da ação ver-se-ia contudo de alguma forma prejudicado pela atual reduzida dimensão do *free-float* (16%) e pelas suas implicações no volume de transações do título, fatores inibidores de entrada no capital da Cimpor para alguns importantes fundos de investimento internacionais.

Em 2011, o valor das transações de ações Cimpor ascendeu a 448 milhões de euros, correspondendo a 89 milhões de ações transacionadas. A queda, face ao ano anterior, de 40% em valor, em 4,7% do preço médio e em 38% dos volumes transacionados é facilmente entendida quando lembramos que no início de 2010 a Cimpor era ainda alvo de uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) por parte da companhia Brasileira CSN que, apesar do seu insucesso, induziu um conjunto de importantes movimentações acionistas.

O dividendo referente aos resultados de 2010, distribuído a partir de 6 de maio, ascendeu a 0,205 euros/ação correspondente a um *payout* de 56%

e apresentando-se como um dos mais atrativos *dividend yields* do sector: de 4,0% face à última cotação do ano e de 4,3% face à cotação de fecho na data de pagamento.

Principais Indicadores

	31-dez-11	31-dez-10	Var.
Capital Social (10⁶ euros)	672	672	0,0%
N.º de ações			
Total (1.000 ações)	672.000	672.000	0,0%
Ações Próprias (1.000 ações)	6.214	6.865	-9,5%
Cotação (euros)			
Máxima	5,550	6,500	-14,6%
Mínima	4,501	3,910	15,1%
Média	5,056	5,303	-4,7%
Fecho do ano	5,317	5,070	4,9%
Capitalização bolsista (10⁶ euros)	3,573	3,407	4,9%
Dividendo ⁽¹⁾	0,166	0,205	-19,0%
<i>Dividend yield</i> ⁽²⁾	3,1%	4,0%	-0,9 p.p.
Transações			
Em volume (1.000 ações)	88.529	141.786	-37,6%
Em valor (10 ⁶ euros)	448	752	-40,5%
Quota de mercado	1,6%	1,8%	-0,2 p.p.
Valorização anual			
Euronext 100	-14,2%	1,0%	-15,2 p.p.
PSI 20	-27,60%	-10,30%	-17,3 p. p.
Ação Cimpor	4,87%	-21,10%	26,0 p.p.

⁽¹⁾ Dividendo relativo ao exercício de 2011 conforme proposta a apresentar na Assembleia Geral de 20 de Abril de 2012.

⁽²⁾ Tomando como base a cotação de final do ano.

Em 31 de dezembro de 2010, a Cimpor detinha em carteira 6.864.657 ações próprias, tendo em 2011 alienado aos seus colaboradores um

total de 650.699 ações, ao abrigo do Plano 3C (Plano de Incentivo à Participação dos Colaboradores no Capital da Cimpor) aprovado nesse ano e das diversas séries do Plano de Atribuição de Opções de Compra de Ações para Administradores e Quadros do Grupo:

Data	Nº de Ações	Preço (€)	Nota
Entre 25 e 31 de março	116.560	4,250	1
Entre 25 e 31 de março	190.650	2,850	2
25 de março	100.562	4,250	3
30 de maio	242.927	4,077	4

¹ Plano de Atribuição de Opções (opções derivadas de 2008)

² Plano de Atribuição de Opções (opções derivadas de 2009)

³ Plano de Atribuição de Opções (opções derivadas de 2010)

⁴ Plano 3C. Nº de ações inclui aditamentos até 30 de junho.

O detalhe destas transações é apresentado em anexo a este relatório.

Não tendo ocorrido, entretanto, quaisquer aquisições, o número de ações próprias em carteira em 31 de dezembro de 2011, era de 6.213.958.

3.2 POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

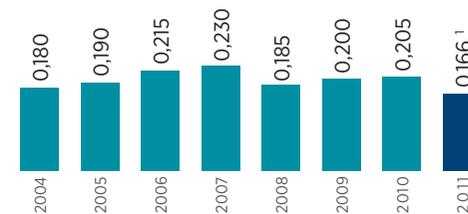
Embora a gestão financeira da companhia almeje a distribuição de um dividendo por ação crescente, a aplicação desta política tem que ser consistente com a estratégia aprovada para a Cimpor e com os resultados obtidos, subordinando-se ao objetivo de manutenção do estatuto de “investment grade rating”.

A política de distribuição de dividendos pretende ainda assegurar a estabilidade do *payout ratio* e a competitividade do *dividend yield* no contexto do mercado português e do sector cimenteiro internacional. No dia 6 de maio de 2011 foi pago o dividendo relativo ao exercício de 2010 no valor bruto de 0,2050 euros/ação (em termos líquidos, 0,1609 euros).

A proposta de aplicação de resultados constante deste relatório de gestão de 2011 segue as linhas de orientação da política acima descrita, correspondendo o dividendo proposto a 0,166 euros por ação, 19% abaixo do ano anterior por via do decréscimo de resultados, ainda assim assegurando um nível de *payout* idêntico ao ano transacto: 56%.

DIVIDENDO BRUTO / AÇÃO

(euros)



PAYOUT



¹ Dividendo a propor pelo Conselho de Administração da Cimpor à Assembleia Geral de 20 de abril de 2012

² Considerando dividendo a propor pelo Conselho de Administração da Cimpor à Assembleia Geral de 20 de abril de 2012

3.3 PLANOS DE AÇÕES DOS COLABORADORES

Instrumento privilegiado de alinhamento dos interesses dos colaboradores com a Cimpor, a estrutura de Planos de Ações foi amplamente renovada em 2011.

A nova filosofia subjacente aos planos implementados em 2011 passa por:

- um maior diferimento no tempo do benefício de aquisição de ações (“Plano 3C”) ou de exercício de opções (“Plano ODS”), neste último caso ainda condicionado ao desempenho positivo da Cimpor;
- pela não exigência de liquidez imediata para participação nos planos - através da concessão de “crédito” no caso do plano de aquisição de ações (“Plano 3C”), e da eliminação de qualquer exigência de funding das opções no momento da sua adesão ao “Plano ODS” - e;
- pela redução, e até mesmo eliminação no caso do plano de opções, do desconto na aquisição de ações, condicionando pois o seu potencial remuneratório à subida da cotação da Cimpor, dirigindo claramente os interesses do participante para o desenvolvimento sustentável desta companhia a médio prazo.

Assim, por deliberação da Comissão de Fixação de Remunerações no que toca aos Administradores executivos e por deliberação do Conselho de Administração no que respeita aos demais colaboradores foram executados os seguintes planos (apresentados em detalhe no

ponto III.10 do Relatório do Governo da Sociedade anexo a este relatório):

Plano 3C - Plano de Incentivo à Participação dos Colaboradores no Capital da Cimpor

O Plano 3C apresenta-se como um complemento da remuneração variável pretendendo por via do incentivo à participação dos colaboradores no capital da Cimpor, criar uma maior identificação com os objetivos do Grupo e, e estimular o interesse pela evolução do seu valor em bolsa, assim promovendo o alinhamento dos seus interesses com os interesses da Cimpor.

Excluindo expressamente a participação dos Administradores da *holding*, este plano é destinado à generalidade dos colaboradores com vínculo estável ao Grupo.

Os beneficiários designados, este ano, pelo Conselho de Administração puderam adquirir ações nas seguintes condições:

- a) Preço de aquisição: 4,077 euros/ação (equivalente a 85% do valor médio ponderado das cotações de fecho da Cimpor nas últimas 20 (vinte) sessões de negociação da Euronext Lisbon anteriores à data de 18 de abril de 2011³, deduzido do valor do dividendo líquido por ação 0,1609 euros/ação pago a 6 de maio, ou seja entre a data da Assembleia Geral Anual e a data da aquisição, 30 de maio)
- b) Número máximo de ações a adquirir⁴ por beneficiário = (vencimento base anual ilíquido do beneficiário/14) / Preço de aquisição;
- c) Pagamento: imperativamente feito em 14 (catorze) prestações cada

³ Data da Assembleia Geral. Arredondamento executado por excesso a 3 (três) casas decimais.

⁴ Com arredondamento ao maior número inteiro aí compreendido.

uma correspondente a 1/14 avos do preço devido, regularizado através de desconto nas suas remunerações mensais e nos subsídios de férias e de natal auferidos ao longo do período de um ano seguinte à aquisição das ações.

De um conjunto de 2.054 colaboradores a quem foi dada a possibilidade de adquirirem ações Cimpor nos termos acima, responderam afirmativamente, durante o prazo concedido para o efeito (entre 11 e 20 de maio), um total de 293 colaboradores, os quais viriam a adquirir 242.927 ações.

Plano ODS - Plano Cimpor de Atribuição de Opções para o Desenvolvimento Sustentável

O Plano ODS constitui um complemento da remuneração variável diferido no tempo e condicionado, para efeitos de exercício ao desenvolvimento positivo da Sociedade, e para efeitos de potencial remuneratório à evolução positiva da sua cotação (já que o preço exercício das opções é estabelecido no momento da atribuição sem qualquer desconto).

Entre os seus destinatários contam-se os Administradores da *holding* que a Comissão de Fixação de Remunerações entendeu designar como beneficiários, bem como outros colaboradores designados para o efeito pelo Conselho de Administração.

De entre as demais características deste plano, nomeadamente em 2011, destacaram-se as seguintes:

a) Preço de Exercício: 4,986 euros/ação (ou seja, o valor correspondente à

média ponderada das cotações de fecho das ações Cimpor nas últimas 20 (vinte) sessões da Euronext Lisbon anteriores à data de atribuição, i.e. a data da Assembleia Geral de 18 de abril de 2011);

- b) Período de exercício: 18 de abril de 2014 a 17 de abril de 2017. As opções tornam-se exercitáveis decorridos 3 anos sobre a data de atribuição, desde que ao longo desse período a Cimpor tenha mantido um desempenho positivo, caducando caso não sejam exercidas pelo beneficiário nos três anos seguintes à data em que se tornem exercitáveis;
- c) Modo de exercício: cada Beneficiário poderá exercer a totalidade ou parte das suas Opções Exercitáveis, uma vez em cada mês. O exercício das opções prevê a sua liquidação física e financeira conforme descrito no ponto III.10 do Relatório do Governo da Sociedade anexo a este relatório.

Em 2011, no âmbito do Plano ODS, foram atribuídas 1.360.333 opções ODS, contemplando 320 administradores e colaboradores do Grupo. Destes, 250 solicitaram a sua adesão, pelo que entre 18 de abril de 2014 e 17 de abril de 2017 (inclusive), relativamente à série 2011 do Plano ODS, poderão vir a ser exercidas, um máximo de 1.304.133 opções ODS ao preço de exercício de 4,986 euros/ação.

Opções exercitáveis no âmbito dos planos implementados até 2010

Ao renovar a estrutura dos planos de ações a Assembleia Geral de 2011 acautelou o exercício das opções exercitáveis ao abrigo das séries atribuídas até 2010 dos Planos de Atribuição de Opções de Compra de Ações da Cimpor para Administradores e Quadros do Grupo - (“Regulamento 2004”).

Relativamente às Séries 2008, 2009 e 2010 dos Planos de Atribuição de Opções de Compra de Ações da Cimpor para Administradores e Quadros do Grupo - (“Regulamento 2004”), das 700.620 opções exercitáveis em 2011, foram exercidas um total de 517.772 opções, extinguindo-se as restantes 182.848. Das demais opções exercitáveis em 2012 e 2013, foram exercidas antecipadamente 155.000 opções em liquidação financeira por via de um acordo entre a Cimpor e os três beneficiários que se contavam entre os seus

administradores executivos, com o intuito de diferir parte do seu benefício por um período de três anos como se detalha no ponto II.30.1 do relatório do Governo da Sociedade anexo a este relatório.

Opções Atribuídas, Exercitáveis e Extintas

Em resumo, e com referência ao ano de 2011:

Opções Atribuídas, Exercitáveis e Extintas	Planos de Opções				Total
	Séries atribuídas até 2010			ODS 2011	
	2008	2009	2010	2011	
Preço de Exercício (€)	4.250	2.850	4.250	4.986	
Opções Atribuídas⁽¹⁾					
Em compensação de opções exercidas antecipadamente	-	-	-	103.333	103.333
Enquanto beneficiários da série de 2011	-	-	-	1.201.000	1.201.000
Opções Exercitáveis em 2011⁽²⁾	224.090	286.900	189.630	-	700.620
Opções Exercitáveis em 2011⁽²⁾, Exercidas em 2011					
Liquidação física	116.560	190.650	100.562	-	407.772
Liquidação financeira ⁽³⁾	20.000	25.000	65.000	-	110.000
Opções Exercitáveis em 2012⁽²⁾ e 2013⁽²⁾, Exercidas em 2011 (liquidação financeira)⁽³⁾	-	25.000	130.000	-	155.000
Opções Extintas					
Exercitáveis em 2011 ⁽²⁾ , por não exercício de opções	87.530	71.250	24.068	-	182.848
Exercitáveis em 2012 ⁽²⁾ e 2013 ⁽²⁾ , por renúncia em cessação de funções	-	-	400	-	400

⁽¹⁾ Opções atribuídas em 2011 ao abrigo do Plano ODS e apenas exercitáveis a partir de 2014.

⁽²⁾ Opções atribuídas até 2010 ao abrigo do Plano de Atribuição de Opções de Compra de Ações para Administradores e Quadros do Grupo (Plano Opções- Regulamento 2004)."

⁽³⁾ Mediante acordo com a sociedade. Diferimento por 3 anos de 50% da liquidação financeira, sujeito a desempenho positivo da sociedade.

Assim, enquanto o número total de ações necessárias, no início do ano, para fazer face ao exercício das opções atribuídas até 2010, inclusive, ascendia a 1.366.780, o número de ações necessárias, no final do ano, para fazer face ao exercício de todas as opções entretanto atribuídas, era de 1.815.093, assim distribuídas:

Série	Opções Exercitáveis em:			Total
	2012	2013	2014 a 2017	
2009	261.900	-	-	261.900
2010	124.430	124.430	-	248.860
ODS 2011	-	-	1.304.333	1.304.333
Total	386.330	124.430	1.304.333	1.815.093

4. SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade é um dos vetores estratégicos da gestão da Cimpor, mantido vivo no quotidiano através de uma gestão que procura conciliar o desempenho técnico, económico e financeiro com exigentes padrões no domínio ético, social e ambiental.

O acelerado crescimento demográfico mundial e a finitude dos recursos naturais colocam hoje grandes desafios à indústria cimenteira, que terá de satisfazer uma procura cada vez maior com o consumo de um mínimo de matérias-primas não renováveis. Ao longo dos últimos cinco anos, a Cimpor investiu 235 milhões de euros em iniciativas de promoção do desenvolvimento sustentável.

Apresentamos a seguir um resumo da atividade mais importante no domínio da sustentabilidade.

A informação aprofundada sobre os projetos é disponibilizada no Relatório de Sustentabilidade, elaborado segundo as diretrizes da GRI e disponível em www.cimpor.com.

4.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As iniciativas que são promovidas pela Cimpor em matéria de desenvolvimento sustentável foram identificadas através de interação com os *stakeholders* e da participação em plataformas de diálogo alargadas, como o *World Business Council for Sustainable Development*, a *Cement Sustainable Initiative* e as associações profissionais nacionais e internacionais. Incidem nas áreas da energia e clima, valorização de recursos, qualidade do ar, gestão ambiental, bem-estar dos colaboradores, responsabilidade social e comunidades e desenvolvimento regional.

Em 2011, os novos projetos incluíram a constituição de um departamento corporativo para desenvolver a utilização de combustíveis e matérias-primas alternativas no fabrico do cimento à escala global,

a emissão de diretrizes internas para a utilização responsável de combustíveis e matérias-primas alternativas, novas orientações para a reabilitação ambiental de pedreiras, investimentos no incremento da eficiência energética dos edifícios industriais e melhorias nos sistemas de reporte da informação, com introdução de novos indicadores-chave de desempenho e o alargamento da cobertura dos indicadores das diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI)*.

Certificação dos Sistemas de Gestão

	2011	2010	2009
SGQ	85%	88%	88%
SGA	63%	65%	65%
SGSO&S	66%	65%	65%

Emissões de CO₂

	2011	2010	2009
10 ⁶ t CO ₂	17,9	18,9	17,7
kg CO ₂ / t cimento	688	679	674

Emissões Poluentes Principais

	2011	2010	2009
Partículas (g/t clínquer)	176	144	161
NO _x (g/t clínquer)	1.654	1.523	1.656
SO ₂ (g/t clínquer)	193	184	247

Substituição Térmica de Combustíveis

	2011	2010	2009
Total de Combustíveis Alternativos	5,09%	4,63%	4,58%
Biomassa	2,00%	1,32%	1,52%
Combustíveis Alternativos Fósseis	3,09%	3,31%	3,06%

A evolução destes indicadores reflete sobretudo a acentuada redução da atividade produtiva na Península Ibérica. A informação será detalhada no Relatório de Sustentabilidade 2011.

Investigação & Desenvolvimento

Liderados pela Cimpor Tec, que é responsável pela inovação e desenvolvimento técnico a nível mundial e pelo suporte às unidades de negócio, os projetos de I&D em curso, em que a Cimpor investiu mais de 7 milhões de euros nos últimos cinco anos, incluem a redução das emissões de CO₂ associadas ao processo de fabrico do cimento, o desenvolvimento de novos ligantes hidráulicos, a utilização de combustíveis e matérias-primas alternativas e a conceção de novos equipamentos para a indústria de cimento. As iniciativas de I&D em parceria com universidades e institutos universitários são conduzidas diretamente pela Cimpor. No caso específico de um destes projetos, no âmbito da nano-engenharia do C-S-H e ao abrigo de um contrato com o *Massachusetts Institute of Technology (MIT)*, foi registada, em 2011, uma patente provisória que poderá passar a definitiva caso o desenvolvimento da investigação ao longo do corrente ano lhe venha a dar suporte.

4.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Cimpor procura estabelecer relações de proximidade construtivas e duráveis com os seus *stakeholders* em todos os países onde tem atividade, intervindo proactivamente nas áreas da recuperação patrimonial e monumental, social, educativo, cultural, ambiental e desportivo, implicando, preferencialmente, as autoridades locais e regionais.

Melhorar o bem-estar social é o objetivo de muitas das iniciativas promovidas pelas Unidades Operacionais nas diferentes geografias, quer diretamente, quer através de programas de voluntariado e de parcerias com instituições locais.

A Cimpor tem neste domínio um vasto campo de atuação, que abrange desde as infraestruturas de saneamento, como a que permitirá fornecer água potável a populações moçambicanas, aos programas de promoção da saúde e prevenção de doenças como a SIDA e a malária, a iniciativas de capacitação profissional, de prolongamento da vida escolar dos jovens, de desenvolvimento de competências de empreendedorismo, de suporte à comunidade científica e a instituições de ensino superior.

Comum a todas as Unidades Operacionais é também a política de “Porta

Aberta” que incentiva a visita das instalações industriais e a divulgação de informação sobre a atividade, bem como a partilha dos equipamentos sociais e desportivos destinados aos colaboradores do Grupo com as comunidades locais.

Na vertente ambiental, a proteção da biodiversidade animal e vegetal é uma preocupação assumida pela Cimpor não só nos projetos de recuperação de pedreiras, como em iniciativas de catalogação das espécies vegetais, de criação de viveiros para espécies ameaçadas, de recuperação de áreas protegidas e de sensibilização das populações para a necessidade de preservação dos ecossistemas.

A responsabilidade social corporativa assume ainda particular visibilidade nos programas de apoio à recuperação de património histórico, em que é materializada no financiamento do restauro de monumentos classificados e de grande valor social e cultural. São disso exemplo os atuais apoios aos restauros da Charola do Convento de Cristo em Tomar, classificado como Património Mundial pela UNESCO, e da Capela da Graça em João Pessoa, um testemunho da arquitetura portuguesa do século XVII, classificado pelo Ministério da Cultura brasileiro. Na Turquia, o projeto arqueológico Kerkenes, que tem vindo a revelar a maior cidade da Anatólia fundada em 600 A.C. continua também a ser financiado.

Informação sobre todas estas iniciativas é detalhada no Relatório de Sustentabilidade disponível no site www.cimpor.com.

4.3 SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA

Zero Acidentes Mortais, um Ambiente de Trabalho Saudável e Seguro é o mote que exprime os objetivos da Cimpor em matéria de saúde ocupacional e a segurança (SOS). Reduzir de forma consistente o número de acidentes de trabalho e a perda de vidas humanas, em todas as unidades operacionais do grupo é uma das principais prioridades operacionais da Cimpor, que em 2011 fortaleceu a estrutura que assegura a gestão corporativa desta área com uma nova liderança e uma equipa reforçada.

Entre as atividades da direção de Saúde Ocupacional e Segurança para promover o cumprimento deste ambicioso objetivo destaca-se um conjunto de iniciativas de diagnóstico e controlo que procuraram avaliar com maior clareza os desafios que o Grupo enfrenta e acompanhar a sua evolução. Um importante contributo foi dado pela entrada em funcionamento da aplicação informática Cimpor H&S, que permite reportar os acidentes de trabalho, registar indicadores SOS e alojar os objetivos e planos de ação, tornando a informação mais fiável e acessível.

Na sequência do 4º Encontro de Coordenadores de Saúde Ocupacional e Segurança do Grupo, onde foram alinhadas as estratégias para as diferentes áreas, produziram-se planos de auditorias em sete dos doze

países e reuniões de objetivos em todas as unidades operacionais. No final de 2011 todas as unidades dispunham dos planos de ação de SOS para execução dos objetivos traçados.

Os esforços para reforçar a cultura de segurança e saúde em todo o Grupo incluíram iniciativas como o inquérito aos colaboradores com funções de liderança e gestão, a comemoração do Dia Mundial da Segurança com uma mensagem vídeo do CEO transmitida para todo o universo Cimpor, o concurso de fotografia destinado a retratar exemplos ou conceitos de promoção da saúde e segurança no trabalho mais saudáveis, e o *Cimpor Safety Award*, uma distinção atribuída à África do Sul, a unidade de negócio com melhor desempenho em SOS durante o ano de 2011, numa cerimónia realizada na reunião anual de quadros dirigentes do Grupo.

Indicadores 2011

Embora o nível de fatalidades constitua uma grande preocupação no Grupo, em 2011 registaram-se ainda 8 acidentes mortais, menos um que no ano anterior. Os acidentes de tráfego continuam a ser a principal causa de morte, com 3 ocorrências. Dos restantes acidentes de trabalho mortais, dois foram causados por exposição à chama ou ao calor, um por exposição a explosão, um por queda em altura e um por aprisionamento no arranque ou movimento de equipamentos. Uma das vítimas era colaborador direto da Cimpor, 5 colaboradores indiretos e 2 eram terceiros sem relação com a empresa. Brasil, Egito e Portugal foram os países mais afetados pela ocorrência de acidentes de trabalho mortais no último triénio.

Nº Acidentes Mortais	2011	2010
Colaboradores diretos nas instalações	1	1
Colaboradores diretos fora das instalações	0	0
Colaboradores indiretos nas instalações	2	2
Colaboradores indiretos fora das instalações	3	4
Terceiros nas instalações	2	1
Terceiros fora das instalações	0	1
	8	9

ACIDENTES DE TRABALHO MORTAIS/CAUSA

(Colaboradores Diretos, Indiretos e Terceiros)

2010 / 2011



- A** Tráfego (dentro das instalações): 4 / 23%
- B** Aprisionamento no arranque ou movimento de equipamentos: 1 / 6%
- C** Exposição à chama ou calor: 2 / 12%
- D** Exposição a uma explosão: 1 / 6%
- E** Quedas com desnível e queda de objetos: 3 / 18%
- F** Tráfego (fora das instalações): 6 / 35%

Nos últimos anos o Índice de Frequência, que avalia o número de acidentes de trabalho com baixa por cada milhar de horas-homem trabalhadas, tem vindo progressivamente a descer, refletindo a diminuição significativa do número de acidentes de trabalho com perda de dias e um maior controlo do risco de sinistralidade no Grupo. Em 2011, as áreas de atividade com melhor desempenho foram as do cimento e a de outras atividades industriais.

ACIDENTES DE TRABALHO MORTAIS/PAÍS

(Colaboradores Diretos, Indiretos e Terceiros)

2010 / 2011

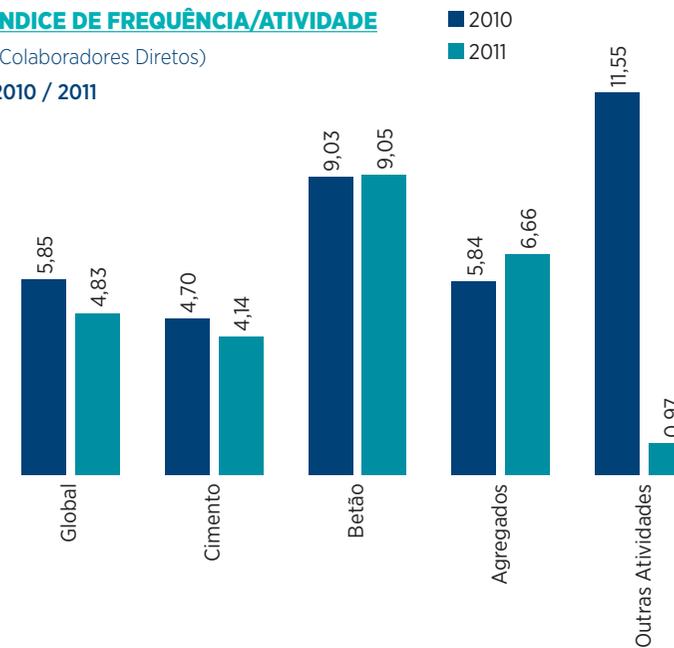
- A** África do Sul: 2 / 8%
- B** China: 2 / 8%
- C** Índia: 2 / 8%
- D** Espanha: 1 / 4%
- E** Cabo Verde: 1 / 4%
- F** Marrocos: 1 / 4%
- G** Tunísia 1 / 4%
- H** Brasil: 5 / 20%
- I** Egito: 5 / 20%
- J** Portugal: 3 / 12%



ÍNDICE DE FREQUÊNCIA/ATIVIDADE

(Colaboradores Diretos)

2010 / 2011



4.4 RECURSOS HUMANOS

O Grupo Cimpor adotou em 2011 um novo modelo organizacional que reforça o apoio corporativo às operações locais, tendo constituído uma estrutura central que reúne as funções de Apoio aos Negócios e Apoio Corporativo e está também fisicamente separada da estrutura de gestão da Ibéria, e a padronização da organização em cada país, liderada por um CEO nacional a quem reportam todas as áreas locais.

Cabe à área de Gestão do Talento e Desenvolvimento Organizacional definir o modelo de organização capaz de prover ao crescimento da Cimpor e às necessidades decorrentes da sua internacionalização, os processos *standard* de gestão de pessoas, o modelo organizacional e capacitação de recursos e a estratégia de aquisição e desenvolvimento de talentos.

Assegurando um ritmo único para a gestão de pessoas em todo o Grupo, a área de Gestão do Talento e Desenvolvimento Organizacional concretizou em 2011 a preparação dos projetos de avaliação de desempenho para o *Top Management* e *Senior Management*; do planeamento de efetivos e grelha salarial 2012 de acordo com o orçamento e objetivos de gestão para os doze países e estrutura de suporte corporativo, a definição da política de compensações ajustada aos níveis funcionais para a gestão de topo, o estabelecimento de parcerias internacionais para recrutamento de quadros ao nível global e uma nova política para os expatriados, a definição dos princípios a incluir

no novo modelo de *performance* da gestão quanto às competências de liderança e de gestão.

Caraterização do Ativo Humano do Grupo

O sucesso da Cimpor baseia-se na qualificação e compromisso pessoal dos mais de 8 mil colaboradores do Grupo em todo o mundo. A competência, dedicação, criatividade e energia das suas equipas têm-se revelado fundamentais para enfrentar com sucesso o elevado nível de competitividade no mercado mundial.

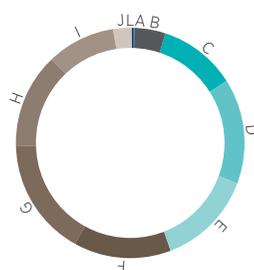
Em 31 de Dezembro de 2011 o Grupo Cimpor tinha 8.257 colaboradores ao seu serviço, número que reflete uma redução de 3% em relação ao efetivo do ano anterior. Esta variação do *headcount*, fundada na necessidade de ajustamento dos recursos humanos às necessidades de cada mercado, foi realizada, na maioria dos casos, através da não renovação de contratos a termo e da não compensação das saídas voluntárias e por reforma.

As maiores variações ocorreram em Moçambique, onde o crescimento da atividade exigiu novas contratações e, no sentido contrário, em Portugal, onde a contração do mercado e a reorganização da área de suporte corporativo justificaram o ajustamento da estrutura humana do país e transferências da unidade de negócios Ibéria para a área de suporte corporativo.

Colaboradores por Áreas de Negócio e Região

	2011		2010		Var.	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Head Quarters	182	2,2	103	1,2	79	76,7
Serviços Centrais Grupo	182	2,2	103	1,2	79	76,7
Portugal	1.210	14,7	1.373	16,2	-163	-11,9
Espanha	967	11,7	1.006	11,8	-40	-3,9
Cabo Verde	118	1,4	123	1,4	-5	-4,1
Ibéria & Cabo Verde	2.295	27,8	2.502	29,5	-208	-8,3
Marrocos	206	2,5	198	2,3	8	4,0
Tunisia	222	2,7	211	2,5	11	5,2
Egito	503	6,1	500	5,9	3	0,6
Turquia	817	9,9	824	9,7	-7	-0,8
Mediterrâneo	1.748	21,2	1.733	20,4	15	0,9
Moçambique	584	7,1	464	5,5	120	25,9
África do Sul	483	5,8	534	6,3	-51	-9,6
África Subsaariana	1.067	12,9	998	11,8	69	6,9
Brasil	1.511	18,3	1.629	19,2	-118	-7,2
Peru	2	0,0	4	0,0	-2	-50,0
América Latina	1.513	18,3	1.633	19,2	-120	-7,3
China	971	11,8	1.022	12,0	-51	-5,0
India	481	5,8	502	5,9	-21	-4,2
Ásia	1.452	17,6	1.524	17,9	-72	-4,7
Total	8.257		8.493		-236	-2,8

IDADE



A < 18 anos / 16 / 0,2%
B [25-29] anos / 368 / 4,5%
C [18-24] anos / 924 / 11,2%
D [30-34] anos / 1.250 / 15,1%

E [35-39] anos / 1.130 / 13,7%
F [40-44] anos / 1.127 / 13,6%
G [45-49] anos / 1.331 / 16,1%

H [50-54] anos / 1.083 / 13,1%
I [55-59] anos / 796 / 9,6%
J [60-64] anos / 217 / 2,6%
L ≥ 65 anos / 17 / 0,2%

Colaboradores por Atividade

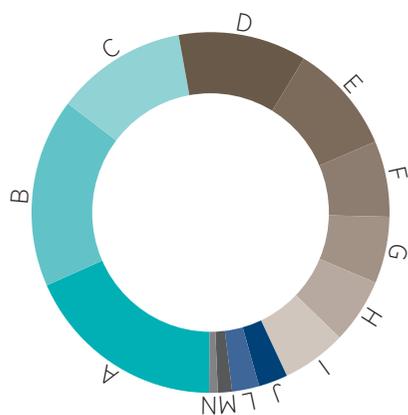
	2011		2010		Var.	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Cimento	5.539	67,1	5.774	68,0	-235	-4,1
Betão	1.343	16,3	1.493	17,6	-150	-10,1
Agregados	434	5,3	482	5,7	-48	-10,0
Argamassas ⁽¹⁾	70	0,8			70	
Outras Atividades	128	1,6	219	2,6	-91	-41,8
Serviços Comuns	562	6,8	422	5,0	140	33,2
Serviços Centrais Grupo ⁽²⁾	182	2,2	103	1,2	79	76,7
Total	8.257		8.493		-236	-2,8

Notas:

⁽¹⁾ Em 2010 as argamassas não eram consideradas actividade isolada (estavam incluídas em "Outras Atividades")

⁽²⁾ Em 2010 nos Serviços Centrais Grupo apenas estava incluído Cimpor Holding, Cimpor Inversiones e CimporTec

NACIONALIDADES



A Brasileira / 1.514
B Portuguesa / 1.404
C Espanhola / 980
D Chinesa / 960
E Turca / 816
F Moçambicana / 564
G Egípcia / 495

H Indiana / 484
I Sul-africana / 481
J Tunisina / 218
L Marroquina / 203
M Cabo-verdiana / 106
N Outras / 32

Angolana	3	Francesa	1	Norte-americana	1
Beninense	1	Ganense	2	Norueguesa	1
Botsuana	1	Guianense	2	Peruana	1
Britânica	1	Guineana	2	Romena	3
Chilena	1	Guineense	3	Senegalesa	2
Dinamarquesa	1	Italiana	1	Ucraniana	1
Dominicana	1	Moldava	2	Uruguaia	1

Formação

	2011		2010		Var.	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Ensino Superior	1.908	23,1	1.689	19,9	219	12,9
Nv.Médio Prof-Vocacional	1.189	14,4	696	8,2	493	70,8
Ensino Secundário	2.708	32,8	3.318	39,1	-611	-18,4
Ensino Básico	1.798	21,8	2.088	24,6	-291	-13,9
Freq. de Ensino Primário	554	6,7	594	7,0	-40	-6,7
Não sabe ler / escrever	101	1,2	97	1,1	4	4,1
Total	8.257		8.493		-236	-2,8

Antiguidade

	2011		2010		Var.	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
< 1 ano	559	6,8	637	7,5	-78	-12,2
[1-2 anos]	1.020	12,4	972	11,5	48	4,9
[3-5 anos]	1.479	17,9	1.474	17,4	5	0,3
[6-10 anos]	1.505	18,2	1.165	13,7	340	29,2
[11-15 anos]	791	9,6	1.081	12,7	-290	-26,8
[16-20 anos]	685	8,3	799	9,4	-114	-14,2
[21-25 anos]	927	11,2	1.014	11,9	-87	-8,6
[26-30 anos]	649	7,9	673	7,9	-24	-3,5
[31-35 anos]	425	5,1	456	5,4	-31	-6,7
[36-40 anos]	180	2,2	194	2,3	-14	-7,0
> 40 anos	37	0,4	31	0,4	6	21,3
Total	8.257		8.493		-236	-2,8

Top Management

Em 31 de Dezembro de 2011, o *Top Management* era composto por 35 colaboradores de 8 nacionalidades distintas. Com uma média etária de 54 anos e 11 anos de antiguidade no grupo de 91% são homens, dos quais 80% com nacionalidade portuguesa.

Género

	2011	2010
Feminino	3	2
Masculino	32	36
Total	35	38

Origem

	2011	2010
África do Sul	1	1
Brasil	1	2
Espanha	1	1
Índia	1	1
Marrocos	1	1
Portugal	28	28
Tunísia	1	1
Turquia	1	1
China		1
Noruega		1
Total	35	38

5. ATIVIDADE DO GRUPO EM 2011

O ano 2011 caracterizou-se pelo aumento da diferença entre o ritmo de crescimento económico dos países emergentes e o dos países mais desenvolvidos, ainda que os primeiros tenham abrandado ligeiramente as suas taxas de crescimento.

Assim, num ano em que a atividade da Cimpor sofreu adversidades importantes em dois dos países tradicionalmente mais rentáveis para a empresa (Portugal e Egito), a recuperação ou crescimento noutros mercados emergentes (Brasil, Moçambique, Turquia e China) aliada aos programas e iniciativas de redução de custos protegeram os resultados da Cimpor e sustentaram a diminuição em apenas 2,2% do seu *EBITDA*, que atingiu os 616,0 milhões de euros.

Principais Áreas de Negócio – Atividade 2011

	Unidade	Portugal ⁽¹⁾	Espanha ⁽¹⁾	C. Verde	Brasil	Egito	Marrocos	Tunisia	Turquia	Moçambique	Áf. Sul	Índia	China
Atividade Cimento													
Capacidade Instalada ⁽²⁾	10 ³ ton	7.034	3.211	-	6.630	4.013	1.290	1.751	3.005	858	1.582	1.167	5.962
Utilização da Capacidade Instalada de clínquer ⁽³⁾	%	51,8%	63,0%	-	86,8%	67,7%	81,5%	87,3%	98,7%	51,4%	65,4%	71,3%	73,8%
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	3.700	2.397	227	5.626	3.226	1.209	1.738	3.034	976	1.230	927	3.893
Quota de Mercado ⁽⁴⁾	%	53,8%	11,4%	81,5%	8,6%	6,4%	7,5%	25,5%	5,5%	78,0%	10,5%	s.s.	s.s.
Atividade Global													
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	378,2	249,8	32,1	688,9	165,6	99,7	83,6	165,6	114,6	148,7	50,8	127,6
Cash-Costs	10 ⁶ euros	278,8	215,1	28,1	478,8	115,7	58,8	59,8	134,4	91,0	89,1	47,4	109,7
Cash Flow Operacional (<i>EBITDA</i>)	10 ⁶ euros	99,4	34,6	4,1	210,1	50,0	40,9	23,8	31,3	23,6	59,7	3,4	17,9
Margem <i>EBITDA</i>	%	26,3%	13,9%	12,6%	30,5%	30,2%	41,0%	28,5%	18,9%	20,6%	40,1%	6,7%	14,0%
Resultados Operacionais (<i>EBIT</i>)	10 ⁶ euros	46,2	-17,9	3,1	166,0	37,6	32,9	17,6	14,4	16,5	46,4	-3,1	8,4
Margem <i>EBIT</i>	%	12,2%	-7,2%	9,6%	24,1%	22,7%	33,0%	21,1%	8,7%	14,4%	31,2%	-6,2%	6,6%
Resultado Líquido	10 ⁶ euros	30,4	-24,0	2,2	117,5	36,1	19,2	16,6	3,7	11,4	32,8	-1,8	-4,8
Working Capital ⁽⁵⁾	10 ⁶ euros	68,0	60,9	0,3	96,4	37,2	26,5	10,6	20,0	16,3	17,5	5,3	42,4
Rentabilidade dos Capitais Empregues (<i>ROCE</i>) ⁽⁶⁾	%	6,8%	-0,6%	14,7%	12,2%	11,8%	29,5%	14,7%	2,3%	13,7%	13,3%	-2,1%	3,4%
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	1.210	967	118	1.511	503	206	222	817	584	483	481	971
Investimentos Operacionais (sem Aquisições)	10 ⁶ euros	17,6	39,0	0,3	98,5	19,3	3,9	10,5	6,4	56,1	6,4	8,9	8,3

⁽¹⁾ Excluindo as áreas comuns ao Grupo

⁽²⁾ Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio

⁽³⁾ Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

⁽⁴⁾ Estimativa

⁽⁵⁾ Fundo de Maneio líquido consolidado, diretamente associado à exploração

⁽⁶⁾ Resultados Operacionais Correntes (Líquidos de Cash Taxes) / Capitais Empregues Médios

Contribuições e Posição Relativa das Áreas de Negócio - 2011

REPARTIÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA DE CIMENTO *



- A** Portugal / 19%
- B** Espanha / 9%
- C** Brasil / 18%
- D** Egito / 11%
- E** Marrocos / 4%
- F** Tunísia / 5%
- G** Turquia / 8%
- H** Moçambique / 3%
- I** África do Sul / 4%
- J** Índia / 3%
- L** China / 16%

* Com clínquer próprio

CONTRIBUIÇÃO PARA O VOLUME DE NEGÓCIOS *



- A** Portugal / 14%
- B** Espanha / 11%
- C** Cabo Verde / 2%
- D** Brasil / 30%
- E** Egito / 7%
- F** Marrocos / 4%
- G** Tunísia / 4%
- H** Turquia / 7%
- I** Moçambique / 5%
- J** África do Sul / 6%
- L** Índia / 2%
- M** China / 6%
- N** Outros / 2%

* Excluindo transacções Intragrupo

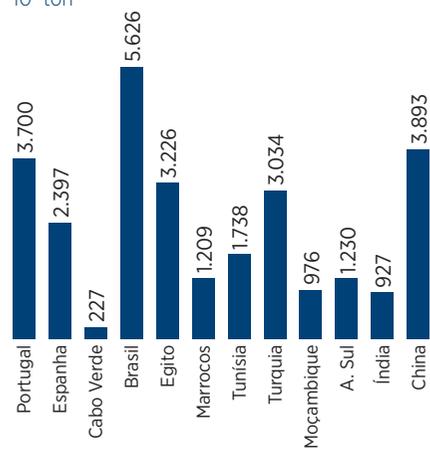
CONTRIBUIÇÃO PARA O CASH FLOW OPERACIONAL (EBITDA)



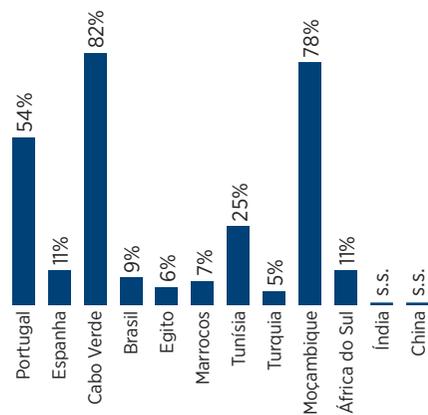
- A** Portugal / 16%
- B** Espanha / 6%
- C** Cabo Verde / 0%
- D** Brasil / 34%
- E** Egito / 8%
- F** Marrocos / 7%
- G** Tunísia / 4%
- H** Turquia / 5%
- I** Moçambique / 4%
- J** África do Sul / 10%
- L** Índia / 0%
- M** China / 3%
- N** Outros / 3%

VENDAS DE CIMENTO E CLÍNQUER

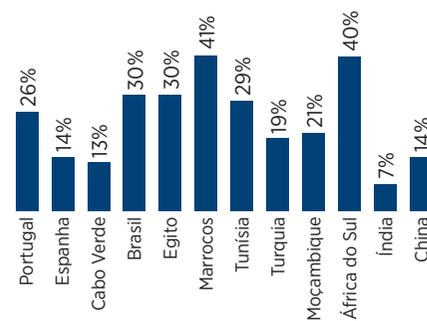
10³ ton



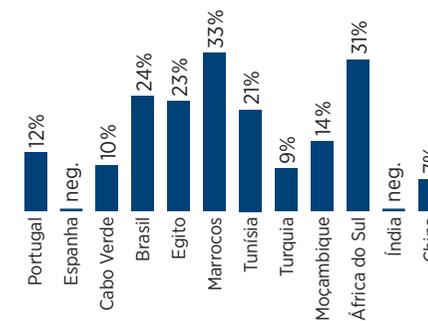
QUOTA DE MERCADO DE CIMENTO



MARGEM EBITDA



MARGEM EBIT



[Desalavancagem da economia leva à contração da procura em 13%](#)

[Mercado interno e menos exportações justificam diminuição das vendas de cimento e clínquer em 18,8%](#)

[Queda do Volume de Negócios minimizada com a venda de licenças de CO₂](#)

[Programa de Redução de custos ameniza quebra da atividade e aumento dos combustíveis](#)

[EBITDA recua 28,0% face a 2010](#)

5.1 ATIVIDADE EM PORTUGAL

	Unidade	2011	2010	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	7.034	7.157	-1,7%
Utilização da Capacidade Instalada de clínquer ⁽²⁾	%	51,8%	67,5%	-15,7 p.p.
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	3.700	4.557	-18,8%
Quota de Mercado ⁽³⁾	%	53,8%	55,5%	-1,7 p.p.
Vendas de Betão	10 ³ m ³	1.805	2.061	-12,4%
Vendas de Agregados	10 ³ ton	4.893	5.651	-13,4%
Vendas de Argamassas	10 ³ ton	103	122	-15,3%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	378,2	438,1	-13,7%
Cash-Costs	10 ⁶ euros	278,8	300,1	-7,1%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	99,4	138,0	-28,0%
Margem EBITDA	%	26,3%	31,5%	-5,2 p.p.
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	46,2	82,3	-43,9%
Margem EBIT	%	12,2%	18,8%	-6,6 p.p.
Working Capital ⁽⁴⁾	10 ⁶ euros	68,0	75,2	-9,6%
Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE) ⁽⁵⁾	%	6,8%	15,6%	-8,7 p.p.
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	1.210	1.373	-11,9%
Investimento Líquido Operacional	10 ⁶ euros	17,6	26,5	-33,7%

⁽¹⁾ Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio

⁽²⁾ Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

⁽³⁾ Estimativa

⁽⁴⁾ Fundo de Maneio líquido consolidado, diretamente associado à exploração

⁽⁵⁾ Resultados Operacionais Correntes (líquidos de Cash Taxes) / Capitais Empregues Médios

O ano ficou marcado pelo agravamento da crise da dívida soberana, que culminou com o pedido de ajuda externa de Portugal em abril de 2011. A economia portuguesa entrou em recessão, tendo o PIB sofrido uma retração que, segundo as últimas estimativas, terá sido de 1,6%. Verificou-se

uma contração do consumo privado derivada essencialmente do aumento do desemprego (que se fixou em cerca de 14%) e, paralelamente, assistiu-se a uma redução do consumo público em consequência da consolidação de contas do Estado para controlar o défice orçamental.

As dificuldades no acesso ao crédito bancário e o aumento de custo do mesmo influenciaram, de forma muito negativa, o setor da construção e obras públicas. Neste enquadramento agravou-se a tendência de descida do consumo de cimento no mercado interno já verificada nos últimos anos, estimando-se que em 2011 tenha regredido cerca de 13%, para as 4,9 milhões de toneladas.

As vendas de cimento e clínquer da Cimpor decresceram 18,8%, tendo atingido as 3,7 milhões de toneladas, em consequência, sobretudo, da retração da procura interna, aliada a uma deterioração das exportações. Apesar do aumento das exportações de cimento para terceiros – atividade de *Trading* - a queda de cerca de 25% nas exportações totais deve-se, fundamentalmente, à menor necessidade de clínquer no Egito.

Relativamente ao betão, registou-se também uma queda nas vendas de 12,4%, ainda assim menor que a do mercado, que terá caído cerca de 13,7%, totalizando 1,8 milhões de metros cúbicos. O consumo de agregados também sofreu em 2011 uma contração profunda em resultado da suspensão ou cancelamento de vários projetos em função da envolvente macroeconómica desfavorável, com a Cimpor a revelar uma diminuição do volume de vendas de 13,4% para as 4,9 milhões de toneladas. No que se refere às argamassas, foram vendidas 103 milhares de toneladas, o que representou uma quebra de 15,3% face a 2010.

O preço de venda do cimento manteve-se estável ao longo do ano (foram apenas efetuados ajustamentos nalguns tipos de produtos), sendo que, em termos médios, o mesmo subiu pouco mais de 1%. Em relação ao betão, a quebra na procura foi responsável por um significativo incremento da agressividade comercial que potenciou a comercialização

de produtos de maior qualidade. Assim, devido sobretudo ao aumento da resistência média do betão vendido, o preço médio ficou 2,3% acima do valor de 2010. Já nos agregados, o preço manteve-se praticamente inalterado em relação ao exercício transato, enquanto nas argamassas, em parte devido à alteração do *mix*, o preço médio subiu mais de 10%.

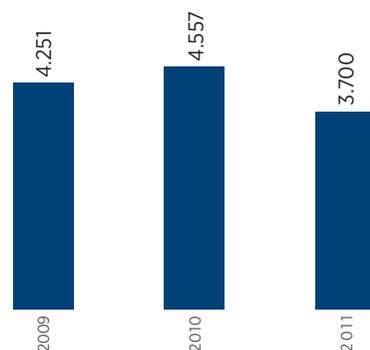
A queda generalizada do volume de vendas das diversas atividades - cimento, betão, agregados e argamassas - explicam a evolução do Volume de Negócios consolidado de Portugal, que caiu 13,7% em relação ao ano anterior, tendo atingido os 378,2 milhões de euros.

Os *Cash-Costs* apresentaram uma redução de 7,1% relativamente a 2010, cifrando-se em 278,8 milhões de euros. A menor produção de cimento e clínquer em 2011 aliada a algumas medidas de ajustamento à conjuntura atual, nomeadamente no âmbito do programa de redução de custos, como o aumento do uso de combustíveis alternativos e a otimização dos custos de logística, permitiram a diminuição dos gastos. Estas medidas foram no entanto insuficientes para fazer face ao incremento dos preços dos principais fatores produtivos, destacando-se os combustíveis que registaram em 2011 uma subida superior a 20%.

O menor volume de vendas, o aumento dos gastos com combustíveis e as quebras de atividade dos betões e agregados levaram à redução do *EBITDA* em 28,0% para os 99,4 milhões de euros. A margem *EBITDA* foi de 26,3%, tendo decrescido 5,2 p.p. em relação ao ano anterior. A venda de licenças de CO₂ mitigou os impactos negativos nos resultados operacionais, ainda que de forma limitada, devido à descida do respetivo preço nos mercados internacionais, sobretudo na parte final de 2011.

VENDAS DE CIMENTO E CLÍNQUER

10³ ton

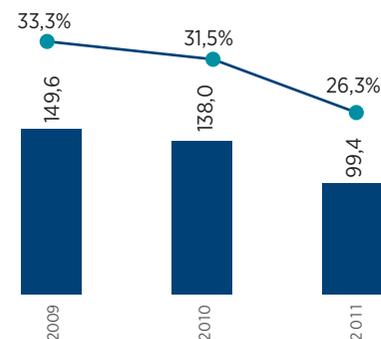


Os investimentos operacionais diminuiram cerca de 34%, tendo atingido os 17,6 milhões de euros e referem-se, maioritariamente, à melhoria das condições de operacionalidade, segurança e ambiente das fábricas de cimento. A recuperação das estruturas de betão em todas as unidades, a aquisição de uma virola para um dos fornos em Alhandra, a substituição do corpo da torre de condicionamento em Souselas e a modernização do analisador de matérias-primas na fábrica de Loulé foram alguns dos investimentos realizados em 2011.

O *Working Capital* foi de 68,0 milhões de euros, reduzindo 9,6% face ao ano anterior, tendo-se verificado uma diminuição simultânea dos saldos de clientes, fornecedores e do nível de stocks em relação a 2010. O decréscimo do volume de vendas provocou a descida dos saldos de clientes e a otimização da gestão de stocks determinou a redução dos níveis dos inventários. Apesar da conjuntura desfavorável, os prazos médios de recebimento não se deterioraram em relação a 2010.

EBITDA E MARGEM EBITDA

10⁶ euros



As previsões para 2012 apontam para uma contração do PIB ainda mais acentuada do que a verificada em 2011. Apesar das boas perspectivas em relação ao desenrolar do plano nacional de barragens, espera-se que o setor da construção continue a tendência de queda evidenciada nos últimos anos, tendo em conta a expectável redução do investimento público e a incerteza da evolução do investimento privado.

Assim, atendendo às condições referidas, não se preveem melhorias significativas nos vários negócios onde a Cimpor atua continuando a ser bastante importante o recurso à exportação de cimento e clínquer como forma de compensar o decréscimo do mercado português. Continuarão as ações no âmbito do programa de redução de custos como forma de minorar a referida quebra de atividade. Assim, e apesar das incertezas que afetam toda a economia nacional, a Cimpor está empenhada em que o *EBITDA* proveniente de Portugal não seja significativamente afetado em relação ao valor de 2011.

5.2 ATIVIDADE EM ESPANHA

	Unidade	2011	2010	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	3.211	3.132	2,5%
Utilização da Capacidade Instalada de clínquer ⁽²⁾	%	63,0%	81,2%	-18,1 p.p.
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	2.397	2.856	-16,1%
Quota de Mercado ⁽³⁾	%	11,4%	10,5%	0,9 p.p.
Vendas de Betão	10 ³ m ³	1.412	1.397	1,1%
Vendas de Agregados	10 ³ ton	3.903	4.233	-7,8%
Vendas de Argamassas	10 ³ ton	125	143	-12,7%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	249,8	272,5	-8,3%
Cash-Costs	10 ⁶ euros	215,1	239,9	-10,3%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	34,6	32,5	6,4%
Margem EBITDA	%	13,9%	11,9%	1,9 p.p.
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	-17,9	-10,5	s.s.
Margem EBIT	%	-7,2%	-3,8%	s.s.
Working Capital ⁽⁴⁾	10 ⁶ euros	60,9	57,2	6,4%
Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE) ⁽⁵⁾	%	-0,6%	-0,6%	s.s.
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	967	1.006	-3,9%
Investimento Líquido Operacional	10 ⁶ euros	39,0	25,3	53,7%

⁽¹⁾ Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio

⁽⁴⁾ Fundo de Maneio líquido consolidado, diretamente associado à exploração

⁽²⁾ Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

⁽⁵⁾ Resultados Operacionais Correntes (líquidos de Cash Taxes) / Capitais Empregues Médios

⁽³⁾ Estimativa

Ainda que, na globalidade de 2011 o PIB tenha crescido 0,7%, recuperando da contração de 0,5% em 2010, os últimos dois trimestres do ano voltaram a mostrar uma derrapagem da economia espanhola, penalizada em grande medida pela diminuição em 1,3% da procura interna. Apesar do

crescimento, as contas públicas registaram uma ligeira melhoria do défice orçamental para 8,1% do PIB (9,3% em 2010) em virtude das fortes medidas de austeridade colocadas em prática pelo Governo na sequência da crise da dívida soberana dos países periféricos da zona Euro. Por outro lado, a

[Procura reduz cerca de 17%, para 20 milhões de toneladas de cimento \(cerca de 1/3 do consumo de 2007\)](#)

[Exploração da moagem de Antequera limita queda das vendas no mercado interno a 10%](#)

[Preço evolui favoravelmente e minimiza efeitos dos fortes incrementos nos combustíveis e eletricidade](#)

[Ações no âmbito do Programa de Redução de Custos contrariam quebra da atividade](#)

[Aumento de 6,4% do EBITDA atingindo os 34,6 milhões de euros](#)

taxa de desemprego que se situou acima dos 23% manteve-se como uma das principais preocupações em Espanha.

O setor da construção, afetado pelo colapso imobiliário, registou em 2011 uma diminuição superior a 10% do número de fogos licenciados e uma queda de 40% ao nível das obras públicas. O consumo de cimento manteve a tendência de descida dos últimos 4 anos e fixou-se nas 20,2 milhões de toneladas, menos 17,2% que em 2010, uma redução de 64% em relação a 2007, ano em que foram consumidas mais de 56 milhões de toneladas de cimento em Espanha.

Nas várias regiões onde a Cimpor opera, apenas a Galiza, com uma quebra de aproximadamente 22%, teve um desempenho inferior à média nacional, tendo-se registado uma diminuição de cerca de 16% na Andaluzia e de 11% nas Canárias.

As vendas de cimento e clínquer da Cimpor decresceram 16,1%, para 2,4 milhões de toneladas, evidenciando assim uma queda ligeiramente inferior à do mercado espanhol. Considerando apenas o mercado interno, as vendas diminuíram apenas 10% tendo para isso contribuído o aumento de cerca de 16% na região sul graças à moagem de Antequera (província de Málaga), tomada de arrendamento no final de 2010. Ao invés, Galiza e Canárias apresentaram reduções de 24,8% e 19,7%, respetivamente.

Com uma redução do consumo de betão em Espanha que se estima tenha sido em torno dos 17%, a Cimpor demonstrou grande resiliência, aumentando as suas vendas em cerca de 1,1% para os 1,4 milhões de metros cúbicos em 2011. Esta subida deve-se principalmente à boa *performance* no mercado da Andaluzia que registou um crescimento

de 13,6%. Os negócios de agregados e argamassas sofreram reduções significativas face ao exercício transato, caindo 7,8% e 12,7%, respetivamente. Em termos absolutos, as vendas de agregados situaram-se nas 3,9 milhões de toneladas e as de argamassas totalizaram 125 milhares de toneladas.

A melhoria dos preços médios de venda do cimento nas regiões da Galiza e Andaluzia, de 6,5% e 5,5%, respetivamente, compensaram a queda de 2,5% que se verificou nas Canárias. A atualização registada ao longo do ano e o final de algumas obras de dimensão importante (com preço abaixo da média global) contribuíram para a subida de 3,1% do preço médio em 2011.

O preço médio do betão aumentou 2,4% em relação a 2010, essencialmente devido ao tipo de produtos vendidos (betões de maior resistência). Relativamente aos agregados e argamassas, a variação situou-se nos 0,8% e 3,8%, respetivamente.

Apesar do aumento de preços generalizado, a queda das quantidades vendidas conduziu a uma diminuição do Volume de Negócios em 8,3%, para cerca de 250 milhões de euros.

Os significativos incrementos dos combustíveis e eletricidade, cerca de 26% e 18%, respetivamente, concorreram fortemente para o agravamento dos custos de produção. Desta forma, e também influenciados pela menor produção e pelas várias medidas colocadas em prática no âmbito do programa de redução de custos, como por exemplo a melhoria de eficiência ao nível dos consumos caloríficos e elétricos, os *Cash-Costs* registaram um decréscimo de cerca de 10%, fixando-se nos 215,1 milhões de euros.

A diminuição do Volume de Negócios foi assim contrariada pela redução dos custos operacionais e ainda pela venda de licenças de CO₂, conduzindo a um acréscimo de 6,4% do *EBITDA* para os 34,6 milhões de euros. A margem foi de 13,9%, mais 1,9 p.p. que no ano transato.

Em 2011, os investimentos da Cimpor em Espanha ascenderam a 39 milhões de euros (cerca de 54% acima de 2010), repartidos, essencialmente, pelas atividades de cimento (24,6 milhões de euros) e agregados (11,5 milhões de euros). Destes montantes, destaca-se o registo contabilístico dos ativos correspondentes à moagem arrendada em Antequera e a aquisição das pedreiras da Arenor, não havendo nesta última operação qualquer liquidação financeira uma vez que a mesma se realizou por troca de ativos e regularização de contas correntes.

O *Working Capital* deteriorou-se cerca de 6,4% fixando-se nos 60,9 milhões de euros. De salientar os decréscimos dos saldos de clientes e de stocks que foram, contudo, insuficientes para fazer face à queda superior a 12% registada nos saldos de fornecedores. Os prazos médios de recebimentos da área de Espanha mantiveram-se sensivelmente ao mesmo nível do ano anterior nas atividades de cimento e betão, tendo melhorado substancialmente na atividade das argamassas ao contrário dos agregados, onde o indicador se deteriorou ligeiramente.

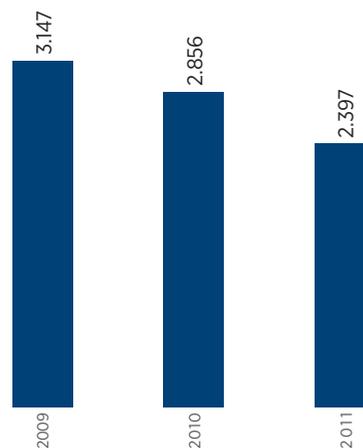
As perspetivas para a economia espanhola em 2012 não são otimistas, prevendo-se uma contração do PIB de cerca de 1,5%. A diminuição da procura interna, essencialmente devido ao forte decréscimo do consumo público, bem como a continuada quebra do investimento na área da construção, deverão influenciar negativamente a evolução da economia. Consentaneamente, também não se esperam melhorias para o mercado

cimenteiro que, em 2012, deverá voltar a registar uma redução.

Para a Cimpor, em virtude das fracas expectativas para a evolução do consumo nacional de cimento, não se espera um aumento do volume de vendas em 2012. No entanto, a perspetiva de diminuição de custos em resultado da aplicação de diversas medidas do Programa BEST e da manutenção da tendência positiva do preço de venda não permitem antever uma deterioração substancial do *EBITDA*.

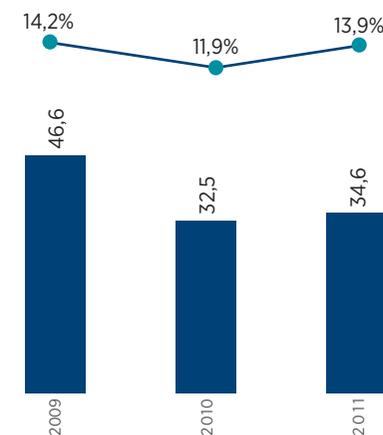
VENDAS DE CIMENTO E CLÍNQUER

10³ ton



EBITDA E MARGEM EBITDA

10⁶ euros



[Ligeira queda do consumo de cimento, evolução favorável do preço](#)

[Vendas de cimento acompanham redução da procura e diminuem 2,9%](#)

[Notável incremento da atividade de agregados](#)

[Otimização dos custos de transporte internos e entre ilhas](#)

[EBITDA cresce 11%, ultrapassando os 4 milhões de euros](#)

5.3 ATIVIDADE EM CABO VERDE

	Unidade	2011	2010	Var.
Vendas de Cimento	10 ³ ton	227	234	-2,9%
Quota de Mercado ⁽¹⁾	%	81,5%	81,0%	0,6 p.p.
Vendas de Betão	10 ³ m ³	35	40	-11,4%
Vendas de Agregados	10 ³ ton	316	108	191,7%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	32,1	31,1	3,3%
Cash-Costs	10 ⁶ euros	28,1	27,4	2,2%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	4,1	3,7	11,0%
Margem EBITDA	%	12,6%	11,8%	0,9 p.p.
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	3,1	2,7	15,5%
Margem EBIT	%	9,6%	8,6%	1,0 p.p.
Working Capital ⁽²⁾	10 ⁶ euros	0,3	2,5	-87,3%
Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE) ⁽³⁾	%	14,7%	9,9%	4,8 p.p.
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	118	123	-4,1%
Investimento Líquido Operacional	10 ⁶ euros	0,3	0,2	124,8%

⁽¹⁾ Estimativa

⁽²⁾ Fundo de Maneio líquido consolidado, diretamente associado à exploração

⁽³⁾ Resultados Operacionais Correntes (líquidos de Cash Taxes) / Capitais Empregues Médios

A economia cabo-verdiana continuou em 2011 a apresentar um crescimento superior a 5%, suportada na *performance* positiva do setor do turismo que continua a ser um dos principais contribuidores para a progressão do PIB. No entanto, o país viu-se afetado pelo aumento dos preços dos combustíveis, que agravou significativamente o custo das importações, e pela conjuntura internacional, que travou o crescimento do investimento direto estrangeiro. A subida dos preços dos combustíveis e dos bens alimentares nos mercados internacionais foi também a principal causa para o incremento da taxa de inflação que, em 2011, segundo as últimas estimativas, deve ter chegado aos 5%.

O setor da construção viu-se limitado pela referida diminuição do investimento estrangeiro, que condicionou o arranque de algumas obras, maioritariamente no setor do turismo. Em consequência, o mercado cimenteiro registou uma quebra aproximada de 4%, tendo sido consumidas cerca de 280 milhares de toneladas.

Acompanhando a tendência do mercado, as vendas de cimento da Cimpor caíram quase 3% em 2011, para as 227 milhares de toneladas, integralmente importadas de Portugal. No que se refere ao betão, assistiu-se a uma diminuição de 11,4%, para os 35 milhares de metros cúbicos vendidos, em virtude, essencialmente, da conclusão de uma obra importante na ilha do Sal. Em relação aos agregados, a evolução foi extremamente positiva, tendo as vendas crescido mais de 190%

em consequência de algumas obras consideráveis nas ilhas do Sal e Santiago. Já na ilha da Boavista, a quebra de atividade levou à suspensão temporária da pedreira aí detida pela Cimpor.

O preço médio de venda do cimento aumentou 3,9% em 2011, atenuando a redução verificada ao nível das quantidades. Fruto do acréscimo das vendas de betão com maior resistência foi possível incrementar o preço de venda nesta atividade em 4,1%. Já nos agregados, devido fundamentalmente à maior quantidade de produtos de baixo valor, o preço médio desceu mais de 40%.

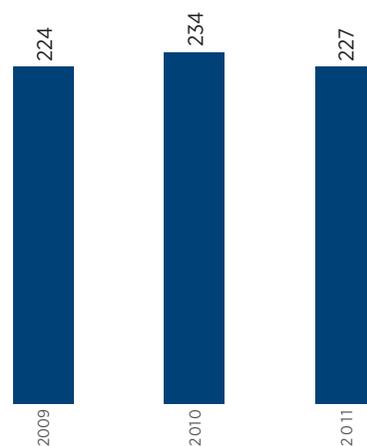
Assim, o Volume de Negócios ascendeu a 32,1 milhões de euros, mais 3,3% que no ano anterior, suportado nos crescimentos da atividade de agregados e do preço de venda do cimento.

Os *Cash-Costs* fixaram-se nos 28,1 milhões de euros em 2011, um aumento de 2,2% face ao ano anterior. É de realçar a otimização na distribuição de cimento interno e entre ilhas e a diminuição de 6% nos custos com pessoal devido à redução do número de colaboradores.

Desta forma, o *EBITDA* registou em 2011 um aumento de 11%, atingindo os 4,1 milhões de euros. A margem *EBITDA* cresceu 0,9 p.p., para os 12,6%.

VENDAS DE CIMENTO E CLÍNQUER

10³ ton



EBITDA E MARGEM EBITDA

10⁶ euros



Foram realizados 0,3 milhões de euros de investimentos operacionais, sendo de destacar a aquisição de um equipamento de descarga de cimento a granel.

O *Working Capital* evoluiu positivamente em 2011, fixando-se em 0,3 milhões de euros, uma redução de 87,3% face ao ano anterior. Verificou-se uma variação positiva de todas as componentes, sendo de enfatizar a diminuição em mais de 30 dias do prazo médio de recebimento do betão.

O aumento da procura interna, baseado num incremento, ainda que moderado, do consumo privado face à previsível redução das pressões inflacionistas, deverá permitir à economia cabo-verdiana, em 2012, apresentar uma taxa de crescimento do PIB equivalente à registada em 2011. As eleições autárquicas e o programa “Casa para todos” lançado em 2011 pelo Governo deverão dinamizar o setor da construção e, conseqüentemente, o consumo de cimento no país.

Em consequência, a Cimpor espera para 2012 uma ligeira recuperação do volume de vendas de cimento. Embora se admita um abrandamento da atividade de agregados, o *EBITDA* do país deverá manter-se em valores semelhantes aos de 2011.

5.4 ATIVIDADE NO BRASIL

	Unidade	2011	2010	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	6.630	6.511	1,8%
Utilização da Capacidade Instalada de clínquer ⁽²⁾	%	86,8%	79,9%	6,8 p.p.
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	5.626	5.327	5,6%
Quota de Mercado ⁽³⁾	%	8,6%	8,8%	-0,2 p.p.
Vendas de Betão	10 ³ ton	1.708	1.502	13,7%
Vendas de Agregados	10 ³ ton	597	160	271,8%
Vendas de Argamassas	10 ³ m ³	210	209	0,5%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	688,9	609,2	13,1%
Cash-Costs	10 ⁶ euros	478,8	418,3	14,5%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	210,1	190,9	10,1%
Margem EBITDA	%	30,5%	31,3%	-0,8 p.p.
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	166,0	162,4	2,2%
Margem EBIT	%	24,1%	26,7%	-2,6 p.p.
Working Capital ⁽⁴⁾	10 ⁶ euros	96,4	87,3	10,4%
Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE) ⁽⁵⁾	%	12,2%	12,5%	-0,4 p.p.
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	1.511	1.629	-7,2%
Investimento Líquido Operacional	10 ⁶ euros	98,5	61,5	60,0%

⁽¹⁾ Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio

⁽⁴⁾ Fundo de Maneio líquido consolidado, diretamente associado à exploração

⁽²⁾ Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

⁽⁵⁾ Resultados Operacionais Correntes (líquidos de Cash Taxes) / Capitais Empregues Médios

⁽³⁾ Estimativa

Após um notável desempenho em 2010, ano em que registou um crescimento de 7,5%, a economia brasileira sofreu em 2011 uma desaceleração, com o PIB a evoluir apenas cerca de 3%. A performance do setor da construção civil (evolução de 3,8% face a 11% em 2010), o

investimento em capital fixo (apenas 2,5% acima de 2010) e a quebra do consumo das famílias contribuíram fortemente para o abrandamento registado em 2011. Embora a inflação tenha atingido o valor mais elevado desde 2004, com 6,6%, a continuada criação de novos postos de trabalho

[Recorde de vendas de cimento e betão, com crescimentos de 6% e 14%, respetivamente](#)

[Bons resultados do Programa de Redução de Custos e melhoria da eficiência industrial](#)

[Melhor EBITDA de sempre superando os 210 milhões de euros \(mais 10% que em 2010\)](#)

[Investimento em capacidade de produção de clínquer em Cezarina e Campo Formoso \(disponível em 2012\)](#)

[Adjudicação dos equipamentos da nova fábrica de Caxitu e da linha 3 de Cezarina](#)

permitiu ao país obter um mínimo histórico de 6% na taxa de desemprego.

A manutenção de um conjunto de estímulos de natureza fiscal e económica, de entre os quais se destacam o PAC (Programa de Aceleração de Crescimento), o Projeto Minha Casa Minha Vida (para apoio à construção de habitação para as populações mais desfavorecidas) e a prorrogação da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados, contribuíram significativamente para que o mercado brasileiro de cimento tenha ultrapassado as 64 milhões de toneladas em 2011, o que representa um incremento de 7,6% face ao ano anterior.

Embora com um crescimento ligeiramente inferior ao da procura brasileira, as vendas de cimento e clínquer da Cimpor atingiram o volume recorde de 5,6 milhões de toneladas, superando em 5,6% os valores de 2010.

Na atividade do betão verificou-se uma subida das vendas de 1,5 milhões de metros cúbicos em 2010 para 1,7 milhões em 2011, um aumento de 13,7% para o qual contribuiu a abertura de 3 centrais fixas e 4 centrais móveis ao longo do ano. A entrada em funcionamento, em setembro de 2010, da pedreira de Cezarina (responsável por mais de metade da produção em 2011), impulsionou fortemente a atividade dos agregados, com as vendas de quase 600 milhares de toneladas a superarem em mais de 270% o volume registado em 2010. Com respeito às argamassas, as quantidades vendidas mantiveram-se praticamente inalteradas, cifrando-se em 210 milhares de toneladas.

Relativamente ao preço de venda do cimento, as melhorias generalizadas em todas as regiões onde a Cimpor opera, resultaram num aumento

médio de cerca de 5%. Os betões e as argamassas também apresentaram subidas acentuadas com os preços de venda a variarem 8,4% e 9,6%, respetivamente. No que respeita aos agregados, a variação foi de 5,5%.

Em consequência do aumento dos volumes de venda, da evolução positiva dos preços e impulsionado pela valorização do real face ao euro em cerca de 1%, o Volume de Negócios do Brasil atingiu os 688,9 milhões de euros, registando um incremento em torno dos 13% face a 2010.

Com uma subida de cerca de 14,5%, os *Cash-Costs* atingiram, este ano, um total de 478,8 milhões de euros. Pese embora se tenha verificado uma assinalável melhoria ao nível dos consumos térmicos e elétricos, a Cimpor foi afetada pelos significativos aumentos dos preços dos combustíveis (10%) e eletricidade (11%). Adicionalmente, fruto de reorganizações nas estruturas internas e da forte procura do mercado por recursos humanos qualificados, os custos com pessoal acabaram por se fixar 11% acima dos valores de 2010. Realce para as melhorias na eficiência industrial, que contribuíram para o incremento das produções de clínquer e de cimento em 7,6% e 4,4%, respetivamente, reduzindo assim as necessidades de aquisição de clínquer ao exterior.

O crescimento das vendas em todas as atividades, aliado à evolução positiva dos preços de venda e à implementação de medidas importantes ao nível do controlo dos custos, contribuíram para um máximo histórico do *EBITDA* no Brasil, que superou os 210 milhões de euros, traduzindo-se numa variação superior a 10% relativamente a 2010. A margem *EBITDA*, apesar de ter recuado ligeiramente, manteve-se acima dos 30%, levando a que o país apresente a terceira melhor margem de todo o Grupo Cimpor.

Dos principais investimentos realizados em 2011, há a destacar o *revamping* da linha 1 de Campo Formoso e a ampliação da capacidade na linha 1 da fábrica de Cezarina que possibilitam à empresa, a partir de 2012, o aumento da capacidade anual de produção de clínquer em cerca de 500 milhares de toneladas. É também de realçar a assinatura dos contratos de aquisição de equipamentos para uma nova linha de produção em Cezarina e para a nova fábrica de Caxitu, investimentos de vital importância para a afirmação da Cimpor num dos mais importantes mercados no seu *portfólio*.

No que respeita ao *Working Capital*, a aceleração da procura não permitiu melhorias significativas no prazo médio de recebimento. Embora na atividade dos betões tenha sido possível manter os valores do ano anterior, nas restantes atividades os prazos de recebimento registaram ligeiros agravamentos. A principal variação ocorrida centrou-se, essencialmente, no aumento de 32% dos stocks face a 2010. Num país onde a atividade da Cimpor está muito dispersa geograficamente, a distância aos portos e as dificuldades logísticas tornam a gestão de stocks um desafio no curto prazo. O valor total de 96,4 milhões de euros do *Working Capital* foi superior em 10,4% aos 87,3 milhões de 2010.

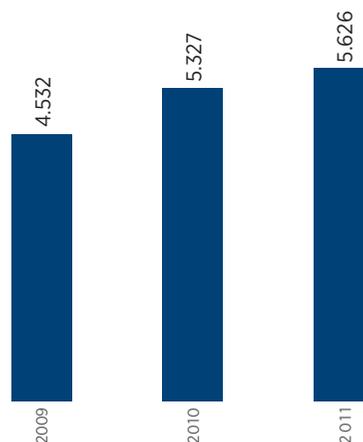
As perspetivas para 2012 apontam, novamente, para um crescimento económico moderado, essencialmente devido à crise que assola os principais mercados internacionais. Esperam-se medidas fiscais de incentivo à economia por parte do Governo Federal e a atuação do Banco Central na redução das taxas de juro, como forma de estimular o consumo. A realização de eleições municipais durante o ano em curso, os programas de habitação popular (como o já referido “Minha Casa Minha Vida” que aponta para a construção de mais de 600 mil habitações) e as

infraestruturas para a realização do Campeonato do Mundo de Futebol em 2014 e Jogos Olímpicos em 2016 deverão continuar a permitir a expansão do setor da construção nos anos vindouros.

Desta forma, as expectativas indicam para um crescimento na ordem dos 6% no consumo de cimento no Brasil em 2012, estimando-se que a Cimpor consiga acompanhar a tendência de mercado. Os investimentos no aumento da capacidade de produção de clínquer e o programa de redução de custos deverão servir de catalisadores para a manutenção da boa *performance* da Cimpor em 2012, com reflexo em nova evolução positiva do seu *EBITDA*.

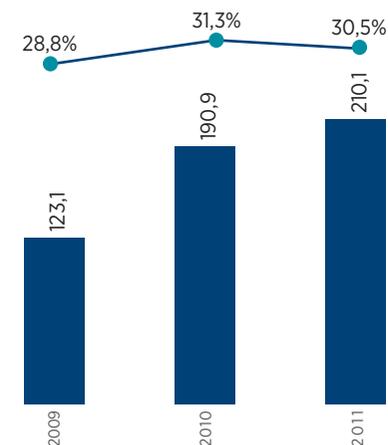
VENDAS DE CIMENTO E CLÍNQUER

10³ ton



EBITDA E MARGEM EBITDA

10⁶ euros



[Atividade fortemente afetada pela turbulência associada à “Primavera Árabe”](#)

[Aumento da oferta \(novos operadores\) com impacto nos preços e nas vendas](#)

[Exportação de clínquer atenua efeitos do decréscimo das vendas no mercado interno](#)

[Produção condicionada pelas paragens extraordinárias e escassez de combustível](#)

[EBITDA diminui 42,5% face a 2010](#)

5.5 ATIVIDADE NO EGITO

	Unidade	2011	2010	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	4,013	4,005	0,2%
Utilização da Capacidade Instalada de clínquer ⁽²⁾	%	67,7%	85,9%	-18,2 p.p.
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	3,226	3,657	-11,8%
Quota de Mercado ⁽³⁾	%	6,4%	7,4%	-1,0 p.p.
Vendas de Betão	10 ³ m ³	35	19	85,9%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	165,6	226,6	-26,9%
Cash-Costs	10 ⁶ euros	115,7	139,8	-17,2%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	50,0	86,9	-42,5%
Margem EBITDA	%	30,2%	38,3%	-8,2 p.p.
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	37,6	72,6	-48,2%
Margem EBIT	%	22,7%	32,1%	-9,3 p.p.
Working Capital ⁽⁴⁾	10 ⁶ euros	37,2	40,2	-7,5%
Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE) ⁽⁵⁾	%	11,8%	25,0%	-13,2 p.p.
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	503	500	0,6%
Investimento Líquido Operacional	10 ⁶ euros	19,3	8,0	140,9%

⁽¹⁾ Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio

⁽²⁾ Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

⁽³⁾ Estimativa

⁽⁴⁾ Fundo de Maneio líquido consolidado, diretamente associado à exploração

⁽⁵⁾ Resultados Operacionais Correntes (líquidos de Cash Taxes) / Capitais Empregues Médios

Após um ano de 2010 em que apresentou claros sinais de retoma com o PIB a crescer a um ritmo superior a 5%, o Egito foi em 2011 consideravelmente afetado na esfera económica pelas consequências da denominada “Primavera Árabe”. A forte contestação social e o conturbado período de transição política conduziram a um crescimento do PIB que se estima ter sido inferior a 2%. A falta de confiança dos

mercados internacionais na retoma da economia provocou a queda acentuada do rating de crédito do país, reduzido 4 vezes ao longo de 2011, para o nível de “junk”. O nível de investimento caiu de forma abrupta e as exportações continuaram a deteriorar-se, provocando uma inversão da Balança de Pagamentos egípcia, tornando-a deficitária.

Apesar da turbulência vivida no país, assistiu-se, ao longo do ano, a um aumento da capacidade instalada de cimento em cerca de 6,4 milhões de toneladas, para um total de 58,5 milhões por ano, fruto de investimentos já iniciados anteriormente. Não obstante o alargamento da oferta disponível o consumo de cimento no país registou um declínio a rondar os 2%, fixando-se nas 48,7 milhões de toneladas.

Face à retração do consumo e ao aumento da oferta, o ano de 2011 ficou marcado por uma quebra no total das quantidades vendidas pela Cimpor em cerca de 12%, que recuaram para valores semelhantes a 2008, ou seja, aproximadamente 3,2 milhões de toneladas. A redução de vendas teria sido ainda superior caso a empresa não tivesse exportado cerca de 130 milhares de toneladas de clínquer por forma a compensar as dificuldades do mercado interno. A falha sistemática no fornecimento de combustível (mazout), ao longo do 2º semestre do ano, originou perdas de produção de clínquer que se estimam em cerca de 0,6 milhões de toneladas, impedindo a Cimpor de aumentar ainda mais as suas exportações. As vendas de betão, apesar de terem duplicado em relação ao ano anterior, são ainda pouco expressivas, e totalizaram 35 milhares de metros cúbicos.

O preço de venda, condicionado pelo aparecimento de novos operadores em busca de quota de mercado, registou uma descida de cerca de 6% em comparação com o ano anterior.

Como resultado dos fatores descritos e ainda da desvalorização superior a 10% da libra egípcia face ao euro, o Volume de Negócios no Egito sofreu uma queda de 26,9%, para os 165,6 milhões de euros.

O ano ficou assinalado por dois eventos com impacto direto na estrutura

de custos da empresa. Fruto da revolução que assolou todo o país, a fábrica viu-se obrigada a paragens extraordinárias nos meses de fevereiro e maio. A partir do mês de julho, a Cimpor viu-se ainda confrontada com as já referidas falhas sistemáticas no fornecimento de combustíveis que, apesar de nunca terem ocasionado a paragem total da fábrica, levaram a interrupções prolongadas no funcionamento dos fornos. Os acontecimentos referidos, associados aos incrementos extraordinários nos custos com pessoal e aos substanciais aumentos nas taxas para exploração das pedreiras foram apenas parcialmente compensados pela menor necessidade de utilização de clínquer adquirido (devido à quebra das vendas), que recuou quase 60% relativamente ao ano anterior. Desta forma, os *Cash-Costs* registaram uma descida de 17%, fixando-se em 115,7 milhões de euros.

Em consequência da queda do Volume de Negócios e apesar do decréscimo no consumo de clínquer adquirido, a empresa ressentiu-se das paragens de produção e dos vários aumentos de custos, tendo o *EBITDA* caído para 50,0 milhões de euros, menos 42,5% que em 2010. Também ao nível da margem se registou uma diminuição muito significativa de 8 p.p., ficando a mesma ligeiramente acima dos 30%.

A instalação de filtros de mangas nas Linhas 1 e 3, o início do projeto de *revamping* da Linha 2 e a primeira fase de substituição de equipamentos da parte elétrica foram os principais investimentos realizados em 2011, no total de 19,3 milhões de euros.

A manutenção da política de não concessão de crédito (apesar da crescente pressão comercial) e, sobretudo, a forte diminuição do valor dos *stocks* em consequência da menor necessidade de clínquer adquirido

devido à queda das vendas foram os principais responsáveis pela evolução positiva do *Working Capital* que recuou 7,5% para 37,2 milhões de euros.

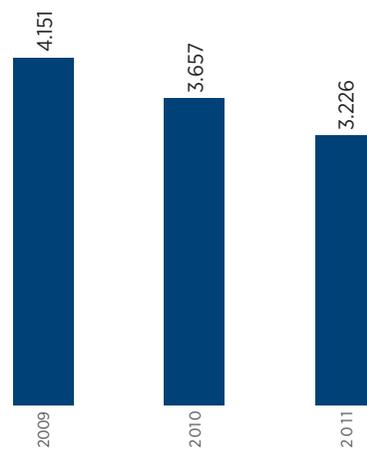
A instabilidade política que ainda se mantém no Egito e a incerteza quanto ao rumo que o país virá a tomar colocam grandes dúvidas relativamente ao futuro imediato da economia local. No que ao mercado cimenteiro diz respeito, o ano de 2012 deverá registar um novo aumento significativo da capacidade de produção instalada, estimando-se que a oferta cresça em cerca de 4,5 milhões de toneladas anuais de cimento o que deverá contribuir para a continuada pressão sobre os preços de

venda. Em contra ciclo com a expansão da oferta, a procura de cimento deverá em 2012 voltar a contrair cerca de 2%.

Apesar de o incremento da oferta local poder vir a obrigar à adaptação da estratégia comercial, a aposta em novos mercados, sobretudo exportação, deverá suportar um ligeiro acréscimo no volume de vendas da Cimpor em 2012. O fim dos subsídios aos combustíveis e eletricidade, previsíveis para o novo ano, poderão ser um fator decisivo no aumento dos custos de produção, originando dificuldades acrescidas para a evolução do *EBITDA* em 2012.

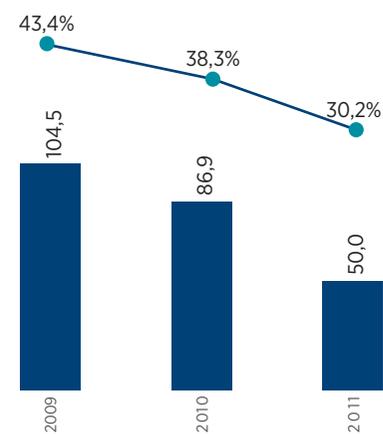
VENDAS DE CIMENTO E CLÍNQUER

10³ ton



EBITDA E MARGEM EBITDA

10⁶ euros



5.6 ATIVIDADE EM MARROCOS

	Unidade	2011	2010	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	1.290	1.327	-2,8%
Utilização da Capacidade Instalada de clínquer ⁽²⁾	%	81,5%	90,4%	-8,9 p.p.
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	1.209	1.135	6,5%
Quota de Mercado ⁽³⁾	%	7,5%	7,8%	-0,3 p.p.
Vendas de Betão	10 ³ m ³	361	351	2,8%
Vendas de Agregados	10 ³ ton	-	45	-100,0%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	99,7	94,5	5,5%
Cash-Costs	10 ⁶ euros	58,8	52,9	11,1%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	40,9	41,6	-1,6%
Margem EBITDA	%	41,0%	44,0%	-3,0 p.p.
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	32,9	35,8	-8,1%
Margem EBIT	%	33,0%	37,9%	-4,9 p.p.
Working Capital ⁽⁴⁾	10 ⁶ euros	26,5	24,7	7,5%
Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE) ⁽⁵⁾	%	29,5%	32,6%	-3,1 p.p.
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	206	198	4,0%
Investimento Líquido Operacional	10 ⁶ euros	3,9	5,4	-28,1%

⁽¹⁾ Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio

⁽²⁾ Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

⁽³⁾ Estimativa

⁽⁴⁾ Fundo de Maneio líquido consolidado, diretamente associado à exploração

⁽⁵⁾ Resultados Operacionais Correntes (líquidos de Cash Taxes) / Capitais Empregues Médios

Apesar da instabilidade da zona Euro e das revoluções político-sociais que afetaram diversos países do mundo árabe, a economia marroquina continuou em 2011 a mostrar uma forte dinâmica, sustentada, sobretudo, numa procura interna robusta, com o PIB a crescer cerca de 5% (4,1%

em 2010). Confirmando o momento favorável que o país atravessa, a Standard & Poor's reiterou em 2011 o rating de Marrocos, após em 2010 o ter elevado de "junk" para "investment grade".

[Crises económicas e sociais nos países vizinhos não afetam dinâmica da economia](#)

[Expansão da construção suporta crescimento superior a 10% do mercado cimenteiro](#)

[Apesar da entrada de um novo operador, vendas aumentam 6,5%](#)

[Limitações na produção originam necessidade de aquisição de clínquer](#)

[Ligeira redução do EBITDA face ao ano anterior \(-1,6%\), mas manutenção da margem acima dos 40%](#)

Superando o ritmo de crescimento demonstrado nos últimos anos, o setor da construção evoluiu acima dos 10%, suportado, essencialmente, pela expansão de habitação social e por infraestruturas de grande dimensão, de entre as quais se destacam o Porto de Tanger e a ligação Casablanca-Tanger em comboio de alta velocidade. Em consequência, o mercado cimenteiro cresceu de forma significativa, a um ritmo superior a 10%, ultrapassando as 16 milhões de toneladas consumidas.

Embora o aparecimento de um novo concorrente tenha colocado maior pressão no lado da oferta, a Cimpor conseguiu adequar a sua estratégia comercial e melhorou em 6,5% as suas vendas face a 2010, excedendo pela primeira vez a fasquia das 1,2 milhões de toneladas. Assim, e beneficiando do crescimento da procura, a quota de mercado diminuiu apenas 0,3 p.p., fixando-se nos 7,5%. Relativamente ao betão, as vendas da Cimpor aumentaram cerca de 3% face a 2010 para os 361 milhares de metros cúbicos.

O aumento dos custos de transporte, em virtude da necessidade de alargar o raio de ação em termos comerciais, refletiu-se na descida do preço médio de venda do cimento em cerca de 1,7%. No betão, apesar do mercado ser também extremamente competitivo, foi possível registar uma melhoria no preço de venda em cerca de 4% relativamente a 2010.

O Volume de Negócios consolidado da Cimpor em Marrocos elevou-se, assim, para aproximadamente 100 milhões de euros, 5,5% superior ao valor de 2010, em consequência direta dos incrementos nos volumes de vendas do cimento e betão, bem como do preço deste último.

A ocorrência de diversos problemas operacionais limitou a produção de

clínquer, tendo a mesma sido inferior em cerca de 10% à de 2010, levando à aquisição de 55 milhares de toneladas deste produto intermédio. Este facto, associado à escalada dos preços dos combustíveis, aos aumentos dos consumos térmico e elétrico, e apesar da diminuição verificada nos custos de manutenção em consequência do programa de redução de custos, fizeram os *Cash-Costs* elevar-se em 11,1%, para um total de 58,8 milhões de euros.

O impacto positivo da subida das vendas de cimento, que influenciou de forma direta o Volume de Negócios, não foi desta forma suficiente para compensar o agravamento dos custos, essencialmente relacionados com a aquisição de clínquer e com o aumento substancial dos preços dos combustíveis, tendo o *EBITDA* gerado por Marrocos diminuído 1,6% para os 40,9 milhões de euros. A margem alcançada, embora recuando 3 p.p., manteve-se num apreciável valor de 41%.

Os investimentos realizados durante o ano de 2011 decresceram 28,1% face ao ano anterior, totalizando 3,9 milhões de euros. Deste montante, na sua maioria afeto à atividade de cimento, há a destacar a finalização do novo silo de cimento e a remodelação de equipamentos na área da expedição. Relativamente à atividade do betão, o principal investimento foi a renovação da central de Salé.

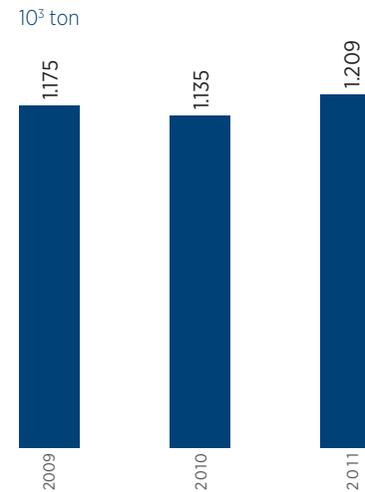
O *Working Capital* deteriorou-se em 7,5%, fixando-se nos 26,5 milhões de euros. A necessidade de adaptar as políticas comerciais da empresa às contingências do mercado refletiu-se no alargamento dos prazos médios de recebimento em 14 e 8 dias no cimento e no betão, respetivamente, e no conseqüente aumento das dívidas de clientes no final de 2011. Em sentido oposto, e reflexo de medidas de gestão anteriormente

aplicadas, foi possível dilatar em mais de 20 dias o prazo de pagamento a fornecedores. Relativamente aos *stocks*, a aquisição de um navio de *petcoke* perto do final do ano acabou por justificar uma subida de cerca de 14% face a 2010.

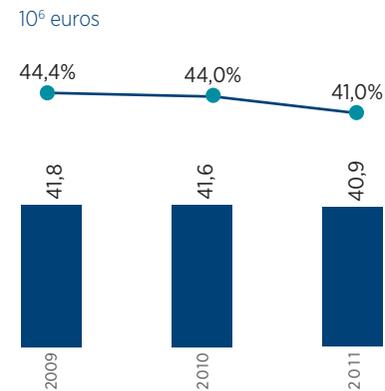
O dinamismo da procura interna, com destaque para a vitalidade do sector da construção e obras públicas, deverá ser o principal motor para que a economia marroquina sustente o crescimento do PIB em 2012, em valores semelhantes aos atingidos em 2011. Embora setores como a agricultura e o turismo tenham ainda um peso importante na economia, têm vindo a ser tomadas várias medidas de incentivo à instalação de novas indústrias, como a produção de automóveis e energias renováveis, cujos efeitos positivos se espera que se comecem a fazer sentir já em 2012.

O mercado cimenteiro, impulsionado pelo forte investimento público na construção de infraestruturas de grande dimensão e pela criação de habitação social, deverá apresentar em 2012 um novo incremento, que se estima de cerca de 3%. Especificamente no que concerne à Cimpor está prevista a comercialização de um novo tipo de cimento que vem suprir uma lacuna em termos de mercado, sendo expectável que, em consequência, as vendas totais da empresa registem um acréscimo face a 2011. No entanto, a dificuldade em fazer refletir nos preços de venda os agravamentos esperados nos custos de produção, nomeadamente na eletricidade, poderá influenciar os resultados da empresa em 2012, não permitindo antever variações significativas face a 2011.

VENDAS DE CIMENTO E CLÍNQUER



EBITDA E MARGEM EBITDA



[“Primavera Árabe”
origina ano de
turbulência a nível
social, económico e
político](#)

[Capacidade de resposta
à crise leva Cimpor à
liderança de mercado](#)

[Vendas idênticas
ao ano anterior,
mantendo-se em 1,7
milhões de toneladas](#)

[Extraordinário
crescimento da
atividade dos
agregados](#)

[Apesar dos aumentos
de combustíveis
e pessoal, EBITDA
cresce 2,5%](#)

5.7 ATIVIDADE NA TUNÍSIA

	Unidade	2011	2010	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	1.751	1.668	5,0%
Utilização da Capacidade Instalada de clínquer ⁽²⁾	%	87,3%	89,3%	-2,0 p.p.
Vendas de Cimento	10 ³ ton	1.738	1.737	0,1%
Quota de Mercado ⁽³⁾	%	25,5%	23,4%	2,0 p.p.
Vendas de Agregados	10 ³ ton	1.098	264	315,5%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	83,6	78,0	7,1%
Cash-Costs	10 ⁶ euros	59,8	54,8	9,1%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	23,8	23,3	2,5%
Margem EBITDA	%	28,5%	29,8%	-1,3 p.p.
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	17,6	16,0	10,4%
Margem EBIT	%	21,1%	20,5%	0,6 p.p.
Working Capital ⁽⁴⁾	10 ⁶ euros	10,6	13,3	-20,0%
Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE) ⁽⁵⁾	%	14,7%	13,6%	1,0 p.p.
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	222	211	5,2%
Investimento Líquido Operacional	10 ⁶ euros	10,5	5,9	79,4%

⁽¹⁾ Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio

⁽²⁾ Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

⁽³⁾ Estimativa

⁽⁴⁾ Fundo de Maneio líquido consolidado, diretamente associado à exploração

⁽⁵⁾ Resultados Operacionais Correntes (líquidos de Cash Taxes) / Capitais Empregues Médios

A “Revolução do Jasmim”, ocorrida em janeiro de 2011 na Tunísia (posteriormente denominada “Primavera Árabe” devido a ter originado várias outras revoluções no mundo árabe), criou um clima de turbulência política, social e económica que afetou o desenvolvimento do país durante o resto do ano. Com impacto em todos os setores da economia,

mas com realce para a área do turismo e das exportações industriais, esta crise provocou a estagnação do PIB, após um ano de 2010 em que o mesmo tinha aumentado quase 4%. Reflexo do fraco dinamismo económico, o desemprego disparou para os 18,3% (13,3% em 2010) enquanto a inflação diminuiu para os 3,5% (4,4% no ano anterior).

O acentuado decréscimo do investimento público e estrangeiro pressionou o consumo de cimento que totalizou, em 2011, 6,7 milhões de toneladas, uma queda de 6,7% comparativamente a 2010. Apesar da conjuntura desfavorável, a Cimpor conseguiu afirmar-se como líder de mercado, com as vendas de cimento a aumentarem cerca de 1% no país. A diminuição do volume de exportações em 35,4%, para as 38 milhares de toneladas, ditou um total de vendas superior a 1,7 milhões de toneladas, valor idêntico ao de 2010.

No que se refere à atividade de agregados, 2011 foi o primeiro ano completo de operações, tendo as vendas excedido as 1,1 milhões de toneladas, um crescimento de 315,5% face a 2010.

O Volume de Negócios registou um incremento de 7,1%, alcançando 83,6 milhões de euros em 2011. Para esta variação contribuíram de forma significativa o aumento do preço médio de venda do cimento em 5,4% (fixado administrativamente pelo Governo) e a assinalável *performance* da atividade de agregados.

Relativamente aos *Cash-Costs*, há a destacar o agravamento superior a 30% do preço dos combustíveis, fruto dos aumentos dos fretes marítimos e do *petcoke* nos mercados internacionais, e a subida de cerca de 25% nos custos com pessoal em virtude da forte contestação social sentida em todo o país. Estes factos, embora atenuados pela redução no consumo de clínquer adquirido (apenas 48 milhares de toneladas em 2011 contra 173 milhares em 2010), tiveram um impacto substancial nos *Cash-Costs*, que sofreram um incremento de 9,1% no ano, totalizando 59,8 milhões de euros.

Revelando uma boa capacidade para lidar com toda a turbulência que a crise social despoletou, a Cimpor conseguiu em 2011 fazer crescer em 2,5% o seu *EBITDA* na Tunísia, que atingiu os 23,8 milhões de euros. Apesar da desvalorização de quase 3% do dinar tunisino em 2011, o aumento do preço de venda do cimento e o desenvolvimento da atividade de agregados foram assim suficientes para, em valor absoluto, compensar a subida dos combustíveis e dos custos com pessoal. A margem *EBITDA* registou uma ligeira queda de 1,3 p.p. fixando-se em 28,5% no final de 2011.

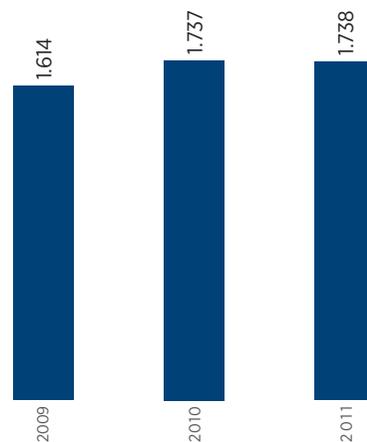
O investimento líquido operacional ascendeu a 10,5 milhões de euros, aumentando aproximadamente 80% comparativamente a 2010. A instalação de um novo filtro de mangas, que possibilitará a redução da emissão de poeiras para o meio ambiente, representou mais de 75% do valor total investido, sendo o remanescente relacionado com um conjunto de trabalhos destinados, essencialmente, a garantir a continuidade operacional dos equipamentos.

O *Working Capital* manteve a tendência favorável do ano anterior, diminuindo 20% para os 10,6 milhões de euros. Este comportamento é resultado de um decréscimo acentuado dos *stocks*, principalmente de clínquer, apesar de um ligeiro agravamento no prazo médio de recebimento de clientes.

Para 2012, as expectativas do Governo tunisino são de um clima de recuperação económica que deverá resultar no crescimento do PIB em cerca de 4,5% e na criação de mais de 75 mil novos empregos. Foi anunciada a intenção de promover as regiões do interior do país dotando-as de infraestruturas de transportes e comunicações que

VENIDAS DE CIMENTO E CLÍNQUER

10³ ton



EBITDA E MARGEM EBITDA

10⁶ euros



possibilitem o seu desenvolvimento. Este investimento em obras públicas associado à crescente iniciativa privada no setor da construção será, certamente, um fator positivo para o mercado cimenteiro, estimando-se que, em 2012, o consumo de cimento cresça aproximadamente 5%, atingindo cerca de 7 milhões de toneladas.

Embora a entrada de um novo operador venha colocar maior pressão a nível comercial, a Cimpor espera, em 2012, manter o volume de vendas no mercado interno e retomar as exportações de forma mais consistente. O esforço realizado pela área de Compras do grupo deverá resultar em poupanças consideráveis na aquisição de combustíveis o que, conjugado com o bom desempenho da atividade de agregados, perspetiva um crescimento, ainda que moderado, do *EBITDA*.

5.8 ATIVIDADE NA TURQUIA

	Unidade	2011	2010	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	3,005	3,027	-0,7%
Utilização da Capacidade Instalada de clínquer ⁽²⁾	%	98,7%	87,3%	11,4 p.p.
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	3,034	2,884	5,2%
Quota de Mercado ⁽³⁾	%	5,5%	5,5%	0,0 p.p.
Vendas de Betão	10 ³ m ³	1,173	1,088	7,8%
Vendas de Agregados	10 ³ ton	1,741	1,719	1,3%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	165,6	154,5	7,2%
Cash-Costs	10 ⁶ euros	134,4	132,6	1,4%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	31,3	22,0	42,4%
Margem EBITDA	%	18,9%	14,2%	4,7 p.p.
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	14,4	-0,6	s.s.
Margem EBIT	%	8,7%	-0,4%	s.s.
Working Capital ⁽⁴⁾	10 ⁶ euros	20,0	25,8	-22,7%
Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE) ⁽⁵⁾	%	2,3%	0,4%	2,0 p.p.
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	817	824	-0,8%
Investimento Líquido Operacional	10 ⁶ euros	6,4	6,4	0,5%

⁽¹⁾ Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio

⁽²⁾ Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

⁽³⁾ Estimativa

⁽⁴⁾ Fundo de Maneio líquido consolidado, diretamente associado à exploração

⁽⁵⁾ Resultados Operacionais Correntes (líquidos de Cash Taxes) / Capitais Empregues Médios

Em contraste com as dificuldades que afetam os países da zona euro e num período de grandes incertezas quanto ao futuro da economia a nível global, a Turquia consolidou a tendência de crescimento que apresenta desde finais de 2009, com o PIB a progredir 8,3%, segundo as previsões mais recentes. Apesar de uma inesperada subida de cerca de 4 p.p. na taxa

de inflação, para os 10,5%, fruto do aumento dos preços do crude e dos alimentos associado a uma forte desvalorização da lira turca face ao euro (aproximadamente 17%), o dinamismo do mercado interno e o elevado nível de investimento público sustentaram resultados muito positivos em diversos indicadores económicos, destacando-se a queda na taxa de

[Economia em forte expansão, com crescimento do PIB superior a 8%](#)

[Volume de vendas recorde, superior a 3 milhões de toneladas de cimento](#)

[Notável acréscimo do preço de venda do cimento \(cerca de 17%\)](#)

[EBITDA aumenta mais de 42%, atingindo mais de 31 milhões de euros](#)

[Desvalorização de 17% da lira turca impede contributo ainda mais positivo](#)

desemprego para os 9,1% (11,2% em 2010) e o aumento das exportações em mais de 20%.

O setor da construção, com destaque para os investimentos em infraestruturas e habitação, foi um dos pilares para o crescimento económico do país com um incremento previsto de 12,7% em 2011. O mercado cimenteiro também registou uma expansão assinalável, aumentando cerca de 14% para um total de 55,6 milhões de toneladas consumidas, mais 7 milhões de toneladas que no ano anterior, o que representa o valor mais elevado de sempre na Turquia. Em sentido oposto, as exportações foram bastante afetadas pela turbulência vivida nos países do Médio Oriente e Norte de África, tendo as mesmas caído mais de 20%.

A Cimpor atingiu um volume de vendas recorde, tendo superado as 3 milhões de toneladas de cimento no mercado interno, mais 366 milhares de toneladas que em 2010, correspondente a um acréscimo de 13,7%. Tendo em conta o nível de procura local, em 2011 não foi efetuada qualquer exportação e foram igualmente reduzidas as vendas de clínquer no mercado interno. Em termos globais, as vendas de cimento e clínquer na Turquia aumentaram 5,2% relativamente ao ano anterior.

Tal como no cimento, também as vendas de betão cresceram substancialmente em 2011, atingindo os 1,2 milhões de metros cúbicos, mais 7,8% que em 2010. A atividade de agregados, depois de no ano transato ter apresentado um aumento de vendas superior a 40%, registou em 2011 um crescimento de apenas 1,3%, tendo sido vendidas 1,7 milhões de toneladas.

Mantendo a tendência positiva de 2010, o preço médio de venda do

cimento mostrou um notável acréscimo de cerca de 17%, sendo que nas atividades do betão e agregados o aumento foi de 14,1% e 2,6%, respetivamente.

Embora influenciado pela forte desvalorização da lira turca face ao euro, o incremento nas quantidades vendidas aliado ao aumento de preços contribuiu para a subida de 7,2% do Volume de Negócios relativamente ao ano anterior (25,2% em moeda local), cifrando-se o mesmo em 165,6 milhões de euros.

Em paralelo com a evolução do mercado, a produção de clínquer excedeu em 350 milhares de toneladas o valor de 2010, sendo determinantes para esse facto os excelentes indicadores de fiabilidade em todas as fábricas. No entanto, apesar da utilização da capacidade instalada se ter aproximado dos 100% houve necessidade de recorrer à aquisição de 125 milhares de toneladas de clínquer. A conjugação deste fator com a subida do preço dos combustíveis (superior a 33%) e do preço da eletricidade no último trimestre do ano foi decisiva para que os *Cash-Costs* registassem, em moeda local, um incremento de 18%, embora, em euros, se traduza apenas num aumento de 1,4%. Realce também para a progressiva utilização de combustíveis alternativos que, embora ainda pouco expressiva, será, no futuro, um dos catalisadores para a redução de custos no país.

Impulsionado pelo significativo aumento das vendas e respetivos preços em todas as atividades, e apesar da desvalorização cambial e do forte impacto do agravamento dos custos com combustíveis e eletricidade e do clínquer adquirido nos *Cash-Costs*, o *EBITDA* atingiu os 31,3 milhões de euros, mais 42,4% que no ano anterior.

Em 2011, os principais investimentos realizados estiveram relacionados com a reativação de um dos fornos (parado durante dois anos) em Sivas e com as obras de reabilitação de um moinho de cru em Çorum. Para além destes, como resposta a novas exigências de cariz ambiental, foram construídas novas instalações destinadas a armazenar resíduos nas várias fábricas. Assim, o investimento líquido operacional foi em 2011 idêntico ao valor de 2010, totalizando 6,4 milhões de euros.

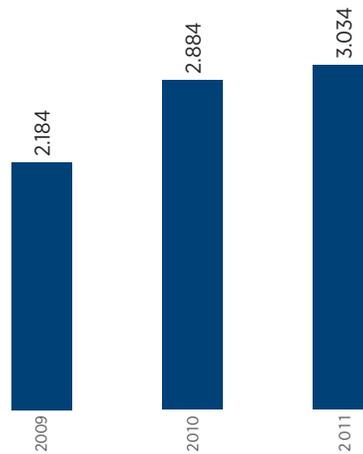
Num ano marcado pelo incremento das vendas, este facto refletiu-se na variação das dívidas de clientes que, a 31 de Dezembro de 2011, registavam um aumento de cerca de 7% quando comparadas com a data homóloga do ano anterior. Embora a tendência de redução do prazo médio de recebimentos tenha sido uma constante ao longo de 2011, o facto de as vendas nos dois últimos meses do ano, influenciadas pelo rigoroso inverno, terem sido bastante inferiores ao mesmo período de 2010 acabou por resultar no alargamento do prazo em 7 dias. Relativamente ao nível de stocks, verificou-se um aumento no final de 2011 justificado pelo esforço em dar uma resposta adequada à expectável subida da procura no início de 2012. No entanto, o notável alargamento das dívidas a fornecedores permitiu compensar os efeitos atrás referidos e assim contribuir para uma melhoria do *Working Capital* tanto em moeda local (cerca de 9%) como em euros (23%).

A diminuição do défice público que, em 2011, se situou acima dos 10% do PIB deverá ser o principal alvo das políticas governamentais em 2012. A incerteza provocada pela crise internacional dos países vizinhos da Turquia e o facto de mais de 50% das suas exportações terem como destino a Europa, instigam a que o crescimento económico do país previsto para este ano sofra uma acentuada desaceleração.

Apesar de perspetivas menos otimistas para a economia turca, o mercado cimenteiro deverá manter uma evolução apreciável, com uma previsão de acréscimo do consumo em 5%, segundo as últimas previsões, suportado no desenvolvimento do setor da construção. Para a Cimpor, este ano apresenta expectativas positivas, com a previsão de crescimento do Volume de Negócios sustentado, essencialmente, na continuada recuperação do preço de venda. Embora os aumentos dos custos dos fatores de produção, com destaque para os combustíveis, possam ter algum impacto nos resultados finais, o *EBITDA* deverá manter a tendência dos últimos 2 anos e registar, novamente, uma variação positiva.

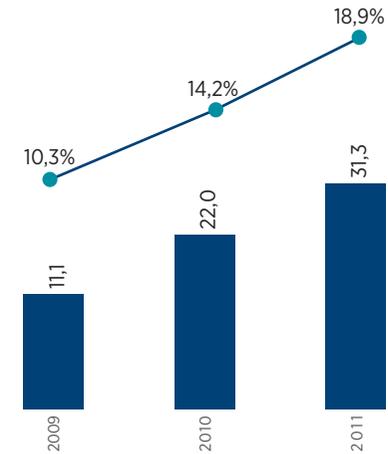
VENDAS DE CIMENTO E CLÍNQUER

10³ ton



EBITDA E MARGEM EBITDA

10⁶ euros



[Incremento significativo do consumo de cimento \(cerca de 15%\)](#)

[Vendas crescem mais de 10%, aproximando-se de 1 milhão de toneladas](#)

[Melhoria da performance industrial aumenta em mais de 30% a produção de clínquer](#)

[EBITDA mais que duplica e atinge os 23,6 milhões de euros](#)

[Valorização do metical em cerca de 8%, em termos médios anuais](#)

[Arranque do novo moinho de cimento na Matola e início da construção do moinho no Dondo](#)

5.9 ATIVIDADE EM MOÇAMBIQUE

	Unidade	2011	2010	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	858	732	17,2%
Utilização da Capacidade Instalada de clínquer ⁽²⁾	%	51,4%	39,2%	12,2 p.p.
Vendas de Cimento	10 ³ ton	976	884	10,4%
Quota de Mercado ⁽³⁾	%	78,0%	81,1%	-3,1 p.p.
Vendas de Betão	10 ³ m ³	132	139	-5,3%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	114,6	88,1	30,2%
Cash-Costs	10 ⁶ euros	91,0	76,6	18,8%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	23,6	11,4	106,5%
Margem EBITDA	%	20,6%	13,0%	7,6 p.p.
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	16,5	2,5	552,8%
Margem EBIT	%	14,4%	2,9%	11,5 p.p.
Working Capital ⁽⁴⁾	10 ⁶ euros	16,3	7,8	108,5%
Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE) ⁽⁵⁾	%	13,7%	3,7%	9,9 p.p.
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	584	464	25,9%
Investimento Líquido Operacional	10 ⁶ euros	56,1	15,2	269,6%

⁽¹⁾ Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio

⁽²⁾ Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

⁽³⁾ Estimativa

⁽⁴⁾ Fundo de Maneio líquido consolidado, diretamente associado à exploração

⁽⁵⁾ Resultados Operacionais Correntes (Líquidos de Cash Taxes) / Capitais Empregues Médios

A economia moçambicana manteve uma *performance* assinalável em 2011, estimando-se um crescimento do PIB de cerca de 7,5%, praticamente idêntico ao do ano anterior (7,4%), suportado no elevado investimento estrangeiro, principalmente na exploração de recursos naturais como o carvão e o gás natural. A valorização do metical face ao euro (cerca de 8%, em termos médios) contribuiu de forma

preponderante para o controlo da inflação que registou uma queda substancial em 2011, fixando-se em 11,2% (menos 5,2 p.p. que no ano anterior).

O setor da construção civil concorreu amplamente para o bom desempenho da economia de Moçambique. Ainda na ausência de dados

oficiais, estima-se que o mesmo tenha crescido entre os 12% e os 14%. A necessidade de dotar o país de infraestruturas logísticas que facilitem a exportação dos recursos minerais afirma-se como um dos principais impulsionadores do crescimento deste setor de atividade.

Fruto do dinamismo da economia, e em particular da construção, estima-se que o consumo de cimento em Moçambique tenha aumentado cerca de 17% em 2011, atingindo 1,4 milhões de toneladas. A incapacidade da produção local para responder à totalidade da procura de cimento no país originou ainda a necessidade de importação de cerca de 350 milhares de toneladas de cimento.

A melhoria significativa da *performance* industrial da fábrica da Matola (e também da moagem de Nacala) permitiu atingir as 976 mil toneladas vendidas em 2011, mais 10,4% que no ano anterior. Em sentido oposto, as vendas de betão atingiram 132 milhares de metros cúbicos, uma queda de 5,3% face a 2010.

A forte valorização do metical em 2011 promoveu as importações de cimento o que, em conjunto com o surgimento de um novo operador na região Sul, causou uma grande pressão sobre os preços, principalmente na segunda metade do ano. Ainda assim, em termos médios, os preços aumentaram cerca de 6% em comparação com o ano anterior, compensando a subida importante de alguns fatores de produção. O preço médio do betão registou um acréscimo bastante mais acentuado, de cerca de 29%, de forma a repercutir o agravamento do custo das matérias-primas e de transporte nas regiões Centro e Norte.

O Volume de Negócios da Cimpor em Moçambique beneficiou ainda da

valorização do metical e atingiu os 114,6 milhões de euros, apresentando um aumento de 30,2% em relação ao ano anterior (19,7% em moeda local).

O ano de 2011 dividiu-se claramente em 2 períodos distintos. Na primeira metade ocorreram diversos problemas operacionais que condicionaram fortemente a *performance* industrial da fábrica da Matola, e, conseqüentemente, a respetiva produção de clínquer e a capacidade da Cimpor em abastecer o mercado. No entanto, após a paragem anual (onde foram efetuados vários trabalhos no âmbito do projeto de reabilitação em curso) o desempenho industrial melhorou de forma muito significativa, consubstanciado num acréscimo da produção de clínquer anual em mais de 30% em relação a 2010 e diminuindo assim a necessidade de importar este produto. Desta forma, o aumento de 18,8% dos *Cash-Costs* (apenas 9,3% em moeda local) foi explicado, essencialmente, pelo maior volume de produção e pela subida de alguns custos importantes como a eletricidade ou o transporte de calcário, que, devido às limitações ferroviárias, teve que ser feito, em parte, através de camiões.

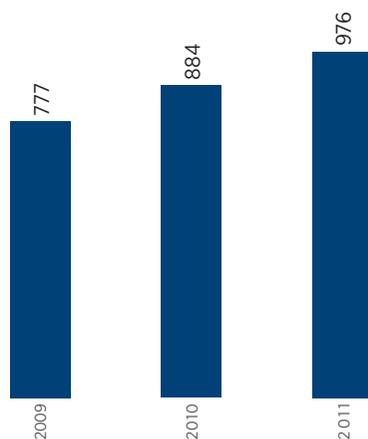
De uma forma geral, o aumento do consumo de cimento e a capacidade da Cimpor em responder a essa procura em condições mais competitivas em resultado da franca melhoria das suas operações, nomeadamente na Fábrica da Matola e na Moagem de Nacala, impulsionados pela valorização do metical, estão na origem do melhor *EBITDA* de sempre no país, no valor de 23,6 milhões de euros, mais do dobro que os 11,4 milhões de euros obtidos em 2010. A margem *EBITDA* também apresentou uma melhoria assinalável, subindo 7,6 p.p. e fixando-se nos 20,6%.

Relativamente aos investimentos operacionais, os mesmos ascenderam a 56,1 milhões de euros, mais 270% que em 2010. Neste valor está incluída a aquisição de 100% do capital da CINAC, empresa detentora de uma moagem de cimento localizada no norte de Moçambique. Destacam-se ainda os investimentos do novo moinho de cimento (que entrou em funcionamento em junho) e de um *by-pass* na fábrica da Matola, o arranque da construção de um moinho de cimento no Dondo, assim como a reabilitação das ensacagens em todas as fábricas.

No que concerne ao *Working Capital*, o mesmo atingiu os 16,3 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumentando mais de 100% em relação ao período homólogo. A expansão da atividade e o agravamento dos prazos médios de recebimentos em 7 dias no cimento e 18 dias no betão são as principais justificações para a duplicação do saldo de clientes. Relativamente a fornecedores e stocks não ocorreram variações significativas pelo que a deterioração deste indicador, em euros, é também, em grande parte, explicada pela forte valorização do metical.

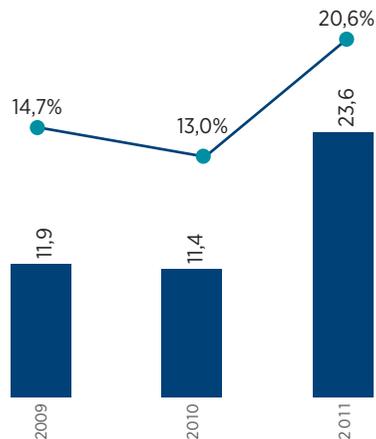
VENDAS DE CIMENTO E CLÍNQUER

10³ ton



EBITDA E MARGEM EBITDA

10⁶ euros



Em 2012 a evolução cambial será determinante e vinculará o comportamento da economia moçambicana, sendo que as últimas previsões apontam para um crescimento do PIB de cerca de 7,5%. As expectativas são promissoras, podendo mesmo ser uma das economias com mais rápido crescimento nos próximos anos e com uma eventual entrada nos 10 maiores exportadores mundiais de carvão. O país precisa de investimentos de suporte à exportação deste minério (linhas ferroviárias, rodoviárias e portos), que, a concretizarem-se, terão impacto direto no setor da construção e no consumo de cimento.

Os últimos meses de 2011 proporcionaram boas perspectivas para a Cimpor em 2012. Espera-se que a melhoria da fiabilidade industrial bem como os investimentos que têm vindo a ser realizados permitam acompanhar o expectável crescimento do mercado, traduzindo-se num incremento das vendas. Prevê-se também uma forte progressão da atividade do betão, com a possibilidade de instalação de mais centrais em novas localizações, contribuindo para a perspectiva de evolução positiva do *EBITDA* da Cimpor em Moçambique.

5.10 ATIVIDADE NA ÁFRICA DO SUL

	Unidade	2011	2010	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	1.582	1.465	8,0%
Utilização da Capacidade Instalada de clínquer ⁽²⁾	%	65,4%	52,0%	13,3 p.p.
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	1.230	1.152	6,8%
Quota de Mercado ⁽³⁾	%	10,5%	10,5%	0,0 p.p.
Vendas de Betão	10 ³ m ³	126	124	1,4%
Vendas de Agregados	10 ³ ton	522	574	-9,1%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	148,7	144,8	2,7%
Cash-Costs	10 ⁶ euros	89,1	85,9	3,6%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	59,7	58,9	1,3%
Margem EBITDA	%	40,1%	40,7%	-0,5 p.p.
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	46,4	45,4	2,3%
Margem EBIT	%	31,2%	31,3%	-0,1 p.p.
Working Capital ⁽⁴⁾	10 ⁶ euros	17,5	15,4	13,4%
Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE) ⁽⁵⁾	%	13,3%	13,1%	0,1 p.p.
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	483	534	-9,6%
Investimento Líquido Operacional	10 ⁶ euros	6,4	5,2	22,2%

⁽¹⁾ Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio

⁽⁴⁾ Fundo de Maneio líquido consolidado, diretamente associado à exploração

⁽²⁾ Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

⁽⁵⁾ Resultados Operacionais Correntes (líquidos de Cash Taxes) / Capitais Empregues Médios

⁽³⁾ Estimativa

Após a recessão de 2009, a economia sul-africana tem vindo a apresentar sinais de recuperação, ainda que de forma moderada, com o PIB a crescer em 2011 cerca de 3,1% (2,6% em 2010). Este crescimento adveio, essencialmente, do aumento do consumo privado, impulsionado pelas baixas taxas de juro praticadas pelo Banco Central. Apesar de a

inflação ter registado uma subida, ainda que ligeira, para os 5% (4,1% em 2010), o maior desafio que se coloca ao governo do país é o controlo da taxa de desemprego que se mantém em aproximadamente 25%.

O setor da construção, após vários anos de forte expansão, vive

[Política comercial e exportações levam ao aumento das vendas em cerca de 7%](#)

[Ligeira retração do preço de venda do cimento](#)

[Melhoria industrial aumenta utilização da capacidade de clínquer em mais de 13 p.p.](#)

[Fortes subidas do preço dos combustíveis, eletricidade e escórias](#)

[EBITDA cresce 1,3% e margem mantém-se acima dos 40%](#)

agora uma fase de abrandamento, muito devido à falta de projetos infraestruturais, revelando um cenário menos otimista para as empresas do setor. Ainda assim, e de acordo com as últimas estimativas, o consumo de cimento cresceu em 2011 3,3%, para um total de 11,2 milhões de toneladas.

A Cimpor seguiu o crescimento do mercado, tendo conseguido incrementar em 3,5% as vendas internamente. A exportação de 50 milhares de toneladas de cimento para Moçambique e Swazilândia ajudou a impulsionar o total das vendas de 2011 para as 1,2 milhões de toneladas, superando em 6,8% o valor do ano anterior.

Relativamente ao betão, o volume de vendas manteve-se praticamente inalterado face a 2010, ao contrário dos agregados em que o mesmo decresceu 9,1% devido à redução do número de projetos em curso relativos a infraestruturas rodoviárias.

O preço médio de venda do cimento, pressionado pela importação, sofreu um decréscimo de cerca de 2,4%. Ao contrário do cimento, no betão e nos agregados foi possível repercutir os fortes aumentos verificados na maioria dos fatores de produção, tendo os preços subido cerca de 11% e 14%, respetivamente.

Assim, o Volume de Negócios, ainda que afetado pela desvalorização do rand face ao euro, registou um crescimento de 2,7% (6,5% em moeda local), para os 148,7 milhões de euros em 2011.

Os Cash-Costs agravaram-se 3,6% (7,5% em moeda local), fixando-se em 89,1 milhões de euros. Concorreram para esta evolução os fortes

acréscimos de preços dos combustíveis e, em particular, da eletricidade, que apresentou uma subida de cerca de 13%. A escassez de escórias no mercado obrigou a uma maior incorporação de clínquer para a produção de cimento, o que teve reflexo direto no agravamento dos custos. É de realçar, no entanto, a melhoria significativa verificada a nível industrial que permitiu aumentar a taxa de utilização da capacidade instalada em 13,3 p.p., e consequentemente, a produção de clínquer em mais de 30%.

O acréscimo do volume de vendas permitiu compensar as subidas dos preços dos combustíveis e da eletricidade, daí resultando um *EBITDA* superior em 1,3% a 2010, no valor de 59,7 milhões de euros.

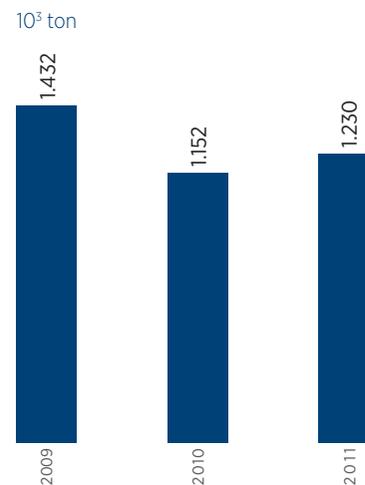
Os investimentos operacionais foram de 6,4 milhões de euros em 2011, aumentando 22,2% em relação a 2010. Este incremento decorre essencialmente da modernização da ensacagem e construção de um novo silo em Newcastle e da substituição do arrefecedor num dos fornos em Simuma.

A adaptação de uma política comercial mais flexível originou a dilatação, em 5 dias, do prazo médio de recebimentos na atividade de cimento o que, conjugado com o aumento das vendas, resultou na duplicação dos saldos de clientes no final de 2011. Relativamente aos fornecedores, assistiu-se, igualmente, ao alargamento em 5 dias dos prazos de pagamentos em virtude da renovação, em condições mais favoráveis, de alguns contratos. Não se verificaram variações significativas ao nível dos stocks. Assim, o *Working Capital* situou-se nos 17,5 milhões de euros, uma subida de 13,4% face a 2010, beneficiando ainda da desvalorização do rand.

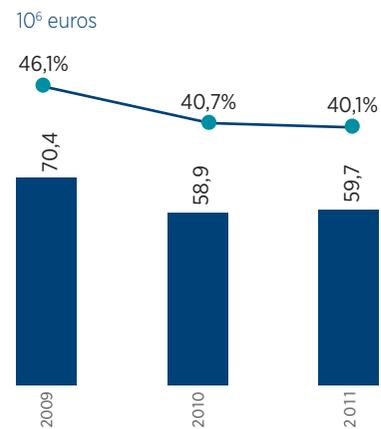
Em 2012 perspectiva-se a continuação de um crescimento moderado do PIB sul-africano, com as últimas previsões a apontarem para cerca de 3,4%. A evolução da economia do país não é alheia ao efeito de contágio da crise internacional, que poderá orientar a direção que as taxas de câmbio do rand irão seguir. O setor da construção deverá manter, de acordo com as últimas estimativas, um crescimento modesto, na ordem dos 3%.

Não se estimando um crescimento significativo da procura de cimento no mercado sul-africano, o principal objetivo da Cimpor para o ano 2012 passará pela manutenção do volume de vendas e, conseqüentemente, da quota de mercado. O ano de 2012 deverá marcar também o início da utilização de combustíveis alternativos o que, para além dos óbvios benefícios a nível ambiental, deverá contribuir para a redução dos custos energéticos. No entanto, o já anunciado aumento do preço da eletricidade e o expectável agravamento do valor das escórias poderão afetar os custos da Cimpor, não se perspetivando uma variação significativa do *EBITDA* em 2012.

VENDAS DE CIMENTO E CLÍNQUER



EBITDA E MARGEM EBITDA



[Acentuado crescimento da procura no estado de Gujarat \(cerca de 17%\)](#)

[Entrada no mercado de novos operadores impede subida das vendas](#)

[Melhoria significativa do preço médio de venda leva ao aumento do Volume de Negócios](#)

[Problemas operacionais afetam produção de clínquer \(queda de 20%\)](#)

[Incrementos substanciais dos combustíveis e da eletricidade](#)

[Desvalorização de 8% da moeda local contribui para diminuição de 22% do EBITDA](#)

5.11 ATIVIDADE NA ÍNDIA

	Unidade	2011	2010	Var.
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	10 ³ ton	1.167	1.149	1,5%
Utilização da Capacidade Instalada de clínquer ⁽²⁾	%	71,3%	89,3%	-18,1 p.p.
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	927	949	-2,4%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	50,8	48,2	5,5%
Cash-Costs	10 ⁶ euros	47,4	43,8	8,2%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	3,4	4,3	-21,9%
Margem EBITDA	%	6,7%	9,0%	-2,3 p.p.
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	-3,1	-2,0	s.s.
Margem EBIT	%	-6,2%	-4,2%	s.s.
Working Capital ⁽³⁾	10 ⁶ euros	5,3	11,9	-55,7%
Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE) ⁽⁴⁾	%	-2,1%	-1,2%	s.s.
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	481	502	-4,2%
Investimento Líquido Operacional	10 ⁶ euros	8,9	2,6	243,1%

⁽¹⁾ Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio

⁽³⁾ Fundo de Maneio líquido consolidado, diretamente associado à exploração

⁽²⁾ Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

⁽⁴⁾ Resultados Operacionais Correntes (líquidos de Cash Taxes) / Capitais Empregues Médios

A Índia continuou em 2011 a apresentar um forte crescimento económico, apesar da subida estimada de 7,4% do PIB denotar um abrandamento face aos cerca de 10% do ano anterior. O setor terciário, com um peso superior a 50% no Produto Interno, continuou a assumir-se como o principal motor de desenvolvimento do país. Debatendo-se a Índia com o desafio de controlar os aumentos de preços sem comprometer o crescimento económico, o ano de 2011 ficou marcado pelo decréscimo

da taxa de inflação em 1,5 p.p., para os 10,5%. Ainda assim, a alta exposição ao preço das *commodities*, a política fiscal expansionista e a desvalorização da rupia podem ameaçar o referido objetivo de estabilidade da inflação.

Segundo as últimas estimativas, o consumo de cimento na Índia terá atingido perto de 229 milhões de toneladas em 2011, uma subida de 10%

em relação ao ano anterior. No estado de Gujarat, onde está localizada a fábrica da Cimpor, o aumento terá sido ainda superior, com as previsões a apontarem para um crescimento de cerca de 17% fruto de vários projetos em curso para dotar o estado de melhores infraestruturas, nomeadamente a nível de transportes e comunicações. O consumo de cimento em Gujarat terá assim chegado perto das 18 milhões de toneladas em 2011, cerca de 8% do total do país.

Apesar do aumento da procura, o volume de vendas da Cimpor registou em 2011 uma quebra de 2,5%, totalizando 927 milhares de toneladas, devido essencialmente à penetração no mercado de novos operadores. De referir ainda que, ao contrário de 2010, ano em que foi possível exportar 47 milhares de toneladas, em 2011 não se efetuaram quaisquer exportações de clínquer.

O excesso de capacidade instalada de produção e o desnivelamento permanente entre a oferta e a procura de cimento provocaram uma grande volatilidade do nível de preços ao longo do ano. Apesar das várias oscilações, o preço de venda, em termos médios, teve um comportamento positivo comparado com 2010, aumentando 13,9%. Esta apreciação compensou a queda registada nos volumes vendidos e permitiu o incremento de 5,5% do Volume de Negócios, que se fixou nos 50,8 milhões de euros.

A evolução positiva do preço de venda foi, no entanto, insuficiente para compensar os significativos aumentos nos principais fatores de produção que ditaram um agravamento dos *Cash-Costs* em 8,2% para 47,4 milhões de euros. De entre os referidos aumentos, destacam-se os dos combustíveis e da eletricidade, em ambos os casos superiores a 20%.

A ocorrência de alguns problemas operacionais, bem como a redução das vendas, condicionaram a produção de clínquer (que recuou cerca de 20% em 2011) e ocasionaram também um incremento dos custos de manutenção de cerca de 8%.

O agravamento dos *Cash-Costs* superior à melhoria observada no Volume de Negócios ditou uma diminuição de 21,9% do *EBITDA* face ao ano anterior, tendo o mesmo atingido os 3,4 milhões de euros. A margem *EBITDA* também desceu para os 6,7%, menos 2,3 p.p. do que em 2010.

Os investimentos operacionais ascenderam a 8,9 milhões de euros, sendo de destacar o projeto de geração de eletricidade a partir da recuperação do calor do processo produtivo. Este projeto encontra-se numa fase avançada de implementação e estima-se que entre em funcionamento no início de 2012.

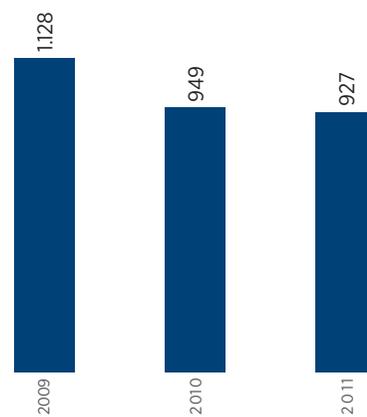
O *Working Capital* apresentou em 2011 uma evolução muito positiva, diminuindo mais de 50% em relação ao ano anterior ao atingir os 5,3 milhões de euros no final do ano. A redução dos *stocks* de clínquer e carvão foi a principal causa da melhoria deste indicador.

É expectável que em 2012 a economia indiana continue a crescer a um ritmo considerável, sendo que as últimas previsões apontam para uma taxa de crescimento na ordem dos 7%. Prevê-se também que a procura de cimento continue a demonstrar uma evolução positiva, sendo expectável que no estado de Gujarat o consumo possa aumentar mais de 10% em 2012. Contudo, também se antecipa um incremento do lado da oferta, com a entrada de mais capacidade instalada durante o ano, o que contribuirá para manter elevada a pressão concorrencial.

Apesar de a expectativa para 2012 apontar para que a Cimpor não aumente significativamente as suas vendas, a melhoria do preço no final de 2011 deverá impulsionar o Volume de Negócios. Por outro lado, várias ações têm vindo a ser tomadas no sentido de contrariar a subida dos *Cash-Costs*, realçando-se a procura de pedreiras mais próximas da fábrica que permitam reduzir o custo do transporte de calcário e a já salientada instalação de um sistema de geração de eletricidade a partir dos gases do processo produtivo. Estes factos, aliados a diversas outras medidas de gestão em implementação, deverão contribuir para o crescimento do *EBITDA* em 2012.

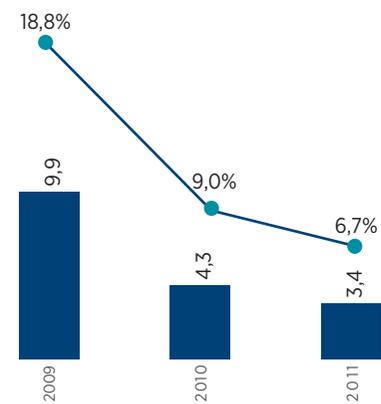
VENDAS DE CIMENTO E CLÍNQUER

10³ ton



EBITDA E MARGEM EBITDA

10⁶ euros



5.12 ATIVIDADE NA CHINA

	Unidade	2011	2010	Var.
Capacidade Instalada ^{(a) (1)}	10 ³ ton	5.962	5.270	13,1%
Utilização da Capacidade Instalada de clínquer ⁽²⁾	%	73,8%	73,1%	0,7 p.p.
Vendas de Cimento e Clínquer	10 ³ ton	3.893	4.105	-5,1%
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	127,6	106,1	20,3%
Cash-Costs	10 ⁶ euros	109,7	97,2	12,9%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	17,9	8,9	100,9%
Margem EBITDA	%	14,0%	8,4%	5,6 p.p.
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	8,4	0,5	1541,0%
Margem EBIT	%	6,6%	0,5%	6,1 p.p.
Working Capital ⁽³⁾	10 ⁶ euros	42,4	28,0	51,3%
Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE) ⁽⁴⁾	%	3,4%	0,3%	3,1 p.p.
N.º de Trabalhadores (31 dez.)	unidades	971	1.022	-5,0%
Investimento Líquido Operacional	10 ⁶ euros	8,3	6,0	39,1%

^(a) Em 2011 foi alterado o critério, passando a ser considerada a capacidade da fábrica de Liyang capacidade de moagem em zona adjacente)

⁽¹⁾ Capacidade de produção de cimento com clínquer próprio.

⁽²⁾ Produção de clínquer / Capacidade instalada (clínquer)

⁽³⁾ Fundo de Maneio Líquido consolidado, diretamente associado à exploração

⁽⁴⁾ Resultados Operacionais Correntes (líquidos de Cash Taxes) / Capitais Empregues Médios

Mantendo a tendência dos últimos 20 anos, a economia chinesa apresentou em 2011 um crescimento superior a 9%, refletindo, no entanto, um ligeiro abrandamento face aos 10,3% alcançados em 2010. A redução do nível de exportações, fruto da conjuntura internacional, assim como as políticas monetárias do Governo, nomeadamente o aumento das taxas de juro e as restrições no acesso ao crédito contribuíram para o referido

abrandamento do crescimento económico. As políticas monetárias foram também importantes no controlo da taxa da inflação, que em 2011 atingiu os 5,4%.

Consentâneo com a alta taxa de crescimento económico, também o setor da construção demonstrou um comportamento positivo assinalável,

Elevado crescimento económico, embora com abrandamento em relação a 2010

Incremento significativo do preço médio de venda

EBITDA cresce 100% atingindo cerca de 18 milhões de euros

Melhoria do preço e medidas de gestão impulsionam subida da margem

com reflexo na expansão do mercado cimenteiro. De acordo com as últimas estimativas, o ano de 2011 fica marcado por mais um recorde ao nível do consumo de cimento, que terá ultrapassado os 2 mil milhões de toneladas, ou seja, um incremento superior a 15% comparado com os dados do ano anterior.

Apesar da retração de cerca de 5%, as vendas da Cimpor na China ultrapassaram em 2011 as de Portugal, tornando-se este país o segundo maior contribuidor, em volume, para o Grupo. A decisão estratégica de maior aposta na venda de clínquer, cuja margem foi durante o ano mais interessante que a do cimento, e o aumento da capacidade de produção de outros operadores durante o 2º semestre acabaram por ser os principais causadores de as vendas se situarem ligeiramente abaixo dos 4 milhões de toneladas, ao contrário do que ocorreu em 2010, ano em que essa barreira foi ultrapassada.

Na sequência desde o último semestre de 2010, de condições de mercado mais favoráveis, os preços médios de venda de cimento e clínquer registaram aumentos significativos, acima dos 20%, contribuindo, de forma decisiva, para a subida de 20,3% do Volume de Negócios que, em 2011, se cifrou em 127,6 milhões de euros.

Ao nível dos *Cash-Costs*, a Cimpor viu-se confrontada com alguns constrangimentos operacionais que se traduziram no incremento dos custos de manutenção. O aumento dos preços dos combustíveis em cerca de 8,5% também contribuiu, de forma determinante, para a subida de 12,9% dos *Cash-Costs*, que atingiram 109,7 milhões de euros.

Após cerca de 4 anos de presença na China, período em que o

investimento da Cimpor se centrou sobretudo na aquisição e expansão das suas unidades industriais, 2011 fica marcado pela aposta no fortalecimento do controlo e melhoria da eficiência das operações. Para o efeito foi designada uma equipa de gestão altamente experiente e qualificada a nível técnico que se espera seja fundamental para o êxito da empresa no país.

As ações já desenvolvidas pela nova equipa de gestão, conjugadas com a subida do preço de venda e com o aumento das vendas de clínquer, foram as principais impulsionadoras do *EBITDA* alcançado que, em 2011, dobrou os cerca de 9 milhões de euros de 2010 e se fixou em 17,9 milhões de euros. A margem acompanhou esta tendência positiva, subindo cerca de 5,6 p.p., para os 14,0%.

Os investimentos líquidos operacionais, embora apresentem um aumento aproximado de 40% face a 2010, com um total de 8,3 milhões de euros, referem-se, essencialmente, a trabalhos relativos à finalização da fábrica de Zaozhuang.

Em consequência da necessidade de adaptar a política comercial à conjuntura do mercado, o prazo médio de recebimentos alargou-se neste exercício com efeitos visíveis no *Working Capital*. Este facto, em conjunto com o aumento do nível de stocks e agravado pela valorização da moeda local face ao euro, fez elevar as necessidades de Fundo de Maneio para 42,4 milhões de euros, superior em cerca de 50% face a 2010.

Estima-se que 2012 seja mais um ano de arrefecimento do crescimento económico na China, com o PIB a manter uma evolução nos 7,5%. As expectativas são que seja dada primazia ao crescimento económico

em detrimento da inflação. Adicionalmente, e uma vez que a receita de impostos tem crescido em larga escala nos últimos anos, esperam-se alguns cortes na carga fiscal no próximo exercício.

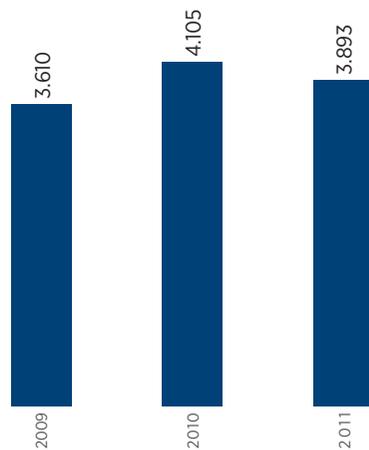
No que concerne ao mercado cimenteiro, é expectável que mantenha o fulgor dos últimos anos devido ao continuado crescimento da procura. O Governo chinês anunciou recentemente diversos projetos infraestruturais de grande dimensão que se espera que fomentem ainda mais a procura

de cimento. Contudo, estas grandes obras públicas serão desenvolvidas fora do raio de ação da Cimpor, não se prevendo que tenham impacto direto nas vendas da empresa.

A entrada de novos operadores no mercado, prevista para o 1º semestre de 2012, na região da fábrica de Zaozhuang, irá impulsionar a oferta de cimento, podendo ter impacto sobre os volumes de vendas e preços praticados pela Cimpor.

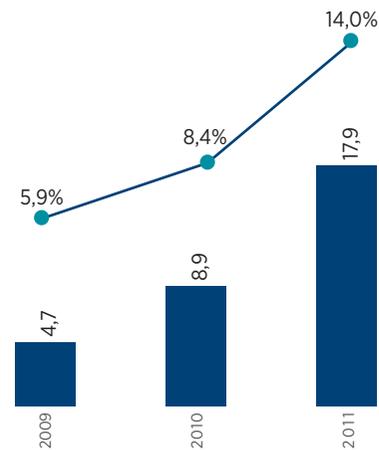
VENDAS DE CIMENTO E CLÍNQUER

10³ ton



EBITDA E MARGEM EBITDA

10⁶ euros



5.13 ATIVIDADE DE TRADING

	Unidade	2011	2010	Var.
Volume de Negócios	10 ⁶ euros	205,8	147,9	39,1%
Cash Costs	10 ⁶ euros	193,9	138,2	40,4%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	10 ⁶ euros	11,8	9,7	21,8%
Margem EBITDA	%	5,8%	6,6%	-0,8 p.p.
Resultados Operacionais (EBIT)	10 ⁶ euros	10,3	7,9	31,1%
Margem EBIT	%	5,0%	5,3%	-0,3 p.p.
Investimento líquido operacional	10 ⁶ euros	13,2	-4,8	s.s.

A atividade de *Trading* gere o fluxo de compras e vendas entre empresas do Grupo Cimpor e com terceiros. Negociando principalmente produtos como o cimento, clínquer, escórias, cinzas volantes, gesso, petcoke e outros produtos da família do cimento, esta atividade oferece soluções integradas que incluem a venda de produtos e toda a logística associada, onde se incluem as operações portuárias e o transporte até ao destino final.

Em 2011 a atividade de *Trading* ultrapassou as 3 milhões de toneladas transacionadas, um volume semelhante ao de 2010, com variações no mix de produtos, fruto da crescente diversificação da oferta. O clínquer, que em 2010 representou 58% do total das quantidades de produtos

negociados, em 2011 reduziu a sua quota para cerca de 40%, enquanto a do cimento cresceu de 22% em 2010 para 27% no último ano. O conjunto de todos os outros produtos representa ainda menos de um terço das quantidades totais negociadas, aproximando-se desta barreira em 2011.

Quantidades Negociadas por Produto

(10³ t)

	2011	2010	Var. %
Clínquer	1.191,6	1.732,0	-45,3
Cimento	819,4	676,6	17,4
Coque de petróleo	861,4	500,4	41,9
Gesso	72,1	30,7	57,5
Escórias	32,6	44,2	-35,6
Outros Produtos	26,4	24,7	6,9
Quantidade Total Negociada	3.003,6	3.008,6	0,2

O ano de 2011 ficou marcado pela alteração do foco da atividade de *Trading* para o mercado, através da dinamização da oferta a terceiros. Em 2011, as transações de cimento e clínquer com clientes exteriores ao Grupo Cimpor cresceram 71% e representaram já 29% do volume total de vendas.

Vendas no Grupo e a Terceiros

(10³ t)

	2011		2010		Var	
Vendas Intragruppo	1.435,1	71,3%	2.071,0	86,0%	-30,7%	-14,7 p.p.
Vendas a Terceiros	576,0	28,7%	336,6	14,0%	71,1%	14,7 p.p.

A América do Sul e África foram os principais destinos das exportações, com 25% e 49% das vendas totais. O universo geográfico de atuação da atividade de *Trading* da Cimpor inclui o Brasil, a Argélia, Angola, Benim, Cabo Verde, Camarões, Egito, Guiné Equatorial, Emirados Árabes Unidos, Guiné Bissau, Moçambique, Paraguai, S. Tomé e Príncipe, Tailândia e Togo.

Em resultado da crescente confiança na área de *shipping* da Cimpor, praticamente 50% do clínquer e cimento fornecido a clientes externos em 2011 foi vendido numa base CIF/CFR (produto colocado no destino), enquanto em 2010 essa fração não ultrapassava os 26%.

No ano de 2011 registou-se um recorde no transporte marítimo, tendo a frota marítima da Cimpor movimentado cerca de 2,7 milhões de toneladas de produtos em 161 cargas efetuadas entre mais de dez países, um crescimento de 31% em relação a 2010.

Já as operações portuárias alcançaram as 3,8 milhões de toneladas, das quais 56,5% nos portos de Portugal e Espanha, no valor de 17,5 milhões de euros.

No seu conjunto, as atividades de *Trading* e de *Shipping*, atingiram em 2011 um Volume de Negócios de 206 milhões de euros, um acréscimo de 39% face ao ano anterior. Este crescimento consubstanciou-se num incremento de cerca de 22% do EBITDA que alcançou os 11,8 milhões de euros, enquanto a margem registou um ligeiro decréscimo de 0,8 p.p., fixando-se nos 5,8%.

De realçar que durante o ano de 2011, a Cimpor investiu cerca de 26 milhões de dólares na aquisição de um moderno navio, o *Témara*, concebido para o transporte de cargas sólidas a granel, que preencherá as necessidades da empresa no transporte marítimo de longo curso. Este navio, dotado de uma capacidade de carga de 50 mil toneladas, irá operar nas rotas intercontinentais entre Portugal e o Norte de África e a América.

Já em 2012, a empresa adquiriu um segundo navio graneleiro com um porte ligeiramente superior às 20 mil toneladas, mais vocacionado para o transporte de médio curso. Batizado com o nome de *Souselas*, privilegiará as rotas médias, sobretudo na Europa e África.

Estes dois navios vieram renovar integralmente a frota própria da Cimpor, que passa a ter uma idade média inferior a 5 anos, substituindo os anteriores navios *Alhandra* e *Niebla*, vendidos em 2010 e 2011. Com estas aquisições, em 2012 a frota própria da Cimpor deverá assegurar mais de 30% das necessidades globais de transporte da empresa.

6. SUPORTE AOS NEGÓCIOS

6.1 CIMPOR TEC

A Cimpor Tec é o *Competence Center for Cement and Sustainability* responsável pelo apoio às Áreas de Negócios do Grupo. Em 2011, o Sistema de Gestão da Qualidade foi objeto da segunda auditoria de acompanhamento realizada pela APCER, que confirmou a certificação segundo a norma ISO 9001:2008.

Em 2011 a execução do Plano de Atividades das Áreas Técnicas superou os 80%, evidenciando a eficiência na resposta às necessidades das Unidades Operacionais (UO) e a eficácia do portal de Gestão das Atividades da Cimpor Tec que reúne a informação sobre todos os trabalhos planeados e o seu desenvolvimento.

A execução do Programa de *Performance* Cimpor contemplou em 2011 a recolha e validação dos *KPI*, a atualização anual das *Plant Data Sheet*, a preparação e acompanhamento dos Planos de Melhoria de Performance e auditorias aos Indicadores de *Benchmarking* das unidades operacionais de Asment de Témara, Córdoba e Cezarina. A nova ferramenta informática e o *Plant Management Dashboard* que está em desenvolvimento permitirão a cada UO acompanhar a evolução dos seus indicadores e comparar-se com outras UO.

Na área de Engenharia de Processo e Produtos, merecem destaque os trabalhos de avaliação das condições para implementação das ações de melhoria, aumentos de capacidade ou novos investimentos efetivados em diversas UO do Grupo em Espanha, Marrocos, Turquia, Brasil, Egito, Moçambique, China e Índia.

Já na área de matérias-primas, os trabalhos de pesquisa, planeamento de exploração e controle de reservas realizados em 2011 para as UO do Grupo focaram-se em Portugal, Espanha, Marrocos, Egito, Moçambique, China e Índia.

Ao longo do ano, o laboratório central realizou cerca de 50 mil ensaios, um acréscimo de 10% face a 2010, e participou em diversos programas de ensaios nacionais e internacionais. Mais de 90% dos resultados tiveram um desvio inferior a 1,5 pontos (*Z score*).

Os principais projetos de investigação & desenvolvimento em curso dizem respeito aos cimentos beléticos, na sequência da parceria com o Instituto Eduardo Torroja; à "*Liquid Stone*", em associação com o MIT; às pastas de cimento hidratadas com a nano-estrutura e propriedades

químico-mecânicas do CSH e ao mecanismo de hidratação do clínquer com o Instituto Superior Técnico.

2011 foi um ano de intensa atividade no domínio da gestão de projetos de engenharia em curso em Portugal, Espanha, Marrocos, Tunísia, Egito, Moçambique e Brasil, para permitir a utilização de combustíveis alternativos, modernizar as condições de operação e permitir a expansão futura da atividade. Já na vertente de manutenção foi dedicada especial atenção à gestão dos projetos estruturantes da manutenção e à implementação de aplicações de standard para as fábricas do grupo, para além dos trabalhos de avaliação da condição de desempenho de algumas áreas de manutenção e equipamentos das fábricas.

Em 2011, a Cimpor Tec participou nas *Task Force* da *Cement Sustainability Initiative* e num conjunto de ações relacionadas com o plano de ação *Our Agenda for Action* identificou seis áreas-chave no progresso - Proteção climática e gestão das emissões de CO₂, utilização responsável de matérias-primas e combustíveis, segurança e saúde dos trabalhadores, monitorização e divulgação das emissões, impactes em termos do uso da terra e comunidades locais e *Reporting* e Comunicação.

Quase uma centena de técnicos das várias regiões participaram nas ações de formação técnica promovidas pela Cimpor Tec nas áreas de *Raw materials and preparation, Products & Clinker, Maintenance Techniques, Mechanical Equipments' Maintenance, Advanced Grinding* e *Clinker Line Operation & Control*.

6.2 CENTRO DE COMPETÊNCIAS DOS AGREGADOS E DO BETÃO

O *Aggregate & Concrete Competence Center* (A&CCC) foi constituído em 2010 para apoiar o desenvolvimento técnico, operacional e comercial das áreas de negócio (AN) dedicadas às atividades dos Agregados e do Betão Pronto. O seu campo de ação estende-se já a 193 centros de produção em dez países na atividade do Betão Pronto, e a 41 pedreiras e instalações de britagem em sete AN nos Agregados.

Em 2011 a maior preocupação do A&CCC incidiu na introdução de uma gestão mais eficaz e planejada por parte das áreas de negócio, através da implementação de novos procedimentos, da realização de auditorias, da consultoria e de uma abordagem sistematizada da gestão e uso de informação.

A intervenção do A&CCC cobre quatro áreas: *Business Intelligence & Management Reporting*, *Performance & Benchmarking*, *Investments & Engineering* e *Products, Production & Quality*.

Na *Business Intelligence & Management Reporting* foi alcançado o principal objetivo do ano com a implementação de um modelo de informação de gestão harmonizado para a atividade do Betão Pronto em todas as AN e com o desenvolvimento de um sistema idêntico para os Agregados, com data de conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2012.

Com o programa de *benchmarking* e monitorização da performance nas atividades do Betão Pronto e dos Agregados foi possível avaliar a evolução nos indicadores técnicos de *performance* selecionados, identificar a contribuição de cada país e os respetivos potenciais de melhoria e promover a elaboração de planos de ação para otimização e melhoria do desempenho. Em 2011 foi igualmente iniciado o programa de *benchmarking* para os Agregados.

O A&CCC contribui para o programa *BEST* na área do Betão Pronto, assegurando a identificação dos eixos de melhoria, a definição de conceitos e a abordagem à metodologia de cálculo das poupanças alcançadas, coordenando a definição e validação dos objetivos para cada centro de produção, a estruturação dos planos de ação, bem como a monitorização da sua execução e dos seus impactos.

A área *Investments & Engineering* participou na discussão e elaboração dos planos de investimento das AN na área do Betão Pronto e criou uma base global com a inventariação dos equipamentos existentes no grupo, com o objetivo de otimizar os recursos disponíveis e agilizar a sua movimentação entre as AN.

Esta área promove também a inovação tecnológica e a investigação de soluções que permitam melhorias no desempenho de equipamentos e processos, como é o caso do estudo em curso sobre a utilização de filtros prensa para otimizar o consumo de ligante.

A área *Products, Production & Quality* desenvolveu em 2011 vários projetos para divulgação pelas AN dos procedimentos identificados como boas práticas na atividade do Betão Pronto, entre os quais os manuais *Production and Supply of Concrete* e *Formula Optimization*, que descrevem respetivamente as boas práticas para produzir e fornecer betão pronto e as melhores práticas a seguir para selecionar as matérias-primas em função da sua disponibilidade e qualidade.

Numa perspetiva de melhoria contínua, 2011 ficou ainda marcado pela definição de um sistema de avaliação de desempenho dos colaboradores e de outro que aprecia a satisfação dos clientes, com vista a identificar oportunidades de melhoria e antecipar as necessidades do mercado.

Na atividade do A&CCC em 2011 destacam-se ainda as auditorias técnicas efetuadas ao Egito e ao Brasil e a colaboração na profunda reestruturação ocorrida na África do Sul.

6.3 LOGÍSTICA CORPORATIVA

A importância da logística no Grupo Cimpor justificou a criação de uma área de logística corporativa, cuja atividade está repartida pelos departamentos de Política de Logística e Apoio Nacional e Logística Transfronteiriça.

Com a sua missão de coordenar todas as estratégias de logística, esta área define e acompanha a execução das políticas, diretrizes e procedimentos padrão de negociação de contratos, em todas as geografias e atividades.

Em 2011 a intervenção centrou-se nas Áreas de Negócio da Ibéria, Brasil, África do Sul, Índia e China, que representam 65% dos custos de logística do Grupo. Em cada um destes países foram identificadas iniciativas para otimizar os procedimentos logísticos e os custos, e assegurar o alinhamento com os objetivos globais do Grupo, numa intervenção em toda a cadeia de valor que visa maximizar o controlo dos custos, garantindo ao mesmo tempo o melhor nível de serviço.

6.4 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O ano de 2011 ficou marcado pela reestruturação profunda da direção de Sistemas de Informação, responsável pela gestão transversal de todas as disciplinas de Sistemas de Informação da Cimpor. Às áreas de *Projects & Development* e *Technologies & Systems Administration* juntaram-se as novas unidades de *Business Information* e de *Security & Auditing* visando, respectivamente, dar suporte às necessidades de informação não padronizadas do Grupo e o reforço da segurança dos sistemas.

Na vertente de *Security & Auditing*, o foco incidiu nas políticas de acesso à informação crítica do negócio, onde foi feito um trabalho exaustivo de diagnóstico e reforço da segurança.

No domínio de *Projects & Development* merece especial relevância a sistematização de um template global para implementação dos processos de negócio das áreas Financeira, Logística e Comercial, extensivo a todas as atividades do Grupo e usando soluções SAP. Salienta-se ainda a implementação do Módulo e *Cockpit* de Gestão e Controlo de Crédito nas várias atividades, cuja ligação a dados externos permite a classificação automática de clientes.

Os projetos de melhoria no *datacenter* central do Grupo e no site de *disaster recovery* introduziram as mais recentes tecnologias disponibilizadas pelo mercado, com ganhos óbvios na otimização dos recursos e manutenção. A área de *Technologies & Systems Administration* desenvolveu ainda diversos projetos de reformulação e atualização de sistemas e redes.

6.5 COMPRAS CENTRALIZADAS

Ciente dos ganhos de eficiência que os processos de compras e de *procurement* podem aportar aos resultados da empresa, a Cimpor criou em junho de 2011 uma estrutura centralizada de compras que ficou integrada na área corporativa de Suporte aos Negócios.

Concluído em novembro, o projeto de constituição desta nova estrutura concebeu a função de compras centralizadas segundo as melhores práticas internacionais, estabelecendo um novo modelo organizativo e um conjunto de processos de compras, assim como a capacitação e formação de equipas qualificadas em *procurement*.

A Central de Compras foi desenhada para corresponder às necessidades de compra para as várias categorias de bens e serviços próprios da indústria, com especial enfoque na padronização dos processos de aquisição em todas as áreas de negócio do Grupo e na sua orientação para um *total cost of ownership* otimizado.

O trabalho que está a ser desenvolvido pela Central de Compras visa igualmente o desenvolvimento e consolidação de procedimentos que permitam desenvolver competências internas transversais a todas as unidades de negócio do Grupo, identificar iniciativas geradoras de poupanças e definir os indicadores-chave de desempenho suscetíveis de monitorização futura.

A atividade da Central de Compras e da sua equipa é enquadrada por um código de conduta próprio, que especifica para esta área o alcance dos princípios da responsabilidade, integridade, rigor e transparência adotados pela Cimpor e expressos no Código de Ética do Grupo.

7. ANÁLISE DA GESTÃO

7.1 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO GLOBAL E SETORIAL

O ritmo de recuperação da economia mundial abrandou em 2011, estimando-se que o crescimento global tenha sido de 3,8%, contra 5,2% em 2010. A expansão foi mais uma vez liderada pelos países emergentes e em vias de desenvolvimento, que, no seu conjunto, devem ter crescido ligeiramente acima de 6%, cerca de 1 p.p. menos que no ano anterior. Estes países não ficaram completamente imunes a vários acontecimentos importantes ocorridos maioritariamente nas economias desenvolvidas, mas com impactos à escala global, como a crise de dívida soberana na zona euro, o terramoto e *tsunami* no Japão e a desaceleração da economia norte americana. Em termos gerais, os países desenvolvidos abrandaram, de forma significativa, o seu crescimento, passando de mais de 3% em 2010 para 1,6% em 2011. Acentuou-se assim, ainda mais, a divergência entre os ritmos de crescimento dos países mais desenvolvidos e os dos emergentes e em vias de desenvolvimento, que reafirmaram a sua importância à escala global.

Outro aspeto a destacar em 2011 é o avultar das pressões inflacionistas, tanto nos países desenvolvidos, como nos emergentes e em desenvolvimento, embora com taxas genericamente superiores nestes últimos. Um dos fatores que contribuiu para o crescimento das taxas de inflação foi o comportamento do preço do petróleo, que, em termos médios, foi superior em cerca de 20% ao valor de 2010.

Os países emergentes e em vias de desenvolvimento, e muito particularmente a China, consumiram em 2011 mais de 90% do cimento mundial. As últimas estimativas apontam para um consumo, a nível global, em 2011, de cerca de 3,6 mil milhões de toneladas, mais 8% que no ano anterior. No entanto, se excluída a China, que se estima tenha ultrapassado pela primeira vez a barreira das 2 mil milhões de toneladas, o aumento terá sido apenas de 5%.

Tal como acontece em relação ao crescimento económico, a variação da procura de cimento foi mais uma vez bastante diferenciada entre os países desenvolvidos e emergentes. Enquanto nos países desenvolvidos a procura deverá ter contraído cerca de 2%, nas economias emergentes o consumo de cimento terá aumentado quase 9% (ou cerca de 5% se excluirmos a China, que por si só viu a sua procura crescer cerca de 10% em 2011).

A contração nos países desenvolvidos foi em grande parte motivada pela queda na Europa Ocidental, que, apesar de algum crescimento em países do norte como a França, Alemanha, Bélgica ou Holanda, viu os países mais afetados pela crise de dívida soberana (Grécia, Irlanda, Itália, Espanha e Portugal) registarem quedas muito significativas.

No que diz respeito aos países emergentes, todas as regiões do mundo apresentaram em 2011 taxas de crescimento do consumo de cimento positivas. Na Europa de Leste, inclui-se e destaca-se o aumento verificado na Turquia, na América latina realce para os incrementos registados no Brasil, Colômbia e Argentina; no Médio Oriente são de referir os crescimentos ocorridos no Iraque e na Arábia Saudita; no resto da Ásia (excluindo a China) merecem relevo o bom comportamento da procura na Índia, Indonésia, Tailândia e Vietname. Em África, apesar de, globalmente, a procura ter aumentado (com destaque para os mercados da Argélia, Marrocos e Nigéria), o ritmo de crescimento foi mais modesto que em 2010 devido às quedas ocorridas nos países onde aconteceram as revoluções da denominada “Primavera Árabe” (Egito, Líbia e Tunísia).

7.2 VENDAS

Crise da dívida soberana e “Primavera Árabe” afetam Ibéria e Egito, respetivamente, e impedem o crescimento das vendas

Em termos consolidados, as vendas de cimento e clínquer da Cimpor em 2011 atingiram as 27,5 milhões de toneladas, diminuindo 2,7% em relação às 28,3 milhões de toneladas de 2010. Os mercados emergentes (abrangendo também o destino das exportações) assumem cada vez maior peso, representando já cerca de 82% do total, mais 3 p.p. do que no ano anterior.

Os importantes aumentos de vendas verificados no Brasil e na Turquia, e, em menor dimensão (em termos absolutos para o Grupo), em Moçambique, na África do Sul e em Marrocos, não foram suficientes para compensar as quedas ocorridas na China, em Espanha, no Egito, e, particularmente, em Portugal, onde diminuíram 18,8% em relação a 2010 (cerca de 850 milhares de toneladas).

VENDAS DE CIMENTO E CLÍNQUER

(Milhares de toneladas)

	2011	2010	Var. %
Portugal	3.700	4.557	-18,8
Espanha	2.397	2.856	-16,1
Cabo Verde	227	234	-3,0
Brasil	5.626	5.327	5,6
Egito	3.226	3.657	-11,8
Marrocos	1.209	1.135	6,5
Tunísia	1.738	1.737	0,1
Turquia	3.034	2.884	5,2
Moçambique	976	884	10,4
África do Sul	1.230	1.152	6,8
Índia	927	949	-2,4
China	3.893	4.105	-5,1
Intra-Grupo	-667	-1.208	
Consolidado	27.515	28.269	-2,7

Acompanhando o decréscimo das vendas, a taxa de utilização da capacidade de produção de clínquer do Grupo baixou cerca de 4,6 p.p., fixando-se em 72,1% em 2011. Por países, as reduções de utilização da capacidade verificadas em mercados em contração, como Portugal e Espanha, evoluem em direção oposta às registadas em países onde a procura de cimento tem aumentado substancialmente nos últimos anos, como a Turquia ou Brasil.

Desalavancagem das economias afeta significativamente a procura em Portugal e Espanha

A crise da dívida soberana dos países periféricos da zona euro, onde se incluem Portugal e Espanha, e a consequente desalavancagem das economias afetou de forma muito significativa a procura de cimento naqueles dois países. Tanto no caso de Portugal (que efetuou um pedido de ajuda externa em Abril de 2011), como no caso de Espanha, o esforço de consolidação orçamental e as dificuldades no acesso ao financiamento por parte de empresas e particulares tiveram um impacto elevado na economia, nomeadamente na procura interna, e particularmente nos respetivos setores da construção, que, segundo os últimos dados disponíveis, terão regredido em ambos os casos entre 8 a 10% em relação ao ano de 2010.

O mercado português, que tem vindo a diminuir continuamente desde 2002, sofreu uma das maiores reduções dos últimos anos e deverá ter contraído cerca de 13% em relação a 2010 para aproximadamente 4,9 milhões de toneladas de cimento consumidas. A queda das vendas totais da Cimpor a partir de Portugal foi superior à do mercado interno, atingindo 18,8%, porque, apesar do aumento das exportações de cimento para terceiros, acresce a diminuição de 25% nas exportações totais, fundamentalmente devido à menor quantidade de clínquer expedida para o Egito.

Em Espanha, estima-se que a quebra do consumo tenha sido de cerca de 17%, tendo o valor em termos absolutos ultrapassado ligeiramente as 20 milhões de toneladas. A contração do mercado espanhol tem-se verificado de forma bastante violenta desde 2007, ano em que foram consumidas mais de 56 milhões de toneladas, uma redução superior

a 60% relativamente ao pico de consumo ocorrido naquele ano. No que diz respeito à Cimpor, e apesar da diminuição da exportação, o arrendamento de uma moagem em Antequera (província de Málaga) permitiu que as vendas apresentassem uma redução inferior à do mercado.

Instabilidade social e política condiciona atividade no Egito

A par da Península Ibérica, também as vendas da Cimpor no Egito sofreram uma queda significativa em 2011, tendo recuado quase 12% em comparação com o ano anterior. Esta evolução negativa das vendas é explicada, essencialmente, pelas consequências da denominada “Primavera Árabe”, a revolta popular que tomou conta do país no início de 2011. Em termos económicos, a instabilidade e incerteza que se seguiram à revolução levaram ao abrandamento do crescimento económico para um valor ligeiramente inferior a 2%, quando nos anos anteriores o Egito apresentava, de forma contínua, taxas superiores a 5% ao ano. O abrandamento do crescimento teve também impacto na construção, e consequentemente no consumo de cimento, que se estima tenha regredido cerca de 2% em relação a 2010. Além da diminuição da procura, há ainda outros aspetos que condicionaram o desempenho em termos de vendas da Cimpor. Por um lado, o arranque de novas capacidades levou à diminuição da quota de mercado, e por outro, a instabilidade fruto da situação política, traduzida na paragem da fábrica durante alguns dias em fevereiro e maio e na escassez de combustível para a produção de clínquer levaram à queda das vendas em 11,8% em comparação com o ano anterior. A redução teria sido ainda superior se a Cimpor não tivesse exportado algum clínquer que permitiu atenuar as dificuldades no mercado interno.

ANÁLISE DA GESTÃO

No que diz respeito à atividade de betão, a Cimpor vendeu em 2011 cerca de 6,8 milhões de metros cúbicos, mais 1,0% do que no ano anterior. Em termos globais, são de referir os expressivos aumentos verificados no Brasil (+13,7%) e na Turquia (+7,8%), que compensaram a redução das vendas em Portugal (-12,4%). É ainda de salientar que, em Espanha, apesar da conjuntura extremamente desfavorável (estima-se que o mercado no seu todo tenha caído cerca de 17%), foi possível melhorar as vendas em relação ao ano anterior (+1,1%) devido essencialmente aos incrementos nas regiões do sul (Extremadura e Andaluzia) em consequência do fornecimento de betão a alguns troços de linhas ferroviárias de alta velocidade e centrais termo - solares.

VENDAS DE BETÃO

Betão (1.000 m³)

	2011	2010	Var. %
Portugal	1.805	2.061	-12,4
Espanha	1.412	1.396	1,1
Cabo Verde	35	40	-11,4
Brasil	1.708	1.502	13,7
Egito	35	19	85,9
Marrocos	361	351	2,8
Turquia	1.173	1.088	7,8
Moçambique	132	139	-5,3
África do Sul	126	124	1,4
Total Betão	6.786	6.721	1,0

Relativamente a agregados, a Cimpor aumentou as suas vendas em 2011, atingindo as 13,1 milhões de toneladas, mais 2,5% que em 2010. Neste negócio, merece destaque a Tunísia, onde, no primeiro ano completo de atividade (em 2010 a exploração iniciou-se no final do 1º semestre) as vendas passaram de 264 milhares de toneladas em 2010 para quase 1,1 milhões de toneladas em 2011 (+315,5%). Também em Cabo Verde (+191,6%), devido ao fornecimento de algumas obras de dimensão considerável, e no Brasil (+271,8%), em consequência da abertura de uma nova pedreira em Cezarina em setembro de 2010, as vendas aumentaram substancialmente em relação ao ano anterior. Os aumentos atrás referenciados compensaram assim as quedas ocorridas sobretudo em Portugal (-13,4%) e em Espanha (-7,7%)

VENDAS DE AGREGADOS

Agregados (1.000 ton)

	2011	2010	Var. %
Portugal	4.893	5.651	-13,4
Espanha	3.903	4.228	-7,7
Cabo Verde	316	108	191,6
Brasil	597	160	271,8
Tunísia	1.098	264	315,5
Turquia	1.741	1.719	1,3
Outros	522	619	-15,7
Total Agregados	13.071	12.751	2,5

Nas argamassas, venderam-se 438 milhares de toneladas em 2011, menos 7,6% que em 2010. A redução deve-se à queda das vendas em Portugal (-15,3%) e em Espanha (-12,7%), atenuada por um ligeiro crescimento da atividade no Brasil (+0,5%).

VENDAS DE ARGAMASSAS

Argamassas (1.000 ton)

	2011	2010	Var. %
Portugal	103	122	-15,3
Espanha	125	143	-12,7
Brasil	210	209	0,5
Total Argamassas	438	474	-7,6

7.3 VOLUME DE NEGÓCIOS

O Volume de Negócios consolidado da Cimpor atingiu em 2011 os 2.275,3 milhões de euros, apresentando um crescimento de 1,6% em relação ao ano anterior. Apesar do já analisado decréscimo das vendas de cimento e clínquer e da desvalorização da maior parte das moedas locais em relação ao euro, o aumento das vendas de betão e agregados e, sobretudo, o bom comportamento dos preços de venda na maioria dos países, estiveram na base do incremento deste indicador.

É também de referir que apenas em três dos países onde está presente (Portugal, Espanha e Egito) a Cimpor diminuiu os seus Volumes de Negócios em 2011, precisamente nos que foram mais afetados pelas contingências do ano (crise da zona euro e “Primavera Árabe”); excluindo estes, o Volume de Negócios da Cimpor cresceu 13%.

VOLUME DE NEGÓCIOS

(Milhões de Euros)

	2011	2010	Var. %
Portugal	378,2	438,1	-13,7
Espanha	249,8	272,5	-8,3
Cabo Verde	32,1	31,1	3,3
Brasil	688,9	609,2	13,1
Egito	165,6	226,6	-26,9
Marrocos	99,7	94,5	5,5
Tunísia	83,6	78,0	7,1
Turquia	165,6	154,5	7,2
Moçambique	114,6	88,1	30,2
África do Sul	148,7	144,8	2,7
Índia	50,8	48,2	5,5
China	127,6	106,1	20,3
Trading / Shipping	205,8	147,9	39,1
Outras ⁽¹⁾	-235,8	-200,1	
Consolidado	2.275,3	2.239,4	1,6

⁽¹⁾ Inclui eliminações intra-Grupo

Preços de venda impulsionam crescimento do Volume de Negócios

Entre os 12 países onde a Cimpor está presente, em apenas 3 desses países (Marrocos, África do Sul e Egito) não houve em 2011 uma evolução positiva do preço de venda do cimento em moeda local. A capacidade da Cimpor para repercutir nos preços grande parte dos aumentos de custos ocorridos durante o ano foi assim o principal impulsionador do crescimento do seu Volume de Negócios.

Em relação à variação de preços, assumem particular destaque a China e a Turquia. Na China, a evolução muito positiva do preço resultou, fundamentalmente, da melhoria das condições de mercado a partir de final de 2010, quando a limitação do consumo de energia na província de Jiangsu, zona de atuação da Cimpor, levou à subida abrupta dos preços. Embora os mesmos tenham voltado posteriormente a diminuir, mantiveram-se, durante o ano de 2011, em valores mais elevados que anteriormente, ainda que com uma tendência de descida mais acentuada na parte final do ano em resultado da alteração de alguns pressupostos macroeconómicos e do aumento da oferta.

Na Turquia, o bom comportamento dos preços – acréscimo de 17% em moeda local – esteve essencialmente relacionado com o aumento da procura, em consequência do momento muito favorável que a economia daquele país atravessa – sendo a construção um dos principais pilares do desenvolvimento com um dinamismo notável da atividade residencial e de infraestruturas (como a construção de barragens).

Na Índia, a evolução foi também globalmente bastante favorável, embora com algumas variações importantes ao longo do ano em função do vigor da procura, pressão concorrencial ou condições climáticas, nomeadamente na época das monções.

O Brasil, Moçambique, Cabo Verde, Tunísia e Espanha tiveram também evoluções positivas dos seus preços médios de venda de cimento em 2011. Nos 3 primeiros casos, a variação positiva dos preços foi possível devido ao aumento substancial da procura em resultado do crescimento das economias, ainda que, em Moçambique, o aumento da importação (favorecida pela valorização da moeda local) tenha levado a alguma redução do preço na parte final do ano.

Na Tunísia, o incremento dos preços proveio da aprovação dos mesmos pelo Governo, enquanto em Espanha, além de ter sido possível mitigar a forte subida dos combustíveis, teve algum impacto o facto de terem terminado alguns projetos de dimensão importante em que o preço estava abaixo da média global.

Em Portugal, a variação do preço, embora positiva, foi muito ligeira. Já em Marrocos, na África do Sul e, de forma mais acentuada, no Egito, os preços foram inferiores aos valores médios do ano anterior. Em Marrocos e no Egito, as causas da evolução menos favorável dos preços de venda estão basicamente ligadas ao aumento da oferta através do aparecimento de novos operadores, enquanto na África do Sul, a diminuição do preço prendeu-se com o objetivo de recuperação de alguma quota de mercado.

7.4 CASH-COSTS

Programa global de redução de custos e “turnaround” industrial em Moçambique mitigam a subida generalizada dos combustíveis e eletricidade e minimizam as dificuldades no Egito derivadas da situação política

Os Cash-Costs consolidados da Cimpor atingiram em 2011 o valor de 1.659,3 milhões de euros, crescendo 3,1% em relação ao ano anterior. O crescimento dos Cash-Costs, apesar da diminuição das vendas de cimento e clínquer, é fundamentalmente explicado pelo aumento generalizado dos preços dos combustíveis e eletricidade que foi, em parte, mitigado pelos bons resultados do programa global de redução de custos “BEST”.

Apesar da redução das vendas (-2,7%) e conseqüente diminuição das produções de clínquer (-5,7%) e de cimento (-4,4%), em termos absolutos, os custos com combustíveis sofreram um acréscimo superior a 7% enquanto os custos totais com eletricidade baixaram cerca de 1% em comparação com o ano anterior.

Estas evoluções são conseqüência da subida generalizada dos preços, consubstanciada em aumentos *Like-for-Like* do custo médio da Gcal (energia térmica) de mais de 16% e do Mwh (energia elétrica) de 8% em relação a 2010.

Bons resultados do Programa “BEST” foram essenciais na mitigação da subida dos custos

Os bons resultados já alcançados pelo Programa de Redução de Custos que a Cimpor lançou no final de 2009 - denominado “BEST” - foram essenciais para minimizar o efeito da subida dos principais fatores de produção assim como a diminuição de atividade em alguns mercados. O programa abarca as principais áreas da empresa, como o fabrico de cimento, a logística (quer na componente de compras como de vendas) ou a produção de betão.

O programa “BEST” tem sido um dinamizador de planos de ação, cujos resultados são medidos em termos financeiros, de forma clara e precisa, e comparados com o momento anterior ao início das referidas atuações.

No fabrico de cimento foram tomadas diversas medidas para melhorar a eficiência industrial em consumos específicos (térmico e elétrico), uso de combustíveis alternativos, incorporação de clínquer e custos fixos. De referir que muitas das medidas têm também um impacto ambiental muito positivo devido à redução intrínseca das emissões de CO₂.

Noutro eixo do programa, foram estudadas detalhadamente as estruturas logísticas de alguns países tendo sido identificadas várias oportunidades de melhoria. Para garantir a obtenção dos ganhos inerentes às oportunidades detetadas, foram elaborados vários planos de ação que já começaram a produzir poupanças significativas em 2011.

Também no negócio do betão foram colocadas em marcha, de forma transversal a todo o Grupo, diferentes iniciativas com o objetivo de aumentar a competitividade da Cimpor, particularmente na otimização das composições do betão e na redução dos custos de transporte. O acompanhamento frequente de todas as diligências bem como a

quantificação e controlo rigoroso dos ganhos têm sido fulcrais nos bons resultados obtidos, que ultrapassaram já os 40 milhões de euros no final de 2011, em relação ao ano base.

Tendo em conta o êxito do programa e a necessidade de mitigar a subida dos principais custos de produção e a quebra de atividade em alguns dos mercados, a Cimpor decidiu em 2011 ampliar o seu programa BEST (o qual se passou a chamar BEST+), incorporando novas áreas de atuação como a centralização das compras, a melhoria de eficiência no negócio de agregados e o lançamento de um ambicioso programa de aumento da utilização de combustíveis alternativos, que, fizeram elevar o objetivo de poupança em 2012 de 60 para 75 milhões de euros, estabelecendo também um novo objetivo para 2014 de 100 milhões de euros.

Melhoria substancial das operações industriais em Moçambique

Apesar do arranque menos bom em termos de *performance* do forno da Matola em 2011, os trabalhos de reabilitação operacional efetuados durante a paragem anual, em meados do ano, vieram melhorar, de forma muito significativa, a grande maioria dos indicadores de desempenho industrial. Desta forma, foi possível aumentar a produção de clínquer em mais de 30% em relação ao ano anterior e reduzir em quase 20% a necessidade de importação deste produto. Por outro lado, a melhoria da fiabilidade e diversas outras ações realizadas tiveram também um impacto importante na redução do consumo calorífico, na minimização da incorporação de clínquer e, de uma forma geral, no controlo e redução dos principais custos industriais. O conjunto de melhorias obtidas foi assim essencial para catapultar os resultados de Moçambique, permitindo à empresa dar resposta à forte procura de cimento que se faz sentir no país em condições muito mais competitivas.

7.5 CÂMBIOS

A desvalorização da maioria das moedas em relação ao euro teve um impacto negativo nos resultados da Cimpor em 2011

Ao contrário do que aconteceu em 2010, onde a variação cambial teve um impacto bastante positivo nos resultados da Cimpor, em 2011, em consequência da desvalorização das principais moedas dos países onde o grupo está presente, o efeito foi negativo em cerca de 10 milhões de euros. Ou seja, expurgando o efeito cambial, o *EBITDA* teria permanecido praticamente idêntico ao do ano anterior.

Em termos absolutos, pelo peso dos respetivos países no Grupo e pelas variações cambiais ocorridas, as moedas que mais contribuíram para esta evolução negativa foram a lira turca e a libra egípcia que desvalorizaram, em termos médios em relação ao euro, 16,8% e 10,3%, respetivamente. A lira turca, devido à política cambial levada a cabo pelo banco central, manteve durante todo o ano uma forte tendência de desvalorização em relação ao euro. Já no caso do Egito, a desvalorização aconteceu sobretudo no início do ano em virtude dos acontecimentos sociais e políticos.

Tanto a rupia indiana como o rand sul-africano sofreram no final de 2011 acentuadas desvalorizações, traduzidas em variações anuais médias de -7,8% e -3,7%, respetivamente, que também penalizaram os resultados oriundos daqueles países, com realce para o rand, tendo em conta a importância da África do Sul nos resultados da Cimpor.

O real brasileiro, que no ano passado foi o principal contribuidor para a evolução cambial positiva, acabou por, em termos médios, sofrer apenas uma ligeiríssima valorização de 0,7% em relação ao euro, em 2011, apesar das oscilações ao longo do ano, nomeadamente uma desvalorização acentuada no final do exercício. No entanto, a divisa que mais contribuiu pelo lado positivo foi o metical moçambicano que se apreciou 8,0% em relação ao euro durante o ano de 2011.

7.6 EBITDA

O *EBITDA* da Cimpor em 2011 atingiu os 616,0 milhões de euros, registando uma diminuição de 2,2% relativamente a 2010.

O comportamento favorável dos preços de venda na maioria dos países e as várias medidas de melhoria da eficiência no âmbito do programa “BEST” de redução de custos foram essenciais para contrabalançar os significativos aumentos que sofreram grande parte dos fatores de produção, com destaque para os combustíveis e eletricidade.

Na maioria dos países o comportamento do *EBITDA* foi positivo, com destaque para os incrementos já referenciados oriundos do Brasil, de Moçambique, da Turquia e da China. Estes aumentos resultaram, na maioria dos casos, de um dinamismo económico apreciável (sobretudo Brasil, Turquia e China) aliado a uma melhoria substancial da *performance* (particularmente Moçambique e China) em função das várias medidas de gestão que têm vindo a ser implementadas. Contudo,

o impacto do programa de auxílio a Portugal e da “Primavera Árabe”, resultando em quedas do *EBITDA* de quase 30% em Portugal e de mais de 40% no Egito, acabou por absorver os resultados adicionais gerados nos restantes países. A influência destes acontecimentos foi de tal forma significativa, que, excluindo os contributos provenientes da Península Ibérica e do Egito, o *EBITDA* teria crescido mais de 15% em relação a 2010.

EBITDA

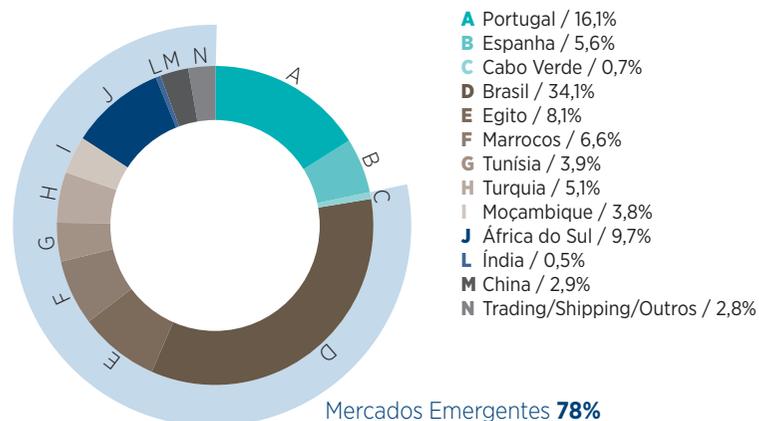
(Milhões de Euros)

	2011	2010	Var. %
Portugal	99,4	138,0	-28,0
Espanha	34,6	32,5	6,4
Cabo Verde	4,1	3,7	11,0
Brasil	210,1	190,9	10,1
Egito	50,0	86,9	-42,5
Marrocos	40,9	41,6	-1,6
Tunísia	23,8	23,3	2,5
Turquia	31,3	22,0	42,4
Moçambique	23,6	11,4	106,5
África do Sul	59,7	58,9	1,3
Índia	3,4	4,3	-21,9
China	17,9	8,9	100,9
Trading / Shipping	11,8	9,7	21,8
Outras	5,4	-2,2	
Consolidado	616,0	629,8	-2,2
Margem EBITDA	27,1%	28,1%	

É ainda de referir que, tanto em Portugal como em Espanha, a queda da procura foi minimizada pela venda de licenças de CO₂, ainda que de forma limitada devido à descida do respetivo preço no mercado, sobretudo na parte final de 2011.

A margem *EBITDA*, bastante penalizada pelo aumento dos fatores energéticos e pela queda da rentabilidade em Portugal e no Egito, e apesar das substanciais melhorias verificadas em Moçambique, na China e na Turquia, caiu cerca de 1 p.p., fixando-se nos 27,1%.

O bom desempenho da grande maioria dos países emergentes, em conjunto com a redução de atividade verificada na Península Ibérica, levou a que a contribuição dos primeiros para o *EBITDA* atinja já 78%, subindo 6.p.p. em relação ao ano anterior.



7.7 AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

As Amortizações e Provisões atingiram em 2011 os 243,2 milhões de euros, aumentando 10,2% em relação ao ano anterior.

O valor das Amortizações em 2011, em consequência da contenção de investimentos em anos anteriores, foi praticamente idêntico ao de 2010 (-0,2%).

Já as Provisões sofreram um aumento significativo devido, essencialmente, ao registo de imparidades em ativos fixos tangíveis da atividade não cimenteira em Espanha (10 milhões de euros), decorrente da continuação das reestruturações iniciadas em anos anteriores com vista a adequar as capacidades operacionais ao decréscimo de mercado e também pelo reforço do montante relativo a processos de natureza fiscal no Brasil (cerca de 8 milhões de euros).

7.8 RESULTADOS FINANCEIROS

Em 2011, os Resultados Financeiros da Cimpor foram de 80,9 milhões de euros negativos, que comparam desfavoravelmente em cerca de 20 milhões de euros com o valor do ano anterior.

A diminuição dos Resultados Financeiros, excluindo os efeitos das operações não recorrentes, resulta fundamentalmente do aumento dos custos de *funding* do Grupo, proveniente sobretudo dos incrementos nos *spreads* suportados.

A Cimpor não ficou imune ao agravamento das condições de financiamento que afeta atualmente os países do Sul da Europa. Toda a dívida contratada no refinanciamento do último trimestre de 2010 (com impacto reduzido nos resultados do ano anterior) afetou já na íntegra os resultados do ano corrente. Paralelamente, os novos instrumentos de dívida contratados já no decurso de 2011 exibem *spreads* de crédito substancialmente mais altos do que aqueles que já figuravam no balanço da Cimpor, o que explica o acréscimo dos juros suportados. O efeito da substituição de dívida contratada ao longo dos anos de 2007 e 2008 é, portanto, o principal fator explicativo do aumento dos custos financeiros. O referido agravamento foi, em parte, atenuado pela melhoria dos proveitos financeiros oriundos da remuneração dos elevados montantes de *cash* detidos pelo Grupo. De entre estes proveitos financeiros destacam-se os obtidos nas sociedades de topo do Grupo e no Brasil (13,4 e 4,8 milhões de euros, respetivamente).

7.9 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os Impostos sobre o Rendimento atingiram 85,7 milhões de euros em 2011, menos 11,4% que em 2010. Assim, o aumento na taxa efetiva de Impostos sobre o Rendimento em 1,6 p.p., resulta, essencialmente, da manutenção da tendência de incremento dos resultados em jurisdições com taxa de imposto mais elevada.

Adicionalmente, a concentração de fundos no topo do Grupo implicou maiores pagamentos de imposto na fonte, tendo em contrapartida sido efetuadas diversas regularizações em impostos diferidos.

7.10 RESULTADO LÍQUIDO

Em grande parte influenciado pelo aumento das Provisões, dos encargos financeiros e da tributação, o Resultado Líquido, atribuível a Detentores de Capital, diminuiu 18,1% em 2011, atingindo 198,1 milhões de euros.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Milhões de Euros)

	2011	2010	Var. %
Volume de Negócios	2.275,3	2.239,4	1,6
Cash Costs Operacionais Liq.	1.659,3	1.609,6	3,1
Cash Flow Operacional (EBITDA)	616,0	629,8	-2,2
Amortizações e Provisões	243,2	220,7	10,2
Resultados Operacionais (EBIT)	372,8	409,1	-8,9
Resultados Financeiros	-80,9	-60,6	
Resultados Antes de Impostos	291,9	348,5	-16,2
Impostos sobre o Rendimento	85,7	96,8	-11,4
Resultado Líquido	206,1	251,7	-18,1
Atribuível a:			
Detentores de Capital	198,1	241,8	-18,1
Interesses não Controlados	8,0	9,9	-19,0

7.11 INVESTIMENTOS

Depois de 2 anos de forte contenção de investimento que permitiram à Cimpor alcançar das melhores métricas creditícias de entre os seus pares, em 2011 tornou-se importante voltar a preparar o seu *portfolio* para acompanhar o previsível dinamismo de alguns dos mercados. Assim, a Cimpor aprovou significativos investimentos, especialmente no reforço de capacidades, mas também na melhoria da eficiência e das condições ambientais e de segurança das suas instalações.

Os investimentos líquidos operacionais totalizaram 294,5 milhões de euros em 2011, cerca de 80% mais que o valor investido no ano anterior. Destes, cerca de 90% estão diretamente relacionados com a atividade de cimento.

O acréscimo do investimento visou em grande parte aumentar a capacidade de produção nos mercados com maior potencial de crescimento. Disso são exemplo a aquisição de 100% do capital da CINAC, uma moagem localizada em Nacala, Moçambique, um novo moinho de cimento na Matola e o início da construção de um novo moinho no Dondo, também em Moçambique ou as ampliações e renovações em Cezarina e em Campo Formoso, no Brasil, que permitem dispor de cerca de 500 mil toneladas anuais de capacidade produtiva adicional neste último país.

Em relação aos investimentos relacionados com a melhoria da eficiência operacional, são de mencionar a instalação de geração de eletricidade através da recuperação da energia dos gases provenientes do processo

produtivo (WHR) na Índia, ou de otimização logística como a substituição do navio “Niebla” (vendido em 2010) pelo “Temara”, mais ajustado às necessidades atuais.

Na vertente ambiental, destaca-se a instalação de filtros de mangas na fábrica da Tunísia e em duas das linhas de produção de clínquer da fábrica do Egito.

7.12 RENTABILIDADE

Em 2011, devido, fundamentalmente, às duas situações específicas que afetaram a empresa (pedido de ajuda externa de Portugal e situação social e política no Egito) e aos aumentos dos custos não operacionais motivados pela conjuntura internacional, os vários indicadores de rentabilidade do capital da Cimpor recuaram em relação ao ano anterior.

Rentabilidade dos Capitais

	2011	2010	Var.
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) ⁽¹⁾	9,9%	13,5%	-3,7 p.p.
Rentabilidade dos Capitais Empregues (ROCE) ⁽²⁾	7,1%	8,0%	-0,9 p.p.
Rentabilidade dos Capitais Investidos (ROIC) ⁽³⁾	6,8%	7,8%	-1,0 p.p.

⁽¹⁾ Resultado Líquido Corrente / Capitais Próprios Médios

⁽²⁾ Resultados Operacionais Correntes (líquidos de Cash Taxes) / Capitais Empregues Médios

⁽³⁾ Resultados Operacionais Correntes (líquidos de Cash Taxes) / Capitais Investidos Médios

A Rentabilidade dos Capitais Próprios caiu 3,7 p.p. em 2011, para os 9,9%. Apesar da ligeira descida dos Capitais Próprios em resultado da desvalorização em relação ao euro das principais divisas dos países onde a Cimpor está presente, a descida do Resultado Líquido em consequência dos itens não operacionais foi a principal causa da redução do indicador.

Em relação aos Capitais Empregues, a rentabilidade dos mesmos, em termos médios, caiu 0,9 p.p., atingindo 7,1%. Ainda que os Capitais Empregues tenham diminuído, em grande parte devido ao fator cambial, a redução dos Resultados Operacionais Correntes e o aumento da taxa de imposto ocasionaram o decréscimo da rentabilidade.

No que diz respeito à Rentabilidade dos Capitais Investidos, o valor foi de 6,8% em 2011, menos 1,0 p.p. que no ano anterior. Os Capitais Investidos sofreram uma diminuição ligeira, essencialmente devido à redução dos capitais empregues, ainda que os investimentos em curso tenham crescido ligeiramente em relação ao ano anterior. Todavia, e tal como aconteceu em relação aos Capitais Empregues, a principal causa de redução da rentabilidade dos Capitais Investidos foi a diminuição dos Resultados Operacionais Correntes.

7.13 CASH-FLOW MANAGEMENT

Net Free Cash-Flow

(milhões de euros)

	2011	2010	Var. %
Fluxos gerados pelas operações (+)	604,6	616,8	-2,0
Impostos (-)	71,1	71,3	-0,2
Varição de <i>Working Capital</i> (+/-)	-13,1	-34,7	s.s.
Caixa gerado pela atividade operacional	520,4	510,8	1,9
Desinvestimento e Projeitos de Investimentos (+)	12,6	18,7	-32,7
Juros Líquidos (-)	77,6	50,7	53,3
<i>Free Cash-Flow</i>	455,4	478,9	-4,9
Investimentos em Ativos e Aquisições (-)	272,6	179,7	51,6
Investimentos Financeiros (-)	53,5	24,2	120,8
Dividendos e alterações no capital (-)	143,4	144,4	-0,7
Net Cash-Flow	-14,1	130,5	s.s.

A comparação das utilizações do *Cash Flow* gerado em 2010 e 2011 mostra bem a reorientação da Cimpor para um crescimento equilibrado, ultrapassada a fase de prioridade à desalavancagem.

Apesar do muito expressivo aumento do investimento atrás referido, a forte capacidade de geração de *cash-flow* da Cimpor possibilitou a manutenção do nível de endividamento em 2011.

Em relação aos Fluxos gerados pelas operações, os mesmos sofreram em 2011 uma redução ligeira (-2,0%), em linha com a variação do *EBITDA* da Cimpor. O valor relativo ao pagamento de Impostos foi similar ao de 2010. A variação do *Working Capital*, embora negativa em cerca de 13 milhões de euros, foi ainda assim inferior à variação (também negativa) do ano anterior. Embora este indicador seja influenciado por realidades bastante díspares nos vários países onde a Cimpor atua, nomeadamente pelo aumento da atividade em vários mercados, teve algum impacto o acréscimo de *stocks* de combustíveis no Brasil e de combustíveis e produto acabado na China, no final do ano, devido às paragens programadas, no primeiro caso, e ao abrandamento da procura, no segundo. Em resultado destes efeitos, o Caixa gerado pela atividade operacional subiu 1,9%, atingindo 520,4 milhões de euros.

Os Juros líquidos, diferença entre os Juros pagos e recebidos, aumentaram substancialmente em função da subida dos custos financeiros devido à conjuntura dos mercados financeiros para emitentes periféricos o que fez o *Free Cash-Flow* diminuir 4,9%, para 455,4 milhões de euros.

Finalmente, a parcela que mais influenciou a variação da geração de caixa foi o acréscimo no pagamento de investimentos, derivado do aumento verificado naquela rubrica. Os pagamentos relacionados com Investimentos Financeiros aumentaram significativamente em relação ao ano anterior devido à decisão de desfazer, no 1º semestre de 2011, da quase totalidade da carteira de instrumentos financeiros derivados de negociação. Por último, o valor referente a pagamento de dividendos (e alterações de capital) foi praticamente idêntico ao de 2010, conduzindo a um incremento da dívida líquida da Cimpor em 2011 de 14,1 milhões de euros.

7.14 GESTÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA

A gestão da dívida financeira da Cimpor foi fortemente condicionada pela conjuntura desfavorável que afetou os agentes económicos do Sul da Europa e, em particular, pelo pedido de ajuda internacional lançado pelo Governo português em abril. Se até essa data o acesso de emitentes baseados em Portugal ao mercado europeu de capitais se revelava muito problemático, a partir de então tornou-se virtualmente impossível.

A esta situação somou-se um movimento de contração do crédito concedido pelo sistema bancário internacional. Os bancos europeus pressionados pelas entidades comunitárias no sentido de fortalecerem os seus balanços, e os restantes receosos do aprofundamento da crise europeia, optaram, naturalmente, pela redução do financiamento prestado e exigiram remunerações mais elevadas pelos empréstimos prestados.

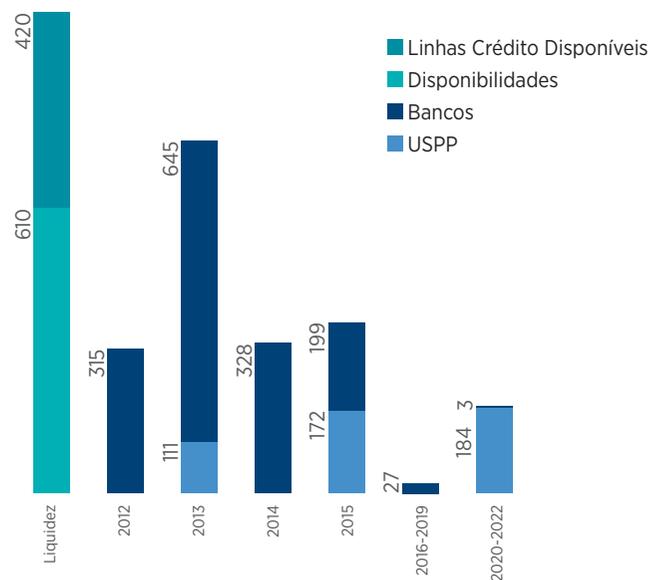
Esta conjuntura adversa inviabilizou o refinanciamento do *Eurobond* emitido em maio de 2004 (EUR 600M; 7y) junto da mesma comunidade de investidores, como aconteceria normalmente, tendo a Cimpor recorrido para esse efeito à mobilização de uma linha de crédito bancário no montante de EUR 320 milhões, já negociada e garantida desde 2010 com o intuito de precaver a situação que veio de facto a ocorrer.

Daqui resultou a impossibilidade de estender tanto como era desejado,

a vida média do passivo financeiro – dado que estava em causa uma operação de grande dimensão, equivalente a mais de um quarto do endividamento bruto – e, conseqüentemente, a necessidade de reforçar a liquidez, obtida particularmente junto do mercado bancário, de forma a garantir uma cobertura prudente dos instrumentos de dívida com maturidades mais curtas.

MATURIDADE DA DÍVIDA FINANCEIRA (TOPO DO GRUPO)

em Milhões de Euros



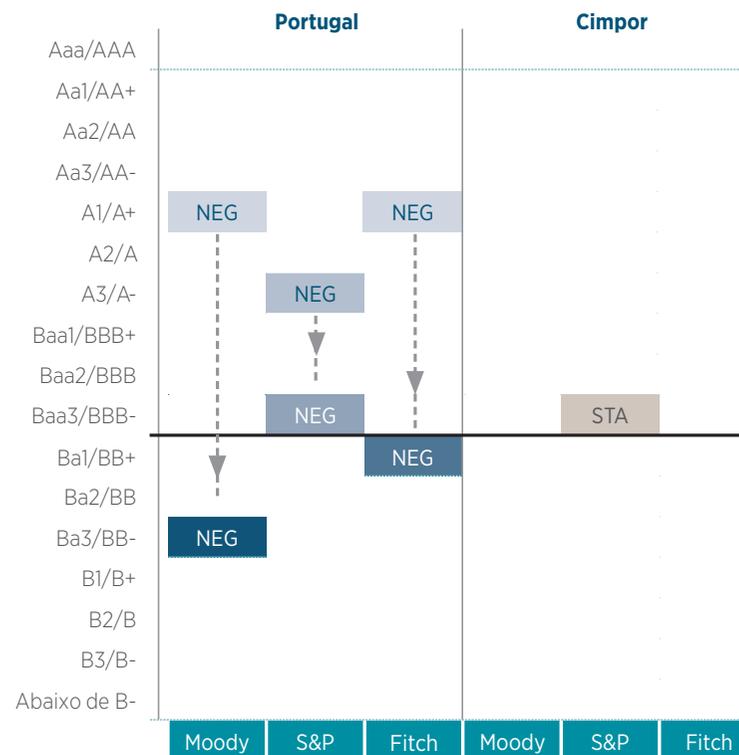
A vida média das responsabilidades financeiras no topo do Grupo era de quase 3 anos, reflexo quer do modo como foi amortizado o *Eurobond*, quer do facto de as maturidades dos novos créditos entretanto tomados junto da banca serem mais reduzidas do que as obtidas junto do mercado de capitais.

Entretanto, no início de setembro, a agência Standard & Poor's, concluiu a avaliação da exposição da Cimpor ao risco soberano de Portugal, dando expressão prática aos critérios por si definidos em abril, ao abrigo dos quais o *rating* de emitentes sediados na Zona Euro poderia exceder o atribuído ao soberano.

Essa avaliação resultou no reconhecimento de que o risco relativamente ao *rating* da República Portuguesa era baixo (*"low risk"*), tendo simultaneamente a notação da Cimpor (BBB-; Outlook estável) sido reafirmada.

Estes dois factos – *decoupling* e manutenção do *rating* – ocorridos num ambiente de sucessivas revisões em baixa quer do risco soberano quer da generalidade dos emitentes portugueses, apesar de insuficientes para reabrir instantaneamente o mercado de capitais europeu – recorde-se que entretanto a crise financeira continuou a agravar-se, com a Espanha e a Itália a serem contaminadas pelo arrastamento da questão grega – revelaram-se de extrema importância.

Evolução do Rating entre dez.10 e dez.11



NEG "Outlook Negativo"; STA "Outlook Estável"

Níveis de Taxas de Juro e Credit Default Swaps (CDS) na Periferia da Europa

Dívidas Soberanas CDS (5anos)	dez-10	mar-11	jun-11	set-11	dez-11
Alemanha	60 bps	43 bps	40 bps	116 bps	101 bps
Itália	244 bps	142 bps	174 bps	479 bps	487 bps
Espanha	350 bps	231 bps	258 bps	378 bps	382 bps
Portugal	504 bps	566 bps	746 bps	1105 bps	1081 bps
Grécia	1153 bps	883 bps	1693 bps	5202 bps	8644 bps
Títulos Dívida Pública - Taxas (%)	dez-10	mar-11	jun-11	set-11	dez-11
Alemanha					
2 anos	0,86%	1,79%	1,61%	0,55%	0,14%
10 anos	2,96%	3,35%	3,03%	1,89%	1,83%
Itália					
2 anos	2,88%	2,50%	3,09%	4,25%	5,12%
10 anos	4,82%	4,82%	4,88%	5,54%	7,11%
Espanha					
2 anos	3,46%	3,17%	3,44%	3,48%	3,30%
10 anos	5,45%	5,30%	5,45%	5,14%	5,09%
Portugal					
2 anos	4,26%	8,78%	13,19%	17,15%	16,06%
10 anos	6,60%	8,41%	10,90%	10,93%	13,36%
Grécia					
2 anos	12,24%	15,76%	26,73%	62,17%	134,23%
10 anos	12,47%	12,84%	16,34%	22,69%	34,96%

fonte: Bloomberg

Por um lado, o *decoupling* constitui uma forte caução do modo como a Cimpor pretende ser percecionada pelos mercados – um grupo internacional, com um *portfólio* geograficamente diversificado e maioritariamente assente em economias emergentes, uma rentabilidade

elevada no contexto do sector e, sobretudo, com uma exposição baixa ao mercado ibérico. Por outro, a manutenção do *rating* ao longo de um ano tão conturbado, em que a tónica foi o *downgrade* da generalidade dos emitentes (particularmente dos portugueses), possibilitou que

os financiadores continuassem a classificá-la como um risco sólido e interessante.

Este contexto foi fundamental para o cumprimento com sucesso dos dois objetivos de política financeira traçados para 2011: o reforço da liquidez através de novas operações com contrapartes de diversas origens, com custos e maturidades tanto quanto possível razoáveis e, em paralelo, o fortalecimento de uma relação de longo prazo com novos grupos de investidores, capaz de se traduzir, assim que possível, em emissões de dívida de prazo mais longo.

REPARTIÇÃO DA DÍVIDA POR INSTRUMENTOS



Entre as ações concretas no domínio do refinanciamento da dívida e da gestão da liquidez há a salientar:

- A contratação, ao longo do ano e no topo do Grupo, de um montante de cerca de 300 milhões de euros de empréstimos

de médio/longo prazo junto de contrapartes não nacionais, destacando-se um empréstimo *bullet* a 4 anos de 100 milhões de euros junto de um banco brasileiro e uma operação de longo prazo no mercado americano de *Private Placements*, aumentando em 40 milhões de dólares o montante acordado em dezembro de 2010;

- A substituição por empréstimos bilaterais de grande parte das linhas de backup contratadas junto de instituições cuja capacidade creditícia poderia vir a estar sob pressão (particularmente bancos espanhóis), prevenindo dúvidas sobre a solidez dessas linhas;
- A extensão, para 2014, de uma tranche de dívida bancária de 100 milhões de euros, com vencimento aprazado para janeiro de 2011, e a utilização – já prevista – da linha bancária subordinada ao refinanciamento do *Eurobond*;
- O fortalecimento, em termos da diversificação geográfica e do *rating* das contrapartes, da carteira de linhas de crédito, merecendo destaque uma nova linha de 50 milhões de euros contratada junto de uma instituição americana de elevado *rating*, em simultâneo com a redução dos montantes garantidos pela banca ibérica. No final do ano, o total de linhas disponíveis atingia 420 milhões de euros, dos quais 385 milhões de euros estavam contratados no topo do Grupo.

Em 31 de dezembro apenas 4% do Passivo Financeiro do Grupo tinha origem em Portugal, destacando-se a importância do mercado americano e a diversificação geográfica das fontes bancárias.

FONTES DE FINANCIAMENTO POR PAÍS



A manutenção de um elevado montante de liquidez, superior ao necessário para suportar o financiamento do ciclo normal de exploração das empresas do Grupo - mas reconhecidamente crucial para salvaguardar o seu *rating* -, aliada ao incremento generalizado dos custos de funding conduziu, necessariamente, ao aumento significativo dos custos financeiros.

Deve notar-se que toda a dívida contratada no último trimestre de 2010 apenas influiu marginalmente nos resultados do ano anterior, mas afetou na íntegra os do ano findo. Paralelamente, os instrumentos de dívida contratados já no decurso de 2011, com *spreads* de crédito substancialmente mais altos, concorreram também para o agravamento dos juros suportados.

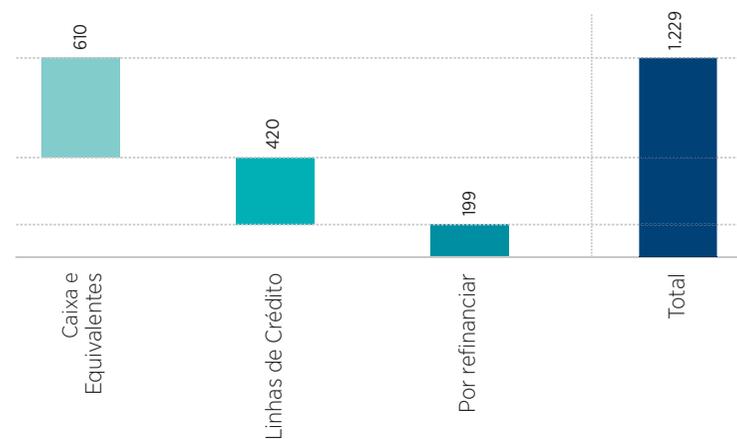
É certo que este fenómeno foi em parte mitigado pelo aumento dos proveitos financeiros provenientes da remuneração dos elevados montantes de *cash* detidos, dos quais se destacam os obtidos no topo do Grupo e no Brasil, mas ainda assim insuficiente para evitar o crescimento dos resultados financeiros líquidos.

À distância de um ano, é legítimo reconhecer que as operações de reforço da liquidez realizadas no outono de 2010 vieram a revelar-se frutuosas, possibilitando que a gestão financeira durante todo o ano de 2011 não tivesse de se concentrar nas necessidades de curto prazo (risco de liquidez), colocando a tónica no médio prazo e na salvaguarda de níveis de solvabilidade adequados.

Este facto é visível no gráfico abaixo, onde se verifica que, no final de 2011, o montante de Caixa e Equivalentes detido no final do ano (610 milhões de euros) é suficiente para fazer face a metade das responsabilidades financeiras consolidadas nos próximos dois anos. Se acrescentarmos as linhas de *backup* disponíveis e integralmente garantidas (420 milhões de euros) conclui-se que, da dívida com vencimento nos próximos 24 meses, apenas 16% se encontrava por refinarciar no final de 2011.

RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS EM 2012/2013

em Milhões de Euros



Ultrapassado, com as operações efectuadas já em 2012, o objectivo de plena cobertura das responsabilidades financeiras de 2012 e 2013, a Cimpor continuará empenhada no reforço da sua estrutura financeira.

Mantendo atualizado o seu Programa de *European Medium Term Notes*, pode antecipar-se que, quando as condições de preço e risco de execução forem tidas como adequadas, a Cimpor concretizará o objetivo de, através de emissão de montantes significativo no mercado de capitais, aumentar a duração média do seu passivo financeiro e, dessa forma, comprimir os custos impostos pela detenção de níveis muito elevados de liquidez.

No final do ano, a Dívida Financeira Líquida Consolidada cifrou-se em 1.622,7 milhões de euros, ou seja mais 61,1 milhões de euros que no final de 2010, variação essencialmente resultante de um nível de investimento superior ao do ano transato.

Os rácios de endividamento (Dívida Líquida/*EBITDA*) e de cobertura dos encargos financeiros (*EBITDA*/Encargos Financeiros Líquidos) encontravam-se folgadoamente em conformidade com os limites contratualmente estabelecidos.

Dívida Financeira em 31 de dezembro 2011 (Milhões Euros)

(EUR Million)

Segmento Operacional	Disponibilidades	Dívida Bruta	Leasings	Dívida Líquida
CIMPOR Holding + Áreas Comuns	40,4			-40,4
CIMPOR BV	2,7	467,0		464,3
CIMPOR Inversiones	380,2	1.415,3	17,4	1.035,1
Portugal	48,4	127,3	0,1	79,0
Espanha	19,8	1,2		-18,6
Brasil	7,8	20,8	2,1	13,0
Egito	22,2	20,9		-1,3
Marrocos	5,9	1,8	0,1	-4,1
Turquia	1,2	56,7		55,5
China	6,5	60,0		53,5
Tunísia	14,6	3,8	0,1	-10,8
Moçambique	3,4	34,2		30,8
Cabo Verde	1,1	0,1		-1,1
África do Sul	36,1			-36,1
Índia	6,2	4,1		-2,1
Peru	3,6			-3,6
Trading	10,2			-10,2
	610,4	2.213,4	19,7	1.622,7

7.15 RISCOS E POLÍTICA DE COBERTURA

No decurso da sua atividade o Grupo Cimpor encontra-se exposto a diversos riscos suscetíveis de afetar de modo mais ou menos material as suas demonstrações financeiras.

No que concerne à gestão dos ativos e passivos financeiros sobressaem os riscos de taxa de juro e de câmbio decorrentes do facto de o Grupo deter disponibilidades e responsabilidades financeiras expressas em moedas diferentes da moeda de consolidação.

Para além da adoção de um conjunto de procedimentos comumente aceites na implementação de políticas de cobertura de riscos, a Cimpor tem definidos alguns princípios básicos no que toca ao seu financiamento e alocação de disponibilidades, que se sintetizam no seguinte:

- Contratação sempre que possível de financiamentos em moedas locais, com o propósito de financiar projetos de investimento ou fundo de maneio nas diversas Áreas de Negócio, servindo de exemplo a contratação de linhas de financiamento na Turquia, Tunísia e Marrocos ao longo de 2011;

- A maximização dos movimentos de Cash das diversas Áreas de Negócio para o topo do Grupo, geralmente através de dividendos, de forma a reduzir ao mínimo indispensável as posições de Cash (ativos) em moedas que não o euro e, simultaneamente, fortalecer a situação de liquidez no topo do Grupo, onde está colocada cerca de 90% da dívida financeira consolidada.

Durante o ano de 2011 foram transferidos das diversas Áreas de Negócio para a Cimpor Inversiones, a título de dividendos e formas de remuneração de capital similares, cerca de 270 milhões de euros.

Estas duas situações concorrem para a contração das Situações Líquidas expressas em moedas diferentes da de consolidação, minimizando assim, de forma natural, o impacto cambial na consolidação do Balanço.

Deve ainda destacar-se a decisão de continuar a manter denominadas em dólares as emissões de US *Private Placements*, realizadas em dezembro de 2010, bem como um montante adicional de 40 milhões de dólares em dezembro de 2011 no mesmo mercado e, também, de uma *tranche* em dólares de um empréstimo contraído junto de um banco brasileiro. Esta decisão é entendida como uma forma de aproximação a um *hedging* natural do passivo, tendo em conta a maior correlação existente entre várias das moedas a que o Grupo está exposto e o dólar americano, por comparação com o euro.

Boa parte das medidas referidas procuram mitigar a inexistência de coberturas das posições líquidas de investimentos no exterior através de derivados ("*net investment hedge*"), dado o custo dessas coberturas – decorrente dos elevados diferenciais das taxas de juro entre o euro e as

moedas emergentes – e a habitual falta de liquidez e profundidade de tais operações.

Todavia, deve referir-se que a valorização de mercado dos ativos industriais é, na indústria cimenteira, fortemente indexada ao dólar, o que significa que os impactos das variações cambiais sejam relativamente limitados à esfera contabilística.

No que respeita ao risco de taxa de juro, deve salientar-se a execução de *Interest Rate Swaps* no montante total de 165 milhões de euros, com o objetivo de aumentar a porção de dívida indexada a taxa fixa, aproximando o *mix* taxas fixas/taxas variáveis dos objetivos definidos, e tirando partido simultaneamente da conjuntura de taxas historicamente baixas que marcou o ano de 2011.

8. EVENTOS POSTERIORES

Em 28 de fevereiro de 2012 o Administrador Jorge Humberto Correia Tomé renunciou ao cargo de administrador da Cimpor.

Em 22 de março de 2012 J. Bastos, C, Sousa Góis & Associados, SROC nomeou sua representante no Conselho Fiscal da Cimpor Ana Maria Celestino Alberto dos Santos, na sequência da renúncia de Jaime de Macedo Santos Bastos.

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tal como expresso nas demonstrações financeiras, o lucro consolidado atribuível a acionistas do exercício de 2011 foi de 198.131.722,04 euros, e o lucro líquido em base individual do exercício cifrou-se em 110.232.993,74 euros.

No respeito do disposto no artigo 20.º dos Estatutos da Cimpor e de acordo com a política de distribuição de dividendos enunciada no Relatório de Governo da Sociedade, o Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas a seguinte aplicação de Resultados:

- Atribuição de gratificações aos membros da Comissão Executiva e aos restantes colaboradores ao serviço no final de Dezembro de 2011 da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. nos montantes máximos de, respetivamente, 1.980.000,00 euros e 720.000,00 euros (já pressupostos nas demonstrações financeiras);
- Distribuição aos acionistas do remanescente do Resultado Líquido em Base Individual do exercício de 2011, no montante de 107.532.993,74 euros, conjuntamente com o montante de 4.019.006,26 euros de Resultados Transitados do exercício de 2010, por forma a perfazer um dividendo bruto de 0,166 euros por ação.

10. DECLARAÇÕES DE CONFORMIDADE

Em cumprimento da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração afirmam tanto quanto é do seu conhecimento que o relatório de gestão, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da

situação financeira e dos resultados da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Cimpor e empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contem uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António José de Castro Guerra

José Manuel Baptista Fino

Jorge Humberto Correia Tomé

Albrecht Curt Reuter Domenech

José Édison Barros Franco

Walter Schalka

João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo

Paulo Henrique de Oliveira Santos

Manuel Luís Barata de Faria Blanc

António Sarmento Gomes Mota

José Neves Adelino

Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda

Luís Filipe Sequeira Martins

António Carlos Custódio de Morais Varela

Luís Miguel da Silveira Ribeiro Vaz

CIMPOR
RELATÓRIO
& CONTAS
2011

DOCUMENTOS DE
PRESTAÇÃO DAS CONTAS



02

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DAS CONTAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS

do Rendimento Integral dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2011	2010
Proveitos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	7	2.275.269	2.239.426
Outros proveitos operacionais	8	82.963	76.479
Total de proveitos operacionais		2.358.233	2.315.905
Custos operacionais:			
Custo das vendas	9	(659.954)	(642.745)
Variação da produção		(7.599)	14.622
Fornecimentos e serviços externos		(769.946)	(757.966)
Custos com o pessoal	10	(266.034)	(260.256)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade no goodwill e em ativos fixos tangíveis e intangíveis	7, 16, 17 e 18	(225.929)	(216.387)
Provisões	7 e 36	(17.227)	(4.303)
Outros custos operacionais	11	(38.750)	(39.743)
Total de custos operacionais		(1.985.438)	(1.906.778)
Resultado operacional	7	372.795	409.127
Custos e proveitos financeiros, líquidos	7 e 12	(80.545)	(47.103)
Resultados relativos a empresas associadas	7 e 12	(1.240)	(993)
Resultados relativos a investimentos	7 e 12	867	(12.553)
Resultado antes de impostos	7	291.876	348.478
Impostos sobre o rendimento	7 e 13	(85.746)	(96.771)
Resultado líquido do exercício	7	206.130	251.707
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio:			
Instrumentos financeiros de cobertura	31 e 33	(613)	2.010
Ativos financeiros disponíveis para venda		(548)	(64)
Ganhos e perdas atuariais em responsabilidades com o pessoal	31 e 33	(3.340)	(6.087)
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	30 e 33	(205.629)	211.745
Ajustamentos de partes de capital em associadas	19	161	21
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio		(209.970)	207.625
Rendimento consolidado integral do exercício		(3.840)	459.332
Resultado líquido do exercício atribuível a:			
Detentores do capital	15	198.132	241.837
Interesses sem controlo	7 e 33	7.998	9.870
		206.130	251.707
Rendimento consolidado integral do exercício atribuível a:			
Detentores do capital		(16.470)	435.458
Interesses sem controlo		12.630	23.874
		(3.840)	459.332
Resultado líquido por ação:			
Básico	15	0,30	0,36
Diluído	15	0,30	0,36

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS

da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2011	2010
Ativos não correntes:			
Goodwill	16	1.358.893	1.445.229
Ativos intangíveis	17	55.091	69.933
Ativos fixos tangíveis	18	2.214.162	2.188.328
Investimentos em associadas	7 e 19	18.289	23.083
Outros investimentos	20	28.331	13.443
Outras dívidas de terceiros	22	12.322	12.496
Estado e outros entes públicos	23	36.300	33.851
Outros ativos não correntes	24	3.561	22.218
Ativos por impostos diferidos	25	139.634	128.935
Total de ativos não correntes		3.866.582	3.937.516
Ativos correntes:			
Existências	26	337.354	362.008
Clientes e adiantamentos a fornecedores	27	282.160	284.359
Outras dívidas de terceiros	22	26.916	24.713
Estado e outros entes públicos	23	62.370	60.292
Caixa e equivalentes de caixa	46	610.430	659.678
Outros ativos correntes	24	10.409	22.314
		1.329.638	1.413.364
Ativos não correntes detidos para venda	21	40.818	34.000
Total de ativos correntes		1.370.457	1.447.364
Total do ativo	7	5.237.038	5.384.880
Capital próprio:			
Capital	28	672.000	672.000
Ações próprias	29	(29.055)	(32.986)
Ajustamentos de conversão cambial	30	46.043	256.337
Reservas	31	273.717	280.678
Resultados transitados	32	822.052	714.928
Resultado líquido do exercício	15	198.132	241.837
Capital próprio atribuível a acionistas		1.982.890	2.132.794
Interesses sem controle	33	101.451	97.437
Total de capital próprio	7	2.084.341	2.230.231
Passivos não correntes:			
Passivos por impostos diferidos	25	265.055	272.800
Benefícios pós-emprego	34	18.857	19.071
Provisões	36	198.370	170.828
Empréstimos	37	1.634.525	1.253.345
Locações financeiras	38	16.791	3.072
Outras dívidas a terceiros	41	19.656	26.191
Estado e outros entes públicos	23	1	521
Outros passivos não correntes	42	44.537	79.995
Total de passivos não correntes		2.197.793	1.825.822
Passivos correntes:			
Benefícios pós-emprego	34	4.711	4.236
Provisões	36	1.080	1.101
Empréstimos	37	553.579	934.629
Locações financeiras	38	2.915	3.092
Fornecedores e adiantamentos de clientes	43	192.464	199.370
Outras dívidas a terceiros	41	72.905	73.851
Estado e outros entes públicos	23	67.772	44.166
Outros passivos correntes	42	59.479	68.381
Total de passivos correntes		954.905	1.328.827
Total do passivo	7	3.152.697	3.154.649
Total do passivo e capital próprio		5.237.038	5.384.880

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS

das Alterações no Capital Próprio dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	Capital	Ações próprias	Ajustamentos de conversão cambial	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Capital próprio atribuível a acionistas	Interesses sem controlo	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2010		672.000	(39.905)	58.587	287.456	615.340	237.025	1.830.503	92.488	1.922.991
Resultado líquido do exercício	7	-	-	-	-	-	241.837	241.837	9.870	251.707
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio		-	-	197.750	(4.129)	-	-	193.621	14.004	207.625
Total do rendimento consolidado integral		-	-	197.750	(4.129)	-	241.837	435.458	23.874	459.332
Aplicação do resultado consolidado de 2009:										
Transferência para reserva legal e resultados transitados	31 e 32	-	-	-	7.235	229.790	(237.025)	-	-	-
Dividendos distribuídos	14, 32 e 33	-	-	-	-	(132.954)	-	(132.954)	(14.595)	(147.549)
(Aquisição)/Alienação de ações próprias	29	-	6.919	-	(1.874)	-	-	5.045	-	5.045
Planos de atribuição de opções de compra de ações		-	-	-	(770)	2.420	-	1.651	-	1.651
Variações de participações financeiras e outros		-	-	-	(7.240)	331	-	(6.909)	(4.330)	(11.239)
Saldo em 31 de dezembro de 2010		672.000	(32.986)	256.337	280.678	714.928	241.837	2.132.794	97.437	2.230.231
Resultado líquido do exercício	7	-	-	-	-	-	198.132	198.132	7.998	206.130
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio		-	-	(210.294)	(4.307)	-	-	(214.601)	4.632	(209.970)
Total do rendimento consolidado integral		-	-	(210.294)	(4.307)	-	198.132	(16.470)	12.630	(3.840)
Aplicação do resultado consolidado de 2010:										
Transferência para resultados transitados	32	-	-	-	-	241.837	(241.837)	-	-	-
Dividendos distribuídos	14, 32 e 33	-	-	-	-	(136.361)	-	(136.361)	(10.192)	(146.553)
(Aquisição)/Alienação de ações próprias	29	-	3.931	-	(1.084)	-	-	2.847	-	2.847
Planos de atribuição de opções de compra de ações		-	-	-	(771)	1.262	-	491	-	491
Variações de participações financeiras e outros		-	-	-	(799)	387	-	(412)	1.576	1.164
Saldo em 31 de dezembro de 2011		672.000	(29.055)	46.043	273.717	822.052	198.132	1.982.890	101.451	2.084.341

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS

dos Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2011	2010
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		2.647.284	2.608.829
Pagamentos a fornecedores		(1.576.467)	(1.546.051)
Pagamentos ao pessoal		(247.598)	(253.457)
Fluxos gerados pelas operações		823.220	809.321
Recebimentos / (pagamentos) do imposto sobre o rendimento		(71.128)	(71.256)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		(231.719)	(227.301)
Fluxos das atividades operacionais (1)		520.373	510.765
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Variações de perímetro de consolidação por alienações		-	300
Investimentos financeiros		556	-
Ativos fixos tangíveis		11.376	16.825
Subsídios de investimento		-	530
Juros e proveitos similares		39.082	36.055
Dividendos		652	1.195
Outros		40	6
		51.707	54.911
Pagamentos respeitantes a:			
Variações de perímetro de consolidação por aquisições	5	(28.392)	(7.192)
Investimentos financeiros	46	(16.814)	(20.432)
Ativos fixos tangíveis		(242.638)	(170.398)
Ativos intangíveis		(6.734)	(5.943)
Outros		-	(143)
		(294.578)	(204.108)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(242.871)	(149.197)
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	46	930.293	558.334
Venda de ações próprias		2.022	4.370
Outros		2.741	1.165
		935.056	563.869
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	46	(943.235)	(509.906)
Juros e custos similares		(148.220)	(86.706)
Dividendos	14	(136.361)	(132.954)
Outros	46	(11.795)	(16.931)
		(1.239.611)	(746.497)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(304.555)	(182.628)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(27.053)	178.940
Efeito das diferenças de câmbio e de outras transações não monetárias		4.449	19.253
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		578.851	380.657
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	46	556.247	578.851

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS

do Rendimento Integral dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2011	2010
Proveitos operacionais:			
Prestações de serviços	47	5.250	4.543
Outros proveitos operacionais	8 e 47	4.314	900
Total de proveitos operacionais		9.564	5.443
Custos operacionais:			
Fornecimentos e serviços externos		(4.974)	(9.288)
Custos com o pessoal	10	(15.981)	(18.336)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis	17 e 18	(3.693)	(3.504)
Outros custos operacionais	11	(246)	(467)
Total de custos operacionais		(24.895)	(31.594)
Resultado operacional		(15.331)	(26.151)
Custos e proveitos financeiros, líquidos	12	5.238	(1.819)
Resultados relativos a investimentos	12	120.594	321.698
Resultado antes de impostos		110.501	293.727
Impostos sobre o rendimento	13	(268)	4.523
Resultado líquido do exercício	15	110.233	298.250
Rendimento integral do exercício		110.233	298.250
Resultado líquido por ação:			
Básico	15	0,17	0,45
Diluído	15	0,17	0,45

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS

da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2011	2010
Ativos não correntes:			
Ativos intangíveis	17	17	4.111
Ativos fixos tangíveis	18	6.654	6.228
Investimentos em subsidiárias e associadas	19	1.117.418	1.104.768
Outros investimentos	20	87	87
Outras dívidas de terceiros	22	188.005	7
Ativos por impostos diferidos	25	1.594	698
Total de ativos não correntes		1.313.775	1.115.898
Ativos correntes:			
Clientes e adiantamentos a fornecedores	27	1.399	476
Outras dívidas de terceiros	22	14.408	85.989
Estado e outros entes públicos	23	5.731	6.026
Caixa e equivalentes de caixa	46	19.841	160.166
Outros ativos correntes	24	2.257	289
Total de ativos correntes		43.635	252.946
Total do ativo		1.357.410	1.368.844
Capital próprio:			
Capital	28	672.000	672.000
Ações próprias	29	(29.055)	(32.986)
Reservas	31	307.906	309.760
Resultados transitados	32	215.667	52.516
Resultado líquido do exercício	15	110.233	298.250
Total de capital próprio		1.276.751	1.299.541
Passivos não correntes:			
Passivos por impostos diferidos	25	239	254
Provisões	36	65.531	59.931
Outras dívidas a terceiros	41	3.497	-
Total de passivos não correntes		69.267	60.185
Passivos correntes:			
Fornecedores e adiantamentos de clientes	43	579	1.390
Outras dívidas a terceiros	41	918	1.214
Estado e outros entes públicos	23	5.679	224
Outros passivos correntes	42	4.216	6.290
Total de passivos correntes		11.392	9.119
Total do passivo		80.659	69.303
Total do passivo e capital próprio		1.357.410	1.368.844

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS

das Alterações no Capital Próprio dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	Capital	Ações próprias	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2010		672.000	(39.905)	305.170	6.405	183.879	1.127.549
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	298.250	298.250
Total do rendimento integral		-	-	-	-	298.250	298.250
Aplicação do resultado de 2009:							
Transferência para reserva legal e resultados transitados	32	-	-	7.235	176.644	(183.879)	-
Dividendos distribuídos	14 e 32	-	-	-	(132.954)	-	(132.954)
(Aquisição)/Alienação de ações próprias	29	-	6.919	(1.874)	-	-	5.045
Planos de atribuição de opções de compra de ações	32	-	-	(770)	2.420	-	1.651
Saldo em 31 de dezembro de 2010		672.000	(32.986)	309.760	52.516	298.250	1.299.541
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	110.233	110.233
Total do rendimento integral		-	-	-	-	110.233	110.233
Aplicação do resultado de 2010:							
Transferência para resultados transitados	32	-	-	-	298.250	(298.250)	-
Dividendos distribuídos	14 e 32	-	-	-	(136.361)	-	(136.361)
(Aquisição)/Alienação de ações próprias	29	-	3.931	(1.084)	-	-	2.847
Planos de atribuição de opções de compra de ações	32	-	-	(771)	1.262	-	491
Saldo em 31 de dezembro de 2011		672.000	(29.055)	307.906	215.667	110.233	1.276.751

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS

dos Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2011	2010
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		5.532	5.501
Pagamentos a fornecedores		(5.966)	(9.393)
Pagamentos ao pessoal		(10.678)	(15.206)
Fluxos gerados pelas operações			
Recebimentos / (pagamentos) do imposto sobre o rendimento		(11.111)	(19.098)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		6.789	3.101
Fluxos das atividades operacionais (1)		(679)	(1.680)
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		701	3.099
Financiamentos concedidos	46	81.500	55.000
Ativos fixos tangíveis		30	50
Juros e proveitos similares		5.753	622
Dividendos	46	120.612	321.680
		208.596	380.451
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	19	(13.014)	(10.900)
Financiamentos concedidos	46	(194.000)	(130.000)
Ativos fixos tangíveis		(831)	(368)
Ativos intangíveis		(1.674)	(2.636)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(209.520)	(143.904)
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Venda de ações próprias		2.022	4.370
Financiamentos obtidos		-	64.000
		2.022	68.370
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e custos similares		(61)	(620)
Dividendos	14	(136.361)	(132.954)
Financiamentos obtidos		-	(64.000)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(136.422)	(197.574)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(140.325)	89.666
Efeito das diferenças de câmbio e de outras transações não monetárias		-	5
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	46	160.166	70.495
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	46	19.841	160.166

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

ÍNDICE

1. Nota introdutória	121	2.26. Imposto sobre o rendimento	139	23. Estado e outros entes públicos	176
2. Principais políticas contabilísticas	121	2.27. Resultados por ação	139	24. Outros ativos correntes e não correntes	177
2.1. Bases de apresentação	121	2.28. Eventos subsequentes	139	25. Impostos diferidos	178
2.2. Normas e interpretações novas, revisões e emendas adotadas pela União Europeia	121	2.29. Licenças de emissão de CO ₂ – Mercado de emissões	140	26. Existências	180
2.3. Julgamentos críticos / estimativas	123	3. Alterações de políticas, estimativas e erros	140	27. Clientes e adiantamentos a fornecedores	181
2.4. Princípios de consolidação	124	4. Empresas subsidiárias, associadas e conjuntamente controladas	140	28. Capital	182
2.5. Ativos intangíveis	128	4.1. Empresas consolidadas pelo método integral	140	29. Ações próprias	182
2.6. Ativos fixos tangíveis	128	4.2. Empresas associadas	148	30. Ajustamentos de conversão cambial	183
2.7. Investimentos em subsidiárias e associadas (demonstrações financeiras individuais)	129	4.3. Empresas consolidadas pelo método de consolidação proporcional	149	31. Reservas	183
2.8. Locações	129	5. Alterações no perímetro de consolidação	150	32. Resultados transitados	184
2.9. Imparidade de ativos não correntes, excluindo <i>Goodwill</i>	129	6. Cotações	151	33. Interesses sem controlo	184
2.10. Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira	130	7. Segmentos operacionais	152	34. Benefícios pós-emprego	184
2.11. Custos de financiamento	131	8. Outros proveitos operacionais	155	35. Planos de opções e de compra de ações	188
2.12. Subsídios	131	9. Custo das vendas	155	36. Provisões	191
2.13. Existências	131	10. Custos com o pessoal	156	37. Empréstimos	193
2.14. Ativos não correntes detidos para venda	132	11. Outros custos operacionais	157	38. Obrigações decorrentes de contratos de locação	197
2.15. Relato por segmentos	132	12. Resultados financeiros	158	39. Instrumentos financeiros derivados	198
2.16. Classificação de balanço	132	13. Imposto sobre o rendimento	159	40. Gestão de riscos financeiros	202
2.17. Resultado operacional	132	14. Dividendos	161	41. Outras dívidas a terceiros	207
2.18. Provisões e passivos contingentes	132	15. Resultados por ação	162	42. Outros passivos correntes e não correntes	208
2.19. Instrumentos financeiros	133	16. Goodwill	163	43. Fornecedores e adiantamentos de clientes	208
2.20. Imparidade de ativos financeiros	136	17. Ativos intangíveis	165	44. Licenças de emissão de CO₂	208
2.21. Benefícios pós-emprego - pensões	136	18. Ativos fixos tangíveis	167	45. Ativos e passivos financeiros no âmbito da IAS 39	209
2.22. Benefícios pós-emprego - saúde	137	19. Investimentos em subsidiárias e associadas	170	46. Notas às demonstrações de fluxos de caixa	211
2.23. Pagamentos baseados em ações	137	20. Outros investimentos	173	47. Partes relacionadas	215
2.24. Ativos e passivos contingentes	138	21. Ativos não correntes detidos para venda	174	48. Passivos contingentes, garantias e compromissos	221
2.25. Rédito e especialização dos exercícios	138	22. Outras dívidas de terceiros	174	49. Honorários e serviços dos auditores	214
				50. Eventos subsequentes	225
				51. Aprovação das demonstrações financeiras	225

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais

Em 31 de dezembro de 2011

(Montantes expressos em milhares de euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("CIMPOR" ou "Empresa"), constituída em 26 de março de 1976, com a designação social de Cimpor - Cimentos de Portugal, E.P., sofreu diversas alterações estruturais e jurídicas, que a conduziram à liderança de um Grupo empresarial com atividades em Portugal, Espanha, Marrocos, Tunísia, Egito, Turquia, Brasil, Perú, Moçambique, África do Sul, China, Índia e Cabo Verde ("Grupo Cimpor" ou "Grupo").

O fabrico e comercialização do cimento constituem o negócio nuclear do Grupo. Betões, agregados e argamassas são produzidos e comercializados numa ótica de integração vertical dos negócios.

O Grupo detém as suas participações concentradas essencialmente em duas sub-holdings: (i) a Cimpor Portugal, SGPS, S.A., que concentra as participações nas sociedades que se dedicam à produção de cimento, betão, agregados, argamassas, artefactos de betão, e atividades conexas, em Portugal; e, (ii) a Cimpor Inversiones, S.A., que detém as participações nas sociedades sediadas fora de Portugal.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais (da "Empresa") foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal e na sede de cada uma das entidades referidas, ajustadas no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2011. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* ("IASC") e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo *IFRS Interpretation Committee* ("IFRIC") e pelo *Standing Interpretation Committee* ("SIC"), que tenham sido adotadas pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão aqui designadas genericamente por "IFRS".

2.2. Normas e interpretações novas, revisões e emendas adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2011, e que sejam aplicáveis nas demonstrações financeiras, foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

Norma / interpretação	Data de entrada em vigor (exercícios iniciados em ou após)	Breve descrição
Alterações à IAS 24 - Divulgações de partes relacionadas e alterações à IFRS 8 - Segmentos operacionais	31-dez-10	Esta revisão vem simplificar a definição de parte relacionada, eliminando simultaneamente certas incoerências internas, e prever isenções para entidades ligadas à administração pública no respeitante à quantidade de informação que essas entidades devem prestar em matéria de transações com partes relacionadas. As alterações à IFRS 8 decorrem das alterações na IAS 24 atrás referidas.
Alterações à IFRIC 14 - Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo	31-dez-10	Estas alterações eliminam uma consequência não intencional da IFRIC 14 nos casos em que uma entidade sujeita a um requisito de financiamento mínimo procede ao pagamento antecipado de contribuições quando, em certas circunstâncias, a entidade que procede a esse pré-pagamento seria obrigada a reconhecer um dispêndio. Se um determinado plano de benefícios definidos estiver sujeito a um requisito de financiamento mínimo, a emenda à IFRIC 14 determina que o pagamento seja tratado, como qualquer outro pré-pagamento, como se fosse um ativo.
IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio e alterações à IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro	30-jun-10	Esta interpretação aborda as seguintes questões: (a) os instrumentos de capital próprio emitidos com vista à extinção total ou parcial de um passivo financeiro são retribuições pagas de acordo com o parágrafo 41 da IAS 39? (b) como deve uma entidade mensurar inicialmente os instrumentos de capital próprio emitidos com vista à extinção desse passivo financeiro? (c) como deve uma entidade contabilizar qualquer diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro extinto e a quantia inicial mensurada dos instrumentos de capital próprio emitidos? As sociedades que adotem pela primeira vez as IFRS podem aplicar as disposições transitórias constantes da IFRIC 19."
Alterações à IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e à IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações	30-jun-10	Isenção limitada da obrigação de apresentar divulgações comparativas de acordo com a IFRS 7 para os adotantes pela primeira vez.
Melhoramentos de várias IFRS: IFRS 1, IFRS 3 e IFRS 7 IAS 1, 32, 34, 39 e IFRIC 13	IFRS 1, 3 e IAS 32, 39: Após 30-jun-10 e IFRS 7, IAS 1, 34 e IFRIC 13: Após 31-dez-10	Melhoramentos introduzidos nas normas internacionais de relato financeiro, que visam simplificar e clarificar as normas internacionais de contabilidade.
IAS 32 - Instrumentos financeiros	31-jan-10	Apresentação é alterada nos termos do anexo ao respetivo regulamento.

O efeito nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, decorrente da adoção destas normas e interpretações novas, emendas e revisões acima referidas verificou-se ao nível da apresentação e divulgação de informação financeira.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, com potencial impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo, são de aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Norma / interpretação	Data de entrada em vigor (exercícios iniciados em ou após)	Breve descrição
Alterações à IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações	1-jul-11	Esta revisão vem aumentar os requisitos de divulgação relativamente a transações que envolvam a transferência de ativos financeiros. Pretende garantir maior transparência em relação à exposição a riscos quando ativos financeiros são transferidos e a entidade que os transfere mantém algum envolvimento (exposição) nos mesmos.

Esta norma apesar de aprovada (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. A avaliação dos impactos da adoção desta norma não se encontra concluída, não se esperando no entanto que resultem impactos com relevância material nas demonstrações financeiras.

2.3. Julgamentos críticos / estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração da Cimpor (“Administração”) formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor reconhecido dos ativos e passivos, e as divulgações de ativos e passivos contingentes à data das demonstrações financeiras, bem como os proveitos e custos.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pela Administração na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes assuntos:

- **Imparidade de ativos não correntes**

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo Cimpor, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao Grupo Cimpor.

A identificação dos indicadores de imparidade e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, unidades geradoras de caixa, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, taxas de crescimento, vidas úteis e valores de transações.

- **Imparidade do goodwill**

O *goodwill* é sujeito a teste de imparidade anualmente ou sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor, de acordo com a política indicada na Nota 2.4. e). Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa às quais o *goodwill* é afeto são determinados com base no maior de entre o valor de uso, apurado de acordo com os fluxos de caixa esperados, e o valor realizável líquido, de acordo com múltiplos de transações recentes. Na determinação do valor de uso são utilizadas estimativas por parte da Administração relativamente à evolução futura da atividade e às taxas de desconto consideradas.

- **Imparidade das contas a receber**

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

- **Vidas úteis dos ativos fixos intangíveis e tangíveis**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização/depreciação a aplicar, do seu valor residual e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que o Grupo opera.

- **Registo de provisões e divulgação de passivos contingentes**

O Grupo analisa periodicamente eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- **Reconhecimento de ativos por impostos diferidos**

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação da realização dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela Administração no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de desempenho futuro.

- **Benefícios de reforma e saúde**

A avaliação das responsabilidades por benefícios de reforma e de saúde atribuídos aos colaboradores do Grupo é efetuada anualmente com recurso a estudos atuariais elaborados por peritos independentes, baseados em pressupostos atuariais associados a indicadores económicos e demográficos.

2.4. Princípios de consolidação

a) Empresas controladas

A consolidação das empresas controladas em cada período contabilístico efetuou-se pelo método de integração global. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral, ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente na demonstração consolidada da posição financeira e na demonstração consolidada do rendimento integral, na rubrica de "Interesses sem controlo".

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas minoritários excedem o interesse não controlado no capital próprio da controlada, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando aqueles acionistas minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se subsequentemente a controlada reportar lucros o Grupo apropria todos os lucros até que a parte sem controlo dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os resultados das controladas adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração consolidada do rendimento integral desde a data em que o Grupo passa a deter controlo ou o mesmo deixa de existir, respetivamente.

As transações e saldos significativos entre as empresas controladas são eliminados no processo de consolidação. As mais ou menos-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, foram igualmente anuladas.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas controladas e participadas, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

b) Empresas controladas conjuntamente

As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente foram consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo é adquirido. De acordo com este método, os ativos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como *Goodwill*. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do período.

As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

c) Concentração de atividades empresariais

A concentração de atividades empresariais, nomeadamente a aquisição de empresas controladas é registada pelo método de compra.

O custo de aquisição é determinado como o somatório do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes incorridos ou assumidos, e instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo em troca da assunção de controlo da adquirida. Custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como custo quando incorridos. Quando aplicável, o custo de aquisição inclui ainda o justo valor de pagamentos contingentes mensurados à data de aquisição. Alterações subsequentes no valor de pagamentos contingentes são registados de acordo com o normativo contabilístico que regula a contabilização dos ativos ou passivos em questão, exceto caso se qualifiquem como ajustamento no período de mensuração provisória.

Os ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, que cumpram com os critérios de reconhecimento de acordo com a IFRS 3 - Concentração de atividades empresariais ("IFRS 3"), são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição, exceto os ativos não correntes (ou grupo de ativos) que sejam classificados como detidos para venda, de acordo com a IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas ("IFRS 5"), os quais são reconhecidos e mensurados pelo respetivo justo valor deduzido dos custos a suportar na futura venda.

Qualquer excesso do custo de aquisição acrescido do valor dos interesses sem controlo face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como *Goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição acrescido do valor dos interesses sem controlo seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como resultado líquido do período em que ocorre a aquisição, após reconfirmação do justo valor atribuído.

Se o processo de contabilização de concentrações de atividades empresariais estiver incompleto no final do exercício em que a concentração ocorra, o Grupo divulga essa mesma situação, sendo que os valores provisórios podem ser ajustados durante o período de mensuração (o período entre a data de aquisição e a data em que o Grupo obtenha a informação completa sobre os factos e circunstâncias que existiam à data de aquisição e no máximo de 12 meses), ou poderão ser reconhecidos novos ativos e passivos de forma a refletir factos e circunstâncias que existiam à data de balanço e que, caso conhecidos, teriam afetado os montantes reconhecidos na data de aquisição.

Os interesses de acionistas sem controlo são identificados no capital próprio separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa-mãe. Os interesses sem controlo podem ser inicialmente mensurados quer seu pelo justo valor, quer pela proporção do justo valor de ativos e passivos da subsidiária adquirida. Esta opção é efetuada separadamente para cada transação.

Após o reconhecimento inicial o valor contabilístico dos interesses sem controlo é determinado como o valor inicialmente reconhecido acrescido da proporção de alterações de capital próprio da subsidiária. O rendimento integral de uma subsidiária é atribuído aos Interesses sem controlo ainda que o mesmo seja negativo.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

Alterações na percentagem de controlo sobre empresas subsidiárias que não resultem em perda de controlo são contabilizadas como transações de capital próprio. O valor dos interesses do Grupo e dos interesses sem controlo são ajustados para refletir as alterações de percentagem. Qualquer diferença entre o montante pelo qual os interesses sem controlo são ajustados e o justo valor da transação é reconhecido diretamente no capital próprio e atribuído aos acionistas da Empresa-mãe.

Quando o Grupo perde controlo sobre uma subsidiária, o ganho ou perda na alienação é calculado como a diferença entre (i) o montante agregado do justo valor dos ativos recebidos e o justo valor dos interesses retidos e (ii) o valor contabilístico dos ativos (incluindo *goodwill*) e dos passivos da subsidiária e dos interesses sem controlo. Montantes reconhecidos previamente como Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio são transferidos para resultados do exercício ou transferidos para resultados transitados da mesma forma que seriam caso os ativos ou passivos relacionados fossem alienados. O justo valor dos interesses retidos corresponde ao justo valor no reconhecimento inicial para efeitos de contabilização subsequente no âmbito da IAS 39 – Instrumentos financeiros ou, quando aplicável, o custo para efeitos de reconhecimento inicial de um investimento numa associada ou em um empreendimento conjunto.

d) Investimentos em associadas

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo ou controlo conjunto.

Os investimentos financeiros nas empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado periodicamente pelo valor correspondente

à participação no rendimento integral da associada (incluindo resultados líquidos das empresas associadas) por contrapartida de resultado líquido do exercício ou de outro rendimento integral, respetivamente, e pelos dividendos recebidos.

As perdas em associadas em excesso do investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para compartilhar nessas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos e passivos contingentes identificáveis é registado como Investimento em associadas - *Goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos e passivos contingentes identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração consolidada do rendimento integral do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objeto de reversão. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados e efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido caso a perda não tivesse sido registada.

e) Goodwill

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias ou entidades conjuntamente controladas, do valor dos Interesses sem controlo e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas como *goodwill*.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os montantes de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada do rendimento integral do período e não é susceptível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária ou entidade conjuntamente controlada, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

Os valores de *goodwill* são expressos na moeda funcional da respetiva unidade geradora de caixa, sendo convertidos para a moeda de reporte do Grupo (euros) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças de câmbio geradas nessa conversão são registadas no capital próprio na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial".

Os valores de *goodwill* correspondentes a aquisições anteriores a 31 de dezembro de 1998 foram mantidos de acordo com os valores anteriores e foram denominados em euros, sendo sujeitos a testes de imparidade anuais desde aquela data.

Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos e passivos contingentes identificados, a diferença apurada é registada como proveito na demonstração consolidada do rendimento integral do período em que ocorre a aquisição.

2.5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem despesas incorridas em projetos específicos com valor económico futuro, incluindo direitos e licenças adquiridas, encontrando-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se forem por este controláveis e se o respetivo valor puder ser medido com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo quando são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como custos na demonstração consolidada do rendimento integral quando incorridos, exceto nas situações em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros, caso em que são classificados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, a partir do momento em que os ativos intangíveis se encontram disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o seu período de vida útil estimado.

2.6. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo são registados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicáveis.

Os ativos ligados à atividade cimenteira existentes em 1 de janeiro de 2004, foram reavaliados nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme permitido pelas disposições transitórias da IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas de Relato Financeiro, assumindo-se o valor resultante como novo valor de custo.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, exceto se outro método se mostrar mais adequado face ao respetivo uso, a partir da data em que se encontram disponíveis para ser utilizados no uso e local pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	7 - 30
Equipamento de transporte	4 - 8
Ferramentas e utensílios	2 - 8
Equipamento administrativo	2 - 14
Outros ativos fixos tangíveis	2 - 10

A quantia depreciável dos ativos fixos tangíveis não inclui, quando determinável e significativo, o valor residual que se estima no final das respetivas vidas úteis. Adicionalmente, a depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Os terrenos afetos à exploração de pedreiras e os recursos minerais são depreciados no período previsto de exploração, deduzido do respetivo valor residual, quando aplicável.

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos-valias resultantes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração consolidada do rendimento integral, como "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais".

2.7. Investimentos em subsidiárias e associadas (demonstrações financeiras individuais)

Os investimentos em subsidiárias e associadas são reconhecidos ao custo de aquisição, exceto para os já existentes em 1 de janeiro de 2009, para os quais foi seguida a opção de contabilização pelo respetivo valor contabilístico àquela data ("custo considerado"), conforme opção prevista nas normas de transição para as IFRS. Os investimentos em subsidiárias e associadas são sujeitos a testes de imparidade sempre que existam indícios de que o seu valor contabilístico é inferior ao seu valor de recuperação considerando o mais alto de entre o valor de uso ou venda.

2.8. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como custos na demonstração consolidada do rendimento integral do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do rendimento integral, numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.9. Imparidade de ativos não correntes, excluindo *Goodwill*

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a eventual extensão da perda por imparidade. Nas situações em que o ativo individualmente não gera fluxos de caixa de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada do rendimento integral na rubrica "Amortizações, depreciações e perdas por imparidade no *goodwill* e em ativos fixos tangíveis e intangíveis".

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa estimados futuros decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente, ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que estas já não existem, ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada do rendimento integral na rubrica "Amortizações, depreciações e perdas por imparidade no *goodwill* e em ativos fixos tangíveis e intangíveis". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.10. Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não o euro são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada do rendimento integral, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio ("Ajustamentos de conversão cambial"), em particular:

- As diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intra-grupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros;
- As diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura de risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, tal como preconizado na IAS 21 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio ("IAS 21"), e desde que cumpram o critério de eficácia estabelecido na IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração ("IAS 39").

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando a taxa de câmbio vigente à data do balanço, para conversão de ativos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de capital próprio e a taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas das demonstrações consolidadas do rendimento integral e dos fluxos de caixa.

Os efeitos cambiais dessa conversão, posteriores a 1 de janeiro de 2004, são registados como rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio, na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial" para as empresas subsidiárias e em rubrica específica de "Reservas livres – Ajustamentos de partes de capital em associadas" para as empresas associadas, sendo transferidos para resultados financeiros aquando da alienação dos correspondentes investimentos.

De acordo com a IAS 21, o *goodwill* e as correções de justo valor apurados na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidos

para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais assim geradas são registadas como rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio (“Ajustamentos de conversão cambial”).

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio, o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura.

2.11. Custos de financiamento

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos que requerem um período substancial de tempo para atingir a sua condição de uso ou venda (“ativos qualificáveis”) são acrescidos ao custo desses ativos durante aquele período de tempo.

Na medida em que empréstimos à taxa de juro variável, destinados a financiar a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, estejam a ser cobertos por intermédio de uma relação de cobertura de “cash-flow”, a parcela efetiva do justo valor do instrumento financeiro derivado é reconhecida em reservas e transferida para resultados quando o item coberto tem impacto em resultados. Adicionalmente, na medida em que os empréstimos à taxa de juro fixa usada para financiar um ativo qualificável estejam a ser cobertos mediante uma relação de cobertura de justo valor, os encargos financeiros a crescer ao custo do ativo devem refletir a taxa de juro coberta.

Os rendimentos obtidos com a aplicação temporária dos empréstimos contraídos para financiamento de ativos qualificáveis são deduzidos aos encargos a serem capitalizados.

2.12. Subsídios

Os subsídios são reconhecidos de acordo com o seu justo valor, quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que se irão cumprir as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos em resultado líquido do período, em simultâneo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis, são incluídos na rubrica “Outros passivos não correntes” e são transferidos para resultado do período, de forma consistente e proporcional das depreciações dos bens a cuja aquisição se destinaram.

2.13. Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

Sempre que o preço de mercado seja inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor das existências, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, o qual é repostado quando deixam de existir os motivos que a originaram.

2.14. Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (iii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iv) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor contabilístico ou o respetivo justo valor deduzido dos custos para a sua venda.

2.15. Relato por segmentos

Um segmento operacional é um grupo de ativos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos.

O Grupo apresenta os seus ativos e passivos, bem como as suas operações, agregados em segmentos geográficos, de forma coincidente com aquela em que a gestão conduz e monitoriza os negócios.

2.16. Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos correntes.

São ainda classificados como correntes os passivos relativamente aos quais não haja um direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos doze meses após a data do balanço.

2.17. Resultado operacional

O resultado das operações inclui a totalidade dos custos e proveitos das operações, quer sejam recorrentes ou não recorrentes, incluindo os relacionados com reestruturações e com ativos fixos tangíveis e intangíveis. Inclui, ainda, as mais ou menos-valias apuradas na venda de empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral ou proporcional. Assim, excluem-se dos resultados operacionais os custos líquidos de financiamento, os resultados apurados com associadas e outros investimentos financeiros e os impostos sobre o rendimento.

2.18. Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) exista uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; (ii) seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando uma das condições descritas não é preenchida, o Grupo procede à divulgação dos eventos em causa como passivos contingentes, a menos que a possibilidade de saída de fundos seja remota, caso em que os mesmos não são, por norma, objeto de divulgação.

a) Provisões para reestruturação

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

b) Reconstituição ambiental

Face às disposições legais e às práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de pedreiras são sujeitos a reconstituição ambiental.

Neste contexto, sempre que determináveis, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados com a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração. Estas provisões são registadas em simultâneo com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística, sendo aquele acréscimo reconhecido em resultados na medida da depreciação dos ativos.

Adicionalmente, o Grupo tem como prática proceder à reconstituição progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, procedendo à utilização das provisões que se encontrem constituídas.

2.19. Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte na respetiva relação contratual.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a curto prazo (três meses ou menos), altamente líquidos, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica de “Outros empréstimos”.

b) Contas a receber

As contas a receber são mensuradas no reconhecimento inicial pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do respetivo ajustamento em resultados, correspondente à diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

c) Outros Investimentos

Os outros investimentos são reconhecidos (e desreconhecidos) na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes à sua posse, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente mensurados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço dos ativos entregues, incluindo despesas de transação. A mensuração subsequente depende da sua classificação.

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até à maturidade;
- Ativos mensurados ao justo valor através de resultados; e
- Ativos financeiros disponíveis para venda..

Os investimentos detidos até à maturidade são investimentos com maturidade definida e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data, sendo classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a doze meses da data do balanço. Estes investimentos são registados ao custo amortizado, através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos. São reconhecidas perdas por imparidade em resultados quando o valor reconhecido do investimento é inferior ao valor estimado dos fluxos de caixa, descontados à taxa de juro efetiva determinada no momento do reconhecimento inicial. A reversão de perdas por imparidade em períodos subsequentes apenas poderá ocorrer quando um aumento no valor recuperável do investimento estiver relacionado com eventos ocorridos após a data em que a perda por imparidade foi reconhecida. Em qualquer circunstância decorrente da reversão da perda por imparidade, o valor reconhecido do investimento não poderá ultrapassar o valor correspondente ao respetivo custo amortizado caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Após o reconhecimento inicial, os ativos mensurados ao justo valor através de resultados e os ativos financeiros disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são classificados como ativos não correntes. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda são registados como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio ("Reserva de justo valor") até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado ou nas situações em que se entende existir perda de imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é transferido para resultado do período. Os que não tenham cotação num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade são mantidos ao custo de aquisição ajustado face às perdas por imparidade estimadas.

d) Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo, após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, são mensurados pelo método do custo amortizado, sendo os correspondentes encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto nos casos de:

- Empréstimos que constituem parte de uma relação qualificada como de cobertura de justo valor, os quais são mensurados pelo respetivo justo valor, na parcela atribuída ao risco coberto. As variações no justo valor são reconhecidas na demonstração consolidada do rendimento integral do período e compensadas pela variação no justo valor do instrumento de cobertura, no que respeita à correspondente componente efetiva;
- Empréstimos designados como passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados.

f) Contas a pagar

As contas a pagar são registadas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subseqüentemente, mensuradas pelo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

g) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo tem como política contratar instrumentos financeiros derivados com o objetivo de efetuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, os quais decorrem essencialmente de variações nas taxas de juro e taxas de câmbio.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas definidas e aprovadas pela Administração.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O método de reconhecimento depende da natureza e objetivo da sua contratação.

Contabilidade de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39, nomeadamente, quanto à respetiva documentação e avaliação de efetividade.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de “justo valor”, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas como resultado financeiro do período.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de “cash-flow” são registadas como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio (“Reservas de operações de cobertura”) na sua componente eficaz e em resultados financeiros na sua componente ineficaz. Os valores registados em “Reservas de operações de cobertura” são transferidos para resultados financeiros no período em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados de cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira, as respetivas variações de justo valor são registadas como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio (“Ajustamentos de conversão cambial”) na sua componente eficaz. A componente ineficaz daquelas variações é reconhecida de imediato como resultado financeiro do período. Caso o instrumento de cobertura não seja um derivado, as respetivas variações decorrentes das variações de taxa de câmbio são, igualmente, registadas como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio (“Ajustamentos de conversão cambial”).

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na IAS 39.

Instrumentos de negociação

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições da IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, as respetivas variações no justo valor são registadas na demonstração consolidada do rendimento integral em resultados financeiros do período em que ocorrem.

h) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados em capital próprio.

i) Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos ativos e passivos financeiros é determinado da seguinte forma:

- O justo valor de ativos e passivos financeiros com condições padronizadas e transacionados em mercados ativos, é determinado com referência aos valores de cotação;
- O justo valor de outros ativos e passivos financeiros é determinado de acordo com modelos de avaliação geralmente aceites, com base em análise de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração preços observáveis em transações correntes no mercado;
- O justo valor de instrumentos financeiros derivados é determinado com referência a valores de cotação. No caso destas não estarem disponíveis, o justo valor é determinado com base em análise de fluxos de caixa descontados, os quais incluem pressupostos suportados em preços ou taxas observáveis no mercado.

2.20. Imparidade de ativos financeiros

O Grupo analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Ativos financeiros disponíveis para venda

No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no correspondente justo valor abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os ativos se encontram em imparidade. Nesta situação, a eventual perda acumulada – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, menos qualquer perda por imparidade do ativo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados - é transferida de reservas (outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio) para resultado do período. Perdas por imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são revertidas através de resultados do período, afetando diretamente outros rendimentos reconhecidos em capital próprio.

Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registadas imparidades para perdas de valor quando existem indicadores objetivos que o Grupo não irá receber todos os montantes a que tinha direito, de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação destes são utilizados diversos indicadores, tais como:

- antiguidade do incumprimento;
- dificuldades financeiras do devedor;
- probabilidade de falência do devedor.

As imparidades são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registados por contrapartida de resultados do exercício. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável, é desreconhecido por utilização da respetiva conta de imparidade. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

2.21. Benefícios pós-emprego - pensões

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados na IAS 19 – Benefícios dos empregados (“IAS 19”).

Planos de benefício definido

Os custos com a atribuição destes benefícios são reconhecidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

Deste modo, no final de cada período contábilístico, são obtidos estudos atuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registrar nesse período, de acordo com o método das "unidades de crédito projetadas". As responsabilidades, assim estimadas, são comparadas com os valores de mercado do fundo de pensões, de forma a determinar o montante das diferenças a registrar na demonstração da posição financeira.

Os custos com pensões são registrados na rubrica "Custos com o pessoal – benefícios de reforma", conforme previsto pela referida norma, com base nos valores determinados por estudos atuariais, e incluem o custo dos serviços correntes (acréscimo de responsabilidade), o qual corresponde aos benefícios adicionais obtidos pelos empregados no período e o custo dos juros, o qual resulta da atualização das responsabilidades passadas. Os valores descritos são diminuídos pelo valor correspondente ao retorno esperado dos ativos afetos ao plano. Os ganhos e perdas atuariais são registrados como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio.

Os custos com serviços passados são reconhecidos de imediato, na medida em que os benefícios associados tinham sido já reconhecidos ou, de outro modo, reconhecidos de forma linear no período em que se estima que os mesmos sejam obtidos.

Planos de contribuição definida

As contribuições efetuadas pelo Grupo para planos de contribuição definida são registradas como custo na data em que são devidas.

2.22. Benefícios pós-emprego - saúde

Algumas das empresas do Grupo mantêm com os seus empregados um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de saúde e Segurança Social, extensivo a familiares, pré-reformados e reformados. As responsabilidades decorrentes do referido regime são registradas conforme indicado para os planos de benefício definido, na rubrica de "Custos com pessoal – benefícios de saúde".

À semelhança do tratamento dado aos benefícios de reforma, no final de cada período contábilístico são obtidos estudos atuariais elaborados por entidades independentes de forma a determinar as responsabilidades a essa data. Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio.

2.23. Pagamentos baseados em ações

Os benefícios concedidos a colaboradores ao abrigo de Planos de incentivos de aquisição de ações ou de opções sobre ações são registrados de acordo com as disposições da IFRS 2 – Pagamento com base em ações ("IFRS 2").

De acordo com a IFRS 2, os benefícios concedidos e liquidados em ações próprias (instrumentos de capital próprio) são mensurados com base no respetivo justo valor na data de atribuição. O justo valor, determinado na data de atribuição do benefício é reconhecido como custo com o pessoal de forma linear ao longo do período em que o mesmo, decorrente da prestação de serviços, é adquirido pelos beneficiários.

Os benefícios concedidos com base em ações e liquidados financeiramente ou que proporcionam a escolha de liquidar a transação com entrega de ativos monetários ou instrumentos de capital próprio são mensurados com base no respetivo justo valor do passivo determinado em cada período de relato, através de modelos de mensuração de opções. Quaisquer alterações no justo valor são reconhecidas na demonstração de resultados do período em que foram gerados. Os benefícios concedidos são registados como custo com o pessoal à medida que os beneficiários prestarem o serviço por contrapartida do passivo.

2.24. Ativos e passivos contingentes

Um passivo contingente é: (i) uma possível obrigação que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos; ou (ii) uma obrigação presente, que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida por não ser provável a existência de uma saída de recursos ou a quantia da obrigação não poder ser mensurada com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados no respetivo anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.25. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração do rendimento integral quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração do rendimento integral no período em que são prestados com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes".

Os dividendos relativos aos investimentos registados ao custo ou de acordo com a IAS 39 são reconhecidos no período em que se confirmou o direito ao seu recebimento.

2.26. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação e são registados na demonstração de rendimento integral, salvo quando os mesmos se relacionam com itens registados diretamente em outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio, caso em que são igualmente registados naquelas rubricas.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias, não se procedendo ao respetivo desconto.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: i) exista um direito legal ou haja intenção de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; ii) tais ativos e passivos se relacionem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

2.27. Resultados por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da Empresa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da Empresa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em ações da Empresa-mãe.

2.28. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre situações existentes a essa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações ocorridas após essa data, se significativas, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.29. Licenças de emissão de CO₂ – Mercado de emissões

Algumas das unidades produtivas do Grupo, em Portugal e Espanha, encontram-se abrangidas pelo mercado europeu de emissões de gases com efeito de estufa. Enquanto não é definida pelo IASB uma política contabilística que enquadre o mecanismo de atribuição e transação de licenças de emissão, o Grupo adota a seguinte política:

- As licenças de emissão atribuídas a título gratuito, bem como as correspondentes emissões enquadráveis naquelas licenças, não dão origem ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo;
- Os ganhos decorrentes da venda de direitos de emissão são registados em Resultados operacionais;
- Quando se estima que as emissões anuais de CO₂ excedem as licenças anualmente atribuídas é reconhecido um passivo, por contrapartida de “Outros custos operacionais”, o qual é mensurado de acordo com a cotação do final do exercício;
- As licenças adquiridas são mensuradas ao seu custo de aquisição e reconhecidas como ativos intangíveis - “Propriedade industrial e outros direitos”.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, com impactos na posição financeira ou no resultado integral, para além dos efeitos da aplicação de normas ou interpretações novas, revistas ou emendadas mencionadas na Nota 2, nem foram identificados erros que devessem ser corrigidos.

4. EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

4.1. Empresas consolidadas pelo método integral

Foram incluídas na consolidação, pelo método integral, a Empresa-mãe, Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., e as seguintes subsidiárias nas quais é detida a maioria dos direitos de voto (controlo):

Sigla	Firma/Sede	Percentagem Participação Efetiva 2011	Percentagem Participação Efetiva 2010
HOLDINGS E ENTIDADES DE SUPORTE AO NEGÓCIO E CORPORATIVAS			
CIMPOR SGPS	CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa		
CIMPOR PORTUGAL	CIMPOR PORTUGAL, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00	100,00
CIMPOR INVERSIONES	CIMPOR INVERSIONES, S.A. Calle Brasil, 56 36204 Vigo	100,00	100,00

Sigla	Firma/Sede	Percentagem Participação Efetiva 2011	Percentagem Participação Efetiva 2010
CIMPOR B.V.	CIMPOR FINANCIAL OPERATIONS, B.V. Teleportboulevard 140 1043 EJ Amsterdã	100,00	100,00
CIMPOR REINSURANCE	CIMPOR REINSURANCE, S.A. 74, Rue de Merl, L - 2146 1611 - Luxemburgo	100,00	100,00
CIMPOR SERVIÇOS	CIMPOR - SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO DE EMPRESAS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00	100,00
CIMPOR TEC	CIMPOR TEC - ENGENHARIA E SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO AO GRUPO, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00	100,00
KANDMAD	KANDMAD - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, LDA. Rua dos Aranhas, nº 53 - 3ª Andar, Letra H, Freguesia da Sé, 9000 - 044 Funchal	100,00	100,00
CIMPOR ECO	CIMPOR ECO, S.L. Calle Brasil nº 56 36 204 Vigo	100,00	99,54
CIMPOR TRADING	CIMPOR TRADING, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	100,00	100,00
CIMPSHIP	CIMPSHIP - TRANSPORTES MARÍTIMOS, S.A. Rua Ivens, nº 3 - B, Edifício Dona Mécia, 2ª L, Freguesia da Sé, Conselho do Funchal 9000 - 039 Funchal	60,00	60,00
CECIME	CECIME - CIMENTOS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00	100,00
CTA	CEMENT TRADING ACTIVITIES - COMÉRCIO INTERNACIONAL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00	100,00
PORTUGAL			
CIMPOR INDÚSTRIA	CIMPOR - INDÚSTRIA DE CIMENTOS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00	100,00
SCIAL	ESTABELECIMENTOS SCIAL DO NORTE, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00	100,00
CECISA	CECISA - COMÉRCIO INTERNACIONAL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00	100,00
MOSSINES	MOSSINES - CIMENTOS DE SINES, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00	100,00
CIMENTAÇOR	CIMENTAÇOR - CIMENTOS DOS AÇORES, LDA. Rua Bento Dias Carreiro, 6 9600-050 Pico da Pedra - Ribeira Grande - Açores	100,00	100,00
BETÃO LIZ	BETÃO LIZ, S.A. Rua Quinta do Paizinho, Edifício Bepor, Bloco 2-1ªEsq. 2790 - 237 Carnaxide	98,50	100,00

Sigla	Firma/Sede	Percentagem Participação Efetiva 2011	Percentagem Participação Efetiva 2010
AGREPOR	AGREPOR AGREGADOS - EXTRACÇÃO DE INERTES, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00	100,00
CIMPOR BETÃO	CIMPOR BETÃO - INDÚSTRIA DE BETÃO PRONTO, S.A. Rua Quinta do Paizinho, Edifício Bepor, Bloco 2-1ºEsq. 2790 - 237 Carnaxide	-	100,00
JOMATEL	JOMATEL - EMPRESA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, S.A. Rua Quinta do Paizinho, Edifício Bepor, Bloco 2-1ºEsq. 2790 - 237 Carnaxide	-	100,00
FORNECEDORA	FORNECEDORA DE BRITAS DO CARREGADO, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00	100,00
SOGRAL	SOGRAL - SOCIEDADE DE GRANITOS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00	100,00
SANCHEZ	SANCHEZ, S.A. Serra da Achada, Santana, freguesia de Sesimbra (Castelo) 2970-578 Sesimbra	100,00	100,00
BENCAPOR	BENCAPOR - Produção de Inertes, S.A. Qtº da Madeira, Estrada Nac. 114, km 85 7002 - 505 Évora	75,00	75,00
IBERA	IBERA - INDÚSTRIA DE BETÃO, S.A. Qtº da Madeira, Estrada Nac. 114, km 85 7002 - 505 Évora	50,00	50,00
PREDIANA	PREDIANA - SOCIEDADE DE PRÉ-ESFORÇADOS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00	100,00
GEOFER	GEOFER - PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00	100,00
SACOPOR	SACOPOR - SOCIEDADE DE EMBALAGENS E SACOS DE PAPEL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00	100,00
CIARGA	CIARGA - ARGAMASSAS SECAS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00	100,00
TRANSVIÁRIA	TRANSVIÁRIA - GESTÃO DE TRANSPORTES, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00	100,00
ALEMPEDRAS	ALEMPEDRAS - SOCIEDADE DE BRITAS, LDA. Casal da Luz, Santa Maria 2510 - 086 Óbidos	100,00	100,00
SCORECO	SCORECO - VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00	100,00
CIMPOR IMOBILIÁRIA	CIMPOR IMOBILIÁRIA, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00	100,00
MECAN	MECAN - MANUFATURA DE ELEMENTOS DE CASAS DE CONSTRUÇÃO NORMALIZADA, LDA. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00	100,00

Sigla	Firma/Sede	Percentagem Participação Efetiva 2011	Percentagem Participação Efetiva 2010
BETOFEIRA	BETOFEIRA - Comércio de Cimentos, Lda. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	100,00	100,00
ESPAÑA			
CORPORACIÓN NOROESTE	CORPORACIÓN NOROESTE, S.A. Calle Brasil nº 56 36 204 Vigo	99,55	99,54
CIMPOR SAGESA	CIMPOR SAGESA, S.A. Brasil, 56 36 204 Vigo	100,00	100,00
S.C.M.C. ANDALUCÍA	SOCIEDAD DE CEMENTOS Y MATERIALES DE CONSTRUCCIÓN DE ANDALUCÍA, S.A. Av. de la Agrupación de Córdoba, 15 14 014 Córdoba	99,55	99,54
CEMENTOS ANDALUCÍA	CEMENTOS DE ANDALUCÍA, S.L. Av. de la Agrupación de Córdoba, 15 14 014 Córdoba	99,55	99,54
OCCIDENTAL HORMIGONES	OCCIDENTAL DE HORMIGONES, S.L. Calle la Biela s/n, Polígono Industrial el Nevero 06006 Badajoz	-	99,54
MORTEROS GALICIA	MORTEROS DE GALICIA, S.L. Calle Brasil nº 56 36 204 Vigo	99,55	99,54
HORMIGONES MIÑO	HORMIGONES MIÑO, S.L. Calle Brasil nº 56 36 204 Vigo	-	99,52
CEMENTOS COSMOS	CEMENTOS COSMOS, S.A. Calle Brasil nº 56 36 204 Vigo	99,32	99,31
CIMPOR HORMIGÓN	CIMPOR HORMIGÓN ESPAÑA, S.A. Calle Brasil nº 56 36 204 Vigo	99,53	99,54
CANTERAS PREBETONG	CANTERAS PREBETONG, S.L. Calle Brasil nº 56 36 204 Vigo	98,43	98,41
BOMTRAHOR	BOMBEO Y TRANSPORTE DE HORMIGON, S.A. Calle Brasil nº 56 36 204 Vigo	-	93,86
PREBETONG LUGO	PREBETONG LUGO, S.A. Av. Benigno Rivera s/n, Polígono Industrial del Ceao 27 003 Lugo	82,50	82,51
PREBETONG LUGO HORMIGONES	PREBETONG LUGO HORMIGONES, S.A. Av. Benigno Rivera s/n, Polígono Industrial del Ceao 27 003 Lugo	82,50	82,51
MATERIALES ATLÁNTICO	MATERIALES DEL ATLÁNTICO, S.A. Polígono Industrial As Lagoas - Carretera Cedeira Km. 1,5 15 570 Narón (La Coruña)	99,32	99,30
HORMIGONES LA BARCA	HORMIGONES Y ÁRIDOS LA BARCA, S.A. Lugar de Lantañón, Vilanoviña - Meis (Pontevedra)	49,78	49,77
ARICOSA	ÁRIDOS DE LA CORUÑA, S.A. Candame 15 142 Arteixo (La Coruña)	49,21	49,21

Sigla	Firma/Sede	Percentagem Participação Efetiva 2011	Percentagem Participação Efetiva 2010
CANPESA	CANTERA DO PENEDO, S.A. Reina, 1 - 3ª 27 001 Lugo	41,23	41,24
OCCIDENTAL DE ARIDOS	OCCIDENTAL DE ARIDOS, S.L. Calle Brasil nº 56 36 204 Vigo	99,55	99,54
CIMPOR HORMIGÓN CANARIAS	CIMPOR HORMIGÓN CANARIAS, S.L. Calle Brasil nº 56 36 204 Vigo	99,55	99,54
CIMPOR CANARIAS	CIMPOR CANARIAS, S.L. Calle Brasil nº 56 36 204 Vigo	99,55	99,54
BETOBOMBA	BETOBOMBA, S.L. Calle Brasil nº 56 36204 Vigo	-	99,54
DS UNIÓN	DS UNIÓN, S.L. Calle Goya, nº1, 5º-C 18 002 Granada	89,60	89,58
INVERSIONES FILARIA	INVERSIONES FILARIA, S.L. Calle Brasil nº 56 36 204 Vigo	99,32	99,30
SOGESSO	SOGESSO - SOCIEDADE DE GESSOS DE SOURE, S.A. Lugar de São José do Pinheiro 3130 - 544 Soure	99,32	99,30
TRANSFORMAL	TRANSFORMAL, S.A. Rua Joaquim Brandão, 13 - 1 E 2900 - 422 Setúbal	99,32	99,30
MARROCOS			
ASMENT DE TEMARA	ASMENT DE TEMARA, S.A. Ain Attig - Route de Casablanca, Témara	62,62	62,62
BETOCIM	BETOCIM, S.A.S. Chez Asment Témara, Ain Attig - Route de Casablanca, Témara	62,62	100,00
ASMENT DU CENTRE	ASMENT DU CENTRE, S.A. Chez Asment Témara, Ain Attig - Route de Casablanca, Témara	100,00	100,00
GRABEMA	GRABEMA, S.A. Chez Asment Témara, Ain Attig - Route de Casablanca, Témara	100,00	100,00
TUNÍSIA			
C.J.O.	SOCIÉTÉ DES CIMENTS DE JBEL OUST 9, Rue de Touraine, Cité Jardins 1082 Tunis - Belvédère	100,00	100,00
B.J.O.	SOCIÉTÉ BETON JBEL OUST 9, Rue de Touraine, Cité Jardins 1082 Tunis - Belvédère	100,00	100,00
G.J.O.	SOCIÉTÉ GRANULATS JBEL OUST 9, Rue de Touraine, Cité Jardins 1082 Tunis - Belvédère	100,00	100,00
EGITO			
CEC	CIMPOR EGYPT FOR CEMENT COMPANY, S.A.E. El Gharbaneyat - Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	100,00	100,00

Sigla	Firma/Sede	Percentagem Participação Efetiva 2011	Percentagem Participação Efetiva 2010
AMCC	AMREYAH CEMENT COMPANY, S.A.E. El Gharbaneyat - Borg El Arab City P. O. Box 21511 Alexandria	99,14	99,14
AMREYAH CIMPOR	AMREYAH CIMPOR CEMENT COMPANY, S.A.E. El Gharbaneyat - Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	99,36	99,36
CSC	CEMENT SERVICES COMPANY, S.A.E. El Gharbaneyat - Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	99,61	99,61
CIMPSAC	CIMPOR SACS MANUFACTURE COMPANY, S.A.E. El Gharbaneyat - Borg El Arab City P.O. Box 21511 Alexandria	99,90	99,90
AMREYAH DEKHEILA	AMREYAH DEKHEILA TERMINAL COMPANY, S.A.E. Dekheila Port, Alexandria	99,37	99,37
AMREYAH CIMPOR READY MIX	AMREYAH CIMPOR READY MIX COMPANY, S.A.E. Industrial area, Plot no. 89T, Dekheila, Alexandria	99,25	99,25
TURQUIA			
CIMPOR YIBITAS	CIMPOR YIBITAS CIMENTO SANAYI VE TICARET, A.S. Portakal Cicegi Sokak n° 33 06540 Cankaya / Ankara	99,74	99,74
YOZGAT	YIBITAS YOZGAT ISCI BIRLIGI INSAAT MALZEMELERI TICARET VE SANAYI, A.S. 66920 - Sarayköy / Yozgat	82,33	81,55
BEYNAK	CIMPOR YIBITAS NAKLIYECILIK, A.S. Portakal Cicegi Beynelmielel Sokak n° 33 06540 Cankaya / Ankara	99,74	99,74
BRASIL			
C.C.B.	CIMPOR - CIMENTOS DO BRASIL, LTDA. Avª Maria Coelho Aguiar, 215 - Bloco E - 8ª, Jardim São Luiz - São Paulo	100,00	100,00
MOÇAMBIQUE			
CIM. MOÇAMBIQUE	CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE, S.A. Av. 24 de Julho, n° 7 - 9ª/10ª pisos Caixa Postal 270 - Maputo	81,64	82,46
CIMBETÃO	CIMPOR BETÃO MOÇAMBIQUE, S.A. Estrada de Lingamo, Matola	81,64	82,71
IMOPAR	IMOPAR - IMOBILIÁRIA DE MOÇAMBIQUE, S.A. Av. 24 de Julho, n° 7 - 10ª piso, direito - Maputo	100,00	100,00
CINAC	CIMENTOS DE NACALA, S.A: Av. 24 de Julho, n° 7 - 10ª piso, direito - Maputo	81,73	-
ÁFRICA DO SUL			
NPC	NPC - CIMPOR (PTY) LIMITED 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban	74,00	74,00

Sigla	Firma/Sede	Percentagem Participação Efetiva 2011	Percentagem Participação Efetiva 2010
NPCC	NATAL PORTLAND CEMENT COMPANY (PTY) LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban	100,00	100,00
DC	DURBAN CEMENT LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban	100,00	100,00
SRT	SIMUMA REHABILITATION TRUST 1 Wedgelink Road, Bryanston	33,30	33,30
CONCRETE	NPC CONCRETE (PTY) LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban	100,00	100,00
S. C. STONE	SOUTH COAST STONE CRUSHERS (PTY) LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban	74,00	74,00
S. C. MINING	SOUTH COAST MINING (PTY) LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban	100,00	100,00
EEDESWOLD	EEDESWOLD HIGHLANDS (PTY) LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban	100,00	100,00
STERKSPRUIT AGGREGATES	STERKSPRUIT AGGREGATES (PTY) LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban	74,00	74,00
STERKSPRUIT CONCRETE	STERKSPRUIT CONCRETE (PTY) LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban	100,00	100,00
DURBAN QUARRIES	DURBAN QUARRIES (PTY) LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban	100,00	100,00
CHINA			
CIMPOR CEMENT CORPORATION	CIMPOR CEMENT CORPORATION LIMITED 35/F Cheung Kong Center, 2 Queen's Road, Central - Hong Kong	50,00	50,00
SEA - LAND MINING	SEA - LAND MINING LIMITED 35/F Cheung Kong Center, 2 Queen's Road, Central - Hong Kong	50,00	50,00
CIMPOR SHANDONG	CIMPOR (SHANDONG) CEMENT COMPANY LIMITED Kuangsi Village, Liuyuan Town, Yicheng District, Zaozhuang City, Shangdong Province ZIP code: 277300	48,80	48,80
NANDA	SUZHOU NANDA CEMENT COMPANY LIMITED Nº. 1, WenDu Road, Wang Ting Town, Xiang Cheng District, Suzhou City, Jiangu Province ZIP code: 215155	35,52	35,52
HUAI'AN LIUYUAN	HUAI'AN LIUYUAN CEMENT COMPANY LIMITED Shendu Village, Wangying Town, Huaiyin district, Huai'na city, Jiangsu Province ZIP code: 223300	48,80	48,80
SUZHOU LIUYUAN	SUZHOU LIUYUAN NEW TYPE CEMENT DEVELOPMENT CO., LTD. Suzhou Wuzhong economic development zone, DongWu, industrial park second term (Yinzong south road) ZIP code: 215000	48,80	48,80

Sigla	Firma/Sede	Percentagem Participação Efetiva 2011	Percentagem Participação Efetiva 2010
CIMPOR SHANGHAI	CIMPOR (SHANGHAI) ENTERPRISES MANAGEMENT CONSULTING COMPANY LIMITED 222 Huaihai Zhong Lu, Lippo Plaza, Floor 25, Room 2505-07 ZIP Code: 200021 - Shanghai	50,00	50,00
LIYANG	LIYANG DONGFANG CEMENT COMPANY LIMITED Shanghuang Town, Liyang, Jiangsu Province ZIP Code: 213314	50,00	50,00
NEW HLG	CIMPOR (HUAI'AN) CEMENT PRODUCTS COMPANY LIMITED Wangying Town, Huaiyin district, Huai'An City, Jiangsu Province	50,00	50,00
CIMPOR ZAOZHUANG	CIMPOR (ZAOZHUANG) CEMENT COMPANY LIMITED Matou Village, Fucheng County, Shanting District, Zaozhuang City, Shandong Province ZIP Code: 277222	50,00	50,00
CIMPOR MACAU INVESTMENT	CIMPOR MACAU INVESTMENT COMPANY, S.A. Av. da Praia Grande, 693, Edifício Tai Wash - 15º andar - MACAU	50,00	50,00
EAST ADVANTAGE	EAST ADVANTAGE INTERNATIONAL LIMITED Romasco Place, Wickhams Cay 1, P.O. Box 3140, Road Town, Tortola - British Virgin Islands VG1110	50,00	50,00
PUCHENG JIANCAI	PUCHENG BUILDING MATERIALS COMPANY LIMITED Shanghuang Town, Liyang, Jiangsu Province ZIP Code: 213314	50,00	50,00
ÍNDIA			
SHREE DIJIVAY CEMENT CO, LTD	SHREE DIJIVAY CEMENT CO, LTD. P.O. Digvijaygram - 361140 Jamnagar, Estado de Gujarat	73,63	73,63
CABO VERDE			
CIMPOR CABO VERDE	CIMPOR CABO VERDE, S.A. Estrada de Tira Chapéu - Praia, Santiago 14/A	98,13	98,65
CABO VERDE BETÕES E INERTES	CABO VERDE BETÕES E INERTES, S.A. Estrada de Tira Chapéu - Praia, Santiago 14/A	98,13	54,32
ITP	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE PEDRAS, LDA. Estrada de Tira Chapéu - Praia, Santiago 14/A	98,13	98,65
BETÕES DE CABO VERDE	BETÕES DE CABO VERDE, S.A. Estrada de Tira Chapéu - Praia, Santiago 14/A	98,13	54,32
PERÚ			
CEMENTOS OTORONGO	CEMENTOS OTORONGO, S.A.C. Malecón Cisneros 428 dpto. 1002 Miraflores - Lima	100,00	100,00

4.2. Empresas associadas

As empresas associadas que, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram registadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 19), são as seguintes:

Sigla	Firma/Sede	Percentagem Participação Efetiva 2011	Percentagem Participação Efetiva 2010
HOLDINGS E ENTIDADES DE SUPORTE AO NEGÓCIO E CORPORATIVAS			
AVE	AVE- Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A. Avenida das Forças Armadas, nº 125 - 8º - Lisboa	35,00	-
PORTUGAL			
SETEFRETE	SETEFRETE, SGPS, S.A. Av. Luísa Todt, 1 - 1º 2900 - 459 Setúbal	25,00	25,00
ESPAÑA			
CEMENTOS ANTEQUERA	CEMENTOS ANTEQUERA, S.A. Calle Atarazanas nº 2 - 1º 29005 Málaga	22,98	22,98
ARENOR	ARENOR, S.L. Calle Monte Carmelo nº 1 - 5º C 41011 Sevilla	-	28,44
HORMICESA	HORMIGONES MIRANDA CELANOVA, S.A. Ctra. Casasó, Km. 0,100 32817 Celanova - Ourense	39,81	39,82
AGUEIRO	AGUEIRO, S.A. Parroquia de Rois, Parcela B-26, Pol. Ind. Bergondo 15166 Bergondo - A Coruña	44,69	44,79
MARROCOS			
ECOCIM	ECOCIM S.A.S. 421 Boulevard Abdelmoumen, Casablanca - Témara	25,00	-
BRASIL			
COMICAN	COMPANHIA DE MINERAÇÃO CANDIOTA Av. Maria Coelho Aguiar, 215 - Bloco E - 8º. Andar - Sala A, Jardim São Luiz - São Paulo	48,00	48,00
ÁFRICA DO SUL			
NOMAKANJANI	NOMAKANJANI LOGISTICS (PTY), LTD. 199 Coedmore Road Bellair 4094 Durban	-	30,00

4.3. Empresas consolidadas pelo método de consolidação proporcional

As seguintes empresas participadas foram consolidadas pelo método proporcional, dado que a gestão e controlo das mesmas, definido contratualmente, são exercidos conjuntamente com outro acionista:

Sigla	Firma/Sede	Percentagem Participação Efetiva 2011	Percentagem Participação Efetiva 2010
PORTUGAL			
TEPORSET	TEPORSET - TERMINAL PORTUÁRIO DE SETÚBAL, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250 - 009 Lisboa	-	50,00
ESPANHA			
CEISA	CEMENTOS ESPECIALES DE LAS ISLAS, S.A. Calle Secretario Artiles nº 36 35007 Las Palmas de Gran Canaria	50,00	50,00
INPROCOI	INSULAR DE PRODUCTOS PARA LA CONSTRUCCIÓN Y LA INDUSTRIA, S.L. Explanada Muelle Dique del Este s/n 38180 Puerto de Santa Cruz de Tenerife	50,00	50,00
TUNÍSIA			
TCG	TERMINAL CIMENTIER DE GABES, G.I.E. Port de Gabes, Gabes	33,33	33,33
BRASIL			
ECO-PROCESSA	ECO-PROCESSA - TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA. Av. Rio Branco, 110 - 39ª - parte, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro	50,00	50,00

A Teporset foi liquidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, tendo os respetivos ativos líquidos sido integrados na Cimpor Indústria na proporção da participação detida, não se verificando, consequentemente, qualquer impacto no perímetro de consolidação.

5. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as alterações no perímetro de consolidação respeitam: i) à conclusão do processo de aquisição da participação de 100% na CINAC – Cimentos de Nacala, S.A. (“CINAC”), num investimento total de aproximadamente 29 milhões de USD, incluindo 18 milhões de USD de suprimentos, de que resultou um goodwill de 21.184 milhares de euros (Nota 16), ainda sujeito a alterações decorrentes da conclusão do processo de aferição do justo valor dos ativos líquidos adquiridos e; ii) à aquisição da participação de 35% no capital social da empresa AVE – Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A., através de uma subsidiária da área de negócios de Espanha, pelo montante de 4.916 milhares de euros.

O impacto no balanço das alterações ocorridas no perímetro de consolidação à data da produção de efeitos das mesmas foi o seguinte:

Rubricas	Segmento		Total aquisições
	Moçambique	Espanha	
Ativos não correntes:			
Ativos fixos tangíveis (Nota 18)	12.943	-	12.943
Investimentos em associadas (Nota 19)	-	234	234
Ativos por impostos diferidos (Nota 25)	4.048	-	4.048
Total de ativos não correntes	16.991	234	17.224
Ativos correntes:			
Existências	224	-	224
Clientes e adiantamentos a fornecedores	84	-	84
Estado e outros entes públicos	3	-	3
Total de ativos correntes	311	-	311
Total do ativo	17.301	234	17.535
Passivos não correntes:			
Passivos por impostos diferidos (Nota 25)	(249)	-	(249)
Provisões (Nota 36)	(35)	-	(35)
Empréstimos	(13.966)	-	(13.966)
Total de passivos não correntes	(14.250)	-	(14.250)
Passivos correntes:			
Fornecedores e adiantamentos a clientes	(8)	-	(8)
Outras dívidas a terceiros	(69)	-	(69)
Estado e outros entes públicos	(82)	-	(82)
Outros passivos correntes	(599)	-	(599)
Total de passivos correntes	(759)	-	(759)
Total do passivo	(15.009)	-	(15.009)
Valor líquido	2.293	234	2.526
Goodwill (Notas 16 e 19)	21.184	4.682	25.865
Valor líquido pago / (recebido)	23.476	4.916	28.392
Caixa e equivalentes de caixa	(1.464)	-	(1.464)
Valor de aquisição / (alienação)	22.012	4.916	26.927

A entrada da empresa moçambicana no perímetro de consolidação teve os seguintes impactos no resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

Rubricas	Valor
Proveitos operacionais	5.215
Custos operacionais	(3.751)
Resultado operacional	1.464
Resultado financeiro	728
Resultado antes de impostos	2.193
Impostos sobre o rendimento	(703)
Resultado líquido do exercício	1.489
Atribuível a:	
Detentores de capital	997
Interesses não controlados	492

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as variações no perímetro de consolidação resumiram-se, essencialmente, à aquisição de uma participação financeira na área de negócios de Portugal por, aproximadamente, 7 milhões de euros.

6. COTAÇÕES

As cotações utilizadas na conversão, para euros, dos ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, bem como dos resultados dos exercícios findos naquelas datas, foram as seguintes:

Divisa	Câmbio fecho (EUR / Divisa)			Câmbio médio (EUR / Divisa)		
	2011	2010	Var.% (a)	2011	2010	Var.% (a)
USD Dólar americano	1,2939	1,3362	3,3	1,39280	1,32789	(4,7)
MAD Dirham marroquino	11,0952	11,2213	1,1	11,34410	11,25420	(0,8)
BRL Real brasileiro	2,4159	2,2177	(8,2)	2,32980	2,34594	0,7
TND Dinar tunisino	1,9398	1,9284	(0,6)	1,96630	1,91467	(2,6)
MZM Metical	34.960,0	43.650,0	24,9	40.452,6	43.986,0	8,7
CVE Escudo cabo verdiano	110,265	110,265	-	110,265	110,265	-
EGP Libra egípcia	7,8032	7,7522	(0,7)	8,31830	7,54044	(9,4)
ZAR Rand sul africano	10,4830	8,8625	(15,5)	10,10080	9,73991	(3,6)
TRY Lira turca	2,4432	2,0694	(15,3)	2,33780	2,00085	(14,4)
HKD Dólar Hong Kong	10,0510	10,5856	3,3	10,85100	10,33040	(4,8)
CNY Renminbi chinês	8,1588	8,8220	8,1	9,01690	9,00050	(0,2)
MOP Pataca de Macau	10,3525	10,6972	3,3	11,36730	10,82566	(4,8)
PEN Novo Sol peruano	3,4890	3,7497	7,5	3,88140	3,80613	(1,9)
INR Rupia indiana	68,7130	59,7580	(13,0)	65,69980	60,97080	(7,2)

a) A variação é calculada com base no câmbio convertido moeda local / Euros.

7. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A principal informação relativa aos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, dos diversos segmentos operacionais, sendo estes correspondentes a cada uma das áreas geográficas onde o **Grupo** opera, é a seguinte:

	2011				2010			
	Vendas e prestações de serviços			Resultados operacionais	Vendas e prestações de serviços			Resultados operacionais
	Clientes externos	Intersegmentais	Total		Clientes externos	Intersegmentais	Total	
Segmentos operacionais:								
Portugal	323.580	54.619	378.199	46.195	376.716	61.387	438.103	85.707
Espanha	245.580	4.188	249.768	(17.915)	268.864	3.601	272.465	(10.462)
Marrocos	99.651	-	99.651	32.904	94.469	-	94.469	35.820
Tunísia	83.591	-	83.591	17.646	78.032	-	78.032	15.988
Egito	165.646	-	165.646	37.632	226.645	-	226.645	72.643
Turquia	165.647	-	165.647	14.440	154.549	-	154.549	(556)
Brasil	688.902	-	688.902	165.978	609.194	-	609.194	162.431
Moçambique	114.645	-	114.645	16.507	88.056	-	88.056	2.529
África do Sul	144.393	4.336	148.729	46.432	141.735	3.103	144.837	45.376
China	127.608	-	127.608	8.365	106.073	-	106.073	510
Índia	50.797	-	50.797	(3.130)	46.808	1.356	48.164	(2.026)
Outros segmentos	32.121	-	32.121	2.394	31.103	-	31.103	1.877
Total dos segmentos operacionais	2.242.162	63.143	2.305.305	367.446	2.222.244	69.447	2.291.690	409.835
Não afetos a segmentos	33.108	228.277	261.384	5.348	17.182	177.752	194.934	(708)
Eliminações	-	(291.420)	(291.420)	-	-	(247.198)	(247.198)	-
Sub-total	2.275.269	-	2.275.269	372.795	2.239.426	-	2.239.426	409.127
Custos e proventos financeiros líquidos				(80.545)				(47.103)
Resultado relativos a empresas associadas				(1.240)				(993)
Resultados relativos a investimentos				867				(12.553)
Resultado antes de impostos				291.876				348.478
Impostos sobre o rendimento				(85.746)				(96.771)
Resultado líquido do exercício				206.130				251.707

As transações inter-segmento são realizadas a preços de mercado.

O resultado líquido do exercício do **Grupo** evidenciado corresponde à totalidade do resultado dos segmentos, sem consideração da parte imputável a interesses sem controlo, a qual ascende aos seguintes valores:

	2011	2010
Segmentos operacionais:		
Portugal	(3)	144
Espanha	(150)	(81)
Marrocos	7155	8.010
Egito	203	1.247
Turquia	555	617
Moçambique	2.017	(105)
China	(2.101)	81
Índia	(484)	(386)
Outros segmentos	159	(112)
	7.351	9.415
Não afetos a segmentos	647	455
Resultado imputável aos interesses sem controlo do segmento	7.998	9.870

Outras informações do Grupo:

	2011			2010		
	Dispêndios de capital fixo	Amortizações, depreciações e perdas por imparidade ^(a)	Provisões	Dispêndios de capital fixo	Amortizações, depreciações e perdas por imparidade ^(a)	Provisões
Segmentos operacionais:						
Portugal	16.990	54.163	(969)	27.305	55.186	(2.870)
Espanha	39.335	52.548	-	26.719	43.003	-
Marrocos	3.910	7.451	523	5.440	5.687	54
Tunísia	10.570	6.191	-	5.948	6.524	741
Egito	19.312	7.131	5.198	8.585	9.666	4.545
Turquia	6.893	16.600	237	6.460	22.386	141
Brasil	98.950	34.447	9.672	61.997	28.808	(349)
Moçambique	35.004	7.230	(119)	15.614	8.229	681
África do Sul	6.373	13.241	-	5.310	13.519	-
China	14.133	9.265	253	6.015	8.392	-
Índia	8.949	6.509	-	2.747	6.356	(1)
Outros segmentos	391	976	7	295	994	-
	260.809	215.751	14.802	172.436	208.751	2.943
Não afetos a segmentos	21.323	10.178	2.425	7.126	7.636	1.360
	282.133	225.929	17.227	179.561	216.387	4.303

a) As perdas por imparidade incluídas nos valores indicados, quando aplicável, dizem respeito a perdas por imparidade no goodwill e em ativos fixos tangíveis e intangíveis. No exercício findo no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 registaram-se perdas por imparidade na área de negócios de Espanha, na atividade de Betões e Agregados, de 3.679 milhares de euros em goodwill e 6.321 milhares de euros em ativos fixos tangíveis, no total de 10.000 milhares de euros.

Os ativos e passivos por segmento operacional e a respetiva reconciliação com o total consolidado em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

	2011			2010		
	Ativo	Passivo	Ativo Líquido	Ativo	Passivo	Ativo Líquido
Segmentos operacionais:						
Portugal	662.340	503.018	159.322	756.333	318.110	438.224
Espanha	768.279	590.139	178.140	787.528	595.052	192.477
Marrocos	126.928	46.482	80.446	121.184	29.254	91.929
Tunísia	152.250	22.456	129.794	148.872	17.304	131.568
Egito	335.018	82.795	252.222	434.501	76.534	357.967
Turquia	527.476	117.797	409.679	638.982	157.604	481.378
Brasil	1.248.388	250.370	998.018	1.303.949	214.449	1.089.500
Moçambique	182.567	106.701	75.866	102.118	41.839	60.279
África do Sul	304.924	47.904	257.020	339.358	41.206	298.152
China	240.767	205.289	35.478	209.353	177.687	31.666
Índia	110.452	25.982	84.471	122.804	23.482	99.322
Outros segmentos	35.513	9.219	26.293	37.305	11.232	26.073
	4.694.902	2.008.152	2.686.749	5.002.287	1.703.752	3.298.535
Não afetos a segmentos	1.462.734	2.083.431	(620.697)	1.184.302	2.275.688	(1.091.386)
Eliminações	(938.886)	(938.886)	-	(824.792)	(824.792)	-
Investimentos em associadas	18.289	-	18.289	23.083	-	23.083
Total consolidado	5.237.038	3.152.697	2.084.341	5.384.880	3.154.649	2.230.231

Os ativos e passivos não alocados a segmentos relatáveis incluem: (i) ativos e passivos de sociedades *holdings* e *tradings* não afetos a segmentos específicos; (ii) eliminações intra-grupo entre segmentos; e (iii) investimentos em associadas.

A informação por segmentos de negócio do Grupo, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é a seguinte:

	2011			2010		
	Vendas e prestações de serviços	Ativo	Dispêndios de capital fixo	Vendas e prestações de serviços	Ativo	Dispêndios de capital fixo
Cimento	1.651.018	3.991.869	220.384	1.696.402	4.138.815	143.353
Betões e agregados	492.394	430.864	38.932	429.534	432.801	27.771
Outros	131.858	814.305	22.817	113.490	813.264	8.437
	2.275.269	5.237.038	282.133	2.239.426	5.384.880	179.561

8. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os outros proveitos operacionais tinham a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2011	2010	2011	2010
Proveitos suplementares	21.661	20.401	3.337	802
Ganhos obtidos na alienação de CO ₂ (Nota 44)	26.323	13.830	-	-
Ganhos obtidos na alienação de ativos tangíveis e intangíveis	5.502	10.439	356	-
Reversão de imparidades de saldos a receber de clientes (Nota 27)	3.107	6.392	27	90
Subsídios	3.898	4.385	-	-
Trabalhos para a própria empresa	3.461	2.345	-	-
Reversão de imparidades em existências (Nota 26)	1.221	1.366	-	-
Reversão de imparidades de outras dívidas a receber (Nota 22)	65	559	-	-
Outros	17.724	16.763	594	8
	82.963	76.479	4.314	900

9. CUSTO DAS VENDAS

O custo das vendas para o **Grupo** dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi como segue:

	2011	2010
Mercadorias vendidas	126.343	78.946
Matérias consumidas	533.342	562.425
Perdas em regularização de existências	268	1.374
	659.954	642.745

10. CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram como segue:

	Grupo		Empresa	
	2011	2010	2011	2010
Remunerações	162.045	157.498	7.226	6.759
Prêmios	21.036	23.629	3.115	2.605
Encargos com remunerações	40.403	38.037	1.054	1.018
Custos de ação social e outros	29.218	28.276	286	315
Indemnizações e compensações	8.417	12.300	2.583	5.174
Benefícios pós-emprego - pensões (Nota 34)	1.941	4.022	579	685
Benefícios pós-emprego - saúde (Nota 34)	1.009	(6.020)	-	-
Planos de opções de compra de ações (Nota 35)	980	1.651	980	1.651
Seguros	984	864	158	131
	266.034	260.256	15.981	18.336

Os custos de ação social e outros incluem custos com medicina no trabalho e assistência na doença, formação profissional e subsídio de alimentação.

O número médio de empregados do **Grupo** nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, por segmento operacional e de negócio, foi o seguinte:

	2011				2010			
	Cimento	Betões e agregados	Outros	Total	Cimento	Betões e agregados	Outros	Total
Segmentos:								
Portugal	579	474	110	1.163	617	478	125	1.220
Espanha	572	322	54	948	587	357	58	1.001
Marrocos	172	27	-	198	174	29	-	202
Tunísia	203	10	-	213	206	7	-	214
Egito	464	12	28	504	458	7	29	494
Turquia	616	164	9	789	622	156	9	787
Brasil	806	666	9	1.481	814	682	9	1.505
Mocambique	482	47	1	531	419	47	1	467
África do Sul	313	112	-	425	349	141	-	490
China	973	-	-	973	1.011	-	-	1.011
Índia	491	-	-	491	518	-	-	518
Outros	65	55	-	120	70	61	4	135
	5.736	1.887	212	7.835	5.846	1.963	234	8.043
Funções comuns	-	-	-	590	-	-	-	528
	5.736	1.887	212	8.425	5.846	1.963	234	8.571

O número médio de empregados da **Empresa** nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, incluído nas Funções comuns do Grupo, foi de 64 e 61, respetivamente.

11. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Os outros custos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram como segue:

	Grupo		Empresa	
	2011	2010	2011	2010
Impostos	15.123	16.045	110	323
Imparidades de saldos a receber de clientes (Nota 27)	8.086	8.305	1	39
Quotizações	3.472	3.762	105	57
Imparidades em existências (Nota 26)	2.990	1.382	-	-
Perdas incorridas na alienação de ativos	2.350	4.372	-	-
Donativos	2.206	1.322	-	5
Multas e penalidades	1.264	1.756	-	-
Imparidades de outras dívidas a receber (Nota 22)	629	705	-	-
Outros	2.630	2.092	30	42
	38.750	39.743	246	467

12. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 tinham a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2011	2010	2011	2010
Custos financeiros:				
Juros suportados	94.699	68.781	2.700	3.030
Diferenças de câmbio desfavoráveis	31.628	19.756	14	24
Variação de justo valor:				
Ativos/passivos financeiros cobertos	1.684	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	3.770	10.428	-	-
Instrumentos financeiros derivados de negociação ^(a)	7.176	3.934	-	-
Ativos/passivos financeiros ao justo valor ^(a)	13.606	27.036	-	-
	26.236	41.398	-	-
Outros custos financeiros ^(b)	15.123	17.018	65	72
	167.686	146.954	2.779	3.126
Proveitos financeiros:				
Juros obtidos	27.530	22.675	7.998	1.283
Diferenças de câmbio favoráveis	37.251	26.805	19	24
Variação de justo valor:				
Ativos/passivos financeiros cobertos	3.770	10.428	-	-
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	1.684	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados de negociação ^(a)	13.786	36.708	-	-
Ativos/passivos financeiros ao justo valor ^(a)	915	-	-	-
	20.156	47.135	-	-
Outros proveitos financeiros ^(b)	2.204	3.236	-	-
	87.141	99.851	8.016	1.307
Custos e proveitos financeiros, líquidos	(80.545)	(47.103)	5.238	(1.819)
Resultados relativos a empresas associadas:				
De equivalência patrimonial:				
Perdas em empresas associadas (Notas 19 e 36)	(1.758)	(1.617)	-	-
Ganhos em empresas associadas (Nota 19)	518	624	-	-
	(1.240)	(993)	-	-
Resultados relativos a investimentos:				
Rendimentos de participação de capital ^(d)	103	48	120.594	321.680
Ganhos/(Perdas) obtidos em investimentos ^(c)	764	(12.601)	-	18
	867	(12.553)	120.594	321.698

a) Estas rubricas são compostas por: (i) efeitos das variações de justo valor dos "US Private Placements" (Nota 37), os quais foram designados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados; e (ii) variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de negociação, entre os quais se incluem dois instrumentos que, apesar de contratados com a finalidade de cobrirem os riscos de taxa de juro e taxa de câmbio associados aos "US Private Placements" (Nota 39), não são qualificados para efeitos de contabilidade de cobertura pelo Grupo. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, decorrente da variação de justos valores, foi reconhecido, respetivamente, um custo financeiro líquido de 6.080 milhares de euros e um proveito financeiro líquido de 5.737 milhares de euros.

b) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os outros custos e proveitos financeiros do Grupo incluíam, essencialmente, os custos e proveitos relativos à atualização financeira de ativos e passivos, incluindo

a atualização financeira de provisões (Nota 36), os descontos de pronto pagamento concedidos e obtidos e os custos com comissões, garantias e outras despesas bancárias em geral.

c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica para o Grupo incluía o ganho obtido com a troca da participação financeira Arenor, S.L. no montante de 951 milhares de euros (Nota 21) e a desvalorização de uma carteira de fundos de investimento classificada como ativo financeiro ao justo valor por resultados, no montante de 188 milhares de euros (Nota 20). No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, incluía o registo de uma perda por imparidade na C+PA - Cimento e Produtos Associados, S.A. ("C+PA"), no montante de 13.200 milhares de euros (Nota 21), e a valorização da mesma carteira de fundos no montante de 599 milhares de euros.

d) Os rendimentos e participações de capital da Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 respeitam aos dividendos recebidos de empresas subsidiárias (Nota 46).

13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Imposto sobre o rendimento do Grupo

As empresas do Grupo são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal das respetivas jurisdições em que o Grupo desenvolve a sua atividade.

O imposto sobre o rendimento relativo aos diversos segmentos geográficos é calculado às respetivas taxas em vigor, conforme segue:

	2011	2010
Portugal ^(a)	26,5%	26,5%
Espanha	30,0%	30,0%
Marrocos	30,0%	30,0%
Tunísia	30,0%	30,0%
Egito	25,0%	20,0%
Turquia	20,0%	20,0%
Brasil	34,0%	34,0%
Moçambique	32,0%	32,0%
África do Sul	28,0%	28,0%
China	25,0%	25,0%
Índia	32,4%	33,2%
Outros	25,5% - 30,0%	25,5% - 30,0%

a) Até 31 de dezembro de 2011, as empresas que obtenham lucro tributável que exceda 2.000 milhares de euros são sujeitas a derrama estadual à taxa de 2,5%, nos termos do Código do IRC, sobre a parcela que exceda aquele limite. Para os exercícios de 2012 e 2013, a taxa de derrama estadual pode variar entre 3% e 5% em função do lucro tributável apurado: i) 3% para os lucros compreendidos entre 1.500 e 10.000 milhares de euros; e ii) 5% para a parcela de lucros superior a 10.000 milhares de euros.

Nos termos da legislação em vigor nas diversas jurisdições em que o Grupo desenvolve a sua atividade, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O imposto sobre o rendimento do Grupo reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi como segue:

	2011	2010
Imposto corrente	86.886	80.828
Imposto diferido (Nota 25)	(6.828)	12.706
Reforços de provisões para impostos (Nota 36)	5.689	3.237
Encargo do exercício	85.746	96.771

As diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal foram reconhecidas conforme disposto na IAS 12 - Imposto sobre o rendimento ("IAS 12") (Nota 25).

A reconciliação entre a taxa de imposto aplicável em Portugal e a taxa de imposto efetiva no **Grupo** pode ser apresentada do seguinte modo:

	2011	2010
Taxa de imposto aplicável em Portugal	26,50%	26,50%
Resultados operacionais e financeiros não tributados	(0,22%)	(0,86%)
Benefícios por dedução ao lucro tributável e à coleta	(4,31%)	(5,86%)
Reforços/(Reversões) de provisões para impostos	1,95%	0,93%
Ajustes a impostos diferidos	(1,44%)	1,11%
Alterações de taxa de impostos a impostos diferidos	0,99%	1,98%
Diferenças de taxas de tributação	3,89%	2,38%
Tributação sobre dividendos e outros	2,02%	1,60%
Taxa efetiva de imposto	29,38%	27,77%

A manutenção do incremento dos resultados em jurisdições com taxas de impostos mais elevadas justificam a tendência de aumento da taxa de imposto no Grupo.

Adicionalmente ao encargo de imposto, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram registados no **Grupo** impostos diferidos diretamente em rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio de 3.000 milhares de euros e de 459 milhares de euros, respetivamente (Nota 25).

Imposto sobre o rendimento da Empresa

A Empresa, e a generalidade das suas participadas em Portugal, encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), atualmente à taxa de 25%, acrescida de Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo uma taxa agregada máxima de 26,5%. Adicionalmente, a partir de 1 de janeiro de 2010, as empresas que obtenham lucro tributável que exceda 2.000 milhares de euros são sujeitas a derrama estadual à taxa de 2,5%, nos termos do Código do IRC, sobre a parcela que exceda aquele limite.

A Empresa é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, da qual fazem parte as empresas em que detém, em Portugal, direta ou indiretamente, pelo menos 90% do seu capital e cumprem com os requisitos previstos na legislação. Este regime consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as sociedades incluídas no perímetro de tributação, nos termos das regras definidas no Código do IRC, aplicando-se ao resultado global assim obtido a taxa de IRC, acrescida da respetiva derrama.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos.

À data deste relatório foram revistas as declarações fiscais da Empresa relativas a IRC até ao exercício de 2009, tendo-se iniciado a revisão do exercício de 2010.

A Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções com efeito significativo nas demonstrações financeiras.

O imposto sobre o rendimento da Empresa reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi como segue:

	2011	2010
Imposto corrente	(1.720)	(7.747)
Imposto diferido (Nota 25)	(912)	(13)
Reforços de provisões para impostos (Nota 36)	2.900	3.237
Encargo do exercício	268	(4.523)

Tendo em vista o desenvolvimento sustentável de novos materiais, com base no cimento, a serem produzidos pelo Grupo, a Empresa celebrou, com o *Massachusetts Institute of Technology*, um protocolo na área da investigação e desenvolvimento, cujo encargo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, ascendeu a aproximadamente 90 milhares de euros, estando em curso a preparação de candidatura a apresentar no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento II ("SIFIDE II"), que se estima que venha a resultar num crédito fiscal (já contabilizado) de aproximadamente 30 milhares de euros.

A reconciliação entre a taxa de imposto aplicável em Portugal e a taxa de imposto efetiva na **Empresa** pode ser apresentada do seguinte modo:

	2011	2010
Taxa de imposto aplicável em Portugal	26,50%	26,50%
Resultados operacionais e financeiros não tributados	(28,09%)	(28,55%)
Reforços / (Reversões) de provisões para impostos	2,62%	1,10%
Outros	(0,79%)	(0,59%)
Taxa efetiva de imposto	0,24%	(1,54%)

Os resultados operacionais e financeiros não tributados referem-se, essencialmente, aos proveitos de dividendos recebidos das subsidiárias (Nota 12). Adicionalmente na rubrica de "Outros" está incluído o impacto do ajustamento de consolidação referente à eliminação dos resultados internos dos bens transmitidos intra-grupo.

14. DIVIDENDOS

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 18 de abril de 2011, foi deliberado o pagamento de dividendos correspondentes a 0,205 euros por ação (0,20 euros por ação em 2010), tendo sido pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 um valor global de 136.361 milhares de euros (132.954 milhares de euros em 2010).

Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Administração propõe um dividendo de 0,166 euros por ação, sujeito a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas a ser realizada em 20 de abril de 2012.

15. RESULTADOS POR AÇÃO

O resultado por ação, básico e diluído, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	Grupo		Empresa	
	2011	2010	2011	2010
Resultado por ação básico				
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	198.132	241.837	110.233	298.250
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (milhares) ^(a)	665.637	664.885	665.637	664.885
Resultado líquido por ação básico	0,30	0,36	0,17	0,45
Resultado por ação diluído				
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	198.132	241.837	110.233	298.250
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (milhares) ^(a)	665.637	664.885	665.637	664.885
Efeito das opções atribuídas no âmbito dos planos de atribuição de opções de compra de ações (milhares) (Nota 35)	1.815	1.367	1.815	1.367
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído (milhares)	667.452	666.252	667.452	666.252
Resultado líquido por ação diluído	0,30	0,36	0,17	0,45

a) O número médio de ações encontra-se ponderado pelo número médio de ações próprias em cada um dos correspondentes exercícios.

16. GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nos valores de *goodwill*, bem como nas respetivas perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Portugal	Espanha	Marrocos	Tunísia	Egito	Turquia	Brasil	Moçambique	África do Sul	China	Índia	Outros	Total
Ativo bruto:													
Saldo em 1 de janeiro de 2010	27.004	128.446	27.254	71.546	73.035	282.168	586.320	2.578	97.115	19.069	49.952	12.397	1.376.883
Alterações de perímetro	-	202	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	202
Efeito da conversão cambial	-	-	-	-	1.301	11.631	53.960	201	19.763	1.766	6.087	323	95.032
Alienações	-	(737)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(737)
Transferências	-	(1.519)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.519)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	27.004	126.392	27.254	71.546	74.336	293.799	640.280	2.779	116.877	20.836	56.039	12.720	1.469.861
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	-	-	-	-	-	-	21.184	-	-	-	-	21.184
Efeito da conversão cambial	-	-	-	-	(486)	(44.950)	(37.865)	3.451	(18.067)	1.136	(7.303)	244	(103.840)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	27.004	126.392	27.254	71.546	73.850	248.849	602.415	27.414	98.810	21.972	48.736	12.964	1.387.204
Perdas por imparidade acumuladas:													
Saldo em 1 de janeiro de 2010	601	-	24.031	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.632
Saldo em 31 de dezembro de 2010	601	-	24.031	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.632
Reforços	-	3.679	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.679
Saldo em 31 de dezembro de 2011	601	3.679	24.031	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.311
Valor líquido a 31 de dezembro de 2010	26.403	126.392	3.223	71.546	74.336	293.799	640.280	2.779	116.877	20.836	56.039	12.720	1.445.229
Valor líquido a 31 de dezembro de 2011	26.403	122.713	3.223	71.546	73.850	248.849	602.415	27.414	98.810	21.972	48.736	12.964	1.358.893

Os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor.

As análises de imparidade são efetuadas por referência aos valores recuperáveis de cada uma das áreas de negócios a que se encontram afetos (Nota 2.3). No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi registada uma perda por imparidade no *goodwill* afeto à atividade dos agregados na área de negócios de Espanha no montante de 3.679 milhares de euros.

As transferências de valor de *goodwill* ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 resultam da conclusão de processos de afetação de valores de compra aos ativos líquidos de negócios adquiridos em Espanha, no âmbito de processos de concentração de atividades empresariais.

Para efeitos de teste de imparidade, e atendendo à estrutura de relato financeiro adotada para efeitos de gestão, os valores de *goodwill* são afetos genericamente a cada um dos segmentos operacionais (Nota 7), considerando-se existirem sinergias entre as diversas unidades de cada segmento numa ótica de integração vertical dos negócios (Nota introdutória).

Nos testes realizados, o valor recuperável de cada grupo de unidades geradoras de caixa é comparado com o respetivo valor contabilístico. Uma perda por imparidade apenas é reconhecida no caso do valor contabilístico exceder o maior valor de entre o valor de uso e o valor realizável líquido. No valor de uso os fluxos de caixa, após impacto fiscal, são descontados com base no custo médio ponderado do capital depois de impostos ("WACC"), ajustado pelos riscos específicos de cada mercado.

As projeções de fluxos de caixa baseiam-se nos planos de negócio a médio e longo prazo, aprovados pela Administração, prolongadas de uma perpetuidade.

Para a determinação do valor de uso procedeu-se à atualização dos fluxos de caixa calculados em moeda local, utilizando as taxas "WACC" e perpetuidades correspondentes, conforme o quadro seguinte:

Segmentos	Moeda	2011			2010		
		Valor contabilístico do goodwill	Taxa "WACC"	Taxa de crescimento longo prazo	Valor contabilístico do goodwill	Taxa "WACC"	Taxa de crescimento longo prazo
Portugal	EUR	26.403	10,0% - 7,2%	1,5%	26.403	7,1%	1,4%
Espanha	EUR	122.713	7,4% - 7,1%	1,4% - 2,0%	126.392	6,2%	2,0%
Marrocos	MAD	3.223	10,1%	1,0%	3.223	8,1%	2,5%
Tunisia	TND	71.546	13,3%	1,0%	71.546	8,2%	2,5%
Egito	EGP	73.850	19,3% - 15,1%	3,0%	74.336	9,5%	4,0%
Turquia	TRY	248.849	13,3%	4,0%	293.799	10,0%	4,0%
Brasil	BRL	602.415	11,9%	2,0%	640.280	8,3%	2,0%
Mocambique	MZM	27.414	16,0%	3,0%	2.779	11,1%	2,5%
Africa do Sul	ZAR	98.810	10,6%	1,0%	116.877	7,5%	2,5%
China	CNY	21.972	8,3%	1,0%	20.836	7,0%	2,5%
India	INR	48.736	10,7%	6,0%	56.039	8,9%	3,0%
Outros	-	12.964	12,9%	2,0%	12.720	8,3% e 11,5%	2,0% e 2,5%
		1.358.893			1.445.229		

Na determinação dos valores de uso relativos às áreas de negócio de Portugal, Espanha e Egito, foram consideradas diferentes taxas "WACC" para descontar os *cash-flows* de diferentes períodos das projeções. Este procedimento, resulta da necessidade da adequação das referidas taxas de desconto às expectativas de evolução futura dos correspondentes prémios de risco País, em particular no que respeita à determinação da perpetuidade, no qual foram consideradas taxas de desconto mais baixas do que as consideradas nos primeiros anos da projeção, influenciadas no caso de Portugal e Espanha pela conjuntura económico-financeira atual e no caso do Egito pela instabilidade política.

O Grupo analisou o impacto de uma variação de 50 pontos base nas taxas de atualização ou nas taxas de crescimento de longo prazo e, à exceção da área de negócios de Espanha, onde estas variações resultariam num acréscimo das perdas por imparidade de cerca de 2 milhões de euros, não se identificaram outras situações nas quais o valor recuperável dos ativos fosse inferior ao correspondente valor contabilístico.

17. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis no **Grupo**, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Propriedade industrial e outros direitos	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2010	93.639	726	94.364
Alterações de perímetro	6.354	-	6.354
Efeito da conversão cambial	2.849	22	2.871
Adições	7.291	369	7.660
Abates	(1.368)	-	(1.368)
Transferências	(3.180)	(237)	(3.417)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	105.585	880	106.465
Efeito da conversão cambial	(1.346)	29	(1.318)
Adições	11.304	331	11.634
Abates	(9.004)	(15)	(9.019)
Transferências	(14.935)	(498)	(15.433)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	91.604	727	92.331
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo em 1 de janeiro de 2010	24.719	-	24.719
Efeito da conversão cambial	1.040	-	1.040
Reforços	11.257	-	11.257
Abates	(999)	-	(999)
Transferências	515	-	515
Saldo em 31 de dezembro de 2010	36.532	-	36.532
Efeito da conversão cambial	(1.602)	-	(1.602)
Reforços	13.457	-	13.457
Abates	(7.916)	-	(7.916)
Transferências	(3.230)	-	(3.230)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	37.240	-	37.240
Valor líquido a 31 de dezembro de 2010	69.053	880	69.933
Valor líquido a 31 de dezembro de 2011	54.364	727	55.091

A rubrica "Propriedade industrial e outros direitos" inclui, essencialmente, direitos contratuais, de superfície e licenças, incluindo as de utilização de *software*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 as transferências decorrem essencialmente da afetação à rubrica de Terrenos e recursos naturais do valor dos contratos de exploração de reservas mineiras pela aquisição dos correspondentes terrenos no âmbito do acordo firmado com a Arenor (Notas 18 e 47). No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 resultavam, essencialmente, da atribuição de justos valores a ativos adquiridos em processos de concentração de atividades empresariais.

Na **Empresa**, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram os seguintes:

	Propriedade industrial e outros direitos
Ativo bruto:	
Saldo em 1 de janeiro de 2010	9.656
Saldo em 31 de dezembro de 2010	9.656
Adições	20
Abates	(8.733)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	943
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:	
Saldo em 1 de janeiro de 2010	2.377
Reforços	3.168
Saldo em 31 de dezembro de 2010	5.545
Reforços	3.286
Abates	(7.905)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	926
Valor líquido a 31 de dezembro de 2010	4.111
Valor líquido a 31 de dezembro de 2011	17

18. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis no **Grupo**, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros ativos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos tangíveis	Total
Ativo bruto:										
Saldo em 1 de janeiro de 2010	417.462	918.148	3.373.198	128.081	64.300	13.465	12.221	131.199	10.136	5.068.211
Alterações de perímetro	1.815	81	677	16	5	-	-	2.912	-	5.506
Efeito da conversão cambial	11.664	37.618	160.878	7.534	2.446	385	42	12.093	702	233.362
Adições	1.683	9.362	18.332	2.906	868	181	1.011	104.458	21.238	160.040
Alienações	(505)	(998)	(7.827)	(13.976)	(782)	(64)	(131)	-	(411)	(24.693)
Abates	(622)	(1.275)	(13.691)	(831)	(9.504)	(91)	(123)	(73)	(2.338)	(28.548)
Transferências	14.236	41.555	98.171	2.788	232	194	79	(130.415)	(16.891)	9.949
Saldo em 31 de dezembro de 2010	445.734	1.004.490	3.629.738	126.519	57.565	14.071	13.099	120.174	12.438	5.423.828
Alterações de perímetro (Nota 5)	35	4.511	8.315	62	20	1	-	-	-	12.943
Efeito da conversão cambial	(12.070)	(32.516)	(160.059)	(6.719)	(2.077)	(13)	27	(5.997)	(88)	(219.512)
Adições	13.700	9.914	50.710	21.495	876	252	694	137.354	22.561	257.556
Alienações	(414)	(573)	(4.276)	(16.154)	(286)	(91)	(11)	(170)	-	(21.975)
Abates	(42)	(2.377)	(3.384)	(1.232)	(810)	(45)	(49)	(572)	(37)	(8.549)
Transferências	66.240	26.456	71.909	4.667	1.157	293	184	(108.803)	(4.081)	58.022
Saldo em 31 de dezembro de 2011	513.182	1.009.906	3.592.951	128.638	56.444	14.470	13.945	141.985	30.793	5.502.313
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo em 1 de janeiro de 2010	52.079	429.899	2.301.049	85.869	53.927	10.740	6.875	-	-	2.940.438
Efeito da conversão cambial	571	13.067	107.108	4.894	1.904	248	30	-	-	127.821
Reforços	5.136	40.002	146.394	8.772	3.441	358	1.026	-	-	205.130
Reduções	-	(304)	(6.321)	(8.047)	(756)	(60)	(23)	-	-	(15.511)
Abates	(379)	(1.062)	(11.132)	(714)	(9.430)	(90)	(27)	-	-	(22.833)
Transferências	226	21	4.480	(3.600)	(668)	(1)	(2)	-	-	456
Saldo em 31 de dezembro de 2010	57.633	481.623	2.541.577	87.174	48.419	11.195	7.879	-	-	3.235.500
Efeito da conversão cambial	(670)	(14.438)	(115.361)	(4.274)	(1.665)	89	17	-	-	(136.302)
Reforços	12.424	39.782	142.456	9.799	2.472	731	1.130	-	-	208.793
Reduções	-	(393)	(3.514)	(10.824)	(262)	(91)	(8)	-	-	(15.092)
Abates	-	(2.227)	(2.980)	(679)	(795)	(44)	(14)	-	-	(6.739)
Transferências	3.490	(2.557)	1.022	12	18	6	-	-	-	1.991
Saldo em 31 de dezembro de 2011	72.878	501.791	2.563.200	81.207	48.186	11.885	9.004	-	-	3.288.151
Valor líquido a 31 de dezembro de 2010	388.100	522.868	1.088.161	39.345	9.146	2.876	5.221	120.174	12.438	2.188.328
Valor líquido a 31 de dezembro de 2011	440.304	508.115	1.029.751	47.431	8.257	2.585	4.941	141.985	30.793	2.214.162

Os terrenos de exploração incluem o valor estimado das despesas futuras com a sua recuperação e reconstituição ambiental, as quais, na medida em que ainda não tenham sido incorridas, se encontram refletidas no passivo (Nota 36).

As adições ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 incluem 1.656 milhares de euros e 436 milhares de euros, respetivamente, de encargos financeiros relativos a empréstimos obtidos para financiar a construção de ativos elegíveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as transferências para “Terrenos e recursos naturais” incluem essencialmente: (i) a reclassificação das reservas mineiras estratégicas, anteriormente registadas em existências, da área de negócios do Egito, no montante aproximado de 32 milhões de euros, e (ii) o valor dos contratos de exploração de reservas mineiras no âmbito do acordo celebrado com a Arenor (Notas 17 e 47), no montante de 26 milhões de euros. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi transferido de “Edifícios e outras construções” para a rubrica de “Ativos não correntes detidos para venda” um edifício de escritórios, no montante de 7 milhões de euros (Nota 21).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o reforço das depreciações e perdas por imparidade está influenciado pelo registo de uma perda por imparidade na área de negócios de Espanha, afeta à atividade de Betões e Agregados, no montante de 6.321 milhares de euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os ativos tangíveis em curso e adiantamentos por conta de ativos tangíveis incluem os valores incorridos com a construção e melhoria de instalações e equipamentos afetos ao negócio de cimento em várias unidades produtivas, essencialmente nas áreas de negócios do Brasil, Espanha, Moçambique, Índia e África de Sul.

Os movimentos ocorridos na **Empresa** no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos tangíveis	Total
Ativo bruto:									
Saldo em 1 de janeiro de 2010	2.409	8.950	3.095	630	4.943	-	2	-	20.029
Adições	-	7	-	312	26	-	4	-	348
Alienações	-	-	-	(66)	-	-	-	-	(66)
Abates	-	-	(17)	-	-	-	-	-	(17)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.409	8.957	3.078	876	4.969	-	5	-	20.295
Adições	-	347	-	296	114	4	17	80	858
Alienações	-	-	-	(82)	-	-	-	-	(82)
Abates	-	-	(0)	(1)	(71)	-	-	-	(72)
Transferências	-	5	-	-	-	-	(5)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.409	9.309	3.078	1.088	5.012	4	17	80	20.998
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:									
Saldo em 1 de janeiro de 2010	-	5.703	3.073	361	4.628	-	-	-	13.765
Reforços	-	181	4	144	6	-	-	-	336
Reduções	-	-	-	(17)	-	-	-	-	(17)
Abates	-	-	(17)	-	-	-	-	-	(17)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	5.884	3.061	488	4.634	-	-	-	14.067
Reforços	-	185	4	177	41	-	-	-	406
Reduções	-	-	-	(57)	-	-	-	-	(57)
Abates	-	-	-	(1)	(71)	-	-	-	(72)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	6.068	3.065	607	4.604	-	-	-	14.344
Valor líquido a 31 de dezembro de 2010	2.409	3.073	18	387	335	-	5	-	6.228
Valor líquido a 31 de dezembro de 2011	2.409	3.241	13	482	408	4	17	80	6.654

19. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

O detalhe dos investimentos financeiros da **Empresa** em subsidiárias e associadas e respetivos valores de capital próprio em 31 de dezembro 2011 e 2010, e resultado líquido dos exercícios findos naquelas datas, eram os seguintes:

Denominação	2011					2010			
	País	% detida	Capital próprio	Resultado líquido	Valor de balanço	% detida	Capital próprio	Resultado líquido	Valor de balanço
Cimpor Inversiones, S.A.	Espanha	90	1.332.887	242.907	641.444	100	846.814	223.616	641.444
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	Portugal	100	305.723	51.805	438.480	100	261.225	77.918	438.480
Cimpor Reinsurance, S.A.	Luxemburgo	95	16.548	2.925	10.855	95	13.624	(698)	10.855
Kandmad, SGPS, Lda.	Portugal	100	21.300	150	22.000	100	8.150	43	9.000
Cimpor - Serviços de Apoio e Gestão de Empresas, S.A.	Portugal	100	1.819	350	1.900	100	1.469	9	1.900
Cimpor Tec - Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo, S.A.	Portugal	100	996	556	1.573	100	785	345	1.573
Cimpor Financial Operations, B.V.	Holanda	74,595	2.926	318	1.024	100	2.608	593	1.373
Cement Services Company, S.A.E.	Egito	45	139	14	137	45	191	77	137
Cimpor Egypt For Cement Company, S.A.E.	Egito	0,00187894	331.957	6.196	5	0,00187894	339.596	1.312	6
Cimpor Ybitas Cimento, A.S.	Turquia	0,0000000004	169.147	679	-	0,0000000004	195.479	(2.289)	-
Cimpor Ybitas Beynelmillel Nakliyecilik, A.S.	Turquia	0,00000010	250	25	-	0,00000010	268	1	-
			2.183.692	305.924	1.117.418		1.670.207	300.928	1.104.768

Os movimentos ocorridos na **Empresa** na rubrica dos investimentos em subsidiárias e associadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram os seguintes:

Saldo em 1 de janeiro de 2010	1.096.967
Aumentos	10.900
Diminuições	(3.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.104.768
Aumentos	13.000
Diminuições	(350)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.117.418

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os aumentos respeitam à concessão de prestações acessórias à empresa Kandmad, SGPS, Lda. e as diminuições referem-se essencialmente à alienação de 47 ações da Cimpor Financial Operations, B.V. a uma participada.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, os aumentos respeitavam à aquisição de participações financeiras a empresas do Grupo de: i) 100% no capital da Kandmad, SGPS, Lda. pelo montante de 9.000 milhares de euros; e (ii) 100% no capital da Cimpor – Serviços de Apoio e Gestão de Empresas, S.A., pelo montante de 1.900 milhares de euros. No mesmo exercício, as diminuições referiam-se à restituição de prestações acessórias por parte da Cimpor Financial Operations, B.V., no montante de 3.099 milhares de euros.

No **Grupo**, os investimentos em empresas associadas tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Partes de capital	Goodwill	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2010	17.575	7.416	24.992
Efeito da conversão cambial	3	-	3
Efeitos da aplicação de equivalência patrimonial:			
Efeito em resultados (Nota 12)	(964)	-	(964)
Efeito em capital próprio	21	-	21
Dividendos recebidos	(969)	-	(969)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	15.666	7.416	23.083
Alterações de perímetro (Nota 5)	254	4.682	4.916
Efeito da conversão cambial	3	-	3
Efeitos da aplicação de equivalência patrimonial:			
Efeito em resultados (Nota 12)	88	-	88
Efeito em capital próprio	161	-	161
Transferências	(9.961)	-	(9.961)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	6.191	12.098	18.289

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as transferências respeitam essencialmente à reclassificação, no primeiro semestre de 2011, nos termos da IFRS 5, para Ativos não correntes detidos para venda, da participação na Arenor, S.L. (Nota 21).

O detalhe dos investimentos em associadas do **Grupo**, respetivos valores de capital próprio em 31 de dezembro 2011 e 2010, e resultado líquido dos exercícios findos naquelas datas, eram os seguintes:

Denominação	2011								
	Segmento operacional	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido	Valor de balanço	
								Investimentos em associadas	Provisões
Setefrete, SGPS, S.A.	Portugal	25%	5.404	(25)	5.379	91	1.321	3.632	-
Arenor, S.L.	Espanha	-	-	-	-	-	(617)	-	-
Cementos Antequera, S.A.	Espanha	23%	24.363	(5.536)	18.827	1.864	(1.103)	9.474	-
Agueiro, S.A.	Espanha	45%	12.178	(15.135)	(2.958)	-	(2.939)	-	(1.331)
Hormigões Miranda Celanova, S.A.	Espanha	40%	360	(336)	24	556	(12)	9	-
Ecocim, S.A.S.	Marrocos	25%	1.726	(776)	950	2.313	753	237	-
Companhia de Mineração Candiota	Brasil	48%	41	-	41	-	-	20	-
AVE- Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A. Outros		35%	2.250	(1.582)	668	8.367	-	4.916	-
			46.322	(23.391)	22.931	13.191	(2.597)	18.289	(1.331)

Denominação	2010								
	Segmento operacional	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido	Valor de balanço	
								Investimentos em associadas	Provisões
Setefrete, SGPS, S.A.	Portugal	25%	5.471	(1.547)	3.924	26.211	2.496	3.269	-
Arenor, S.L.	Espanha	29%	63.858	(28.614)	35.244	1.598	(5.016)	10.069	-
Cementos Antequera, S.A.	Espanha	23%	34.558	(14.629)	19.929	14.197	(273)	9.729	-
Agueiro, S.A.	Espanha	45%	2.247	(2.266)	(19)	4.496	(153)	(8)	-
Hormigones Miranda Celanova, S.A.	Espanha	40%	319	(311)	8	622	(57)	3	-
Companhia de Mineração Candiota	Brasil	48%	45	-	45	-	-	22	-
Nomakanjani Logistics (PTY), LTD.	África do Sul	30%	-	-	-	-	(99)	-	(30)
			106.497	(47.366)	59.131	47.124	(3.102)	23.083	(30)

20. OUTROS INVESTIMENTOS

Os outros investimentos contabilizados ao abrigo da IAS 39, tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Grupo					Empresa
	Ativos financeiros disponíveis para venda		Ativos financeiros ao justo valor por resultados	Ativos financeiros detidos até à maturidade	Total	Ativos financeiros disponíveis para venda
	Custo	Justo valor				Custo
Investimento bruto:						
Saldo em 1 de janeiro de 2010	8.422	3.869	4.066	224	16.580	4.124
Efeito da conversão cambial	225	-	-	22	247	-
Reavaliações/ajustamentos	-	(83)	599	-	516	-
Aumentos	3.014	-	-	-	3.014	14
Transferências	-	-	-	(246)	(246)	-
Alienações	(1.802)	-	-	-	(1.802)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	9.859	3.785	4.665	-	18.310	4.138
Efeito da conversão cambial	(310)	-	-	-	(310)	-
Reavaliações/ajustamentos	-	(772)	(188)	1.105	145	-
Aumentos	913	-	-	14.352	15.265	-
Transferências	(44)	-	-	-	(44)	-
Alienações	(94)	-	-	-	(94)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	10.324	3.013	4.478	15.457	33.272	4.138
Perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo em 1 de janeiro de 2010	6.642	-	-	-	6.642	4.051
Reduções	(1.775)	-	-	-	(1.775)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.867	-	-	-	4.867	4.051
Reforços	75	-	-	-	75	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	4.942	-	-	-	4.942	4.051
Valor líquido a 31 de dezembro de 2010	4.992	3.785	4.665	-	13.443	87
Valor líquido a 31 de dezembro de 2011	5.382	3.013	4.478	15.457	28.331	87

Nesta rubrica estão incluídos: (i) os ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados quer ao justo valor, quer ao custo de aquisição ajustado face às perdas por imparidade estimadas, quando não tenham preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade; (ii) os ativos financeiros ao justo valor por resultados, que respeitam, essencialmente, a uma carteira de fundos de investimento; e (iii) os ativos financeiros detidos até à maturidade.

Os aumentos nos ativos financeiros detidos até à maturidade, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, incluem a constituição de um depósito efetuado no montante de 20 milhões de USD (Nota 48).

21. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica era composta por: i) a participação do Grupo na C+PA no montante de 34.000 milhares de euros, cujo valor se prevê que seja recuperado através de uma transação de venda. Apesar de já ter decorrido mais de um ano desde o enquadramento daquela participação nesta categoria, a complexidade processual, aliada à natureza do ativo e processo negocial, levaram a que não fosse possível a conclusão deste processo, mantendo-se em curso as correspondentes diligências. No decorrer do exercício anterior o valor da participação foi reduzido de 47.200 milhares de euros para 34.000 milhares de euros, decorrente do registo de uma perda por imparidade no montante de 13.200 milhares de euros (Nota 12), em função da estimativa do valor de recuperação daquele ativo, tendo-se considerado como base de valor o correspondente valor contabilístico; e ii) um edifício de escritórios ao serviço das empresas da área de negócios de Portugal por ter sido assinado um contrato promessa de alienação do mesmo à entidade gestora ao Fundo de Pensões da Cimpor Indústria.

A participação na Arenor, S.L. registada em 30 de junho de 2011 como Ativo não corrente detido para venda, foi alienada durante o terceiro trimestre de 2011 (Nota 47).

22. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Grupo				Empresa			
	2011		2010		2011		2010	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empresas subsidiárias, associadas e participadas	3.714	-	1.737	478	13.917	188.000	85.907	-
Outros acionistas	1.299	102	901	385	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	46	-	58	-	-	-	-	-
Outros devedores	25.359	12.574	24.579	12.274	774	332	365	334
	30.418	12.676	27.275	13.137	14.691	188.332	86.272	334
Imparidades acumuladas	(3.502)	(354)	(2.562)	(641)	(283)	(328)	(283)	(328)
	26.916	12.322	24.713	12.496	14.408	188.005	85.989	7

Em "Outros devedores" estão incluídos os saldos a receber pela alienação de ativos fixos tangíveis, bem como os saldos a receber em resultados dos proveitos suplementares (Nota 8).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos a receber apresentavam as seguintes antiguidades:

	Grupo				Empresa			
	2011		2010		2011		2010	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Saldos não vencidos	23.405	12.334	20.939	12.310	14.408	188.005	85.971	7
Saldos vencidos:								
Até 180 dias	2.927	10	2.820	-	-	-	-	-
De 180 a 360 dias	580	-	1.384	178	-	-	-	-
Mais de 360 dias	3.504	332	2.131	649	283	328	301	328
	30.418	12.676	27.275	13.137	14.691	188.332	86.272	334

Imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Grupo	Empresa
Saldo em 1 de janeiro de 2010	2.956	611
Efeito da conversão cambial	101	-
Reforços (Nota 11)	705	-
Reversões (Nota 8)	(559)	-
Transferências	(1)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.205	611
Efeito da conversão cambial	89	-
Reforços (Nota 11)	629	-
Reversões (Nota 8)	(65)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.856	611

As imparidades constituídas representam a estimativa da perda de valor dos saldos a receber, decorrente da análise ao risco efetivo de incobrabilidade, após dedução dos montantes cobertos por seguros de crédito e outras garantias.

23. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos com estas entidades eram como segue:

	Grupo				Empresa	
	2011		2010		2011	2010
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Corrente
Saldos devedores:						
Imposto sobre o rendimento das sociedades	32.443	-	20.550	-	5.513	5.919
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	1.577	-	2.186	-	32	30
Imposto sobre o valor acrescentado	26.837	8.887	34.940	8.467	186	77
Contribuições para a Segurança Social	-	-	3	-	-	-
Outros	1.514	27.412	2.613	25.384	-	-
	62.370	36.300	60.292	33.851	5.731	6.026
Saldos credores:						
Imposto sobre o rendimento das sociedades	25.508	-	8.445	-	5.162	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	8.743	-	4.558	-	157	132
Imposto sobre o valor acrescentado	19.426	1	19.064	521	260	-
Contribuições para a Segurança Social	5.303	-	4.619	-	100	92
Outros	8.792	-	7.479	-	-	-
	67.772	1	44.166	521	5.679	224

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os outros saldos a receber não correntes incluem um depósito judicial no montante de 40 milhões de reais efetuado por uma empresa da área de negócios do Brasil, decorrente de um diferendo judicial com as autoridades locais acerca da taxa a aplicar no apuramento de impostos indiretos. Esta situação teve uma decisão judicial parcialmente desfavorável no montante de 32 milhões de reais. A empresa aguarda instrução judicial para proceder ao levantamento do valor remanescente. Para fazer face a este diferendo, o Grupo tem relevada uma responsabilidade na rubrica de Provisões para outros riscos e encargos (Nota 36) não se estimando que da regularização desta situação venham a resultar impactos patrimoniais negativos.

Em conformidade com o previsto no Art.º 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, declara-se que a **Empresa** não apresenta qualquer dívida em mora, quer à administração fiscal, quer à segurança social.

24. OUTROS ATIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Grupo				Empresa	
	2011		2010		2011	2010
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Corrente
Juros a receber	1.381	-	1.560	-	10	35
Instrumentos financeiros derivados (Nota 39)	4.661	2.502	15.187	3.300	-	-
Rendas e alugueres ^(a)	866	21	2.098	18.495	1	-
Benefícios aos empregados (Nota 34)	-	901	118	-	-	-
Seguros	903	-	1.185	6	82	27
Outros custos diferidos e acréscimos de proveitos	2.598	137	2.167	418	2.164	227
	10.409	3.561	22.314	22.218	2.257	289

a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, na sequência do acordo celebrado entre o Grupo Cimpor e a Arenor S.L., foram transferidos para ativos fixos tangíveis os montantes pagos no âmbito de um contrato de arrendamento de um terreno de exploração de inertes (Nota 47).

25. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos no Grupo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram os seguintes:

	Ativos intangíveis	Goodwill	Ativos tangíveis	Prejuízos fiscais reportáveis	Provisões para riscos e encargos	Dívidas de cobrança duvidosa	Existências	Investimentos financeiros	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros	Total
Ativos por impostos diferidos											
Saldo em 1 de janeiro de 2010	495	32.909	11.850	26.421	29.023	1.589	1.868	815	-	2.335	107.305
Alterações de perímetro	-	-	-	8	98	-	-	-	-	-	106
Efeito da conversão cambial	34	3.861	998	776	2.204	33	12	4	-	176	8.098
Imposto s/rendimento (Nota 13)	(114)	(8.570)	470	19.611	(769)	(367)	3	(32)	-	1.041	11.273
Capital próprio (Nota 13)	-	-	-	(1.796)	2.363	-	-	-	-	-	567
Transferências	-	-	-	1.586	-	-	-	-	-	-	1.586
Saldo em 31 de dezembro de 2010	414	28.200	13.318	46.606	32.919	1.255	1.883	787	-	3.552	128.935
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	-	-	4.048	-	-	-	-	-	-	4.048
Efeito da conversão cambial	(20)	(2.028)	(699)	(400)	(2.384)	22	50	(5)	-	(61)	(5.523)
Imposto s/rendimento (Nota 13)	26	(8.016)	232	11.191	5.305	157	119	(30)	(26)	(30)	8.929
Capital próprio (Nota 13)	-	-	-	1.300	1.481	-	-	-	224	240	3.245
Saldo em 31 de dezembro de 2011	421	18.156	12.852	62.746	37.322	1.434	2.052	753	198	3.702	139.634
Passivos por impostos diferidos											
Saldo em 1 de janeiro de 2010	7.899	45.443	155.688	-	10.918	-	-	4.292	46	9.567	233.853
Efeito da conversão cambial	131	2.620	5.815	-	732	-	-	-	-	1.634	10.931
Imposto s/rendimento (Nota 13)	(261)	2.854	3.795	-	1.310	-	-	13.149	-	3.131	23.979
Capital próprio (Nota 13)	-	-	-	-	128	-	-	-	(20)	-	108
Transferências	1.430	-	2.499	-	-	-	-	-	-	-	3.929
Saldo em 31 de dezembro de 2010	9.198	50.918	167.797	-	13.087	-	-	17.441	26	14.332	272.800
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	249	249
Efeito da conversão cambial	(186)	(1.958)	(5.894)	-	(753)	-	-	14	-	(1.561)	(10.339)
Imposto s/rendimento (Nota 13)	(661)	794	(2.564)	-	4.577	-	-	(12.408)	(26)	12.389	2.101
Capital próprio (Nota 13)	-	-	-	-	245	-	-	-	-	-	245
Saldo em 31 de dezembro de 2011	8.352	49.753	159.339	-	17.156	-	-	5.047	-	25.408	265.055
Impostos diferidos líquidos em 2010	(8.784)	(22.718)	(154.479)	46.606	19.832	1.255	1.883	(16.654)	(26)	(10.780)	(143.865)
Impostos diferidos líquidos em 2011	(7.931)	(31.597)	(146.487)	62.746	20.165	1.434	2.052	(4.294)	198	(21.706)	(125.421)

Os impostos diferidos são registrados em outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio sempre que as situações que os originam têm idêntico impacto, nomeadamente:

- Os ativos e passivos por impostos diferidos relativos a provisões na componente associada aos ganhos e perdas atuariais registrados diretamente em reservas;
- Os passivos por impostos diferidos relativos aos ativos financeiros disponíveis para venda que decorrem das respectivas valorizações a valores de mercado, as quais são registradas em reservas de justo valor (Nota 31).

As diferenças temporárias que originam impostos diferidos estão influenciadas pela atribuição de justos valores, sem relevância fiscal, aos ativos e passivos adquiridos no âmbito de processos de concentração de atividades empresariais, com impacto relevante nos ativos fixos tangíveis e, para a generalidade das naturezas, por diferenças valorimétricas e de políticas contabilísticas entre a base contabilística dos ativos e passivos das empresas do Grupo e a correspondente base fiscal.

Em 31 de dezembro de 2011, o **Grupo** tem por utilizar prejuízos fiscais de 215.229 milhares euros (152.914 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010) dedutíveis em lucros futuros, tendo sido registados ativos por impostos diferidos de 62.746 milhares de euros (46.606 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010). Destes prejuízos fiscais, 164.433 milhares de euros, relativos a Espanha, têm maturidade de recuperação de 2020 até ao ano 2029. Não se encontram reconhecidos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos, no montante de 4.060 milhares de euros (6.496 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010) devido à imprevisibilidade da sua recuperação.

Os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos na medida em que é provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais e as diferenças temporárias. Esta avaliação teve por base os planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados.

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos pela **Empresa**, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram os seguintes:

	Ativos tangíveis	Dívidas de cobrança duvidosa	Outros	Total
Ativos por impostos diferidos:				
Saldo em 1 de janeiro de 2010	397	274	29	699
Imposto sobre o rendimento (Nota 13)	(10)	15	(4)	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	386	287	25	698
Imposto sobre o rendimento (Nota 13)	14	(4)	886	896
Saldo em 31 de dezembro de 2011	400	283	911	1.594
Passivos por impostos diferidos:				
Saldo em 1 de janeiro de 2010	261	-	8	269
Imposto sobre o rendimento (Nota 13)	(13)	-	(2)	(15)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	247	-	6	254
Imposto sobre o rendimento (Nota 13)	(13)	-	(2)	(15)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	234	-	5	239
Impostos diferidos líquidos em 2010	139	287	18	444
Impostos diferidos líquidos em 2011	166	283	906	1.355

26. EXISTÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica no **Grupo** tinha a seguinte composição:

	2011	2010
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	248.773	263.826
Produtos e trabalhos em curso	71.456	74.394
Produtos acabados e intermédios	21.926	24.771
Mercadorias	7.009	9.110
Adiantamentos por conta de compras	193	200
	349.356	372.301
Imparidades acumuladas	(12.003)	(10.293)
	337.354	362.008

A redução na rubrica de "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" está influenciada pela reclassificação das reservas mineiras estratégicas da área de negócios do Egito (Nota 18).

Imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade acumuladas foram os seguintes:

Saldo em 1 de janeiro de 2010	9.879
Efeito da conversão cambial	459
Reforços (Nota 11)	1.382
Reversões (Nota 8)	(1.366)
Utilizações	(150)
Transferências	90
Saldo em 31 de dezembro de 2010	10.293
Efeito da conversão cambial	(59)
Reforços (Nota 11)	2.990
Reversões (Nota 8)	(1.221)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	12.003

27. CLIENTES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Clientes e adiantamentos a fornecedores" tinha a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2011	2010	2011	2010
Clientes, conta corrente	210.058	217.468	1.397	453
Clientes, títulos a receber	55.727	46.705	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	65.984	67.207	2.486	2.592
Adiantamentos a fornecedores	14.439	16.739	1	24
	346.208	348.119	3.885	3.069
Imparidades acumuladas	(64.048)	(63.760)	(2.486)	(2.592)
	282.160	284.359	1.399	476

Imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Grupo	Empresa
Saldo em 1 de janeiro de 2010	69.429	2.892
Efeito da conversão cambial	709	-
Reforços (Nota 11)	8.305	39
Reversões (Nota 8)	(6.392)	(90)
Utilizações	(8.244)	(250)
Transferências	(48)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	63.760	2.592
Efeito da conversão cambial	(733)	-
Reforços (Nota 11)	8.086	1
Reversões (Nota 8)	(3.107)	(27)
Utilizações	(3.959)	(80)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	64.048	2.486

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe por antiguidade dos saldos incluídos na rubrica "Clientes e adiantamentos a fornecedores" era o seguinte:

	Grupo		Empresa	
	2011	2010	2011	2010
Saldos não vencidos	181.613	179.485	15	-
Saldos vencidos:				
Até 180 dias	92.239	96.733	1.383	454
De 180 a 360 dias	9.520	13.491	-	4
Mais de 360 dias	62.837	58.409	2.488	2.611
	346.208	348.119	3.885	3.069

O valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de risco de crédito, dado que o mesmo se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes e outros devedores. As perdas por imparidade reconhecidas representam a estimativa da perda de valor dos saldos a receber, decorrente da análise ao risco efetivo de incobrabilidade, após dedução dos montantes cobertos por seguros de crédito e outras garantias.

28. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2011, o capital, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 672.000.000 ações, com o valor nominal de um euro cada, cotadas na Euronext Lisbon.

Os titulares de participações sociais qualificadas encontram-se evidenciados em mapa anexo a estas demonstrações financeiras.

29. AÇÕES PRÓPRIAS

A legislação comercial relativa a ações próprias obriga à existência de uma reserva livre de montante igual ao preço de aquisição dessas ações, a qual se torna indisponível enquanto essas ações não forem alienadas. Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de ações próprias sejam registados em reservas.

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 com ações próprias foram como segue:

	Quantidade	Valor
Saldo em 1 de janeiro de 2010	7.974.587	(39.905)
Alienação de ações próprias (Nota 35)	(1.109.930)	6.919
Saldo em 31 de dezembro de 2010	6.864.657	(32.986)
Alienação de ações próprias (Nota 35)	(650.699)	3.931
Saldo em 31 de dezembro de 2011	6.213.958	(29.055)

As alienações das ações próprias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 resultam dos planos de pagamentos com base em ações (Nota 35). Decorrentes destas alienações foram reconhecidas perdas nos exercícios findos em de dezembro de 2011 e 2010 nos montantes de 1.084 milhares de euros e 1.874 milhares de euros, respetivamente.

30. AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO CAMBIAL

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram como segue:

	Marrocos	Tunísia	Egito	Turquia	Brasil	Moçambique	África do Sul	China	India	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2010	(1.322)	(13.597)	(14.928)	(77.662)	220.999	(4.202)	(45.572)	676	(6.021)	216	58.587
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	876	(544)	4.317	18.906	110.520	3.940	48.973	158	9.643	959	197.750
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(446)	(14.141)	(10.610)	(58.755)	331.519	(263)	3.402	834	3.622	1.175	256.337
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	130	(287)	(8.250)	(72.417)	(76.240)	3.221	(47.871)	1.952	(11.395)	863	(210.294)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(316)	(14.428)	(18.860)	(131.172)	255.279	2.958	(44.470)	2.786	(7.773)	2.039	46.043

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 as variações nos ajustamentos de conversão cambial estão significativamente influenciadas pelo impacto das desvalorizações cambiais do real brasileiro, da lira turca e do rand sul-africano face ao euro na transposição dos patrimónios denominados naquelas moedas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foram contratados quaisquer instrumentos financeiros derivados com a finalidade de efetuar coberturas de investimentos em entidades estrangeiras.

31. RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2011	2010	2011	2010
Reserva legal	134.400	134.400	134.400	134.400
Outras reservas	140.304	146.146	173.506	175.360
Reserva de justo valor (Nota 20)	(416)	132	-	-
Reserva de operações de cobertura (Nota 39)	(570)	-	-	-
	273.717	280.678	307.906	309.760

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os Outros rendimentos e gastos reconhecidos em Reservas do **Grupo** dizem respeito, essencialmente, ao reconhecimento de gastos e perdas atuariais em responsabilidades com o pessoal, no montante líquido de 3.350 milhares de euros (6.087 milhares de euros no exercício findo em 2010) e ao reconhecimento de operações de cobertura no montante de 570 milhares de euros (2.010 milhares de euros no exercício findo em 2010).

Reserva legal: De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas: Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as "Outras reservas" incluem uma reserva indisponível de 29.055 milhares de euros e 32.986 milhares de euros, respetivamente, correspondente ao valor de aquisição das ações próprias.

32. RESULTADOS TRANSITADOS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram como segue:

	Grupo	Empresa
Saldo em 1 de janeiro de 2010	615.340	6.405
Aplicação do resultado de 2009	96.836	43.690
Planos de atribuição de opções de compra de ações	2.420	2.420
Outros	331	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	714.928	52.516
Aplicação do resultado de 2010	105.475	161.889
Planos de atribuição de opções de compra de ações	1.262	1.262
Outros	387	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	822.052	215.667

33. INTERESSES SEM CONTROLO

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram os seguintes:

Saldo em 1 de janeiro de 2010	92.488
Efeito da conversão cambial	13.995
Dividendos distribuídos	(14.595)
Ganhos e perdas atuariais em responsabilidades com o pessoal (Nota 34)	9
Varição de participações financeiras	(4.330)
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	9.870
Saldo em 31 de dezembro de 2010	97.437
Efeito da conversão cambial	4.665
Dividendos distribuídos	(10.192)
Instrumentos financeiros de cobertura	(42)
Ganhos e perdas atuariais em responsabilidades com o pessoal (Nota 34)	9
Varição de participações financeiras	1.576
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	7.998
Saldo em 31 de dezembro de 2011	101.451

34. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Planos de benefício definido

Existem no Grupo planos de pensões de reforma e de saúde de benefício definido, cujas responsabilidades são anualmente determinadas com base em estudos atuariais efetuados por entidades independentes, sendo reconhecido no exercício o custo determinado por esses estudos.

A generalidade das responsabilidades decorrentes dos planos de benefícios de reforma foi transferida para fundos de pensões, geridos por entidades independentes e especializadas.

Os estudos reportados a 31 de dezembro de 2011 e 2010 utilizaram a metodologia denominada por “Unidades de Crédito Projetadas” e assentaram nos seguintes pressupostos e bases técnicas atuariais:

	2011	2010
Taxa técnica atuarial (em moeda local)		
Portugal	5,00%	5,00%
Espanha	5,00%	4,90%
África do Sul	8,48%	8,43%
Índia	8,50%	8,00%
Marrocos	5,20%	5,10%
Taxa de crescimento das pensões		
Portugal	2,50%	2,50%
Espanha	2,00%	2,00%
Taxa de rendibilidade do fundo		
Portugal	5,00%	5,00%
Espanha	5,00%	4,90%
Taxa de crescimento salarial		
Portugal	2,50% e 3,00%	2,50% e 3,00%
Espanha	3,00%	3,00%
Índia	7,00%	7,00%
Marrocos	4,00%	4,00%
Tábuas de mortalidade		
Portugal	TV88/90	TV88/90
Espanha	PERMF 2000	PERMF 2000
África do Sul	SA 85-90	SA 85-90
Índia	LIC	LIC
Marrocos	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez		
Portugal	EKV 80	EKV 80
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos		
Portugal		
Taxa global de crescimentos dos custos	N/A	N/A
Taxa de inflação médica	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento de custos por idade	N/A	N/A
África do Sul	6,48%	6,43%
Marrocos	3,00%	3,00%

As modificações nos pressupostos atuariais são justificadas pelas alterações das condições de mercado. As taxas de desconto (taxa técnica atuarial) das responsabilidades foram estimadas com base em taxas de rendimento de longo prazo de obrigações de *rating* elevado e com maturidades equiparáveis às dessas responsabilidades. As taxas de crescimento salarial foram determinadas em conformidade com a política salarial do Grupo para os segmentos indicados.

De acordo com os referidos estudos atuariais, os custos com complementos de pensões de reforma e de saúde dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, podem ser detalhados como segue:

	Planos de pensões	
	2011	2010
Custo dos serviços correntes	962	1.016
Custo dos juros	3.971	4.090
Extinção de benefício ^(a)	(1.322)	-
Rendimento esperado dos ativos do fundo	(4.180)	(3.799)
Total de custos com planos de pensões (Nota 10)	(568)	1.307

	Planos de saúde	
	2011	2010
Custo dos serviços correntes	254	304
Custo dos juros	755	1.018
Alteração do plano ^(a)	-	(7.342)
Total de custos/(proveitos) com planos de saúde (Nota 10)	1.009	(6.020)
Total de custos/(proveitos) com planos de benefício definido	(I) + (II)	(4.713)

a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, decorrente das alterações introduzidas aos Estatutos da Cimpor pela recente Assembleia Geral anual da Sociedade, extinguiu-se a habilitação estatutária referente ao direito dos administradores a complementos de pensões de reforma (Nota 47). No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o Grupo procedeu à revisão das condições de atribuição de benefícios do plano de saúde na área de negócios de Portugal. De acordo com as condições revistas, as responsabilidades reportadas naquela data reduziram-se em 7.342 milhares de euros.

O movimento ocorrido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 nos valores das responsabilidades projetadas por benefícios definidos e dos correspondentes valores de mercado dos ativos dos fundos pode ser detalhado como segue:

	Planos de pensões		Planos de saúde		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Responsabilidade por benefícios definidos - 1 de janeiro	80.683	79.363	15.238	19.301	95.921	98.664
Benefícios e prémios pagos	(5.325)	(5.522)	(1.003)	(928)	(6.328)	(6.450)
Custo dos serviços correntes	962	1.016	254	304	1.216	1.319
Alteração do plano / extinção de benefício	(1.322)	-	-	(7.342)	(1.322)	(7.342)
Custo dos juros	3.971	4.090	755	1.018	4.727	5.108
Ganhos e perdas atuariais	(1.825)	1.546	1.004	2.717	(821)	4.264
Efeito da conversão cambial	(228)	191	(96)	168	(325)	359
Responsabilidade por benefícios definidos - 31 de dezembro	76.917	80.683	16.151	15.238	93.068	95.921
Valor fundo de pensões - 1 de janeiro	72.732	74.186	-	-	72.732	74.186
Contribuições para o fundo	4.026	3.093	-	-	4.026	3.093
Benefícios e prémios pagos pelo fundo	(5.325)	(5.522)	-	-	(5.325)	(5.522)
Rendimento esperado dos ativos do fundo	4.180	3.799	-	-	4.180	3.799
Ganhos e perdas atuariais no rendimento dos ativos do fundo	(5.021)	(2.966)	-	-	(5.021)	(2.966)
Efeito da conversão cambial	(189)	143	-	-	(189)	143
Valor fundo de pensões - 31 de dezembro	70.402	72.732	-	-	70.402	72.732

A partir da data de transição para as IFRS, o Grupo aplicou as novas disposições da IAS 19 – Benefícios aos empregados, reconhecendo, diretamente em rubrica específica do capital próprio, os ganhos e perdas atuariais. O movimento dos ganhos e perdas atuariais líquidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram como segue:

	2011	2010
Saldo inicial	(22.818)	(17.672)
Evolução do exercício:		
Relacionados com as responsabilidades	821	(4.264)
Relacionados com os ativos dos fundos	(5.021)	(2.966)
Imposto diferido correspondente	1.217	2.074
Interesses sem controlo (Nota 33)	9	9
Saldo final	(25.793)	(22.818)

Adicionalmente, os ganhos e perdas atuariais incluem os seguintes ajustamentos de experiência:

	2011	2010
Relacionados com as responsabilidades	(332)	317
Relacionados com os ativos dos fundos	(5.021)	(2.966)

O diferencial entre o valor atual das responsabilidades dos planos de benefícios e o valor de mercado dos ativos dos fundos nos últimos cinco exercícios era o seguinte:

Planos de pensões	2011	2010	2009	2008	2007
Valor das responsabilidades	76.917	80.683	79.363	73.181	81.645
Valor dos fundos	(70.402)	(72.732)	(74.186)	(69.807)	(79.300)
Défi ce	6.515	7.951	5.177	3.374	2.345
Responsabilidades por benefícios aos empregados:					
Passivo corrente	3.708	3.308	3.168	3.847	1.220
Passivo não corrente	3.708	4.762	2.067	(246)	1.773
	7.416	8.070	5.235	3.601	2.993
Excesso do valor de mercado do fundo (Nota 24)	(901)	(118)	(58)	(227)	(647)
Exposição total	6.515	7.951	5.177	3.374	2.345

Planos de saúde	2011	2010	2009	2008	2007
Responsabilidades por benefícios aos empregados:					
Passivo corrente	1.003	928	1.384	838	841
Passivo não corrente	15.148	14.309	17.917	16.888	15.255
Exposição total	16.151	15.238	19.301	17.726	16.096

O Grupo não tem constituído qualquer fundo autónomo para os planos de saúde. O detalhe dos principais ativos dos fundos afetos a planos de pensões, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	2011	2010
Ações	17,0%	20,3%
Obrigações taxa fixa	45,9%	44,5%
Obrigações taxa variável	17,6%	19,9%
Fundos de investimento imobiliário, "hedge funds", liquidez e seguros ^(a)	19,4%	15,4%
	100,0%	100,0%

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 inclui o adiantamento realizado por conta de um contrato promessa de alienação de um edifício de escritórios à entidade gestora do fundo de pensões (Nota 21).

Planos de contribuição definida

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o **Grupo** incorreu em custos com planos de contribuição definida de 2.509 milhares de euros e 2.715 milhares de euros, respetivamente (Nota 10). Na **Empresa**, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os custos com planos de contribuição definida foram de 579 milhares de euros e 685 milhares de euros, respetivamente.

35. PLANOS DE OPÇÕES E DE COMPRA DE AÇÕES

Na Assembleia Geral anual realizada em 18 de Abril de 2011 foram aprovados novos planos de incentivos à participação dos colaboradores no capital:

- "Plano 3C" - plano de aquisição de ações
- "Plano ODS" - plano de atribuição de opções sobre ações

A atribuição da qualidade de beneficiário destes planos é efetuada pela Administração, à exceção dos respetivos membros, aos quais a atribuição é determinada pela Comissão de Fixação de Remunerações.

Aos colaboradores beneficiários do "Plano 3C" é concedido o direito de adquirirem ações, a um preço igual a oitenta e cinco por cento do valor médio ponderado das cotações de fecho nas últimas 20 (vinte) sessões de negociação anteriores à data de cada Assembleia Geral Anual, até um montante máximo de 1/14 avos do vencimento base anual ilíquido do Beneficiário, com o respetivo pagamento a fazer-se em 14 prestações mensais de igual montante.

No "Plano ODS 2011", foram atribuídas aos beneficiários, ao abrigo do correspondente regulamento, opções de aquisição de ações da Cimpor as quais podem ser exercidas a partir de 18 de Abril de 2014 e durante três anos, ao preço de 4,986 euros por ação. As opções podem ser exercidas por subscrição ou aquisição de ações ou por liquidação financeira.

Até 2010 aos beneficiários do Plano de Aquisição de Ações então vigente era concedido o direito de adquirirem ações, a um preço igual a setenta e cinco por cento do valor da cotação média na semana de referência, se imediatamente liquidada, ou a oitenta e cinco por cento daquela cotação com o pagamento diferido por um ano, e no montante global que não ultrapassasse metade da sua remuneração base mensal ilíquida.

Igualmente até 2010, aos beneficiários do Plano de Atribuição de Opções de Compra de Ações da Cimpor então vigente era concedido o direito de adquirirem ações da Cimpor (opções iniciais), a um preço que não deveria ser inferior a setenta e cinco por cento da média da cotação de fecho das sessenta sessões de Bolsa imediatamente anteriores àquela data, sendo que por cada opção exercida era atribuída ao beneficiário a faculdade de adquirir uma ação em cada um dos três anos seguintes, ao mesmo preço (opções derivadas), as quais serão exercidas até à sua extinção.

As ações adquiridas e as opções de compra de ações atribuídas e/ou exercidas ao abrigo quer dos novos planos, quer dos anteriores, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram as seguintes:

PLANO	2011			2010		
	Nº ações (Nota 29)	Preço de exercício	Data	Nº ações (Nota 29)	Preço de exercício	Data
"Plano 3 C 2011"	242.927	4,077	30 de maio	-	-	-
"Plano ODS 2011"	1.304.333	4,986	(a)	-	-	-
Plano de aquisição de ações:						
Pelos colaboradores	-	-	-	146.800	3,879	17 de maio
Pelos colaboradores	-	-	-	53.845	4,397	17 de maio
				200.645		
Opções de compra de ações - opções derivadas:						
- Série 2007	-	-	-	183.960	4,90	22 de março
- Série 2008	116.560	4,25	25 de março	235.045	4,25	22 de março
- Série 2009	190.650	2,85	25 de março	300.650	2,85	22 de março
- Série 2010	100.562	4,25	25 de março	189.630	4,25	21 de maio
	407.772			909.285		
	1.955.032			1.109.930		

(a) Exercitáveis a partir de 18 de abril de 2014 a 17 de abril de 2017.

Para efeito de registo contabilístico, assumiu-se que as opções atribuídas ao abrigo do "Plano ODS 2011" seriam integralmente exercidas através de liquidação financeira, de que resulta a avaliação das mesmas em cada período de fecho contabilístico e o registo como custo do período do respetivo justo valor na proporção do tempo já decorrido face ao período de três anos até à data de início do período de exercício.

Ao abrigo deste Plano foram atribuídas em 18 de abril de 2011 aos beneficiários da série de 2011 1.201.000 opções, das quais 510.000 a membros da Administração. Adicionalmente a membros da Comissão Executiva e em compensação de opções exercidas antecipadamente foram atribuídas 103.333 opções. O justo valor em 31 de dezembro de 2011 da totalidade das opções ODS ascende a cerca de 1.343 milhares de euros (determinado por aproximação através do modelo de Black-Scholes), tendo sido reconhecido um custo no período de 317 milhares de euros e uma responsabilidade no mesmo montante.

Os movimentos ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, relativos às responsabilidades, em número de ações, associadas ao plano de opções sobre ações, foram como segue:

	2011	2010
Movimentos no exercício		
Em aberto no início do exercício	1.366.780	1.747.130
Emitidas no exercício	1.304.333	869.200
Exercidas e liquidadas no exercício	(672.772)	(909.285)
Vencidas no exercício mas não exercidas	(183.248)	(340.265)
Em aberto no final do exercício (Nota 15)	1.815.093	1.366.780
Detalhe das opções emitidas no exercício		
Data de vencimento	Entre abril de 2014 e 2017	maio de 2010 março de 2011, 2012, 2013
Preço de exercício (euros)	4,986	4,25
Valor total de exercício (milhares de euros)	6.503	3.694
Custo do exercício incluído em custos com pessoal	317	195
Detalhe das opções exercidas no exercício		
Preço médio de exercício (euros)	3,75	3,92
Valor total de exercício (milhares de euros)	2.522	3.563

O justo valor das opções sobre ações atribuídas, registado em "Custos com o pessoal", foi calculado com base no Modelo Black-Scholes, tendo sido reconhecido como custos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 um montante de 980 milhares euros (Nota 10) (1.651 milhares de euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2010) relativos a planos de pagamento baseados em ações, cujo detalhe é o seguinte:

	2011	2010
Planos de opções de compra de ações:		
- Emissões do ano	-	195
- Emissões de exercícios anteriores	370	1.293
"Plano ODS 2011"	317	-
Aquisição de ações pelos colaboradores	294	163
Custo do exercício (Nota 10)	980	1.651

Os pressupostos utilizados na valorização das opções atribuídas nos anos de 2011 e 2010, foram os seguintes:

	2011	2010
Preço por ação	5,317	4,39
Preço de exercício	4,986	4,25
Volatilidade histórica	26,9%	36,4 a 39,99%
Maturidade	18 de abril 2017	-
Dividend yield	3,48 a 4,01	5,22 a 5,49%

36. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a classificação das provisões era a seguinte:

	Grupo		Empresa	
	2011	2010	2011	2010
Provisões não correntes:				
Provisões para riscos fiscais	87.586	71.893	65.500	59.900
Provisões para recuperação paisagística	48.583	43.149	-	-
Provisões relativas a pessoal	12.800	11.612	-	-
Outras provisões para riscos e encargos	49.401	44.175	31	31
	198.370	170.828	65.531	59.931
Provisões correntes:				
Provisões para recuperação paisagística	372	300	-	-
Provisões relativas a pessoal	189	223	-	-
Outras provisões para riscos e encargos	520	578	-	-
	1.080	1.101	-	-
	199.451	171.929	65.531	59.931

As provisões para riscos fiscais destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de liquidações adicionais de impostos, os quais foram objeto de reclamação ou impugnação judicial. A Administração, em conjunto com os seus consultores jurídicos e fiscais, entende que a razão, em relação à maioria dos temas em disputa nesses processos, está do lado das empresas. No entanto, a inexistência de jurisprudência e a complexidade técnica de algumas das matérias contestadas tornam adequada a constituição destas provisões.

As provisões para recuperação paisagística representam a obrigação legal ou construtiva do Grupo na reabilitação das diversas áreas de exploração. A exigibilidade deste passivo depende do período de exploração e do início estabelecido para o começo dos respetivos trabalhos.

As provisões relativas a pessoal respeitam, essencialmente, à estimativa de encargos com as responsabilidades por cessação de emprego e remunerações de longo prazo.

As outras provisões para riscos e encargos destinam-se a fazer face a riscos específicos do negócio, decorrentes da atividade normal do Grupo, incluindo os decorrentes de processos litigiosos, sendo de realçar, no Egito, a provisão relativa à taxa que incide sobre o consumo de argila e, no Brasil, a provisão correspondente à contribuição que o Grupo aceitou realizar, no âmbito de um eventual acordo proposto em 2007 com o Conselho Administrativo de Defesa Económica, decorrente do processo administrativo instaurado pela Secretaria de Direito Económico do Ministério da Justiça do Brasil (Nota 48).

O movimento ocorrido nas provisões do **Grupo** durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	Provisões para riscos fiscais	Provisões para recuperação paisagística	Provisões relativas a pessoal	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2010	65.248	39.023	8.572	41.823	154.667
Alterações de perímetro	-	2.116	-	418	2.534
Efeito da conversão cambial	192	1.300	378	3.441	5.311
Reforços	6.464	2.452	3.296	6.983	19.194
Reversões	-	(488)	(997)	(4.148)	(5.632)
Utilizações	(21)	(811)	(70)	(3.740)	(4.642)
Transferências	10	(143)	655	(25)	497
Saldo em 31 de dezembro de 2010	71.893	43.449	11.835	44.753	171.929
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	35	-	-	35
Efeito da conversão cambial	(68)	(682)	(1.245)	(2.211)	(4.206)
Reforços	16.175	7.758	1.807	11.443	37.183
Reversões	-	(42)	(57)	(1.729)	(1.829)
Utilizações	(414)	(1.562)	(94)	(2.376)	(4.446)
Transferências	-	-	743	41	785
Saldo em 31 de dezembro de 2011	87.586	48.955	12.989	49.922	199.451

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os reforços de provisões para riscos fiscais incluem cerca de 8 milhões de euros para processos tributários no Brasil relacionados com impostos e taxas sobre a atividade, além dos reforços, em várias jurisdições, nas provisões para impostos sobre o rendimento.

O movimento ocorrido nas provisões da **Empresa** durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	Provisões para riscos fiscais	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2010	54.164	31	54.195
Reforços	5.736	-	5.736
Saldo em 31 de dezembro de 2010	59.900	31	59.931
Reforços	5.600	-	5.600
Saldo em 31 de dezembro de 2011	65.500	31	65.531

Os reforços e as reversões de provisões, ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram efetuados por contrapartida de:

	Grupo		Empresa	
	2011	2010	2011	2010
Ativos tangíveis:				
Terrenos e recursos naturais	173	701	-	-
Ativos intangíveis:				
Direitos de exploração	5.828	-	-	-
Resultados do exercício:				
Fornecimentos e serviços externos	45	(251)	-	-
Custos com o pessoal	388	656	-	-
Proveitos operacionais	-	(225)	-	-
Provisões	17.227	4.303	-	-
Custos e perdas financeiros	4.223	3.777	2.700	2.498
Resultados relativos a empresas associadas (Nota 12)	1.327	30	-	-
Imposto sobre o rendimento (Nota 13)	5.689	3.237	2.900	3.237
Capital próprio:				
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio	453	1.333	-	-
	35.354	13.562	5.600	5.736

Os custos e perdas financeiros incluem as atualizações financeiras das provisões para recuperação paisagística. Os valores registados em Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio respeitam a ganhos e perdas atuariais das provisões relativas a pessoal.

37. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os empréstimos obtidos no **Grupo** eram como segue:

	2011	2010
Passivos não correntes:		
Empréstimos por obrigações	467.024	419.364
Empréstimos bancários	1.167.378	833.761
Outros empréstimos obtidos	123	220
	1.634.525	1.253.345
Passivos correntes:		
Empréstimos por obrigações	-	604.032
Empréstimos bancários	553.524	330.597
Outros empréstimos obtidos	55	-
	553.579	934.629
	2.188.104	2.187.974

Empréstimos por obrigações

O detalhe das emissões de empréstimos por obrigações no Grupo, não convertíveis, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, era o seguinte:

Emitente	Instrumento	Data emissão	Taxa do cupão	Data reembolso	2011		2010	
					Não corrente	Corrente	Corrente	Não corrente
Cimpor Financial Operations B.V.	Eurobonds	(a) 27 mai.04	4,50%	27 mai.11	-	604.032	-	-
Cimpor Financial Operations B.V.	US Private Placements 10Y	(b) 26 jun.03	5,75%	26 jun.13	110.692	-	-	108.017
Cimpor Financial Operations B.V.	US Private Placements 12Y	(b) 26 jun.03	5,90%	26 jun.15	172.055	-	-	161.669
Cimpor Financial Operations B.V.	US Private Placements 10Y	(c) 22 dez.10/11	6,70%	22 dez.20	126.313	-	-	93.549
Cimpor Financial Operations B.V.	US Private Placements 12Y	(d) 22 dez.10	6,85%	22 dez.22	57.964	-	-	56.129
					467.024	604.032		419.364

(a) A emissão obrigacionista feita em 2004 no mercado europeu de dívida, ao abrigo do Programa de Euro Medium Term Notes ("EMTN") (Programa no valor de 2,5 mil milhões de euros, atualizado em 25 de julho de 2011), foi integralmente amortizada em maio 2011, através de um empréstimo bancário de médio prazo previamente acordado e do recurso a parte das elevadas disponibilidades de tesouraria disponíveis do Grupo.
(b) As emissões de "US Private Placements" de 2003 têm o valor nominal de 354.000 milhares de USD e encontram-se designadas como passivos financeiros registados ao justo valor através de resultados, decorrente da adoção, no exercício findo em 31 de dezembro de 2005, das disposições transitórias estabelecidas na

revisão da IAS 39, relativamente a instrumentos financeiros até então registados ao abrigo da contabilidade de cobertura de justo valor. Em 31 de dezembro de 2011, o justo valor destas obrigações era superior ao seu valor nominal em 9.156 milhares de euros (4.756 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010).

(c) Em dezembro de 2011, foi feito um reforço de 40.000 milhares de USD na tranche a 10Y de "US Private Placements" contratada em dezembro 2010, totalizando 165.000 milhares de USD.

(d) Em dezembro de 2011, estas emissões de "US Private Placements" ascenderam a 75.000 milhares de USD.

Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro 2011 e 2010, os empréstimos bancários no Grupo apresentavam a seguinte composição:

Tipo de financiamento	Moeda	Taxa de juro	2011	2010
Financiamento Banco Europeu do Investimento ("BEI")	EUR	2,69%	49.927	49.910
Financiamento Banco Europeu do Investimento ("BEI")	EUR	Taxa básica BEI	26.667	33.333
Bilaterais	EUR	Taxa variável indexada Euribor	1.362.608	920.401
Bilaterais	USD	Taxa variável indexada Libor	107.868	-
Bilaterais	Várias	Taxa variável	119.649	79.887
Descobertos (Nota 46)	Várias	Taxa variável	54.184	80.827
			1.720.902	1.164.357

Outros empréstimos obtidos

Os outros empréstimos obtidos correspondem a financiamentos de entidades oficiais, no âmbito de contratos programa relacionados com projetos de investimentos.

Os empréstimos não correntes apresentam os seguintes prazos de reembolso em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

Ano	2011	2010
2012	-	314.144
2013	675.745	333.268
2014	353.430	239.670
2015	380.637	175.003
Após 2015	224.712	191.260
	1.634.525	1.253.345

Em 31 de dezembro 2010 e 2010, os empréstimos encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

Divisa	2011		2010	
	Valor em divisa	Valores em euros	Valor em divisa	Valores em euros
EUR	-	1.439.471	-	1.608.360
USD ^(a)	354.000	282.747	354.000	269.686
USD	378.007	292.145	200.000	149.678
TRY	138.500	56.688	156.909	75.823
HKD	258.693	25.738	259.408	24.978
CNY	279.505	34.258	204.550	23.186
BRL	24.798	10.264	23.986	10.816
MAD	20.282	1.828	15.649	1.395
MZM	707.245	20.230	397.989	9.118
CVE	-	-	129.441	1.174
TND	7.404	3.817	2.005	1.040
EGP	163.219	20.917	98.551	12.713
ZAR	-	-	65	7
		2.188.104		2.187.974

a) Decorrente da contratação de instrumentos financeiros derivados de cobertura de taxa de câmbio (Nota 39), estes financiamentos não se encontram expostos a risco cambial.

Controlo de empresas participadas

De uma forma geral, as operações de financiamento correntes contratadas diretamente por empresas operacionais ou por sub-holdings não preveem nos seus contratos a manutenção do controlo da maioria do seu capital por parte da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.. Todavia os empréstimos bancários de montantes mais significativos, nomeadamente os contraídos pela Cimpor Inversiones, contêm uma *Ownership Clause*.

As cartas de conforto que são solicitadas à Empresa para efeitos de contratação destas operações, contêm habitualmente o compromisso de não alienação do controlo (direto e/ou indireto) dessas participadas. A Empresa presta ainda suporte aos programas de *Euro Medium Term Note* estabelecidos no Grupo.

Cartas de conforto e cartas de garantia

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as cartas de conforto e as cartas de garantia prestadas no **Grupo** referiam-se a responsabilidades já evidenciadas na posição financeira consolidada de 226.771 milhares de euros e 90.309 milhares de euros, respetivamente, das quais as apresentadas diretamente pela **Empresa** ascendem a 50.000 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2011.

Covenants financeiros

Algumas das operações de financiamento de maior dimensão contêm compromissos de manter determinados rácios financeiros em limites contratualmente negociados (*financial covenants*).

Os principais rácios financeiros respeitam a:

- Endividamento: Dívida financeira líquida / *EBITDA*, ao nível consolidado;
- Cobertura de encargos financeiros: *EBITDA* / (Encargos financeiros – Proveitos financeiros), ao nível consolidado;
- Limites quantitativos ao endividamento das empresas operacionais (“rácios de subordinação”)

Em 31 de dezembro de 2011, os referidos rácios respeitavam os limites estabelecidos.

Negative pledge

A maior parte dos instrumentos de financiamento prevê cláusulas de *negative pledge*. Os financiamentos de maior dimensão (normalmente os superiores a 50 milhões de euros) preveem habitualmente um nível de contingências sobre ativos que não deve ser ultrapassado sem prévia comunicação às instituições financeiras e obtenção do respetivo acordo.

Cross default

A existência de cláusulas de *cross default* é corrente nos contratos de financiamento, estando presente também na grande maioria dos instrumentos de financiamento referidos.

Change of control

Vários instrumentos de financiamento incluem cláusulas de *change of control* que preveem, no limite, a possibilidade de amortização antecipada por decisão das entidades credoras, caso se verifique o controlo de 51% do capital da Empresa por uma única entidade ou várias entidades atuando concertadamente. Em 31 de dezembro de 2011, a dívida financeira atribuível a instrumentos contendo esta cláusula ascendia a 2.031 milhões de euros (1.419 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010), dos quais 1.670 milhões de euros registados como dívida financeira não corrente (1.230 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010).

As penalidades aplicáveis no caso de manutenção do incumprimento não remediado ou aceite pelo credor dentro de um prazo convencionado de quaisquer destes condicionalismos financeiros traduzem-se, genericamente, no pagamento antecipado dos financiamentos obtidos ou no cancelamento das linhas de crédito disponíveis. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Grupo cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros antes mencionados.

38. OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO

Locação financeira

Os pagamentos mínimos associados a contratos de locação financeira do **Grupo** em 31 de dezembro de 2011 e 2010 eram como segue:

	2011		2010	
	Valor atual	Pagamentos futuros	Valor atual	Pagamentos futuros
Até 1 ano	2.915	3.433	3.092	3.127
Entre 1 e 5 anos	7.893	10.030	3.072	3.171
A mais de 5 anos	8.899	9.747	-	-

Para o aumento das obrigações decorrentes de contratos de locação financeira, verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, contribuiu, essencialmente, a formalização de um contrato de arrendamento de exploração de uma moagem localizada em Málaga, propriedade da associada Cementos de Antequera, S.A., com duração de 10 anos. O Grupo assume a gestão integral do referido ativo, considerando assim existir a transferência integral dos riscos e benefícios daquele ativo.

Locação operacional

Os contratos de locação operacional em vigor respeitavam, essencialmente, a equipamentos de transporte e de escritório.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe dos compromissos a pagar em anos futuros (pagamentos mínimos de locação), decorrentes dos contratos em vigor, era como segue:

	Grupo		Empresa	
	2011	2010	2011	2010
Até 1 ano	5.029	4.951	11	22
Entre 1 e 5 anos	11.569	9.878	3	14
A mais de 5 anos	31	-	-	-

O total de custos operacionais do **Grupo** com contratos de locação operacional nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 ascendeu a 6.050 milhares de euros e 6.311 milhares de euros, respetivamente.

Os contratos de locação operacional da **Empresa** respeitavam a equipamentos de transporte e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram reconhecidos custos no montante de 11 milhares de euros e 28 milhares de euros, respetivamente.

39. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

No âmbito da política de gestão de riscos do Grupo Cimpor, em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estavam contratados um conjunto de instrumentos financeiros derivados destinados a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

O Grupo procede à contratação deste tipo de instrumentos após analisar os riscos que afetam a sua carteira de ativos e passivos e verificar quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos.

Estas operações são sujeitas a aprovação prévia por parte da Comissão Executiva e acompanhadas permanentemente pela Direção Financeira. São apurados periodicamente diversos indicadores relativos a estes instrumentos, nomeadamente o seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* previsionais e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis chave que os condicionam, com o objetivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

O registo dos instrumentos financeiros derivados e a qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação é efetuado em observância às disposições da IAS 39.

A contabilidade de cobertura é aplicável aos instrumentos financeiros derivados que são eficazes no que respeita ao efeito de anulação das variações do justo valor ou *cash-flows* dos ativos/passivos subjacentes. A eficácia de tais operações é verificada regularmente, numa base trimestral. A contabilidade de cobertura abrange três tipos de operações:

- Coberturas de justo valor;
- Coberturas de *cash-flow*;
- Coberturas de investimento líquido numa entidade estrangeira.

Instrumentos de cobertura de justo valor são instrumentos financeiros derivados que cobrem os riscos de taxa de câmbio e/ou taxa de juro. As variações no justo valor destes instrumentos afetam o resultado líquido do exercício. O ativo/passivo subjacente à operação de cobertura também é valorizado ao justo valor, na parte correspondente ao risco que se está a cobrir, sendo as respetivas variações refletidas igualmente no resultado líquido do exercício.

Instrumentos de cobertura de "*cash-flows*" são instrumentos financeiros derivados que cobrem quer o risco de taxa de câmbio quer de taxa de juro. A parcela eficaz das variações de justo valor dos instrumentos de cobertura de "*cash-flows*" é reconhecida como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio ("Reserva de operações de cobertura"), enquanto a parte ineficaz é imediatamente registada como resultado líquido do período.

Instrumentos de cobertura de investimento líquido numa entidade estrangeira são instrumentos financeiros derivados de taxa de câmbio que cobrem o risco associado aos efeitos patrimoniais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das entidades estrangeiras. As variações no justo valor destes instrumentos de cobertura são registadas como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio ("Reserva de operações de cobertura") e transferidos para resultado líquido do exercício quando o objeto da cobertura seja vendido ou liquidado.

Instrumentos detidos para negociação (*trading*) são instrumentos financeiros derivados que, embora contratados no âmbito da política de gestão de riscos do Grupo, não são enquadrados em termos de contabilidade de cobertura, quer porque não foram designados formalmente para o efeito ou, simplesmente, porque não cumprem com os critérios de eficácia do ponto de vista da cobertura, de acordo com o estabelecido na IAS 39.

Justo valor dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é o seguinte:

	Outros ativos (Nota 24)				Outros passivos (Nota 42)			
	Correntes		Não correntes		Correntes		Não correntes	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Coberturas de justo valor:								
Swaps de taxa de câmbio e taxa de juro	1.407	-	654	-	903	-	-	-
Swaps de taxa de juro	-	9.397	-	-	-	-	-	-
Forwards cambiais	117	13	-	-	40	-	-	-
Coberturas de <i>cash-flow</i> :								
Swaps de taxa de juro	59	-	-	-	469	-	1.097	-
<i>Trading</i> :								
Derivados de taxa de câmbio e taxa de juro	3.078	2.784	-	-	-	-	28.361	39.363
Derivados de taxa de juro	-	2.992	1.848	3.300	2.408	7.551	9.222	34.025
	4.661	15.187	2.502	3.300	3.821	7.551	38.679	73.389

O movimento, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nos instrumentos financeiros derivados é o seguinte:

	Saldo em 31 de dezembro de 2010	Efeito da conversão cambial	Variação de perímetro	(Juros suportados) / Juros obtidos	Variação de justo valor (Nota 12)	Reserva de operações de cobertura (Nota 31)	(Recebimento)/ pagamento	Saldo em 31 de dezembro de 2011
Coberturas de justo valor:								
Swaps de taxa de câmbio e taxa de juro	-	(40)	-	(244)	1.684	(238)	(4)	1.158
Swaps de taxa de juro	9.397	-	-	3.794	(3.770)	-	(9.421)	-
Forwards cambiais	13	-	-	-	76	-	(13)	76
Coberturas de <i>cash-flow</i> :								
Swaps de taxa de juro	-	-	(475)	(799)	-	(618)	386	(1.506)
<i>Trading</i> :								
Derivados de taxa de câmbio e taxa de juro	(36.579)	-	-	(22)	13.188	-	(1.870)	(25.283)
Derivados de taxa de juro	(35.285)	-	-	(662)	(6.654)	-	32.818	(9.782)
	(62.454)	(40)	(475)	2.067	4.525	(856)	21.895	(35.337)

No decurso do primeiro trimestre de 2011 procedeu-se à recompra de grande parte dos instrumentos derivados de taxa de juro, classificados como de *trading*, o que justifica o decréscimo naquela rubrica. O correspondente desembolso no montante aproximado de 31 milhões de euros está acima evidenciado nos recebimentos / pagamentos bem como na Demonstração consolidada dos fluxos

de caixa na rubrica de "Pagamentos respeitantes a juros e custos similares" (apresentado como um fluxo financeiro de investimento no relatório de gestão).

Esta operação diminuiu significativamente a exposição do Grupo aos instrumentos financeiros classificados de *trading* contribuindo assim para a redução da volatilidade nos resultados futuros do Grupo.

No quadro abaixo detalha-se o justo valor dos instrumentos financeiros derivados contratados passíveis de serem qualificados como de cobertura de justo valor e de cash-flow em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

Tipo de cobertura	Valor facial	Tipo de operação	Maturidade	Objectivo económico	Justo valor	
					2011	2010
Justo Valor	EUR 300.000.000	Conjunto de <i>Interest Rate Swap</i>	mai. 2011	Cobertura de 50% dos juros do <i>Intercompany Loan</i> entre a Cimpor Inversiones e a Cimpor BV para pagamento do Eurobond.	-	9.397
Justo Valor	USD 3.310.000	Conjunto de <i>Forwards</i>	out. 2010	Cobertura cambial	-	13
Justo Valor	USD 7.684.285	Conjunto de <i>Forwards</i>	jan. 2012	Cobertura cambial	76	-
Justo Valor	USD 5.300.000	<i>Cross-Currency Swap</i>	ago. 2014	Cobertura de 100% de capital e juros referente a um financiamento em USD	383	-
Justo Valor	USD 6.340.715	<i>Cross-Currency Swap</i>	jun. 2012	Cobertura de capital e juros referentes a um financiamento em USD	302	-
Justo Valor	USD 2.777.398	<i>Cross-Currency Swap</i>	jul. 2012	Cobertura de capital e juros referentes a um financiamento em USD	180	-
Justo Valor	USD 4.552.738	<i>Cross-Currency Swap</i>	ago. 2012	Cobertura de capital e juros referentes a um financiamento em USD	294	-
<i>Cash-flow</i>	USD 14.760.000	<i>Interest Rate Swap</i>	dez. 2015	Cobertura de <i>cash-flow</i> do juro do empréstimo bancário	(589)	-
<i>Cash-flow</i>	EUR 25.000.000	<i>Interest Rate Swap</i>	jan. 2014	Cobertura de <i>cash-flow</i> do juro do empréstimo bancário	(55)	-
<i>Cash-flow</i>	EUR 25.000.000	<i>Interest Rate Swap</i>	jan. 2014	Cobertura de <i>cash-flow</i> do juro do empréstimo bancário	(99)	-
<i>Cash-flow</i>	EUR 25.000.000	<i>Interest Rate Swap</i>	jan. 2014	Cobertura de <i>cash-flow</i> do juro do empréstimo bancário	(55)	-
<i>Cash-flow</i>	EUR 25.000.000	<i>Interest Rate Swap</i>	nov. 2013	Cobertura de <i>cash-flow</i> do juro do empréstimo bancário	(275)	-
<i>Cash-flow</i>	EUR 40.000.000	<i>Interest Rate Swap</i>	jun. 2015	Cobertura de <i>cash-flow</i> do juro do empréstimo bancário	(379)	-
					(272)	9.410

Adicionalmente, o justo valor da carteira de instrumentos financeiros derivados não qualificados como cobertura, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, tinham a seguinte composição:

Valor facial	Tipo de operação	Maturidade	Objectivo económico	Justo valor	
				2011	2010
USD 140.789.004	Cross-Currency Swap	jun. 2013	Cobertura de 100% de capital e juros referentes à tranche de 10Y dos US Private Placements	(9.404)	(11.068)
USD 213.210.966	Cross-Currency Swap	jun. 2015	Cobertura de 100% de capital e juros referentes à tranche de 12Y dos US Private Placements	(15.879)	(25.511)
EUR 100.000.000	IRS com perna recebedora condicionada	dez. 2012	Redução dos Custos Financeiros do Grupo - Swap com opções vendidas na taxa Euribor 6M e US Libor 6M.	-	(4.167)
EUR 30.000.000	IRS com perna recebedora e pagadora condicionada	jun. 2015	Redução dos Custos Financeiros do Grupo - Swap com opções vendidas na curva swap Europeia e compradas na inclinação da curva europeia.	-	1.944
EUR 430.000.000	IRS com perna recebedora condicionada	jun. 2015	Redução dos Custos Financeiros do Grupo - Swaps com um conjunto de opções vendidas cujo maior risco é a exposição à inclinação da curva Swap europeia.	(496)	(25.284)
EUR 37.000.000	IRS	jun. 2015		-	(2.823)
EUR 25.000.000	IRS apenas com perna pagadora condicionada	jun. 2015		-	(2.171)
EUR 150.000.000	EUR Swap Taxa de Juro	jun. 2015	Redução dos Custos Financeiros do Grupo - Swap de Taxa de Juro	-	1.702
EUR 50.000.000	IRS com perna recebedora condicionada	jun. 2015	Redução dos Custos Financeiros do Grupo - Swap com opções vendidas num Índice de Taxa Juro.	(5.452)	(291)
EUR 25.000.000	IRS com perna recebedora condicionada	jun. 2015	Redução dos Custos Financeiros do Grupo - Swap com opções vendidas num Índice de Taxa Juro.	(3.834)	(3.132)
EUR 50.000.000	Conjunto de Interest Rate Swap	abr. 2017	Pre-hedge de futura emissão	-	(1.062)
				(35.065)	(71.864)

40. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Princípios gerais

O Grupo Cimpor, no desenvolvimento das suas atividades correntes, está exposto a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, podem ser agrupados nas seguintes categorias:

- Risco de taxa de juro;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de contraparte.

Por risco financeiro, entende-se, justamente, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial do Grupo.

A gestão dos riscos supra referidos – decorrentes, em larga medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Comissão Executiva, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no desempenho do Grupo.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e *cash flows* sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Numa outra vertente, é também preocupação do Grupo que os processos de gestão dos referidos riscos dêem resposta não só às necessidades de informação internas como também às exigências externas (entidades reguladoras, auditores, mercados financeiros e demais *stakeholders*).

Por regra, o Grupo não assume posições especulativas, pelo que todas as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por única finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais o Grupo se encontra, inevitavelmente, exposto.

A respetiva cobertura, no caso dos riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio, implica normalmente a contratação, no mercado *over-the-counter* (por razões de flexibilidade) de instrumentos financeiros derivados, envolvendo um número limitado de contrapartes com elevadas notações de *rating*. Estas operações são realizadas com entidades financeiras com as quais se assinaram previamente contratos *ISDA*, em conformidade com as normas internacionais.

A gestão dos riscos financeiros – incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura – é conduzida pela Direção Financeira, sob a orientação da Comissão Executiva e, em particular, do Administrador do pelouro (cujo acordo prévio é necessário à realização de qualquer operação).

Risco de taxa de juro

A exposição do Grupo ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de ativos e passivos financeiros, quer tenham sido contratados a taxa fixa ou a taxa variável. No primeiro caso, o Grupo enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses ativos ou passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). No segundo caso, tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros recebidos/pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

Para a cobertura deste tipo de riscos, e de acordo com as expectativas do Grupo quanto à evolução das taxas de mercado, são normalmente contratados swaps de taxa de juro.

Em 2011, o mercado de taxa de juro confirmou a conjuntura de taxas historicamente baixas que já tinha caracterizado o ano de 2010, com particular ênfase nos prazos mais longos provocando um aplanamento da curva de rendimento.

As taxas de juro na zona Euro em 31 de dezembro de 2011 e 2010 eram como segue:

	dezembro 2011	dezembro 2010
Taxa Euro Swap 2Y	1,30%	1,56%
Taxa Euro Swap 5Y	1,73%	2,49%
Taxa Euro Swap 10Y	2,38%	3,32%
Taxa Euro Swap 30Y	2,55%	3,50%

(Fonte: Bloomberg)

Também no mercado monetário, e apesar da tendência ascendente verificada em 2011, os seus níveis absolutos continuaram baixos. As taxas de juro no mercado monetário da zona Euro em 31 de dezembro de 2011 e 2010 eram como segue:

	dezembro 2011	dezembro 2010
Euribor 12M	1,95%	1,51%
Euribor 6M	1,62%	1,23%
Euribor 3M	1,36%	1,01%
Euribor 1M	1,02%	0,78%

(Fonte: Bloomberg)

Aproveitando estes níveis de taxa de juro, o Grupo contratou derivados de taxa de juro no montante de 165.000 milhares de euros (Nota 39) por forma a mitigar o forte desequilíbrio atual a favor da taxa variável no seu passivo financeiro.

Tendo em conta as atuais restrições de acesso ao mercado de capitais que obrigam a um uso quase exclusivo de financiamento bancário, um maior equilíbrio entre taxa variável e taxa fixa, será alcançado quando o Grupo lançar uma operação de mercado. A dívida do Grupo por tipo de taxa de juro, considerando o efeito resultante de instrumentos financeiros derivados, está assim distribuída:

	dezembro 2011	dezembro 2010
Taxa variável	82%	76%
Taxa fixa	18%	24%

Tal como no ano passado, e aproveitando a elevada inclinação da curva do mercado monetário, o Grupo continuou a privilegiar nos empréstimos bancários, a utilização de indexantes de prazos mais curtos (3 meses e 1 mês) em detrimento dos habituais (6 meses).

Risco de taxa de câmbio

A internacionalização do Grupo obriga-o a estar exposto ao risco de taxa de câmbio das moedas de diferentes países, entre os quais se salientam, pelo valor dos capitais neles investidos, o Brasil, Egito, África do Sul e Turquia (Nota 7).

Os efeitos cambiais derivados da integração das demonstrações financeiras locais nas contas consolidadas do Grupo podem ser acautelados através da cobertura do valor dos investimentos líquidos realizados naqueles países. Essas operações têm sido esporádicas, por se considerar que o seu custo (diferença entre as taxas de juro locais e as da moeda de referência do Grupo) é, em regra, excessivo face ao nível dos riscos envolvidos.

Quando efetuada, a cobertura do risco de taxa de câmbio é consubstanciada, normalmente, através da contratação de *forwards* e opções cambiais *standard*, com maturidades, em princípio, inferiores a um ano.

O Grupo não efetua operações sobre taxas de câmbio que não se adequem à cobertura de posições já existentes ou contratadas.

No ano de 2011, a decisão de não cobertura dos riscos cambiais acabou por ter impactos negativos, na medida em que a generalidade das moedas em que o Grupo opera comportaram-se negativamente face ao Euro.

No caso de *intercompany* loans entre segmentos que operam com diferentes moedas, procede-se, em regra, e sempre que os mercados locais são suficientemente profundos, à cobertura do respetivo risco cambial (geralmente por parte das empresas tomadoras de fundos).

Com exceção da dívida diretamente contratada pelos diferentes segmentos para fazer face às suas necessidades correntes, o Grupo tem privilegiado o financiamento em euros. Não obstante, foi decidido manter a denominação em USD da dívida contraída no mercado americano (US PP) em dezembro de 2010 e o pequeno reforço feito em 2011, no intuito de alcançar uma situação sucedânea de um *hedge* natural tendo em conta a correlação mais estreita do USD face às moedas de exposição, quando comparado com o euro.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, considerando o efeito dos *Cross Currency Swaps*, os principais instrumentos de dívida estavam denominados nas seguintes moedas:

	dezembro 2011	dezembro 2010
EUR	83%	86%
USD	8%	7%
Outras	9%	7%

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez assenta na manutenção de um nível adequado de disponibilidades e na contratação de limites de crédito que permitam não só assegurar o desenvolvimento normal das atividades do Grupo como também fazer face a eventuais operações de carácter extraordinário.

Em particular, o Grupo mantém, com alguns bancos, linhas de *committed backup*, as quais podem ser utilizadas para colmatar necessidades pontuais de tesouraria, contribuindo assim para diminuir o risco de liquidez e, simultaneamente, satisfazer os rácios requeridos pelas agências de *rating*.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as linhas de crédito obtidas e não utilizadas, sem consideração do papel comercial que não foi objeto de tomada firme, eram de 475 milhões de euros e 1.360 milhões de euros, respetivamente. Esta forte diminuição justifica-se pelo facto de em 2010 o Grupo ter reforçado fortemente estas linhas para fazer face ao refinanciamento do Eurobond que amortizava em maio de 2011 (Nota 37). Afastado esse risco, a liquidez do Grupo foi ajustada para os níveis adequados para fazer face às suas responsabilidades de curto prazo.

A monitorização do risco de liquidez é efetuada através de um orçamento de tesouraria, revisto periodicamente. Dispondo de linhas de crédito de curto prazo em montante confortável e atualizando periodicamente os seus programas de *MTN*, de papel comercial e contando também com um programa de *Pagarés* y *Bonus* recentemente atualizado e registado no mercado espanhol, o Grupo está apto a aceder ao mercado de capitais de uma forma expedita.

Sempre que possível, os excessos de tesouraria dos diferentes segmentos são canalizados para a Empresa, através do pagamento de dividendos, ou circulados para outras áreas com carências de fundos, via *intercompany loans*.

Risco de crédito

A perceção do risco de crédito que o mercado tem relativamente à Cimpor, no tocante a operações de financiamento, reflete-se naturalmente no nível dos custos financeiros associados a tais operações. A influência do Grupo nesta matéria é apenas subsidiária, consubstanciando-se na prática de uma gestão prudente e equilibrada, de forma a minimizar a probabilidade de incumprimento das suas responsabilidades.

Depois da forte compressão de *spreads* de crédito registada também 2010, no ano transato assistiu-se a uma inversão de tendência, com os mesmos a alargar, apesar de ainda se encontrarem longe dos níveis verificados em 2008. A evolução dos *spreads* de crédito (*basis points*) por nível de risco (Índice *JP Morgan Maggie*) foi como segue:

	dezembro 2010	março 2011	junho 2011	setembro 2011	dezembro 2011
<i>JP Morgan Maggie AAA</i>	56	14	15	20	48
<i>JP Morgan Maggie AA</i>	134	74	87	133	105
<i>JP Morgan Maggie A</i>	163	99	103	192	201
<i>JP Morgan Maggie BBB</i>	214	148	173	273	293

(Fonte: Bloomberg)

A elevada solvabilidade do Grupo encontra-se refletida nos rácios de *Leverage* (*Net Debt / EBITDA*) e de *Interest Coverage* (*EBITDA / Net Financial Charges*). A satisfação dos níveis pré-estabelecidos para estes dois indicadores é fundamental para o cumprimento não só dos instrumentos de dívida que o preveem mas também, por ação das cláusulas de *cross default*, para o cumprimento de toda a dívida restante.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, ambos os rácios – calculados de acordo com a metodologia imposta pelos USPP Note *Purchase Agreements* (dívida financeira ao valor nominal), estavam longe dos limites estabelecidos:

	Rácio	dezembro 2010	dezembro 2011	Limite
Endividamento	Dívida financeira líquida / Ebitda	2,48	2,63	≤ 3,5
Cobertura de encargos financeiros	Ebitda / Resultados financeiros líquidos	10,52	7,70	≥ 5

Risco de contraparte

No estabelecimento de relações contratuais de diversa ordem com entidades terceiras, o Grupo Cimpor assume riscos que decorrem da probabilidade de incumprimento ou, num cenário extremo, de *default* de uma contraparte.

O Grupo procura limitar a sua exposição a este risco – tanto na realização de depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria como na contratação de instrumentos derivados – mediante uma seleção rigorosa das contrapartes, baseada nas respetivas notações de *rating* e tomando em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

Com a informação atualmente disponível, e apesar da degradação das notações de *rating* de diversas contrapartes com as quais o Grupo se relaciona, não são expectáveis quaisquer prejuízos por incumprimento.

No âmbito da gestão da sua carteira de derivados, o Grupo procura seguir uma política de diversificação de contrapartes, privilegiando aquelas com quem já trabalha em termos de financiamentos bancários.

Na carteira de swaps de taxa de câmbio, a cobertura do risco cambial inerente ao financiamento no mercado norte-americano lançado em 2003 estão contratados com o banco que liderou toda a operação.

Análises de sensibilidade

a) Taxa de juro

A exposição ao risco de taxa de juro tem como consequência a variabilidade dos resultados financeiros do Grupo.

Os resultados da análise de sensibilidade efetuada com base na exposição existente em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram os seguintes: uma deslocação paralela de +/- 1% na curva de taxa de juro, com todos os outros pressupostos constantes, representaria, para os exercícios findos naquelas datas, um aumento/diminuição de custos financeiros (antes de impostos) de aproximadamente de 18 milhões de euros e 17 milhões de euros, respetivamente.

O facto de o Grupo não ter alterado substancialmente o seu perfil de dívida, em termos de balanceamento entre taxa variável e taxa fixa, faz com que os resultados da análise de sensibilidade se mantenham, praticamente, inalterados.

b) Taxas de câmbio

Na componente de dívida e de instrumentos financeiros derivados, os riscos de taxa de câmbio existentes encontram-se substancialmente cobertos por posições simétricas, pelo que a variabilidade potencial dos resultados é muito reduzida. O mesmo acontece com as exposições cambiais noutros instrumentos financeiros, decorrentes da atividade normal do Grupo.

A 31 de dezembro de 2011, a exposição em resultados às flutuações das taxas de câmbio decorre, essencialmente, dos empréstimos em USD nas estruturas centrais do Grupo e dos empréstimos intra-grupo entre as áreas de negócio que operam com diferentes moedas. Considerando uma alteração de 10% no câmbio do euro em relação às moedas onde essa exposição é mais significativa os impactos em resultados em milhares de euros seriam os seguintes:

	+10%	-10%
USD	25.087	(20.526)
MZN	(2.638)	2.158
ZAR	2.404	(1.967)
CNY	(2.500)	2.045
	22.354	(18.290)

41. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Grupo				Empresa		
	2011		2010		2011		2010
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empresas subsidiárias, associadas e participadas	62	-	1	-	311	-	1.079
Outros acionistas	4.097	1.420	4.492	60	84	-	84
Fornecedores de investimentos	34.831	14.403	36.949	25.615	197	-	37
Outros credores	33.915	3.833	32.408	516	327	3.497	15
	72.905	19.656	73.851	26.191	918	3.497	1.214

42. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Grupo				Empresa	
	2011		2010		2011	2010
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Corrente
Juros a pagar	15.171	-	22.471	-	-	-
Remunerações a liquidar	26.007	-	26.923	-	4.182	3.663
Instrumentos financeiros derivados (Nota 39)	3.821	38.679	7.551	73.389	-	-
Subsídios ao investimento	-	5.856	-	6.605	-	-
Outros acréscimos de custos e proveitos diferidos	14.481	2	11.435	1	35	2.627
	59.479	44.537	68.381	79.995	4.216	6.290

43. FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2011	2010	2011	2010
Fornecedores, conta corrente	128.030	134.319	579	1.368
Fornecedores, faturas em receção e conferência	24.122	22.276	-	22
Fornecedores, títulos a pagar	34.254	36.123	-	-
Adiantamentos de clientes	6.057	6.652	-	-
	192.464	199.370	579	1.390

Os saldos da **Empresa** a pagar a "Fornecedores, conta corrente" incluíam saldos com empresas subsidiárias no montante de 178 milhares de euros e 174 milhares de euros em, 31 de dezembro de 2011 e 2010, respetivamente (Nota 47).

44. LICENÇAS DE EMISSÃO DE CO₂

No âmbito da transposição da Diretiva nº 2003/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, para as ordens jurídicas internas, foram aprovadas pelos governos de Portugal e de Espanha as listas de instalações existentes participantes no comércio de emissões e as respetivas atribuições de licenças de emissão para o período de 2008 a 2012.

Relativamente às empresas do Grupo, foram consideradas oito instalações, quatro em Portugal (Fábrica de Cal Hidráulica do Cabo Mondego e Centros de Produção de Alhandra, Loulé e Souselas) e quatro em Espanha (Centros de Produção de Oural, Toral de los Vados, Córdoba e Niebla) tendo-lhes sido atribuídas anualmente licenças de emissão correspondentes a 4.053.897 e 2.025.769 toneladas de CO₂, respetivamente (para o período de 2008 a 2012).

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram estimadas emissões de CO₂ nestas instalações de 3.673.915 toneladas (4.744.875 toneladas de CO₂ em 31 de dezembro de 2010). Do total de licenças atribuídas correspondentes a 6.079.666 toneladas de CO₂ foram alienadas 1.975.000 toneladas (900.000 em 2010) que geraram um ganho de 23.477 milhares de euros (13.830 milhares de euros em 2010) registados em "Outros proveitos operacionais" (Nota 8). Ainda assim, o Grupo possui licenças de emissão em carteira que excedem com uma razoável margem de segurança as referidas estimativas. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Grupo efetuou uma operação de troca de 1.050.000 licenças *European Union Allowances* ("EUA") por *Certified Emission Reduction* ("CER") da qual resultaram ganhos no montante de 2.846 milhares de euros (Nota 8).

45. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NO ÂMBITO DA IAS 39

As políticas contabilísticas previstas na IAS 39 para os instrumentos financeiros foram aplicadas no Grupo aos seguintes itens:

2011	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Ativos/ passivos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados	Total
Ativos:					
Caixa e equivalentes de caixa	610.430	-	-	-	610.430
Clientes e adiantamentos a fornecedores	282.160	-	-	-	282.160
Outros investimentos	-	23.853	-	4.478	28.331
Outras dívidas de terceiros não correntes	12.322	-	-	-	12.322
Outras dívidas de terceiros correntes	26.916	-	-	-	26.916
Outros ativos não correntes	1.059	-	-	2.502	3.561
Outros ativos correntes	4.321	-	-	4.661	8.982
Total de ativos financeiros	937.208	23.853	-	11.640	972.701
Passivos:					
Empréstimos não correntes	-	-	1.351.778	282.747	1.634.525
Empréstimos correntes	-	-	553.579	-	553.579
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	192.464	-	192.464
Outras dívidas a terceiros não correntes	-	-	17.373	-	17.373
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	72.905	-	72.905
Outros passivos não correntes	-	-	2	38.679	38.681
Outros passivos correntes	-	-	55.658	3.821	59.479
Total de passivos financeiros	-	-	2.243.759	325.247	2.569.006

2010	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Ativos/ passivos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados	Total
Ativos:					
Caixa e equivalentes de caixa	659.678	-	-	-	659.678
Clientes e adiantamentos a fornecedores	284.359	-	-	-	284.359
Outros investimentos	-	8.778	-	4.665	13.443
Outras dívidas de terceiros não correntes	12.496	-	-	-	12.496
Outras dívidas de terceiros correntes	24.713	-	-	-	24.713
Outros ativos não correntes	18.919	-	-	3.300	22.218
Outros ativos correntes	14.557	-	-	5.790	20.347
Total de ativos financeiros	1.014.721	8.778	-	13.755	1.037.254
Passivos:					
Empréstimos não correntes	-	-	983.659	269.686	1.253.345
Empréstimos correntes	-	-	934.629	-	934.629
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	199.370	-	199.370
Outras dívidas a terceiros não correntes	-	-	26.191	-	26.191
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	73.851	-	73.851
Outros passivos não correntes	-	-	1	73.389	73.390
Outros passivos correntes	-	-	60.831	7.550	68.381
Total de passivos financeiros	-	-	2.278.533	350.625	2.629.158

Na **Empresa** foram aplicados aos seguintes itens:

2011	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Total
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa	19.841	-	-	19.841
Clientes e adiantamentos a fornecedores	1.399	-	-	1.399
Outros investimentos	-	87	-	87
Outras dívidas de terceiros não correntes	188.005	-	-	188.005
Outras dívidas de terceiros correntes	14.408	-	-	14.408
Outros ativos correntes	218	-	-	218
Total de ativos financeiros	223.870	87	-	223.957
Passivos:				
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	579	579
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	918	918
Total de passivos financeiros	-	-	1.497	1.497

2010	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Total
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa	160.166	-	-	160.166
Clientes e adiantamentos a fornecedores	476	-	-	476
Outros investimentos	-	87	-	87
Outras dívidas de terceiros não correntes	7	-	-	7
Outras dívidas de terceiros correntes	85.989	-	-	85.989
Outros ativos correntes	254	-	-	254
Total de ativos financeiros	246.892	87	-	246.980
Passivos:				
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	1.390	1.390
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	1.214	1.214
Total de passivos financeiros	-	-	2.604	2.604

46. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, caixa e equivalentes de caixa tinha a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2011	2010	2011	2010
Numerário	150	167	-	-
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	74.456	64.635	91	166
Depósitos a prazo	492.527	489.524	19.750	160.000
Títulos negociáveis	43.298	105.352	-	-
	610.430	659.678	19.841	160.166
Descobertos bancários (Nota 37)	(54.184)	(80.827)	-	-
	556.247	578.851	19.841	160.166

A rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria, títulos de dívida pública, certificados de depósito e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Em descobertos bancários estão registrados os valores sacados de contas correntes com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o fluxo das atividades operacionais pode ser explicado indiretamente da seguinte forma:

	2011	2010
Resultado líquido do exercício	206.130	251.707
Ajustamentos de custos e proventos que não são caixa ou que não estão relacionados com a atividade operacional:		
Amortizações e depreciações	215.929	216.387
Resultados financeiros	80.918	60.649
Imposto sobre o rendimento	85.746	96.771
Outros custos e proventos	15.859	(8.758)
	398.452	365.049
Variação de working capital:		
(Aumento) / Diminuição nos clientes (líquido)	(3.106)	(7.848)
Aumento / (Diminuição) nos fornecedores (líquido)	(5.272)	9.217
(Aumento) / Diminuição nos inventários (líquido)	(15.941)	(50.397)
Variação nos outros ativos e passivos	11.237	14.293
	(13.081)	(34.736)
Caixa gerado pelas atividades operacionais antes de imposto sobre o rendimento	591.501	582.020
Imposto sobre o rendimento recebido/(pago)	(71.128)	(71.256)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	520.373	510.765

Dos fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento ocorridos no Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 destacam-se os seguintes:

Em 2011:

Pagamentos de investimentos financeiros

- Os pagamentos relativos a investimentos financeiros, realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, respeitam essencialmente à constituição de um depósito efetuado em instituição bancária do Grupo CGD no montante de 20 milhões de USD, em relação a um empréstimo contratado por uma subsidiária (Nota 47).

Recebimentos / pagamentos de empréstimos obtidos

- O Grupo Cimpor concretizou um conjunto de operações de reestruturação da dívida através da Cimpor Financial Operations BV e da Cimpor Inversiones, das quais se destacam a amortização integral dos Eurobonds no montante de 600 milhões de euros e o refinanciamento por parte de distintas entidades financeiras no montante de 602 milhões de euros;
- O reforço de 40 milhões de dólares (30 milhões de euros) na tranche existente a 10Y de "US Private Placements";
- Formalização por parte da Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A. de emissões de papel comercial no montante de 160 milhões de euros, e o pagamento de outras no montante de 60 milhões de euros.
- Obtenção de financiamento no montante de 57 milhões de euros na área de negócios do Egito relacionado com projetos de melhoria ambiental "Bag filter for Line 1ª under the EPAP II (Environmental Pollution Abatement Project - phase II)

Pagamentos respeitantes a atividades de financiamento - outros

- Os pagamentos respeitantes a Outros incluem o pagamento de dividendos aos interesses sem controlo.

Em 2010:

Recebimentos / pagamentos de investimentos financeiros

- Os pagamentos relativos a investimentos financeiros, realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, respeitam essencialmente à aquisição de participações minoritárias no capital de filiais, nomeadamente na Ameriyah Cement Company (9,5 milhões de euros) e na Occidental de Áridos (8,1 milhões de euros – pagamento relativo à aquisição efetuada em 2009).

Recebimentos / pagamentos de atividade de financiamento

- O Grupo Cimpor concretizou um conjunto de operações de financiamento através da Cimpor Financial Operations BV, enquadrado num programa de reestruturação global de dívida, num total de 152 milhões de euros. De entre essas destaca-se, quer pela magnitude, quer pela maturidade e condições obtidas, a colocação em dezembro de 2010 no mercado norte-americano de duas tranches de Private Placements nos montantes de 125 e 75 milhões de dólares, por prazos de 10 e 12 anos, respetivamente;
- No âmbito da reestruturação financeira do Grupo, a Cimpor Inversiones efetuou tomadas de capital no valor de 264 milhões de euros e amortizações de empréstimos de cerca de 239 milhões de euros;
- Amortizações de capital de financiamentos locais efetuadas pela Corporación Noroeste no valor de 200 milhões de euros (em termos líquidos);
- Recebimento de financiamento no valor de 50 milhões de euros pela Cimpor Inversiones, relacionado com o aumento da capacidade de moagem na Turquia;
- Financiamento de 21 milhões de euros contraído pela Ameriyah Cement Company, dos quais 9 milhões de euros foram reembolsados ainda em 2010;
- Utilização de linhas de curto prazo por parte de empresas da Cimpor China (financiamento de aproximadamente 8 milhões de euros, em termos líquidos), com vista a colmatar as necessidades de fundo de maneo.

Pagamentos respeitantes a atividades de financiamento - outros

- Os pagamentos respeitantes a Outros incluem o pagamento de dividendos aos interesses sem controlo.

Na **Empresa**, de entre os fluxos de caixa das atividades de investimento e financiamento ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, destacam-se os seguintes:

Recebimentos de dividendos

	2011	2010
Cimpor Inversiones, S.A.	120.221	140.000
Cimpor Tec - Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo, S.A.	345	1.675
Cement Services Company, S.A.E.	27	4
Cimpor Egypt For Cement Company, S.A.E.	1	1
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	-	180.000
Outras	18	-
	120.612	321.680

Financiamentos concedidos a empresas do Grupo

	2011		2010	
	Valores recebidos no exercício	Valores pagos no exercício	Valores recebidos no exercício	Valores pagos no exercício
Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A.	46.500	-	54.500	101.000
Betão Liz, S.A.	29.000	-	500	29.000
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	1.000	189.000	-	-
Kandmad, SGPS, Lda.	4.250	4.250	-	-
Cimpor Tec - Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo, S.A.	750	750	-	-
	81.500	194.000	55.000	130.000

Outras informações

Considerou-se no movimento líquido de Imposto sobre o Rendimento a totalidade dos pagamentos efetuados por conta do grupo fiscal.

47. PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos entre as empresas consolidadas pelo método integral e proporcional foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente Nota.

Os termos ou condições praticados entre as empresas do Grupo e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e as transações nos exercícios findos naquelas datas entre o **Grupo** e as empresas associadas e outras partes relacionadas estão detalhados abaixo:

	Empresas associadas		Outras partes relacionadas							
			Grupo Camargo Corrêa		Grupo Votorantim		Manuel Fino, SGPS, S.A. e relacionadas		Caixa Geral de Depósitos, S.A. e relacionadas	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Ativos:										
Depósitos bancários	-	-	-	-	-	-	-	-	148	10.366
Clientes	104	2.333	7	2	1	2.103	1.892	1.348	-	-
Outros dívidas de terceiros	3.714	19.002	-	-	3	3	-	-	-	-
	3.818	21.336	7	2	5	2.106	1.892	1.348	148	10.366
Passivos:										
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	195.650	1.174
Locação financeira	17.411	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	214	160	-	-	21	195	-	-	7	-
Outros dívidas a terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22
	17.624	160	-	-	21	195	-	-	195.657	1.196
Transações:										
Fornecimentos e serviços externos	1.723	1.263	-	-	-	-	-	-	5.319	2.802
Compras de tangíveis	2.100	-	-	-	-	-	-	123	-	-
Compras de mercadorias	20	-	1	1.263	1.081	1.716	-	-	-	-
Vendas e prestação de serviços	858	6.666	7.530	1.050	11.835	5.108	3.162	1.862	-	-
Outros proveitos operacionais	18	-	198	-	39	39	-	-	-	-
Custos e proveitos financeiros, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	1.895	821
	4.720	7.929	7.729	2.313	12.955	6.862	3.162	1.985	7.214	3.623

Cabe ainda destacar, relativamente ao Grupo Caixa Geral de Depósitos, a existência de linhas de crédito obtidas e não utilizadas no montante de 25 milhões de euros (incluídas nas referidas na Nota 40), 305 milhões de euros em 2010, bem como garantias e seguros caução de cerca de 139 milhões de euros, a mais significativa relacionada com o empréstimo do Banco Europeu de Investimento ("BEI") (Nota 48).

As transações entre partes relacionadas incluem ainda as operações e compromissos seguintes, relacionadas com a aquisição de participações sociais, nomeadamente:

- Conclusão da aquisição à Camargo Corrêa Cimentos, S.A., durante o primeiro trimestre de 51% do capital da CINAC – Cimentos de Nacala, S.A. (os restantes 49% no decurso do quarto trimestre de 2011, a terceiros não relacionados);

- Celebração de um acordo a 30 de junho de 2011, e formalizado posteriormente através de escrituras públicas de 27 de julho de 2011 entre o Grupo Cimpor e a sociedade Arenor, S.L., mediante o qual esta última transmitiu a favor do Grupo Cimpor todos os ativos propriedade da Arenor e das suas participadas na Andaluzia, relacionados com a extração e venda de agregados e a fabricação e venda de betão pronto, por cerca de 27 milhões de euros. Por sua vez, o Grupo Cimpor transmitiu à Arenor a totalidade da sua participação naquela Sociedade, mediante acordo prévio de redução do capital social, por cerca de 11 milhões de euros. A concretização desta operação materializou-se por troca de ativos e regularização de contas correntes, não tendo existido qualquer liquidação financeira. Com esta operação o Grupo Cimpor, mantendo completamente o perfil industrial das suas atividades no subsector de agregados e betões na Andaluzia, às quais acrescentou a propriedade das pedreiras e terrenos, desvinculou-se totalmente de Arenor e, pelo seu lado, esta dá por terminadas todas as suas atividades produtivas em Espanha, nos sectores acima mencionados.

Benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração e da Alta Direção

Os benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. e aos membros da Alta Direção do Grupo e da Empresa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram os seguintes:

No Grupo:

	2011		2010		Compensação por cessação de mandato
	Componente fixa	Componente variável	Componente fixa	Componente variável	
Conselho de Administração					
Administradores executivos	2.117	2.161	1.677	1.319	2.620
Administradores não executivos	1.169	32	1.010	-	2.554
	3.287	2.193	2.687	1.319	5.174
Alta Direção	7.859	1.863	7.562	1.604	-
	11.146	4.056	10.250	2.924	5.174
Benefícios de longo prazo	-	1.042	-	-	-
Benefícios de curto prazo	10.848	2.631	10.018	2.406	5.174
Benefícios pós-emprego	298	-	231	-	-
Pagamentos com base em ações	-	383	-	518	-
	11.146	4.056	10.250	2.924	5.174

Na Empresa:

	2011		2010		
	Componente fixa	Componente variável	Componente fixa	Componente variável	Compensação por cessação de mandato
Conselho de Administração					
Administradores executivos	2.117	2.161	1.677	1.319	2.620
Administradores não executivos	1.169	32	1.010	-	2.554
	3.287	2.193	2.687	1.319	5.174
Alta Direção	2.678	564	2.333	693	-
	5.964	2.757	5.020	2.012	5.174
Benefícios de longo prazo	-	1.042	-	-	-
Benefícios de curto prazo	5.845	1.420	4.897	1.525	5.174
Benefícios pós-emprego	119	-	123	-	-
Pagamentos com base em ações	-	295	-	487	-
	5.964	2.757	5.020	2.012	5.174

Decorrente da aprovação na última Assembleia Geral da **Empresa** do novo modelo de Plano de atribuição de opções sobre ações consagrado pelo Regulamento do Plano CIMPOR de atribuição de opções para o Desenvolvimento Sustentável – Plano ODS (“Regulamento ODS”) e da revogação do Regulamento de 2004, foi acordado com os três membros da Comissão Executiva da Cimpor, titulares de opções derivadas atribuídas ao abrigo de Planos suportados naquele Regulamento, com o parecer favorável do Conselho Fiscal, a regularização do valor daquelas opções mediante um pagamento em numerário, 50% pago imediatamente e o restante a 3 anos acrescido de juros, no montante total de 321 milhares de euros, e a entrega de 103 mil opções ODS, na proporção de duas opções ODS por cada três extintas.

Adicionalmente, as alterações introduzidas aos Estatutos da Cimpor na última Assembleia Geral anual da **Empresa** extinguiram a habilitação estatutária referente ao direito dos administradores a complementos de pensões de reforma, tendo sido em consequência acordado o pagamento de uma compensação de 3.000 milhares de euros, montante que já se encontrava parcialmente provisionado através das provisões constituídas para benefícios pós-emprego.

Os saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e as transações nos exercícios findos naquelas datas entre a **Empresa** e as partes relacionadas, foram como segue:

Saldos

	2011						
	Clientes, conta corrente	Acionistas do grupo, contas a receber	Acréscimos de proveitos	Financiamentos concedidos (Nota 22)	Fornecedores, conta corrente (Nota 43)	Acionistas do grupo, contas a pagar	Outros acréscimos de custos
Agrepor Agregados - Extração de Inertes, S.A.	-	15	60	-	-	4	-
Amreyah Cement Company, S.A.E.	-	166	-	-	-	-	-
Asment de Temara, S.A.	-	35	-	-	-	-	-
Betão Liz, S.A.	-	268	244	-	-	49	-
Canteras Prebetong, S.L.	-	-	2	-	-	-	-
Cecime - Cimentos, S.A.	-	-	30	-	-	-	-
Cecisa - Comércio Internacional, S.A.	-	-	1	-	-	-	-
CTA - Comércio Internacional, S.A.	-	6	-	-	-	-	-
Cementos Cosmos, S.A.	-	-	80	-	-	-	-
Ciarga - Argamassas Secas, S.A.	-	3	15	-	-	-	-
Cimentação - Cimentos dos Açores, Lda.	-	6	28	-	-	-	-
Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A.	460	97	360	-	-	244	6
Cimpor - Andalucía, S.L.	-	-	32	-	-	-	-
Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão Empresas, S.A.	492	396	660	-	177	10	-
Cimpor Canarias, S.L.	-	-	14	-	-	-	-
Cimpor Hormigón Canarias, S.L.	-	-	2	-	-	-	-
Cimpor Hormigón España, S.A.	-	-	45	-	-	-	-
Cimpor Cabo Verde, S.A.	-	36	-	-	-	-	-
Cimpor Inversiones, S.A.	-	-	55	-	-	-	-
Cimpor Portugal - SGPS, S.A.	-	12.703	65	188.000	-	4	-
Cimpor Sagesa, S.A.	-	-	38	-	-	-	-
Cimpor Tec - Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo, S.A.	431	68	150	-	1	-	-
Cimpor Ybitas Cimento Sanayi Ve Ticaret A.S.	-	47	-	-	-	-	-
Corporacion Noroeste, S.A.	-	-	58	-	-	-	-
Firmes Y Hormigones Sani, S.L.	-	-	3	-	-	-	-
Geofer - Produção e Comercialização de Bens e Equipamentos, S.A.	-	2	4	-	-	-	-
Ibera - Indústria de Betão, S.A.	-	-	2	-	-	-	-
Imopar, SARL	-	11	-	-	-	-	-
Kandmad, SGPS, Lda.	15	-	-	-	-	-	-
Materiales Del Atlántico, S.A.	-	-	3	-	-	-	-
Occidental de Áridos, S.L.	-	-	12	-	-	-	-
Sacopor - Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel, S.A.	-	6	28	-	-	-	-
Société les Ciments de Jbel Oust	-	48	-	-	-	-	-
Soc. Cementos Y Materiales de Const. Andalucía, S.A.	-	-	25	-	-	-	-
Transviária - Gestão de Transportes, S.A.	-	4	19	-	-	-	-
	1.397	13.917	2.029	188.000	178	311	6

	2010					
	Clientes, conta corrente	Acionistas do grupo, contas a receber	Financiamentos concedidos (Nota 22)	Fornecedores, conta corrente (Nota 43)	Acionistas do grupo, contas a pagar	Outros acrécimos de custos
Agrepor Agregados - Extração de Inertes, S.A.	-	9	-	-	2	-
Amreyah Cement Company, S.A.E.	-	143	-	-	-	-
Betão Liz, S.A.	-	108	29.000	-	38	-
Cecime - Cimentos, S.A.	-	1	-	-	-	-
Ciarga - Argamassas Secas, S.A.	-	-	-	-	40	-
Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A.	453	20	46.500	-	218	6
Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão Empresas, S.A.	-	-	-	174	538	-
Cimpor Betão - Indústria de Betão Pronto, S.A.	-	-	-	-	59	-
Cimpor Cabo Verde, S.A.	-	18	-	-	-	-
Cimpor Imobiliária, S.A.	-	-	-	-	-	18
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	-	10.004	-	-	-	-
Cimpor Tec - Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo, S.A.	-	6	-	-	-	-
Cimpor Yibitas Cimento Sanayi Ve Ticaret A.S.	-	12	-	-	-	-
Geofer - Produção e Comercialização de Bens e Equipamentos, S.A.	-	-	-	-	91	-
Imopar, SARL	-	11	-	-	-	-
Jomatel - Empresa de Materiais de Construção, S.A.	-	-	-	-	70	-
Sacopor - Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel, S.A.	-	9	-	-	-	-
Société les Ciments de Jbel Oust	-	49	-	-	-	-
Transviária - Gestão de Transportes, S.A.	-	-	-	-	24	-
	453	10.388	75.500	174	1.079	25

Transações:

	2011			
	Fornecimentos e serviços externos	Serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Juros obtidos (Nota 12)
Agrepor Agregados - Extração de Inertes, S.A.	21	-	78	-
Amreyah Cement Company, S.A.E.	-	-	166	-
Asment de Temara, S.A.	-	-	35	-
Betão Liz, S.A.	106	-	298	565
Canteras Prebetong, S.L.	-	-	2	-
Cecime - Cimentos, S.A.	-	-	30	-
Cecisa - Comércio Internacional, S.A.	-	-	1	-
Cementos Andaluca, S.L.	-	-	32	-
Cementos Cosmos, S.A.	-	-	80	-
Ciarga - Argamassas Secas, S.A.	-	-	18	-
Cimentaço - Cimentos dos Açores, Lda.	-	-	34	-
Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão Empresas, S.A.	1.810	400	1.230	-
Cimpor Cabo Verde, S.A.	-	-	36	-
Cimpor Canarias, S.L.	-	-	14	-
Cimpor Hormigón Canarias, S.L.	-	-	2	-
Cimpor Hormigón España, S.A.	-	-	45	-
Cimpor Indústria de Cimentos, S.A.	1	4.488	466	395
Cimpor Inversiones, S.A.	-	-	55	-
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	3	-	84	1.362
Cimpor Sagesa, S.A.	-	-	38	-
Cimpor Tec - Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo, S.A.	12	350	329	16
Cimpor YibitaŞ Çimento Sanayi Ve Ticaret A.Ş.	-	-	47	-
Corporacion Noroeste, S.A.	-	-	58	-
CTA - Comércio Internacional, S.A.	-	-	6	-
Firmes Y Hormigones Sani, S.L.	-	-	3	-
Geofer - Produção e Comercialização de Bens e Equipamentos, S.A.	-	-	6	-
Ibera - Indústria de Betão, S.A.	-	-	2	-
Kandmad, SGPS, Lda.	-	12	-	-
Materiales Del Atlántico, S.A.	-	-	3	-
Occidental de Áridos, S.L.	-	-	12	-
Sacopor - Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel, S.A.	-	-	34	-
Soc. Cementos Y Materiales de Const. Andaluca, S.A.	-	-	25	-
Société des Ciments de Jbel Oust	-	-	48	-
Transviária - Gestão de Transportes, S.A.	-	-	22	-
	1.954	5.250	3.334	2.338

	2010				
	Fornecimentos e serviços externos	Juros suportados (Nota 12)	Serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Juros obtidos (Nota 12)
Agrepor Agregados - Extração de Inertes, S.A.	1	-	-	-	-
Amreyah Cement Company, S.A.E.	-	-	-	143	-
Asment de Temara, S.A.	-	-	-	15	-
Betão Liz, S.A.	-	-	-	-	124
Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A.	18	-	4.488	30	552
Cimpor - Serviços Apoio Gestão Empresas, S.A.	2.305	-	-	505	-
Cimpor Cabo Verde, S.A.	-	-	-	18	-
Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	-	519	55	-	-
Cimpor Tec - Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo, S.A.	1	-	-	30	-
Cimpor Yibitas Cimento Sanayi Ve Ticaret A.S.	-	-	-	12	-
Société les Ciments de Jbel Oust	-	-	-	49	-
Transviária - Gestão de Transportes, S.A.	20	-	-	-	-
	2.346	519	4.543	801	676

48. PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Passivos contingentes

No decurso normal da sua atividade, o Grupo encontra-se envolvido em diversos processos judiciais e reclamações, quer relacionadas com produtos e serviços, quer de natureza ambiental, laboral e regulatória. Face às naturezas dos mesmos e provisões constituídas, a expectativa existente é de que, do respetivo desfecho, não resultem quaisquer efeitos materiais em termos da atividade desenvolvida, posição patrimonial e resultado das operações.

De entre os diversos passivos contingentes destacam-se os seguintes:

Na **Empresa** em resultado da revisão efetuada pelas autoridades fiscais às declarações de IRC do consolidado fiscal dos exercícios de 1996 a 2009, surgiram correções à matéria tributável e imposto, apuradas ao abrigo do regime de tributação consolidado em vigor nos respetivos exercícios. O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores, entende que as referidas correções não têm provimento, pelo que as mesmas foram objeto de reclamações graciosas e/ou impugnações judiciais. Ainda assim, conforme mencionado na Nota 36, em face da inexistência de jurisprudência e da complexidade técnica de algumas matérias, foram constituídas provisões para a maioria dos temas em disputa.

Adicionalmente, é entendimento da Administração que a responsabilidade pelo imposto, por liquidações adicionais relativas a exercícios até ao ano 2001 ou por factos tributários influenciados por operações ocorridas até àquela data e que possam vir a originar liquidações em exercícios futuros, a ser devido, é da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública.

Para os anos de 1997 e 1998 este entendimento foi sancionado por Acórdão da Secção de Contencioso do Supremo Tribunal Administrativo – confirmado pelo Pleno dessa Secção – cujas consequências são o reconhecimento, tal como a Empresa sempre defendeu, de que a responsabilidade pelo imposto decorrente das liquidações adicionais relativas a esses anos, a ser devido, é da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública. Adicionalmente, durante o exercício de 2010, foi proferida Sentença transitada em julgado pelo Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa dando provimento às pretensões da Empresa quanto ao ressarcimento do eventual pagamento do imposto liquidado adicionalmente com referência ao exercício de 1999.

No **Grupo**, e aparte do acima exposto, em Espanha, decorrente de inspeções tributárias aos exercícios de 2002 a 2004, foram efetuadas liquidações adicionais de imposto (incluindo juros de mora) no montante aproximado de 35 milhões de euros, entretanto reduzidas em cerca de 4 milhões de euros pela aceitação de parte das contestações apresentadas. As correções em causa incidiram, essencialmente, sobre resultados financeiros, decorrentes, sobretudo, de interpretações não ajustadas à natureza de determinadas transações, sendo convicção da Administração, que da conclusão dos processos judiciais no decurso das ações já interpostas contestando as referidas correções, não resultarão encargos relevantes para o Grupo. Esta convicção é corroborada pelo entendimento e parecer dos seus consultores jurídicos e fiscais, os quais qualificam, maioritariamente, como remotas as probabilidades de se virem a perder tais ações.

No Egito, as empresas cimenteiras foram objeto em julho de 2011 de liquidações adicionais de uma taxa que incide sobre o consumo de argila na produção de cimento, entre maio de 2008 e junho de 2010, que incluindo uma estimativa de juros de mora ascendem a cerca de 48 milhões de euros. Os adicionais de taxa agora liquidados baseiam-se no cumprimento literal de disposição com lapso manifesto e reconhecido no consumo de argila, sem qualquer correspondência com os consumos reais da indústria. Este assunto já havia sido discutido com as autoridades locais no final de 2010, existindo então a convicção que estaria ultrapassado. A Cimpor continua a diligenciar junto das autoridades com a vista à resolução desta situação, tendo em paralelo tomado as apropriadas medidas jurídicas e, estando provisionado o montante que se admite vir a ser liquidado, não se espera que da resolução desta situação resultem impactos patrimoniais significativos.

Ainda no Egito, e na sequência de uma inspeção realizada em 2006 às declarações fiscais dos anos de 2000 a 2004 de uma das empresas, foram efetuadas liquidações adicionais de imposto sobre o rendimento no montante aproximado de 89 milhões de euros, baseadas no apuramento de lucros presumidos por suposta insuficiência e não cumprimento integral do formalismo legal e documental requerido. A empresa entende que a estas liquidações não assiste qualquer razão face à atividade realizada e aos resultados obtidos e, suportada com o parecer e apoio dos seus consultores fiscais, reagiu, contestando aquelas liquidações e, no limite, solicitando a realização de nova inspeção, aguardando-se decisão do Comité de Apelo Fiscal (órgão para onde o processo foi passado em 2009 e que nos notificou para uma primeira sessão no ano de 2011, sem que tenha ocorrido qualquer decisão em órgão anterior).

No Brasil, os passivos contingentes por processos de liquidações tributárias, somam cerca de 159 milhões de euros. Daqueles processos, cabe destacar o que resulta de uma inspeção finalizada no último trimestre de 2011, em que se questionaram os efeitos que se concretizaram por uma reestruturação societária realizada, e que resultou numa liquidação total de aproximadamente 98 milhões de euros, incluindo juros e multa, que a empresa contestou. Tendo sido a operação realizada com fundamento económico válido, é convicção da Administração, corroborado pelo entendimento dos consultores que nos acompanham, que as nossas probabilidades de êxito deste processo são bastante elevadas, o que é reforçado pela existência de casos próximos ao nosso e em que o desfecho foi favorável às entidades inspecionadas.

Ainda no Brasil, e no âmbito de processo administrativo instaurado no ano de 2007, a Secretaria de Direito Económico do Ministério da Justiça (“SDE”) publicou em novembro de 2011 a Nota técnica de encerramento da investigação de infrações contra a ordem económica no setor cimenteiro, na qual recomendou ao Conselho Administrativo de Defesa Económica (“CADE”) a condenação de todas as empresas e pessoas físicas incluídas naquele processo (com exceção de duas, uma por falta de provas e outra por acordo assinado com aquele órgão no início do processo).

No ano de 2007, a Cimpor constituiu uma provisão de 15 milhões de reais, que se mantém, equivalente a 2,5% da faturação bruta do ano de 2006 (a base de determinação da responsabilidade estimada na altura, poderia ascender a até 30% daquela faturação), correspondente à contribuição que a Cimpor se predispôs a efetuar no âmbito de um eventual acordo com o CADE, ao abrigo da legislação que rege estas matérias, pela conveniência em evitar todos os custos e demoras inerentes ao prosseguimento deste tipo de processos e as consequentes perturbações do normal

funcionamento da empresa. Esta proposta não implicou qualquer admissão de culpa ou reconhecimento de conduta ilícita. A Cimpor reafirma o entendimento de que não cometeu qualquer infração. O processo foi remetido ao CADE para julgamento.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as empresas do Grupo tinham prestado a terceiros garantias, de 222.877 milhares de euros e 217.962 milhares de euros, respetivamente, detalhadas como segue:

	2011	2010
Por processos fiscais em curso	75.415	70.412
A entidades financiadoras	76.776	83.426
A fornecedores	15.727	8.025
Outros	54.959	56.099
	222.877	217.962

Na área de negócios de Portugal, decorrente da legislação sobre o regime jurídico das responsabilidades por danos ambientais, foram, com carácter provisório, afetas reservas e ativos de empresas do Grupo à cobertura de eventuais responsabilidades, no montante aproximado de 7 milhões de euros.

Foi ainda dada uma garantia, sob a forma de penhor de um depósito efetuado em instituição bancária do Grupo C.G.D., de cerca 20 milhões de dólares (15 milhões de euros), em relação a um empréstimo contratado por uma subsidiária. O referido depósito foi classificado como ativo não corrente na rubrica de "Outros investimentos" (Nota 20).

Compromissos

No decurso normal da sua atividade, o Grupo assume compromissos relacionados, essencialmente, com a aquisição de equipamentos, no âmbito das operações de investimento em curso, e com a compra e venda de participações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2011, não foram ainda reconhecidas as vendas das participações, correspondentes a 26% do capital das empresas sul-africanas, S. C. Stone e Sterkpruit Aggregates (Nota 4), já contratualizadas em cumprimento da legislação da África do Sul em matéria de *Black Economic Empowerment* ("BEE"), pelo facto dos riscos e vantagens significativos inerentes àquelas participações não terem sido transferidos para os compradores. De acordo com os termos acordados, decorrente daquelas transações não resultarão quaisquer perdas a serem reconhecidas.

Nos termos e condições contratuais estabelecidos, foi concedido ao acionista minoritário da Shandong Liuyuan New-type Cement Development Co., Ltd., a possibilidade de, até 15 de outubro de 2012, incrementar a sua participação no capital daquela sociedade até ao limite máximo de 40%. A Administração não estima que, caso aquela opção seja exercida, venham a resultar impactos materiais nas demonstrações financeiras da Empresa.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os compromissos mais significativos referem-se a contratos para aquisição de ativos fixos tangíveis e existências bem como para a operação de instalações localizadas em propriedade alheia, eram como segue:

	2011	2010
Área de negócio:		
Brasil	124.859	21.526
Egito	44.110	13.781
Portugal	20.155	16.049
Moçambique	12.907	3.395
Espanha	12.780	14.689
India	1.664	10.232
Outros	3.990	3.897
	220.464	83.569

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa-mãe, Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., responde solidariamente pelas obrigações das suas associadas com as quais mantém uma relação de domínio.

49. HONORÁRIOS E SERVIÇOS DOS AUDITORES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os honorários por serviços prestados pela Deloitte na Empresa e no Grupo foram os seguintes:

	Valor		%	
	2011	2010	2011	2010
Empresa:				
Serviços de revisão legal de contas	60	65	4%	4%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	28	-	2%	-
Serviços de consultoria fiscal	-	20	-	1%
Outros serviços	17	-	1%	-
	104	85	6%	5%
Subsidiárias:				
Serviços de revisão legal de contas	1.283	1.292	79%	81%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	50	6	3%	-
Serviços de consultoria fiscal	99	166	6%	10%
Outros serviços	98	38	6%	2%
	1.529	1.502	94%	95%
	1.633	1.587	100%	100%

50. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 28 de fevereiro de 2012, foi comunicado que o Administrador Jorge Humberto Correia Tomé renunciou ao cargo de Administrador da Cimpor.

Em 22 de março de 2012 J. Bastos, C. Sousa Góis & Associados, SROC nomeou sua representante no Conselho Fiscal da Cimpor Ana Maria Celestino Alberto dos Santos na sequência da renúncia de Jaime de Macedo Santos Bastos.

51. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2012, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas agendada para 20 de abril de 2012.

O Conselho de Administração

António José de Castro Guerra

José Manuel Baptista Fino

Jorge Humberto Correia Tomé

Albrecht Curt Reuter Domenech

José Édison Barros Franco

Walter Schalka

João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo

Paulo Henrique de Oliveira Santos

Manuel Luís Barata de Faria Blanc

António Sarmento Gomes Mota

José Neves Adelino

Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda

Luís Filipe Sequeira Martins

António Carlos Custódio de Morais Varela

Luís Miguel da Silveira Ribeiro Vaz

CIMPOR
RELATÓRIO
& CONTAS
2011

OUTROS DOCUMENTOS DE
INFORMAÇÃO SOCIETÁRIA





03

OUTROS DOCUMENTOS
DE INFORMAÇÃO
SOCIETÁRIA

1. RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

0. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Regras de Governo Societário Aplicáveis à Cimpor

Nos termos do Regulamento n.º 1/2010 da CMVM, a Cimpor adota o código de governo societário da CMVM na sua versão de janeiro de 2010, (adiante “Código de Governo”), que se encontra disponível para consulta no respetivo site, a saber: www.cmvm.pt e na sede da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Cimpor”).

Recomendações adotadas e não adotadas

A Cimpor adota as boas práticas de Governo Societário, o que se pode constatar por somente em três casos não satisfazer os critérios constantes do Código do Governo: (1) o número de mandatos do presidente do Conselho Fiscal, (2) o número de Administradores independentes e (3) a integração de componentes dos sistemas internos de controlo e gestão de riscos, conforme abaixo justificado.

	Recomendação	Adoção	Referência
I.	Assembleia Geral		
I.1.	Mesa da Assembleia Geral		
	1. Adequação de recursos do Presidente da Mesa	ADOTADA	I.3.
	2. Divulgação da remuneração do Presidente da Mesa	ADOTADA	I.3.
I.2.	Participação na Assembleia Geral		
	1. Antecedência do depósito ou bloqueio das ações	NÃO APLICÁVEL	I.4.
	2. Bloqueio em caso de suspensão da Assembleia Geral	NÃO APLICÁVEL	I.5.
I.3.	Voto e Exercício do Direito de Voto		
	1. Inexistência de restrições estatutárias ao voto por correspondência	ADOTADA	I.9.
	2. Prazo para a receção de declarações de voto por correspondência	ADOPTADA	I.11.
	3. Princípio da proporcionalidade (em especial, “uma ação, um voto”)	ADOTADA	I.6. e I.7.
I.4.	Quórum e Deliberações – Inexistência de quora agravados	ADOTADA	I.8.
I.5.	Atas e Informação sobre Deliberações Adotadas Disponibilização no site da Sociedade	ADOTADA	I.13
I.6.	Medidas Relativas ao Controlo das Sociedades		
	1. Inexistência de medidas impeditivas do êxito de OPA	ADOTADA	I.20.
	2. Inexistência de medidas defensivas	ADOTADA	I.20.
II.	Órgãos de Administração e Fiscalização		
II.1.	Temas Gerais		
	1. Estrutura e Competência		
	1. Avaliação pelo órgão de administração do modelo de governo	ADOTADA	II.1.
	2. Sistemas de controlo interno e de gestão de riscos	NÃO ADOTADA	II.5.
	3. Competência dos órgãos de administração e fiscalização quanto aos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos	ADOTADA	II.6.
	4. Identificação dos principais riscos e atuação e eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos	ADOTADA	II.9. e II.5.
	5. Regulamentos de funcionamento dos órgãos de administração e fiscalização	ADOTADA	II.7.
	2. Incompatibilidades e Independência		
	1. Número de Administradores não executivos	ADOTADA	II.14.
	2. Número de Administradores não executivos independentes	NÃO ADOTADA	II.14.
	3. Regras de avaliação de independência	ADOTADA	II.15.
	3. Elegibilidade e Nomeação		
	1. Independência do Presidente do Conselho Fiscal e competências para o exercício das respetivas funções	NÃO ADOTADA	II.21.
	2. Processo de seleção de candidatos a Administradores não executivos	ADOTADA	II.16.

	Recomendação	Adoção	Referência
4.	Política de Comunicação de Irregularidades		
	1. Adoção de política de comunicação de irregularidades	ADOTADA	II.35.
	2. Divulgação das linhas gerais	ADOTADA	II.35.
5.	Remuneração		
	1. Alinhamento com os interesses de longo prazo da Sociedade	ADOTADA	II.30.1
	2. Declaração sobre a política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização	ADOTADA	II.30.
	3. Declaração sobre a política de remunerações dos demais dirigentes	ADOTADA	II.29.
	4. Submissão à Assembleia Geral dos planos de ações e de opções e sistema de benefícios de reforma	ADOTADA	I.16. e III.10.
	6. Presença de, pelo menos, um representante da comissão de remunerações nas Assembleias Gerais	ADOTADA	I.15.
II.2.	Conselho de Administração		
	1. Delegação da administração corrente da Sociedade	ADOTADA	II.3.1.
	2. Prossecução dos objetivos da Sociedade e limites à delegação de competências	ADOTADA	II.3.1.
	3. Coordenação dos trabalhos dos Administradores não executivos	NÃO APLICÁVEL	II.8.
	4. Divulgação da atividade dos Administradores não executivos	ADOTADA	II.17.
	5. Rotação dos pelouros no Conselho de Administração	ADOTADA	II.11.1.
II.3.	Comissão Executiva		
	1. Prestação de informação aos outros membros dos órgãos sociais	ADOTADA	II.3.2. e II.13.
	2. Envio de convocatórias e atas aos Presidentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal	ADOTADA	II.3.2. e II.13.
	3. Envio de convocatórias e atas aos Presidentes do Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para Matérias Financeiras	NÃO APLICÁVEL	
II.4.	Conselho Fiscal		
	1. Funções do Conselho Geral e de Supervisão	NÃO APLICÁVEL	
	2. Divulgação do relatório anual de atividade no site da Sociedade	ADOTADA	II.4.
	3. Descrição da atividade de fiscalização no relatório anual	ADOTADA	II.4.
	4. Representação da Sociedade perante o auditor externo	ADOTADA	II.24. e II.3.6.1.
	5. Avaliação e proposta de destituição do auditor externo	ADOTADA	II.24. e II.3.6.1.
	6. Reporte dos serviços de auditoria interna a um Administrador independente ou ao Conselho Fiscal	ADOTADA	II.3.8.2.
II.5.	Comissões Especializadas		
	1. Existência de comissões de avaliação de desempenho, de identificação de potenciais candidatos com perfil de Administrador e de reflexão sobre o sistema de governo adotado	ADOTADA	II.3.7., II.2.2. e II.2.3.
	2. Independência e competências dos membros da comissão de remunerações	ADOTADA	II.39.
	3. Independência dos consultores da comissão de remunerações	ADOTADA	II.39.
	4. Atas	ADOTADA	II.37.
III.	Informação e Auditoria		
III.1.	Deveres Gerais de Informação		
	1. Gabinete de apoio ao investidor	ADOTADA	III.16.
	2. Divulgação, no site da Sociedade, da informação em inglês	ADOTADA	III.16.
	3. Rotação do auditor externo	ADOTADA	III.18.
	4. Competências do auditor externo	ADOTADA	II.3.6.
	5. Contratação de serviços diversos dos de auditoria ao auditor externo	ADOTADA	III.17.
IV.	Conflitos de Interesses		
IV.1.	Relações com acionistas		
	1. Negócios da Sociedade com titulares de participação qualificada e entidades relacionadas	ADOTADA	III.12.
	2. Parecer prévio do órgão de fiscalização	ADOTADA	III.13.

EXPLICITAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS

Conforme acima referido, à luz dos critérios constantes do Código de Governo a Cimpor não adotou três das respetivas recomendações, o que justifica da seguinte forma:

0.3.1. Independência do Presidente do Conselho Fiscal

Recomendação II.1.3.1: Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.

A Cimpor entende que o Presidente do seu Conselho Fiscal possui a isenção e as competências adequadas ao exercício das respetivas funções, atentas as suas qualificações e a sua permanência na Sociedade, nessa qualidade, desde março de 1992.

Entende-se que a publicamente reconhecida isenção do presidente do Conselho Fiscal não é prejudicada por se encontrar em funções há mais de três mandatos; e acredita-se que o aprofundamento do conhecimento ao longo do seu mandato se tem revelado uma mais-valia no desempenho da sua função.

Não é no entanto cumprido o critério utilizado pelo Código de Governo para avaliação da independência pelo facto de o Presidente do Conselho Fiscal se encontrar em funções há mais de três mandatos, o que leva a que não deva ser considerado independente à luz do Código das Sociedades Comerciais.

0.3.2. Administradores não executivos independentes

Recomendação II.1.2.2: De entre os Administradores não executivos deve contar-se um número adequado de Administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de Administradores.

Considerando, por um lado, a estrutura do seu governo societário, com existência de Conselho Fiscal, o número, diversidade de afiliações e perfil dos seus

Administradores não executivos e o facto de a Comissão Executiva ser constituída exclusivamente por profissionais eleitos nessa qualidade, e, por outro lado, a existência de um *free float* acionista limitado, na casa dos 16%, a Cimpor entende adequado ao seu caso concreto o número de três Administradores independentes, cuja proporção no número de Administradores não executivos é mais do dobro da proporção do capital disperso; o que contudo não cumpre a segunda parte desta recomendação já que o número de Administradores não executivos independentes à luz do previsto no nº 5 do artigo 414º e no nº 1 do artigo 414º-A (exceto a alínea b)), ambos do Código das Sociedades Comerciais, representa um quinto do número total de Administradores e não o recomendado quarto.

A eleição de sete novos Administradores, um dos quais independente, na Assembleia Geral de 29 de abril de 2010, em que se encontrava representado 85% do capital social, espelha já a vontade da estrutura acionista atual, reiterada na Assembleia Geral de 18 de abril de 2011 (“Assembleia Geral de 2011”) pela substituição de um Administrador não independente por um outro também ele não independente.

0.3.3. Componentes dos sistemas internos de controlo e gestão de riscos

Recomendação II.1.1.2. As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objetivos estratégicos da sociedade em matéria de assunção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta atividade exercida e dos eventos suscetíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efetivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia; vi) adoção de mecanismos internos de informação e

comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adoção das modificações que se mostrem necessárias.

A Cimpor assegura a mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência dos riscos cujo conhecimento e características se adequam a estes procedimentos matemáticos e estatísticos (riscos financeiros, esgotamento de reservas, etc.). Tais metodologias, à semelhança da prática generalizada das empresas do respetivo sector, não integram os sistemas de controlo e gestão de risco da Cimpor no que toca aos demais riscos.

I. ASSEMBLEIA GERAL

I.1 e I.2. Identificação e Início e Termo dos Mandatos dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

A Assembleia Geral Anual de 13 de maio de 2009 elegeu, para o quadriénio de 2009 a 2012, os seguintes membros:

Composição da Mesa da Assembleia Geral		Data da 1ª designação
Presidente	Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos	11.05.2007
Vice-Presidente	Rodrigo de Melo Neiva dos Santos	13.05.2009

I.3. Indicação da Remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Adequação de Recursos

A remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral reveste a forma de senha de presença, a qual, por decisão da Comissão de Fixação de Remunerações, passou, após a Assembleia Geral de 2009, de 1.000 euros para 4.500 euros. No exercício das suas funções, em sede de convocação e condução das Assembleias Gerais, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral conta com o apoio do Vice-Presidente da Mesa, bem como do Secretário da Sociedade, no âmbito das

respetivas competências legais. Dispõe ainda do apoio logístico e dos recursos humanos necessários ao bom desempenho das suas funções, designadamente no tocante ao contacto com os acionistas e à garantia do bom funcionamento das Assembleias Gerais.

I.4. Indicação da Antecedência Exigida para o Bloqueio das Ações para Participação na Assembleia Geral

Não é exigido o bloqueio. A Assembleia Geral de 2011 da Cimpor eliminou esse requisito dos estatutos.

I.5. Bloqueio de Ações em caso de Suspensão da Assembleia Geral

Tal como descrito em I.4. *supra*, o direito de participação em Assembleia Geral não depende do bloqueio de ações.

I.6. Número de Ações a que corresponde um Voto

Uma ação.

I.7. Limitações ao Exercício ou Contagem de Voto

Não existem.

I.8. Regras Estatutárias sobre o Exercício de Direito de Voto

O acionista que pretenda participar na Assembleia Geral deve declarar essa intenção, por escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado esteja aberta, o mais tardar, até às zero horas do 5.º dia de negociação anterior à realização da Assembleia Geral (data esta que será indicada em qualquer caso na convocatória) podendo, para o efeito, utilizar correio eletrónico.

Os acionistas podem fazer-se representar, devendo, para o efeito, fazer chegar ao Presidente da Mesa os necessários instrumentos de representação, nos termos e condições fixados na respetiva convocatória.

Os acionistas que detenham, a título profissional, ações da Sociedade em nome próprio, mas por conta de clientes, podem votar em sentido diverso com as suas

ações, desde que, em acréscimo ao exigido nos n.ºs 3 e 4 do artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários, apresentem ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, no mesmo prazo, com recurso a meios de prova suficientes e proporcionais: (a) A identificação de cada cliente e o número de ações a votar por sua conta; (b) As instruções de voto, específicas para cada ponto da ordem de trabalhos, dadas por cada cliente¹.

As regras aplicáveis às deliberações da Assembleia Geral são as da lei geral portuguesa (Código das Sociedades Comerciais), ou seja não estabelecem *quora* constitutivos nem deliberativos agravados, não prevendo igualmente qualquer sistema de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

I.9. Existência de Regras Estatutárias sobre o Exercício de Direito de Voto por Correspondência

Não existe qualquer restrição ao exercício do direito de voto por correspondência nos estatutos da Sociedade.

Os procedimentos a adotar e os prazos aplicáveis constam dos estatutos², segundo os quais o acionista que queira votar por correspondência deverá fazer chegar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade, até o segundo dia útil anterior à data marcada para a realização da Assembleia, declaração de voto sobre cada um dos pontos da ordem de trabalhos.

I.10. Disponibilização de um Modelo para o Exercício de Direito de Voto por Correspondência

A Cimpor aceita qualquer declaração de voto. No entanto, acionistas que assim o entenderem poderão usar o modelo para o exercício de voto disponível no site www.cimpor.com.

I.11. Exigência de Prazo que medeia entre a Receção da Declaração de Voto por Correspondência e a Data da Realização da Assembleia Geral

As instruções de voto por correspondência devem ser recebidas na Cimpor (endereçadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade), até ao segundo dia útil anterior à data da Assembleia.

I.12. Exercício do Direito de Voto por Meios Eletrónicos

A Sociedade não utiliza mecanismos de voto eletrónico – tal não se justifica pelo limitado número de entidades votantes nas Assembleias Gerais.

I.13. Extratos de Atas das Reuniões das Assembleias Gerais

A Sociedade divulga no próprio dia as deliberações da Assembleia Geral em comunicado nos sites da CMVM (www.cmvm.pt) e da Cimpor (www.cimpor.com), apresentando-se também neste último estatísticas simples da participação acionista e no, prazo de 5 dias, estatísticas mais detalhadas, incluindo os resultados das votações.

O relato detalhado das deliberações e votações pode ser posteriormente consultado no site da Cimpor, aquando da publicação da ata nos prazos previstos na lei.

I.14. Acervo Histórico sobre Assembleias Gerais

As informações identificadas no ponto anterior (I.13) encontram-se disponíveis para consulta no site da Cimpor (www.cimpor.com) pelo menos para os três anos antecedentes.

I.15. Indicação do(s) Representante(s) da Comissão de Fixação de Remunerações presente(s) nas Assembleias Gerais

Normalmente estão presentes todos os membros da Comissão de Fixação de Remunerações da Sociedade na Assembleia Geral, como se verificou na Assembleia Geral de 2011.

I.16. Intervenção da Assembleia Geral na Política de Remuneração e Avaliação da Sociedade

A Intervenção da Assembleia Geral na Política de Remuneração e Avaliação do desempenho dos Administradores da Sociedade, tem assumido quatro vertentes:

- Eleição de uma Comissão de Fixação de Remunerações, composta por membros independentes.
- Delegação na Comissão de Fixação de Remunerações da competência em matéria de política de remuneração, conforme possibilidade prevista nos

¹ n.º 5 do artigo 23.º-C

² n.º 5 do artigo 7.º. Este Relatório apresenta de forma condensada as disposições relevantes dos estatutos da Sociedade.

estatutos³.

- Deliberação anual sobre a declaração relativa à política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos da Lei n.º 28/2009⁴
- Apreciação geral da administração da Sociedade em cada Assembleia Geral Anual, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais⁵, o que pressupõe igualmente a avaliação dos membros do Conselho de Administração.

A Comissão de Fixação de Remunerações, prevista nos estatutos⁶, eleita em Assembleia Geral para o quadriénio 2009-2012, é composta pelos seguintes membros (todos eles independentes):

- Manuel Soares Pinto Barbosa (Presidente);
- Filipe de Jesus Pinhal;
- José de Melo Torres Campos.

Durante o ano de 2011, esta Comissão reuniu por sete vezes, tendo lavrado atas das suas reuniões.

A remuneração da Comissão de Fixação de Remunerações foi estabelecida nos termos estatutários por uma comissão constituída por representantes dos três maiores acionistas e é constituída exclusivamente por uma parcela fixa, como a seguir se detalha.

Remuneração da Comissão de Fixação de Remunerações	Valor (em Euros)
Manuel Soares Pinto Barbosa	16.800
José de Melo Torres Campos	15.600
Filipe de Jesus Pinhal	15.600

No que respeita à política remuneratória dos demais dirigentes, na aceção do Código dos Valores Mobiliários⁷, a mesma é definida pelo Conselho de

3 n.º 2 do artigo 16.º

4 de 19 de Junho

5 artigo 376.º

6 artigo 16.º

7 artigo 248.º-B

Administração através da Comissão Executiva.

I.17. Intervenção da Assembleia Geral em Planos de Atribuição de Ações para a Administração, Fiscalização e demais Dirigentes

Compete à Assembleia Geral a aprovação dos planos de aquisição de ações e de atribuição de opções de compra de ações a Administradores, bem como a colaboradores da Sociedade, na sequência de proposta do Conselho de Administração, sem prejuízo da atribuição de poderes neste âmbito pela Assembleia Geral à Comissão de Fixação de Remunerações (conforme ponto I.16 supra deste Relatório).

A Assembleia Geral de 2011 aprovou a execução dos seguintes planos:

- Plano de Atribuição de Ações:
 - *Plano 3C (Plano de Incentivo à Participação dos Colaboradores no Capital da Cimpor)* dirigido a um vasto leque de colaboradores do Grupo, incluindo os seus dirigentes mas, excluindo expressamente os membros do Conselho de Administração da Cimpor.
- Planos de Opções:
 - *Novo Plano ODS (Plano Cimpor de Atribuição de Opções Para o Desenvolvimento Sustentável)* destinado a Administradores executivos e a um conjunto de outros colaboradores do Grupo.
 - Cumprimento das responsabilidades da Sociedade decorrentes das séries ainda em vigor dos Planos de Opções atribuídas até 2010 (inclusive). Refira-se que apesar destes Planos de Opções ainda se encontrarem em vigor, os Administradores executivos já não estão contemplados nos mesmos (conforme se detalha em II.30.1)

Os planos acima referidos encontram-se detalhados em III.10. *infra*).

A Assembleia Geral de 2011 aprovou os regulamentos Integrais dos Planos 3C e ODS, dispondo para tal também dos seguintes elementos:

- *Plano 3C:*
Critério e limite máximo para o número de ações a alienar pela Sociedade, período e modalidades de exercício e critério para definição de preço.
- *Plano ODS:*
Limite máximo para o número de opções a atribuir aos Administradores executivos e aos demais colaboradores, e como tal número máximo de ações a alienar, período e modalidades de exercício e critério para definição do Preço de Exercício das opções.
- *Planos de Opções anteriores a 2011:*
Número de opções vencidas em 2012 e 2013, período e Preços de Exercício para cada série.

I.18. Intervenção da Assembleia Geral em Sistema de Benefícios de Reforma da Administração, Fiscalização e demais Dirigentes

Não existem sistemas de benefícios ou esquemas complementares de reforma para o Conselho de Administração nem para o Conselho Fiscal da Sociedade.

As disposições estatutárias que previam a atribuição de complementos de pensão de reforma foram eliminadas na Assembleia Geral de 2011 que também mandou o Conselho de Administração para que assegurasse devidamente a salvaguarda dos direitos adquiridos pelos Administradores no âmbito da disposição estatutária alterada o que veio a acontecer nos termos adiante descritos em II.33 o).

No que toca aos demais dirigentes, a fixação dos benefícios de reforma é competência do Conselho de Administração, que faz a respetiva gestão de acordo com regras genéricas no âmbito da política de recursos humanos e com integral respeito dos compromissos assumidos para com os trabalhadores, estando os detalhes dos Fundos de Pensões afetos e das respetivas responsabilidades refletidos nas Demonstrações Financeiras e seus anexos.

I.19. Previsão Estatutária de Sujeição à Assembleia Geral, de Cinco em Cinco Anos, de Norma de Limitação de Votos Suscetíveis de Detenção ou de Exercício Por um Único Acionista

Dado que os seus estatutos não preveem qualquer norma de limitação de votos,

este requisito não é aplicável à Cimpor.

I.20. Medidas Defensivas que Provoquem Erosão no Património da Sociedade

Não existem medidas destinadas a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição nem medidas defensivas, estatutárias ou de outra natureza, que tenham por efeito provocar uma erosão grave no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, cumprindo-se assim as recomendações I.6.1. e I.6.2. do Código de Governo.

I.21. Acordos Significativos com Cláusulas de Mudança de Controlo

Não há igualmente qualquer acordo significativo de que a Sociedade seja parte e que, de uma forma automática, em consequência de uma eventual mudança de controlo da Sociedade entre forçosamente em vigor, seja alterado ou cesse os seus efeitos.

Conforme é prática de mercado, alguns instrumentos de dívida, celebrados por subsidiárias da Cimpor, incluem cláusulas de *change of control*, prevendo a possibilidade, por decisão das entidades financiadoras, do respetivo vencimento antecipado (vide Nota 37 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas).

I.22. Acordos com Administração e Dirigentes que prevejam Indemnizações em caso de Cessação de Funções na sequência de Mudança de Controlo

Não existem quaisquer acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração ou dirigentes da Cimpor (na aceção do Código dos Valores Mobiliários⁸) que prevejam o pagamento de indemnizações – em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da sua relação contratual com a Sociedade – na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

8 n.º 3 do artigo 248.º-B

II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

SECÇÃO I. TEMAS GERAIS

II.1. Órgãos Sociais

A Cimpor segue o modelo de Governo Societário habitualmente designado por “monista latino”, não se detetando constrangimentos ou outros aspetos do funcionamento da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas que justifiquem a propositura de alterações. Nos termos dos estatutos⁹ os membros dos órgãos sociais exercem as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleitos. O mandato dos atuais membros dos órgãos sociais em curso decorre entre 2009 e 2012.

II.1.1. Conselho de Administração

Nos termos dos estatutos¹⁰, o Conselho de Administração é composto por cinco a quinze Administradores, sendo um deles Presidente e os restantes vogais.

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral, que designa também o seu Presidente (ao qual, nos termos dos estatutos¹¹, é atribuído voto de qualidade).

Na sequência da renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração apresentada por Álvaro Luís Veloso no dia 23 de março de 2011, a Assembleia Geral de 2011 elegeram em sua substituição Paulo Henrique de Oliveira Santos, para completar o mandato em curso, pelo que a 31 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração era composto pelos seguintes elementos:

Composição do Conselho de Administração		Data da 1ª designação
Presidente	António José de Castro Guerra	29.04.2010
Vogais	José Manuel Baptista Fino	27.04.2005
	Jorge Humberto Correia Tomé ⁽²⁾	13.05.2009
	Albrecht Curt Reuter Domenech	29.04.2010
	José Édison Barros Franco	29.04.2010
	Walter Schalka	29.04.2010
	João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo	29.04.2010
	Manuel Luís Barata de Faria Blanc	31.07.2001
	António Sarmento Gomes Mota	13.05.2009
	José Neves Adelino	29.04.2010
	Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	29.04.2010
	Luís Filipe Sequeira Martins	12.02.1987 ⁽¹⁾
	António Carlos Custódio de Morais Varela	13.05.2009
	Luís Miguel da Silveira Ribeiro Vaz	13.05.2009
	Paulo Henrique de Oliveira Santos	18.04.2011

⁽¹⁾ Nomeação como membro do Conselho de Gerência da Cimpor – Cimentos de Portugal, E.P.

⁽²⁾ Apresentou renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração da Cimpor em fevereiro de 2012

Já em fevereiro de 2012, Jorge Humberto Correia Tomé viria a apresentar a sua renúncia ao cargo de Administrador da Sociedade.

II.1.2. Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

De acordo com os estatutos¹², a fiscalização da Sociedade cabe a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleitos em Assembleia Geral.

9 n.º 2 do artigo 6.º

10 n.º 1 do artigo 11.º

11 n.º 3 do artigo 11.º

12 artigo 17.º

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e um suplente. Se a Assembleia Geral não designar o Presidente do Conselho Fiscal, tal competência caberá ao próprio Conselho. Por sua vez, o Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas é eleito sob proposta do Conselho Fiscal.

A Assembleia Geral de 2009 manteve a composição do Conselho Fiscal que vinha exercendo funções até à data (com a diferença que, anteriormente, o Dr. Jaime de Macedo Santos Bastos exercia tais funções em nome individual):

Composição do Conselho Fiscal		Data da 1.ª designação
Presidente	Ricardo José Minotti da Cruz Filipe	31.03.1992 ⁽³⁾
Vogais	Luís Black Freire d'Andrade ⁽¹⁾	11.05.2007
	J. Bastos, C. Sousa Góis & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Jaime de Macedo Santos Bastos ^{(1) (2)}	11.05.2007
Suplente	João José Lopes da Silva ⁽¹⁾	09.05.2008

⁽¹⁾ Membro independente.

⁽²⁾ Passou de Vogal Suplente a Vogal Efetivo em 28.01.2008. Até 13 de maio de 2009 exercia estas funções em nome individual. Em 22 de março de 2012 apresentou a renúncia enquanto representante da SROC acima, tendo sido substituído para este efeito por Ana Maria Celestino Alberto dos Santos.

⁽³⁾ O Presidente do Conselho Fiscal já exercia funções como Presidente da Comissão de Fiscalização da Cimpor - Cimentos de Portugal E.P., desde 12.02.1987.

O Revisor Oficial de Contas da Cimpor, Deloitte & Associados, SROC, S.A., assume estas funções desde 2001, sempre representada, desde outubro de 2007, por João Luís Falua Costa da Silva.

II.2. Identificação e Composição das Comissões Especializadas Constituídas com Competências de Administração e Fiscalização da Sociedade

II.2.1. Comissão Executiva

Por deliberação do Conselho de Administração, a Comissão Executiva integra os seguintes Administradores:

Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda (Presidente)
Luís Filipe Sequeira Martins
António Carlos Custódio de Morais Varela
Luís Miguel da Silveira Ribeiro Vaz

II.2.2. Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade

A Comissão, que sucedeu à Comissão Consultiva sobre Governo da Sociedade criada em 2002, é composta por entre três a sete Administradores não executivos, devendo, pelo menos, um deles respeitar os critérios de independência aplicáveis aos membros do órgão de administração.

Atualmente, esta comissão é composta por quatro Administradores, todos eles não executivos. A saber:

José Neves Adelino (Presidente, independente)
Jorge Humberto Correia Tomé ¹³
José Édison Barros Franco
Manuel Luís Barata de Faria Blanc (independente)

II.2.3. Comissão de Nomeações e Avaliação

A Comissão de Nomeações e Avaliação é composta pelo Presidente da Comissão Executiva, por inerência de funções, e por mais dois a seis Administradores não executivos, devendo, pelo menos, um deles respeitar os critérios de independência aplicáveis aos membros do órgão de administração.

Na sequência da renúncia apresentada por Álvaro Luís Veloso ao cargo de Administrador, esta Comissão, atualmente e em 31 de dezembro de 2011, é composta por cinco Administradores, de entre os quais um Administrador não executivo independente:

António Sarmento Gomes Mota (Presidente, independente)
José Édison Barros Franco
Walter Schalka
José Manuel Baptista Fino

É também membro, por inerência, desta comissão o Presidente da Comissão Executiva Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda.

¹³ Apresentou renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração da Cimpor em fevereiro de 2012.

II.2.4. Comissão de Investimento

A Comissão de Investimento é composta pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Presidente da Comissão Executiva (ambos por inerência de funções) e por três a cinco Administradores não executivos.

Atualmente, esta Comissão é composta por sete Administradores, de entre os quais seis Administradores não executivos:

António José de Castro Guerra (Presidente da Comissão na sua qualidade de Presidente do Conselho de Administração)
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda (na sua qualidade de Presidente da Comissão Executiva)
Jorge Humberto Correia Tomé¹⁴
Albrecht Curt Reuter Domenech
José Manuel Baptista Fino
João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo
Walter Schalka

II.3. Repartição de Competências entre os vários Órgãos Sociais, Comissões e/ou Departamentos da Sociedade

II.3.1. Delegação do Conselho de Administração na sua Comissão Executiva

O Conselho de Administração delegou os poderes relativos à gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva, composta por quatro dos seus membros, reservando no entanto para si as principais decisões.

Assim, nos termos conjugados da lei¹⁵, do Regulamento do Conselho de Administração e da delegação de poderes do Conselho de Administração, estão reservados para o Plenário do Conselho de Administração as seguintes matérias:

- Proceder à cooptação de Administradores para o preenchimento das vagas que venham a ocorrer;
- Apresentar pedidos de convocação das Assembleias Gerais;
- Aprovar os relatórios e contas anuais, o relatório de sustentabilidade assim como os relatórios de gestão trimestrais e semestrais;

- Aprovar o orçamento e os planos de atividades e financeiros anuais assim como os planos de negócios trienais, incluindo o plano de investimento;
- Deliberar sobre a prestação de cauções e de garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
- Deliberar sobre a mudança de sede e aumentos de capital nos termos previstos nos estatutos;
- Deliberar sobre projetos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade a submeter à Assembleia Geral;
- Designar o Secretário da Sociedade e o respetivo suplente;
- Aprovar as estratégias e práticas gerais da Sociedade;
- Aprovar a estrutura empresarial do Grupo Cimpor;
- Aprovar regulamentos, bem como normas de aplicação generalizada, de natureza ética;
- Aprovar a Política Financeira da Cimpor, bem como outros instrumentos de carácter estratégico;
- Tomar decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais, em que se incluem as seguintes:
 - As aquisições de participações ou ativos físicos: (i) fora do contexto da atividade principal do Grupo Cimpor; (ii) em países onde o mesmo não tenha ainda presença; ou (iii) de valor superior a dez milhões de euros por operação de aquisição;
 - As alienações de participações ou ativos físicos de valor superior a cinco milhões de euros por operação de alienação;
 - A realização de investimentos de desenvolvimento previstos em orçamento previamente aprovado pelo Conselho de Administração, cujo valor supere quinze milhões de euros;
 - A realização de investimentos de desenvolvimento não previstos em orçamento previamente aprovado pelo Conselho de Administração, cujo valor supere 5 milhões de euros por investimento e 25 milhões de euros no total acumulado anual;
 - A concessão de crédito a clientes por um valor superior a cinco milhões de euros por cliente; e
 - A realização de operações financeiras não conformes com a Política

¹⁴ Apresentou renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração da Cimpor em fevereiro de 2012.
¹⁵ Código das Sociedades Comerciais

Financeira aprovada pelo Conselho de Administração.

- Deliberar emitir ações preferenciais sem voto e *warrants* autônomos sobre valores mobiliários próprios e obrigações subordinadas ou obrigações ou outros títulos de dívida com maturidade superior a 10 anos;
- Designar o vogal Administrador que assumirá as funções de Presidente nas ausências e impedimentos deste.

Excluem-se da delegação de competências na Comissão Executiva as relativas (i) às estratégias e práticas gerais, (ii) à estrutura empresarial do Grupo Cimpor, (iii) à aprovação de regulamentos, bem como normas de aplicação generalizada, de natureza ética e (iv) à Política Financeira abrangem tanto o âmbito da Sociedade como o exercício da função acionista e das orientações de gestão das empresas integrantes do Grupo Cimpor assim como, (v) as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.

Sempre que seja necessário à defesa do interesse social deliberar sobre qualquer uma das matérias referidas como estratégicas para efeitos do ponto (v) *supra*, mas não haja possibilidade de convocar o Conselho de Administração em tempo útil, a Comissão Executiva pode deliberar sobre qualquer uma das referidas matérias desde que tenha, através do Presidente do Conselho de Administração, previamente submetido o assunto a todos os membros do Conselho e recolhido o parecer favorável da maioria destes.

A Comissão Executiva leva ao plenário do Conselho de Administração quaisquer negócios, compromissos, contratos, acordos e convenções a celebrar com acionistas detentores de 2% ou mais do capital da Cimpor (ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação nos termos do Código dos Valores Mobiliários¹⁶), salvo quando, tendo em conta a sua natureza ou montantes envolvidos, os mesmos sejam considerados assuntos correntes ou compreendidos no comércio da Sociedade, e desde que nenhuma vantagem especial seja concedida ao titular de participação qualificada.

II.3.2. Deveres de Informação da Comissão Executiva

De forma a assegurar que todos os membros do órgão de administração

¹⁶ artigo 20.º

conheçam as decisões tomadas pela Comissão Executiva encontram-se criados os seguintes procedimentos (previstos no Regulamento do Conselho de Administração¹⁷):

- As atas da Comissão Executiva e as convocatórias das respetivas reuniões são distribuídas aos membros do Conselho de Administração e ao Presidente do Conselho Fiscal;
- A Comissão Executiva faculta ainda aos membros do Conselho Fiscal os esclarecimentos e informações adicionais que forem solicitados, em tempo útil e de forma adequada;
- Nas reuniões do Conselho de Administração, a Comissão Executiva faz um sumário dos aspetos considerados relevantes da atividade desenvolvida desde a última reunião;
- A Comissão Executiva faculta aos membros do Conselho de Administração os esclarecimentos e informações adicionais ou complementares que forem solicitados.

II.3.3. Competências do Presidente do Conselho de Administração

Competências

- Coordenar a atividade do Conselho de Administração;
- Convocar o Conselho de Administração, fixar a ordem do dia das reuniões e dirigir os debates; o Presidente convocará também o Conselho, sempre que tal seja solicitado por dois ou mais Administradores vogais e incluirá na ordem do dia os pontos que por estes venham a ser solicitados;
- Promover a comunicação entre a Sociedade e todos os seus *stakeholders*;
- Acompanhar e consultar a Comissão Executiva sobre o desempenho das competências nesta delegadas; e
- Contribuir para o efetivo desempenho das suas funções e competências por parte dos Administradores não executivos e das Comissões Internas do Conselho de Administração.
- Exercer o seu Voto de Qualidade.

¹⁷ n.º 5 do artigo 14.º

O Presidente do Conselho de Administração não exerce funções executivas, o que só poderá acontecer em situações excepcionais e mediante deliberação expressa do Conselho de Administração.

Nas ausências e impedimentos temporários do Presidente, as suas funções serão desempenhadas pelo Administrador vogal a quem o Presidente tenha delegado a representação ou, não sendo esse o caso, pelo Administrador vogal que venha a ser designado pela maioria dos restantes membros do Conselho. Em qualquer dos casos, a este Administrador vogal competirá exercer todas as funções inerentes ao cargo de Presidente do Conselho, na reunião em apreço, incluindo o voto de qualidade.

II.3.4. Competências do Presidente da Comissão Executiva

Competências:

- Representar a Comissão Executiva;
- Convocar e dirigir as reuniões da Comissão Executiva;
- Coordenar a atividade da Comissão Executiva, distribuindo entre os seus membros a preparação ou acompanhamento dos assuntos que devam ser objeto de apreciação ou decisão pela Comissão Executiva;
- Propor ao Conselho de Administração o elenco de matérias de administração de que deve encarregar-se especialmente cada um dos membros da Comissão Executiva;
- Zelar pela correta execução das deliberações da Comissão Executiva.

Para além das competências acima descritas, o Presidente da Comissão Executiva deve:

- Assegurar que seja prestada toda a informação aos demais membros do Conselho de Administração relativamente à atividade e às deliberações da Comissão Executiva;
- Assegurar o cumprimento dos limites da delegação, da estratégia da Sociedade e dos deveres de colaboração perante o Presidente do Conselho de Administração.

II.3.5. Repartição de Pelouros na Comissão Executiva

Sem prejuízo do exercício colegial das funções que estão delegadas na Comissão Executiva, a cada um dos seus membros foi especialmente cometida a responsabilidade pelo acompanhamento de determinadas Áreas Funcionais, como segue:

Comissão Executiva

Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda

Chief Executive Officer - CEO

Estratégia e Desenvolvimento
Gestão do Talento e Desenvolvimento Organizacional
Assuntos Jurídicos (Grupo)
Comunicação
Auditoria Interna
Secretaria da Sociedade

Luís Filipe Sequeira Martins

Península Ibérica e Cabo Verde
América Latina (Brasil)
Egito
Ásia (Índia e China)
Centro de Competências do Cimento e Sustentabilidade (CimporTec)
Saúde Ocupacional e Segurança (Grupo)
Coprocessoamento de Resíduos

António Carlos Custódio de Moraes Varela

Chief Financial Officer - CFO

Planeamento e Controlo de Gestão
Consolidação, Reporting e Fiscalidade
Finanças
Relações com Investidores
Sistemas de Informação

Luís Miguel da Silveira Ribeiro Vaz

Sul de África (África do Sul e Moçambique)
Mediterrâneo exceto Egito (Turquia, Tunísia e Marrocos)
Centro de Competências de Betões, Agregados e Argamassas
Logística e Trading
Compras

II.3.6. Órgãos de Fiscalização

II.3.6.1. Conselho Fiscal

Competências:

Compete ao Conselho Fiscal, em conjugação com o Revisor Oficial de Contas, a fiscalização da Sociedade, nomeadamente:

- Fiscalizar a administração da Sociedade;
- Vigiar pela observância da lei e dos estatutos;
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela administração;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- Fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outros.

Cabe também ao Conselho Fiscal propor à Assembleia-Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas efetivo e suplente da Sociedade, fiscalizar e avaliar a sua independência, o âmbito dos respetivos serviços e a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da Sociedade.

O Conselho Fiscal representa a Sociedade, para todos os efeitos, junto do seu Auditor Externo, competindo-lhe designadamente:

- Propor a sua contratação, renovação do respetivo contrato e remuneração;
- Zelar para que dentro da Sociedade e das sociedades em relação de domínio ou grupo, o Auditor Externo disponha de condições adequadas à respetiva prestação de serviços;
- Apreciar o conteúdo dos relatórios de auditoria, avaliar anualmente o Auditor Externo da Sociedade e propor a respetiva destituição à Assembleia-Geral, sempre que se verifique justa causa para o efeito.

II.3.6.2. Revisor Oficial de Contas

Nos termos do Código das Sociedades Comerciais¹⁸, compete ao Revisor Oficial de Contas verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe sirvam de suporte, bem como, sempre que o julgue conveniente e da forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título, e ainda a exatidão dos documentos de prestação de contas e que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

Cabe ainda ao revisor oficial de contas, enquanto auditor externo e no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao Conselho Fiscal da Sociedade.

II.3.7. Comissões Especializadas do Conselho de Administração

II.3.7.1. Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade

Esta Comissão tem como funções assistir o Conselho de Administração em matéria de governo societário e de normas de conduta e, bem assim, de desenvolvimento sustentado e responsabilidade social do Grupo Cimpor, competindo-lhe:

- A avaliação do modelo, princípios e práticas de governo societário da Sociedade e das participadas relevantes do Grupo Cimpor, com vista ao seu permanente aperfeiçoamento e à apresentação de propostas ao Conselho nesse âmbito, designadamente no que respeita ao funcionamento e competências do Conselho e das suas comissões internas e à sua articulação com os demais órgãos sociais e estruturas de gestão, bem como à prevenção de conflitos de interesses e à disciplina da informação;
- A definição das linhas orientadoras das políticas que permitam o desenvolvimento sustentado da Sociedade e do Grupo Cimpor e a promoção da responsabilidade social e proteção ambiental;

¹⁸ Alíneas c), d), e) e f) do n.º 1 do artigo 420.º e do artigo 446.º.

- A definição, colaboração na implementação e fiscalização do cumprimento de normas de conduta adequadas à observância de rigorosos princípios éticos e deontológicos no desempenho das funções atribuídas aos membros dos órgãos sociais e colaboradores do Grupo Cimpor;
- O aperfeiçoamento e atualização do Regulamento sobre Comunicações de Irregularidades e do Código de Ética adotado pelo Grupo Cimpor, apresentando, quando justificável, ao Conselho de Administração propostas nesse sentido;
- A orientação da elaboração do relatório anual sobre o governo da Sociedade nas áreas da sua competência e a apresentação ao Conselho de propostas quanto às declarações a incluir naquele relatório acerca da eficácia do modelo de governo adotado, das normas de conduta e dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos;
- A apresentação de propostas ao Conselho para efeitos da adoção das diligências necessárias ao cumprimento pela Sociedade dos requisitos legais e regulamentares, das recomendações e das boas práticas, em cada momento aplicáveis, em matéria de governo societário, normas de conduta, sustentabilidade e responsabilidade social.

II.3.7.2. Comissão de Nomeações e Avaliação

A Comissão de Nomeações e Avaliação tem por funções, entre outras, de acordo Regulamento do Conselho de Administração¹⁹, assistir este Conselho nas seguintes matérias:

- a) Preenchimento das vagas ocorridas no Conselho de Administração, nos termos legal e estatutariamente previstos;
- b) Escolha dos Administradores a designar para a Comissão Executiva;
- c) Acompanhamento dos processos de seleção e nomeação dos quadros superiores da Sociedade e Participadas Relevantes e dos membros dos órgãos sociais das Participadas Relevantes, informando o Conselho de Administração sobre tais processos;
- d) Processo de avaliação anual do desempenho global do Conselho e das respetivas Comissões Internas e, bem assim, dos membros da Comissão

- Executiva da Sociedade, neste último caso, ouvido o respetivo Presidente;
- e) Elaboração de pareceres a submeter à Comissão de Fixação de Remunerações no que respeita à fixação das remunerações dos membros da Comissão Executiva.

No desempenho das suas funções referidas nas alíneas a) a c) acima, compete-lhe, designadamente:

- Manter informação atualizada sobre as qualificações, conhecimentos, experiência profissional e independência necessários para o desempenho das funções de Administrador da Sociedade;
- Assistir o Conselho de Administração e a Comissão Executiva na aprovação e implementação de plano de sucessão dos membros dos órgãos de administração e dos quadros superiores da Sociedade e das Participadas Relevantes;
- Sempre que se venha a revelar necessário, elaborar parecer fundamentado para efeitos da cooptação ou designação dos membros do Conselho de Administração, identificando as entidades e/ou pessoas que, em seu entender, apresentem o perfil mais adequado ao desempenho de determinado cargo.

No desempenho das suas funções referidas nas alíneas d) e e) acima, compete-lhe:

- Propor ao Conselho de Administração os critérios a utilizar no processo de avaliação, numa base anual e por mandato;
- Propor à Comissão de Fixação de Remunerações os critérios a utilizar para efeitos da fixação da remuneração variável, numa base anual e por mandato, designadamente os objetivos de desempenho individual, neste último caso ouvido o Presidente da Comissão Executiva;
- Propor ou dar parecer anualmente ao Conselho de Administração e à Comissão de Fixação de Remunerações, consoante aplicável, sobre a política de remunerações e princípios remuneratórios dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes da Sociedade e sobre a declaração anual a apresentar à Assembleia Geral a este propósito;

¹⁹ n.º 1 do artigo 18.º.

- Propor ou dar parecer ao Conselho de Administração e à Comissão de Fixação de Remunerações, consoante aplicável, sobre os planos de atribuição de ações ou opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações da Sociedade.

No desempenho das funções e competências acima referidas, a Comissão de Nomeações e Avaliação deverá, ainda, apresentar ao Conselho de Administração e à Comissão de Fixação de Remunerações, consoante aplicável, as propostas que julgue necessárias para efeitos do cumprimento pela Sociedade dos requisitos legais e regulamentares, das recomendações e das boas práticas, em cada momento aplicáveis, em matéria de nomeações e remunerações.

II.3.7.3. Comissão de Investimento

A Comissão de Investimento tem como funções assistir o Conselho de Administração nas seguintes matérias, com vista a qualificar o processo de definição, execução e avaliação da estratégia do Grupo Cimpor:

- Internacionalização sustentada do Grupo Cimpor;
- Diversificação dos negócios e investimentos e alienação de ativos estratégicos;
- Elaboração de planos estratégicos plurianuais de acordo com os objetivos do Grupo Cimpor;
- Definição da estratégia e das políticas de crescimento e desenvolvimento da Sociedade.

Compete ainda a esta Comissão assistir o Conselho de Administração na definição da estrutura organizativa operacional do Grupo Cimpor.

II.3.8. Estrutura Funcional

O Grupo Cimpor encontra-se estruturado por Unidades de Negócio, correspondentes aos países onde opera, estando estas agrupadas em grandes regiões, conforme abaixo se apresenta (com indicação dos respetivos responsáveis):

Unidade de Negócio Responsável	Ibéria e Cabo Verde José Augusto Brás Chaves	América Latina Alexandre Lencastre	Bacia do Mediterrâneo Fernando Plaza	África subsaariana Pieter Strauss	Ásia Álvaro Serra Nazaré
País CEO	Ibéria e Cabo Verde José Augusto Brás Chaves	Brasil Alexandre Lencastre	Marrocos Brahim Laraqui	Moçambique João Nunes Pereira	Índia Suman Mukherjee
			Tunísia Abdelkader Nciri	África do Sul Pieter Strauss	China Teixeira de Freitas
			Egito Luis Fernandes		
			Turquia Sefik Tuzun		

Dentro de cada Unidade de Negócios, as diversas atividades desenvolvidas estão organizadas por produto, sendo a atividade principal a produção e comercialização de cimento.

A holding do Grupo é responsável pelo seu desenvolvimento estratégico e pela gestão global do conjunto das diferentes Unidades de Negócio, garantindo a sua respetiva coordenação apoiada num conjunto de Unidades Corporativas e de Apoio ao Negócio.

Cada uma das Regiões *supra* referidas é coordenada por um *Region Head* (Responsável de Região), presente nos órgãos de administração das principais empresas localizados nos respetivos países, e o qual reporta diretamente à Comissão Executiva.

O modelo de organização de cada Região é adaptado às características e condições de exercício da respetiva atividade, bem como ao sistema legal vigente no país, visando o aproveitamento de eventuais sinergias e a captação dos benefícios decorrentes de um enquadramento financeiro e fiscal mais favorável. O modelo organizacional em cada país segue uma matriz estandardizada com pequenas adaptações em função das necessidades nacionais e consiste no desenvolvimento dos negócios, sob a dependência do CEO do país, através de responsabilidades Industrial, Comercial, de Betão e Agregados e Financeira e de Serviços Partilhados.

Cada uma das Unidades de Negócios funciona segundo princípios de autonomia de gestão, nomeadamente para os assuntos de gestão corrente e operacional, no quadro de um sistema de planeamento e controlo conduzido pela *holding*, no âmbito do qual se definem, de forma participada e interativa, as orientações estratégicas, os planos de negócio e de investimento e os objetivos e orçamentos anuais e se procede, periodicamente, à sua revisão e controlo.

Nas diferentes Unidades de Negócio, as decisões mais importantes – por exemplo, as que ultrapassam determinados valores ou com maior impacto nos resultados ou no desenvolvimento estratégico do Grupo – dependem da aprovação ou ratificação da Administração da *holding*. O mesmo acontece relativamente a

decisões ou atuações que, quando tratadas a nível de Grupo, permitem a obtenção de sinergias relevantes.

As subsidiárias da Cimpor obedecem, na sua estruturação e composição do Conselho de Administração e Órgãos de Fiscalização às disposições legais e regulamentares relevantes na respetiva jurisdição.

II.3.8.1. Funções de Suporte aos Negócios

A Cimpor dispõe de um conjunto de Serviços centralizados em Lisboa e em Vigo que suportam a atividade dos negócios, fornecendo-lhes tecnologia e assistência técnica especializadas e permitindo-lhes beneficiar das economias de escala resultantes da dimensão do Grupo. São as seguintes as Unidades de Suporte e os respetivos responsáveis:

Centro de Competências do Cimento e Sustentabilidade (Cimpor Tec):

(Valter Albuquerque)

- Presta serviços de assistência técnica e tecnológica às diferentes empresas do Grupo;
- Coordena a conceção e realização dos investimentos industriais cimenteiros do Grupo;
- Lança iniciativas comuns a todas as empresas do Grupo, designadamente ações de formação dos respetivos quadros, com vista ao progresso técnico da atividade de produção e comercialização de cimento;
- Presta assessoria técnica na avaliação económica de eventuais oportunidades de aquisição de ativos cimenteiros;
- Promove o acesso às melhores práticas, o conhecimento e utilização do *know-how* do Grupo.

Centro de Competências de Betões, Agregados e Argamassas:

(Jorge Reis)

- Maximiza o desenvolvimento estratégico das atividades de Betão e Agregados, tanto na área técnica como na comercial e de gestão, incrementando a eficiência e a performance das operações através da disseminação do conhecimento e das melhores práticas nas diversas operações espalhadas por todo o universo do Grupo Cimpor.

Direção de Coprocessamento de Resíduos:

(Francisco Leme)

- Inventaria necessidades e oportunidades na utilização de matérias-primas e combustíveis alternativos, contribuindo para a sustentabilidade dos negócios.
- Planeia, coordena e fornece soluções de coprocessamento de resíduos às Unidades de Negócio, incluindo a seleção e organização das tecnologias, fornecimentos e sua adaptação às unidades industriais.

Direção de Logística & Trading:

(Pedro Marques)

- Planeia, coordena e fornece soluções de logística transfronteiriça no Grupo, incluindo todos os transportes (terrestres, ferroviários e marítimos) e operações de *shipping* entre países;
- Planeia e coordena as atividades de *Trading* (sobretudo de cimento e clínquer) da Cimpor e subsidiárias e apoia as Áreas de Negócio estabelecendo relações comerciais com clientes, fornecedores e outras entidades externas.

Direção de Sistemas de Informação:

(Eugénio Paupério)

- Assegura o desenvolvimento, coordenação e desempenho dos sistemas de informação das empresas do Grupo Cimpor, com principal ênfase na definição e proposta do plano estratégico das Tecnologias de Informação (TI/SI) do Grupo e na coordenação funcional dos responsáveis locais das TI das Áreas de Negócio do Grupo, garantindo o alinhamento com a estratégia do Grupo.

Direção de Purchasing (Compras):

(Carlos Roque)

- Define, dinamiza e coordena a política de Compras para o Grupo Cimpor.
- Centraliza o “*procurement*” das principais categorias de compras transversais do Grupo, efetuando análises da cadeia de abastecimento e do mercado de fornecimento, identificando soluções estruturantes, com o objetivo de maximizar a eficiência e os resultados das decisões de compra de bens e serviços.

II.3.8.2. Unidades de Suporte Corporativo

A Cimpor dispõe de um conjunto de unidades localizadas em Lisboa e Vigo que asseguram o desempenho dos processos corporativos e o suporte à gestão. São as seguintes as Unidades de Suporte Corporativo e os respetivos responsáveis:

Direção de Estratégia e Desenvolvimento:

(João Salgado)

- Apoia tecnicamente a definição e implementação da Estratégia de Desenvolvimento do Grupo;
- Assessora a Comissão Executiva na concretização dos processos de aquisição e de venda de empresas e de participações sociais, de ativos específicos, da realização de parcerias empresariais e processos de fusão;
- Desenvolve e coordena a avaliação económica e financeira dos projetos de investimento relacionados com a instalação de novas unidades fabris e de aumentos de capacidade das existentes;
- Coordena a realização de ações de reestruturação societária associadas à presença internacional do Grupo.

Direção de Planeamento e Controlo:

(Miguel Silva)

- Apoia a Comissão Executiva no exercício do Planeamento e Controlo de Gestão;
- Dinamiza, coordena e controla a execução do plano de negócios e orçamento das Áreas de Negócio e do Grupo e procede ao posterior controlo de Gestão;
- Supervisiona, acompanha, e monitoriza os resultados de projetos de âmbito estratégico a nível de grupo, bem como operacionais.

Direção de Saúde Ocupacional e Segurança:

(Raúl Caldeira)

- Propõe as linhas de orientação que devem nortear a política a seguir, os objetivos a atingir e o sistema de gestão a utilizar em matéria de Saúde Ocupacional e Segurança no Trabalho, dinamizando a sua implementação;
- Coordena, em termos funcionais, e ao nível de todo o Grupo, as atividades em causa e controla a sua execução, avaliando os respetivos resultados.

Direção Financeira:

(Jorge Saraiva)

- Gere os ativos e passivos financeiros do Grupo, na dependência direta da Comissão Executiva, garantindo o acesso, nas melhores condições, aos recursos financeiros necessários à expansão do Grupo e ao seu funcionamento corrente;
- Controla a situação financeira do Grupo e das empresas que o compõem através da centralização da informação sobre os respetivos recursos e disponibilidades financeiras.

Direção de Gestão do Talento e Desenvolvimento Organizacional :

(Paula Carneiro)

- Apoia a Comissão Executiva na Gestão dos Recursos Humanos e na Organização da Cimpor, propondo as respetivas políticas, instrumentos e objetivos;
- Promove a gestão e desenvolvimento dos Recursos Humanos de forma a obter o envolvimento e empenhamento de todos os colaboradores na prossecução dos objetivos do Grupo, bem como a sua realização pessoal e profissional.

Direção de Relações com Investidores:

(Filipa Mendes)

- Apoia a Comissão Executiva nas relações com os diversos intervenientes no mercado de capitais, designadamente os acionistas, supervisores e demais organismos públicos, analistas financeiros e gestores de fundos e outros organismos de investimento coletivo;
- Assegura o estrito cumprimento pela Cimpor da legislação enquanto emitente de valores mobiliários.

Direção de Comunicação:

(Mafalda Correia)

- Desenvolve as atividades relacionadas com a concretização das políticas de imagem e de comunicação, externa e interna, do Grupo;
- Representa a Empresa nas suas relações institucionais e apoio comunitário.

Direção de Consolidação, Reporting e Fiscalidade:

(Sérgio de Almeida)

- Promove, coordena e executa as consolidações financeiras do Grupo;
- Define os princípios e políticas contabilísticas do Grupo e coordena e apoia a sua implementação;
- Assegura o planeamento patrimonial e o cumprimento das obrigações fiscais;
- Acompanha e apoia operações de aquisição, reestruturação ou de financiamento dentro do Grupo, assegurando as ações necessárias de contabilidade e questões fiscais.

Direção de Auditoria Interna:

(João Contreiras)

- Coordena a atividade de auditoria interna, em todo o Grupo, nas áreas financeira, patrimonial e operacional, mediante o exame e avaliação dos níveis de adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno e da qualidade do seu desempenho. Independentemente da sua dependência hierárquica da Comissão Executiva da Cimpor, esta Direção reporta funcionalmente ao Conselho Fiscal.

II.4. Relatório Anual da Atividade do Conselho Fiscal

Em conformidade com o Regulamento do Conselho Fiscal²⁰, com as regras legais aplicáveis e as recomendações II.4.2. e II.4.3. do Código de Governo, o Conselho Fiscal prepara e divulga no site da Sociedade o respetivo relatório anual de atividades, em conjunto com os documentos de prestação de contas, no qual descreve as atividades de fiscalização desenvolvidas no exercício em causa, referindo, se aplicável, eventuais constrangimentos deparados.

II.5. Sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Risco

A Cimpor dispõe dos seguintes principais sistemas de controlo interno:

- Controlo estratégico,
- Controlo de gestão, realçando-se subsistemas de controlo de segurança e saúde, técnico e financeiro,
- Controlo operacional.

A redundância sistêmica é assegurada pelas Auditorias, Interna e Externa, e pelo sistema de comunicação de irregularidades.

A Gestão dos Riscos é uma responsabilidade nuclear de toda a estrutura de gestão da Cimpor, visando a identificação atempada dos principais riscos e oportunidades que se deparam à empresa e o estudo, deliberação e realização das medidas convenientes.

Cabe especialmente às holdings Cimpor SGPS e Cimpor Inversiones a gestão dos riscos financeiros suscetíveis de cobertura específica.

A operacionalização destes sistemas é responsabilidade primacial da estrutura hierárquica, desdobrando-se em níveis sucessivos de responsabilidade pelo Conselho de Administração e sua Comissão Executiva, *Management Committee*, *Business Area Executive Committees* e estruturas operacionais e de suporte.

Adicionalmente têm particulares responsabilidades na identificação, análise e mensuração e gestão dos riscos de saúde e segurança, técnicos e operacionais e do parque industrial da Cimpor a Direção de Saúde e Segurança, a Cimpor Tec, quanto à atividade cimenteira, e o Centro de Competências de Betões, Agregados e Argamassas.

Ao nível das áreas de suporte corporativo, três órgãos têm especiais responsabilidades na gestão do risco, e em particular da vertente financeira, a saber:

Direção Financeira – responsável, entre outras atribuições, pela gestão dos riscos de natureza financeira, incluindo os riscos de taxa, de duração, de liquidez, cambiais e de contraparte.

Área de Seguros – responsável pelos programas globais de seguro da Cimpor e pela coordenação das práticas do grupo nas restantes coberturas.

Direção de Auditoria Interna, que, interagindo com o Conselho de Administração

e com o Conselho Fiscal da Cimpor (a quem reporta respetivamente em termos hierárquicos e funcionais), está incumbida de zelar não só pela adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno em todas as áreas do Grupo, como também pelo bom desempenho dos referidos sistemas.

São funções desta Direção, designadamente:

- Realizar trabalhos de auditoria financeira, administrativa e patrimonial;
- Certificar os resultados em função da estratégia e dos objetivos fixados;
- Examinar e assegurar o cumprimento das políticas definidas, dos planos estabelecidos e dos procedimentos, leis e regulamentos aplicáveis;
- Verificar os poderes e responsabilidades estabelecidos no Grupo e o respetivo grau de formalização;
- Acompanhar o desenvolvimento ou alteração de operações, programas, sistemas e controlos;
- Verificar a custódia, existência física e valorimetria dos ativos;
- Executar as tarefas de auditoria operacional (em particular nas áreas de comercialização, produção, investimentos, conservação e pessoal);
- Avaliar o nível do respetivo controlo de gestão;
- Recomendar as medidas de correção julgadas convenientes;
- Verificar se as deficiências reportadas foram devidamente corrigidas;
- Efetuar os trabalhos de auditoria informática;
- Avaliar a fiabilidade e integridade da informação e os diversos meios utilizados para a identificar, tratar e divulgar; e
- Analisar os sistemas de informação existentes, designadamente nos aspetos de segurança, controlos básicos programados e atualidade dos manuais dos utilizadores.

Os diferentes responsáveis operacionais são igualmente responsáveis pela conceção e implementação dos mecanismos de controlo de risco considerados mais adequados, sendo a eficiência destes últimos periodicamente avaliada – através da respetiva Direção de Auditoria Interna – no cumprimento de um plano, preparado e desenvolvido anualmente, de auditorias financeiras e aos sistemas de informação, de processo e de conformidade com os procedimentos aprovados.

No que toca designadamente ao sistema de controlo interno relativo à preparação e divulgação de informação financeira, este é assegurado conjuntamente pela Direção de Planeamento e Controlo - com os contributos das diversas Unidades do Grupo -, e pelas Direções de Auditoria Interna e Relações com Investidores, cabendo a definição de objetivos, supervisão, avaliação de efetividade e de melhoria contínua das atividades desenvolvidas ao Presidente da Comissão Executiva e Administrador executivo com o pelouro financeiro.

No que toca à vertente de divulgação de informação financeira, esta ocorre sempre que a avaliação do impacto ou da natureza da mesma leve à sua tipificação, consoante o caso, pela Comissão Executiva ou Administrador executivo com o pelouro financeiro, como um dos tipos legais sujeitos a divulgação cabendo à Direção de Relações com Investidores a sua pronta publicação.

Sem prejuízo da assunção do objetivo de revisão para aperfeiçoamento deste conjunto sistémico, este tem-se mostrado eficaz.

II.6. Responsabilidade da Administração e Fiscalização nos Sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Riscos

A criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna é da competência do Conselho de Administração - e da sua Comissão Executiva, na medida das suas competências delegadas -, cabendo por seu turno ao Conselho Fiscal a fiscalização da eficácia dos mesmos, a avaliação do seu funcionamento e propor o seu ajustamento às necessidades da Sociedade.

II.7. Regulamentos de Funcionamento dos Órgãos da Sociedade

Para além das disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades comerciais, às sociedades com o capital aberto ao investimento público e aos mercados de valores mobiliários, o funcionamento dos órgãos da Sociedade é pautado pelas disposições previstas no Regulamento do Conselho de Administração, Regulamento do Conselho Fiscal e Código de Ética adotado pelo Grupo Cimpor, disponíveis para consulta em www.cimpor.com. A atuação do Revisor Oficial de Contas é ainda pautada por normas profissionais específicas.

Não existem outras regras internas relativas a incompatibilidades ou a número máximo de cargos acumuláveis aplicáveis aos órgãos de administração e fiscalização da Cimpor.

SECÇÃO II. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

II.8. Mecanismos de Coordenação dos Trabalhos dos Membros Não Executivos

O Presidente do Conselho de Administração da Cimpor não exerce funções executivas.

II.9. Identificação dos Principais Riscos Económicos, Financeiros e Jurídicos a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade

Riscos de negócio e de mercado

O conjunto de resultados e a rentabilidade da Cimpor podem ser afetados negativamente por uma quebra continuada da atividade de construção, quer à escala global quer num mercado significativo onde opere.

O negócio da Cimpor é sensível a fatores como o crescimento do PIB, os investimentos em infraestruturas e atividade de construção, esta decorrente das necessidades habitacionais e do investimento em espaços comerciais e escritórios. Uma desaceleração económica pode levar a uma recessão no setor da construção e, conseqüentemente, na produção de cimento. A agitação no sector financeiro, intensificada no segundo semestre de 2008, teve um impacto negativo na economia real global, principalmente em 2009, com a redução da procura de cimento e um decréscimo de preços em mercados maduros e alguns mercados emergentes. Alguns dos mercados da Cimpor, como Portugal, Espanha e Turquia, foram afetados por esta agitação sem precedentes. Durante 2011 as atividades e resultados da Cimpor foram particularmente afetados pelo agravamento da situação económica portuguesa associado ao pedido de auxílio financeiro

e pela turbulência e contração do mercado associados à “Primavera Árabe”, particularmente no Egito.

A diversificada presença geográfica da Cimpor contribuiu historicamente para a estabilidade dos seus resultados, dado que os momentos de declínio cíclico em mercados individuais foram compensados por crescimento noutros mercados. Mas apesar de os doze países onde a Cimpor opera terem sido afetados de forma diferente pela recente desaceleração na economia global, não existem garantias de que um enfraquecimento do crescimento económico não afete globalmente o mercado de construção ou que as condições económicas negativas em uma ou mais regiões não afetem os mercados de construção em alguns países.

Riscos de concorrência

A Cimpor concorre em cada um dos seus mercados com concorrentes locais e estrangeiros, bem como com importadores. Em resultado disso, os preços que a Cimpor proporciona aos seus clientes não são, em regra, materialmente diferentes dos preços praticados por produtores dos mesmos produtos concorrentes nos mesmos mercados. Deste modo, a rentabilidade das operações da Cimpor está bastante dependente do nível de procura de tais produtos, mas também da sua capacidade de controlo da eficiência e dos custos operacionais.

Os preços nestes segmentos estão sujeitos a alterações significativas em relação a flutuações relativamente menores na oferta e na procura, condições económicas gerais e outras condições de mercado que estejam para além do controlo da Cimpor. Consequentemente, a Cimpor pode deparar-se com declínios de preços, margens ou volumes de vendas no futuro que poderão ter um efeito adverso materialmente relevante nos respetivos resultados.

Aumentos de capacidade efetuados por concorrentes sem que sejam acompanhados por um aumento na procura podem resultar em excesso de oferta em algumas regiões, pressionando negativamente os preços de venda e reduzindo as margens. Desde 1994 que os reguladores de concorrência e antimonopólio têm vindo a aumentar o escrutínio feito à indústria do cimento, sancionando

pecuniariamente empresas que estejam envolvidas em práticas ilegais de cartelização ou noutras práticas de concorrência desleal.

As empresas da Cimpor no Brasil e na África do Sul encontram-se presentemente sujeitas a investigação e processo por autoridades de concorrência, sendo que a Cimpor não pode prever com toda a certeza o resultado destas ações judiciais ou investigações pendentes, nem assegurar de qualquer forma que outras empresas suas subsidiárias não serão sujeitas a outras investigações por parte de autoridades de concorrência.

É convicção da Cimpor que as práticas e políticas que regem a sua atividade são conformes às leis e regulamentos de concorrência e antimonopólio em vigor nas várias jurisdições onde opera.

Riscos de disponibilidade de matérias-primas

Em cada uma das suas Unidades de Negócio, o sucesso de longo prazo da Cimpor depende da sua capacidade de assegurar matérias-primas em quantidade suficiente, incluindo calcário, gesso e outros materiais necessários à produção de clínquer e cimento, disponíveis em pedreiras localizadas perto das diferentes unidades industriais. O calcário é normalmente obtido através da exploração das pedreiras detidas pela Cimpor ou alugadas, com um período de vida útil mínimo de 50 a 100 anos. Em alguns casos, a Cimpor poderá deparar-se com o risco de esgotamento de matérias-primas em algumas pedreiras, nomeadamente em matéria de calcário e de anulação de contratos de aluguer de pedreiras, forçando o grupo a encontrar novas jazidas mais distantes das suas unidades fabris, acarretando um impacto correspondente em termos de custos de extração e transporte das matérias-primas. Estes casos podem causar um efeito adverso na capacidade da Cimpor atingir os seus objetivos de produção.

Riscos de aumento de custos energéticos

Os resultados operacionais da Cimpor são significativamente afetados pelos movimentos dos preços da energia. Os preços energéticos aumentaram significativamente no último ano e poderão variar significativamente no futuro,

principalmente devido às forças de mercado e a outros fatores fora do controlo da Cimpor. A Cimpor procura proteger-se contra o risco de inflação dos preços energéticos através da diversificação de fontes de combustível, uso de combustíveis alternativos, da capacidade de repasse total ou parcial dos aumentos de custos para o cliente final e através do uso de contratos de fornecimento de longo prazo para certas necessidades energéticas. A Cimpor procura também produzir diferentes tipos de cimento com menor incorporação de clínquer, substituindo-o por outros componentes minerais tais como cinzas volantes, escórias, pozolanas e calcário.

Riscos de regulação

Os negócios da Cimpor são afetados por leis e regulamentos, incluindo regulamentação relativa à concessão de pedreiras, licenças de exploração, regulação ambiental, recuperação paisagística de pedreiras, preços controlados, proibições de exportações e pagamento de taxas pelas licenças de novas fábricas. A Cimpor acredita estar na posse de, e/ou ter apresentado pedidos totalmente viáveis de obtenção de todas as licenças e autorizações materiais necessárias para a condução das suas operações fabris e de exploração.

Contudo, a Cimpor não pode assegurar que a regulação presente ou futura e o cumprimento dessa mesma regulação não terão um efeito adverso significativo na sua atividade.

Riscos ambientais

As atividades das empresas produtoras e comercializadoras de cimento estão sujeitas a inúmeras leis ambientais nacionais e internacionais, regulamentos, tratados e convenções, incluindo aqueles que regulam a descarga de materiais para o ambiente, que obrigam à remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem, particularmente na União Europeia, os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

As regulamentações ambientais em vigor poderão ser alteradas ou modificadas, podendo ser introduzidas novas regras ambientais, reduzindo ou regulando as

operações da indústria do cimento nas várias jurisdições onde a Cimpor atua. Na União Europeia, a regulação ambiental presentemente em vigor dá particular ênfase à emissão de CO₂ pela indústria, a qual, no setor cimenteiro, resulta primariamente do processo químico de fabricação de clínquer e da combustão de combustíveis fósseis.

Em resultado do Protocolo de Kyoto, a União Europeia introduziu um teto nas emissões de CO₂ que entrou em vigor desde 1 de janeiro de 2005. Este teto aplica-se apenas às atividades da Cimpor em Portugal e Espanha; a Empresa recebe licenças dos respetivos Governos que estipulam os limites de emissão de dióxido de carbono.

A política da Cimpor relativamente às emissões de CO₂ tem sido a de ajustar os níveis de produção de clínquer em Portugal e Espanha em linha com os direitos atribuídos, limitando assim a necessidade de compra ou venda de licenças adicionais no mercado. É de realçar que a Cimpor tem procurado por via da exportação de clínquer para mercados emergentes uma forma de compensar a quebra acentuada registada nas vendas de cimento no mercado Ibérico.

Para o período de 2008 a 2012, as empresas da Cimpor que atuam em Portugal e Espanha receberam aproximadamente as mesmas licenças que foram recebidas no período anterior (de 2003 a 2007). Este facto permitiria a estas entidades produzir um nível semelhante de clínquer ao do período anterior. A partir de 2013 é já sabido que a União Europeia vai reduzir o volume de licenças emitidas para o sector, não sendo de afastar que o custo de licenças de emissão de CO₂ suba proporcionalmente a essa redução, no cenário de uma retoma económica generalizada a nível europeu. Em ligação com uma menor alocação de licenças, existe o risco de a Cimpor ter de comprar licenças de emissão adicionais ou de reduzir a produção de clínquer em Portugal e Espanha. Certos mercados emergentes onde a Cimpor está presente ainda não têm legislação que obrigue à redução de emissões de CO₂, à exceção da África do Sul onde está prevista a introdução de uma “taxa de carbono”, mas o Protocolo de Kyoto cria incentivos financeiros e promove mecanismos de desenvolvimento limpos também nessas regiões. A implementação de crescentes, variados e imprevisíveis sistemas de regulação em diferentes partes do Mundo, em particular na União Europeia,

poderá afetar a competitividade internacional e, em última instância, embora não seja admitido um tal cenário, levar à descontinuação do uso dos ativos. Embora a Cimpor admita ser capaz, com algum esforço, de ir ao encontro dos objetivos atualmente conhecidos relativos às emissões de CO₂, não está em condições de assegurar que será capaz de cumprir objetivos, até à data desconhecidos, que venham a ser impostos sobre a indústria cimenteira por reguladores externos. Além disso, regulação adicional e/ou nova regulação nesta área, tal como a imposição de limites ainda mais baixos dos presentemente permitidos, poderá ser promulgada, o que poderá ter impacto negativo significativo nos resultados da Cimpor e do setor sujeito a este tipo de regulamentação.

Ainda ao nível da União Europeia (UE), a Diretiva de Responsabilidade Ambiental, de Abril de 2004, que tem entre os seus principais objetivos a aplicação do princípio do «poluidor-pagador», estabelece um quadro comum de responsabilidade que visa prevenir e reparar os danos causados aos animais, plantas, habitats naturais e recursos hídricos, assim como ao solo. Apesar do elevado grau de conformidade das nossas fábricas, a transposição dessa diretiva para os direitos português e espanhol exige que a Cimpor avalie os riscos, tome diretamente, caucione ou financie as necessárias medidas adicionais de prevenção ou reparação de forma a prevenir o pagamento de penalidades por culpa ou negligência decorrentes da sua atividade, o que tem vindo e continuará a ser feito.

A União Europeia (UE), através da Diretiva, de Novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição) definiu as obrigações que as atividades industriais com um maior potencial de poluição devem respeitar, com o objetivo de evitar ou minimizar as emissões poluentes na atmosfera, água e solo, assim como os resíduos provenientes de instalações industriais e agrícolas, e, dessa forma, alcançar um elevado nível de proteção do meio-ambiente e da saúde. Nesse sentido, estabeleceu um procedimento de autorização e fixou requisitos, concretamente em termos de emissões. A autorização deve prever as medidas necessárias para assegurar o cumprimento dos requisitos fundamentais do operador e das normas de qualidade ambiental que poderão, também, exigir alguns investimentos adicionais, embora as fábricas na península ibérica disponham de tecnologias avançadas e respeitem as

indicações do BREF (*Reference Document on Best Available Techniques*) para o controlo das respetivas emissões industriais.

A Cimpor, como parte da sua estratégia, utiliza cada vez mais combustíveis alternativos de forma a mitigar a volatilidade dos preços dos combustíveis convencionais nos mercados internacionais e de reduzir as emissões de CO₂, os quais, em alguns casos, apesar da minimização de impactos e absoluta segurança do processo, podem requerer que a empresa tome medidas especiais de informação, diálogo com as partes interessadas, incluindo os seus colaboradores e populações locais, face aos receios que, por vezes, se suscitam da parte dos municípios e munícipes.

Riscos de saúde e segurança

Dada a natureza do sector onde a Cimpor atua, existe o risco de acidentes ou de atuações impróprias. Ainda que a Cimpor invista recursos significativos em medidas de saúde ocupacional e segurança, os acidentes graves continuam a verificar-se, em parte devido às crescentes atividades da Cimpor em mercados emergentes, onde o cumprimento de práticas e regras de segurança é mais difícil de assegurar do que nos mercados mais desenvolvidos.

Não obstante as medidas tomadas ou que possam vir a ser adotadas pela Cimpor, não existe a garantia que não ocorrerão acidentes ou atuações impróprias e, caso ocorram, não existe a garantia que tais acidentes ou atuações impróprias não serão prejudiciais ao meio ambiente e/ou ao pessoal da Cimpor e subcontratado. Este facto poderá resultar num efeito adverso nos resultados da Cimpor e na sua reputação.

Riscos de mercados emergentes

A expansão da Cimpor para mercados emergentes, onde estão localizados mais de 80% do total da produção, expõe-na a riscos políticos, incluindo o de nacionalização e expropriação de ativos, riscos associados a enquadramentos legais e fiscais, riscos relacionados com a volatilidade do PIB das várias economias emergentes, inflação, taxas de juro e de câmbio, controlo de preços, proibições de exportações, taxas de licenciamento de construção de novas fábricas, restrições à circulação monetária e repatriamento de capital, e dificuldades na atração de

gestores e colaboradores qualificados. Estes riscos podem afetar negativamente a situação financeira e resultados das operações da Cimpor.

Riscos cambiais

Devido à sua exposição a mercados emergentes, a Cimpor enfrenta riscos cambiais decorrentes das várias divisas, uma vez que as variações nas taxas de câmbio exercem uma influência significativa nos resultados e na situação financeira do Grupo. A conversão das demonstrações financeiras locais para a divisa na qual a Cimpor apresenta resultados (Euro) conduz a efeitos de conversão cambial que a Cimpor normalmente não cobre ativamente.

Adicionalmente, o balanço é apenas parcialmente coberto pela contratação de financiamentos em divisa estrangeira e, conseqüentemente, um decréscimo significativo no valor agregado de tais divisas contra o Euro poderá ter um efeito materialmente relevante no Capital Próprio da Cimpor. Das referidas flutuações cambiais podem também advir reconhecimentos de perdas cambiais nas operações, os quais serão refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Cimpor.

À parte a cobertura natural decorrente de, sempre que possível, a Cimpor procurar financiar-se na moeda funcional ou de referência das jurisdições onde possui os seus investimentos e operações, não é prática da Cimpor a realização de operações activas de cobertura desses seus investimentos, dado que, regra geral, o elevado custo das mesmas não justifica a sua contratação.

Riscos de investimento

Os investimentos da Cimpor em ativos fixos incluem investimentos de manutenção das fábricas existentes e investimentos de expansão relacionados com projetos de implementação de crescimento orgânico, bem como com a aquisição de novos negócios.

Como parte integrante da sua estratégia de crescimento, a Cimpor fez, e no futuro poderá fazer, aquisições seletivas para fortalecer e desenvolver o seu *portfolio*, particularmente em áreas geográficas que acredita estarem a crescer e que tenham fortes sinergias com as atividades existentes. O sucesso na implementação

desta estratégia de aquisições depende de um conjunto de fatores, incluindo a capacidade de a Cimpor identificar as oportunidades adequadas, acordar os preços apropriados e aceder ao financiamento necessário. Poderão também existir dificuldades substanciais ou atrasos na integração e criação de valor acrescentado nos negócios adquiridos ou a adquirir pela Cimpor.

Os custos de integração podem ser significativamente mais altos que o previsto e a Cimpor poderá não alcançar as sinergias esperadas em tais aquisições, o que poderá levar a um efeito negativo nos resultados. A Cimpor pode estar sujeita a outros riscos, tais como a assunção de passivos inesperados ou acima do esperado relacionados com ativos ou negócios adquiridos e a possibilidade de a responsabilização dos vendedores de tais ativos ser inexistente, imprevisível ou insuficiente para cobrir todos os potenciais passivos.

Riscos logísticos

A Cimpor conta com serviços prestados por terceiros para o transporte dos seus produtos para os seus clientes. A capacidade de a Cimpor servir os clientes a custos razoáveis depende, em muitos casos, da sua capacidade de negociação com fornecedores, incluindo operadores ferroviários, rodoviários e marítimos. Devido ao elevado peso dos seus produtos, a Cimpor incorre em custos de transporte substanciais. Na medida em que os fornecedores logísticos aumentem os seus fretes, a Cimpor pode ser forçada a suportar esses aumentos antes de poder imputá-los ao cliente final, admitindo que o consegue fazer. A Cimpor possui e opera uma pequena frota de navios de transporte como forma de limitar o impacto de qualquer eventual aumento dos fretes de cimento, clínquer e *petcoke*.

Riscos de financiamento

A capacidade da Cimpor se financiar junto de entidades bancárias ou no mercado de capitais está dependente de condições de mercado favoráveis. A recente crise financeira limitou a capacidade das empresas acederem aos fundos necessários, principalmente no que respeita a financiamento bancário, e a custos acrescidos de financiamento devido ao alargamento dos *spreads*. Este abrandamento do mercado pode afetar de forma adversa a capacidade da Cimpor em contrair empréstimos junto de entidades bancárias ou do mercado

de capitais e pode aumentar significativamente os custos de tais empréstimos. No caso de não existirem fontes de financiamento suficientes, por estas ou outras razões, a Cimpor pode ser impossibilitada de ir de encontro às suas necessidades de financiamento, o que pode levar a que os seus resultados e situação financeira sejam materialmente afetados de forma negativa.

Riscos de *rating* da Cimpor

A capacidade da Cimpor competir com sucesso no mercado de financiamento depende de variados fatores, incluindo a sua estabilidade financeira, refletida nos seus resultados operacionais, e *ratings* de crédito atribuídos por agências de crédito internacionalmente reconhecidas. Consequentemente, um *downgrade* nos *ratings* de crédito pode ter um impacto na capacidade de levantamento de fundos por parte da Cimpor, podendo isso afetar os seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

O presente *rating* da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. e da Cimpor Inversiones, S.A.U., atribuído pela Standard & Poor's, é de BBB- com um *outlook* estável. Em setembro de 2011, a mesma agência reafirmou este *rating* para ambas as sociedades, assegurando-lhes o estatuto de "*investment grade*".

No caso específico da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., aquela agência além de considerar "adequado" o nível de liquidez desta companhia revelou também ter qualificado como "baixa" a sua exposição ao risco soberano de Portugal. Na prática, esta qualificação permite que o "*rating*" da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. possa ser até seis ou cinco "*notches*" superior ao "*rating*" de Portugal, consoante este seja "*investment grade*" ou não.

Os *ratings* de crédito são passíveis de ser alterados a qualquer momento e, em virtude do acima descrito, o *rating* de crédito da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. pode sofrer um *downgrade* em qualquer momento.

Riscos de imparidades

A indústria do cimento e, em menor grau, as indústrias do betão e agregados

caracterizam-se por serem muito capital intensivas, sendo que a maioria das aquisições implica um substancial *goodwill*, anualmente sujeito a testes de imparidades.

Anualmente a Cimpor avalia se existe alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar em situação de imparidade. Se tal indicação existir, o montante recuperável do ativo não financeiro em causa é estimado, de forma a determinar a extensão da perda por imparidade, se alguma. Se for determinado que o montante recuperável de um ativo não financeiro é inferior ao montante registado em balanço, o valor de registo em balanço do ativo é reduzido ao valor apurado como montante recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na Demonstração de Resultados e podem, portanto, ter um efeito materialmente relevante nos resultados da Cimpor.

Riscos fiscais

A Cimpor pode ser afetada negativamente por via de alterações ao enquadramento fiscal nos países onde atua, não tendo qualquer espécie de controlo sobre tais alterações, ou alterações de interpretação da legislação tributária por parte de qualquer autoridade fiscal. Alterações significativas na legislação tributária ou dificuldades de implementação ou cumprimento de nova legislação tributária podem gerar um efeito adverso nos negócios da Cimpor, sua condição financeira e resultados operacionais.

Riscos de interrupção de negócio

Como consequência da natureza capital intensiva da indústria do cimento, interrupções na disponibilidade em qualquer fábrica podem levar a um declínio significativo da produtividade e resultados operacionais durante o período afetado. Os processos de fabrico do cimento estão dependentes de peças vitais de equipamento, tais como trituradores de matéria-prima, fornos para a produção de clínquer e moinhos para o cimento. Este equipamento pode, ocasionalmente estar fora de serviço em resultado de greves, falhas inesperadas, acidentes ou acontecimentos de força maior. Adicionalmente existe o risco de o equipamento ou as unidades de produção serem danificados ou destruídos no decorrer de tais acontecimentos.

Riscos de litígio

A Cimpor está e poderá estar envolvida no futuro, no decurso normal das suas atividades, em ações judiciais, reclamações, investigações e processos, incluindo matérias de responsabilidade de produto, propriedade, comerciais, saúde e segurança e processos fiscais. Tais processos podem ter um efeito negativo nos ativos, situação financeira e resultados operacionais da Cimpor.

Riscos de cobertura de seguro

A política de gestão de risco operacional da Cimpor é levada a cabo por uma empresa de resseguros – Cimpor Reinsurance, S.A. – a qual está sediada no Luxemburgo e é detida a cem por cento pela Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. Esta entidade assume diretamente todos os riscos de danos materiais e avaria de maquinaria com limites compensatórios de até 3 milhões de euros por cada evento segurado e riscos de terceiros e de produto de até 250 mil euros por evento coberto, sendo, em cada caso, o excesso coberto por empresas de resseguros internacionais.

Algumas localizações da Cimpor na Península Ibérica e em alguns países da bacia do Mediterrâneo estão expostas a riscos acrescidos de terremotos e outros desastres naturais. A Cimpor não tem qualquer cobertura de seguro no que respeita a atos de terrorismo.

No caso da existência de danos às propriedades, fábricas e equipamento da Cimpor, para além de responsabilidade relativa a terceiros, para as quais a Cimpor não disponha de cobertura de seguro ou tenha cobertura insuficiente, as operações e a situação financeira da Cimpor podem ser afetadas.

Riscos de colaboradores chave

O desenvolvimento das atividades da Cimpor e, em particular, a sua evolução tecnológica e diversificação geográfica dependem da capacidade de atração e retenção de pessoal qualificado e motivado.

A concorrência por pessoal com essas características tem vindo a aumentar em anos recentes, criando dificuldades na obtenção ou retenção do referido pessoal. A perda de colaboradores, particularmente de pessoas em posições chave ou ao

nível da administração, ou a escassez de pessoal podem ter um impacto negativo no desenvolvimento futuro da Cimpor e na sua capacidade de manutenção do nível necessário de *know-how*.

Riscos de tecnologia de informação e comunicação

A eficiência e continuidade das operações dos computadores, aparelhos de telecomunicações e sistemas de processamento de dados da Cimpor são essenciais para a atividade continuada das suas unidades fabris, vendas e todos os serviços de suporte, incluindo processamento de salários, contabilidade, planeamento e área financeira. Na medida em que estes sistemas sejam afetados por distúrbios, danos, falhas elétricas, vírus informáticos, incêndios e eventos similares, pode daí advir um impacto adverso significativo na Cimpor e, em consequência, podem ser afetadas negativamente as suas operações e situação financeira.

II.10. Poderes do Órgão de Administração, nomeadamente no que respeita a Deliberações de Aumento de Capital

Os poderes do Conselho de Administração são aqueles que lhe são conferidos pelo Código das Sociedades Comerciais, enquanto órgão de administração, com exclusivos e plenos poderes de representação da Sociedade, competindo-lhe gerir as atividades desta, devendo subordinar-se às deliberações dos acionistas ou às intervenções do Conselho Fiscal, nos casos em que a lei ou os Estatutos o determinem.

Em acréscimo, nos termos dos estatutos²¹, o Conselho de Administração tem poderes para:

- (i) aumentar o capital social, por entradas em dinheiro, com direito de preferência para os acionistas, até o mesmo perfazer o montante de mil milhões de euros;
- (ii) emitir *warrants* autónomos sobre valores mobiliários próprios (podendo aqueles conferir o direito à subscrição ou aquisição de ações da Sociedade até ao referido limite de mil milhões de euros).

²¹ artigos 4.º e 5.º

II.11. Política de Rotação de Pelouros no Conselho de Administração – Designação e Substituição de Membros

II.11.1. Política de Rotação dos Pelouros

A Comissão Executiva exerce colegialmente os poderes que lhe estão delegados. Contudo, por deliberação do Conselho de Administração foi cometida a cada um dos seus membros a responsabilidade de acompanhamento de determinadas áreas funcionais (“pelouros”).

A atribuição de pelouros, e portanto a sua eventual rotação, atende às necessidades da Sociedade tendo em conta a sua estrutura de Governo Societário, estrutura das sociedades que integram o Grupo, dimensão, dispersão geográfica (com investimentos efetivos em doze países de quatro continentes), variedade de mercados em que a Sociedade atua, sistemas de informação de que dispõe, sofisticação tecnológica, estruturas de staffing e processos decisórios, procurando, face aos perfis de formação, liderança e técnico e de experiência dos Administradores executivos o melhor compromisso para criação de valor.

O pelouro financeiro, encontra-se atribuído a António Carlos Custódio de Morais Varela, o qual exerce estas funções no âmbito do seu primeiro mandato, pelo que não é relevante a recomendação II.2.5. do Código do Governo.

II.11.2. Regras sobre Designação e Substituição dos Membros do Conselho de Administração

Conforme previsto nos estatutos²², o Conselho de Administração é composto por cinco a quinze membros eleitos, por mandatos de três anos, pela Assembleia Geral que designará também o seu presidente.

Os estatutos não preveem regras específicas para a substituição dos membros do Conselho de Administração, prevendo-se apenas (i) que, no decurso de um mandato, o seu número possa ser alterado (dentro dos limites estatutários)²³ e (ii) regras quanto à substituição por falta definitiva²⁴.

De acordo com os estatutos²⁵, em caso de três faltas seguidas ou de cinco faltas

22 n.os 1 e 2 do artigo 11.º e n.º 2 do artigo 6.º

23 n.º 4 do artigo 6.º

24 n.º 6 do artigo 11.º

25 n.º 6 do artigo 11.º

interpoladas, no decurso de um mandato, a reuniões ordinárias do Conselho de Administração, por parte de qualquer dos seus membros, sem justificação aceite pelo próprio Conselho, verificar-se-á uma falta definitiva do Administrador em causa, a qual deverá ser declarada por aquele órgão. Nem os estatutos nem o Regulamento do Conselho de Administração definem regras específicas de substituição em caso de falta definitiva pelo que se aplica apenas o disposto no Código das Sociedades Comerciais²⁶ para este efeito.

Os estatutos preveem contudo que, ocorrendo uma eleição suplementar ou substituição, o termo do mandato do(s) membro(s) assim eleito(s) coincidirá com o dos demais Administradores.

Nas ausências e impedimentos temporários do Presidente, as suas funções serão desempenhadas pelo Administrador vogal em quem o Presidente tenha delegado a representação ou, não sendo esse o caso, pelo Administrador vogal que venha a ser designado pela maioria dos restantes membros do Conselho. Em qualquer dos casos, a este Administrador vogal competirá exercer todas as funções inerentes ao cargo de Presidente do Conselho, na reunião em apreço, incluindo o voto de qualidade.

II.11.3. Regras sobre Designação e Substituição dos Membros do Conselho Fiscal

Conforme previsto nos estatutos²⁷, o Conselho de Fiscal é composto por três membros efetivos e um suplente eleitos, por mandatos de três anos, pela Assembleia Geral.

Por outro lado, o regulamento do Conselho Fiscal²⁸, define ainda que este órgão deverá ser composto por uma maioria de membros independentes e que compete ao Conselho Fiscal designar o seu Presidente, caso a Assembleia Geral não o tenha feito.

Não existem quaisquer regras específicas para a substituição dos membros do Conselho Fiscal, aplicando-se as normas legais a este propósito e prevendo-se apenas no n.º 4 do artigo 6.º dos estatutos que, no decurso de um mandato, o seu número possa ser alterado (dentro dos limites estatutários).

26 artigo 393.º

27 n.º 2 do artigo 6.º e n.º 2 do artigo 17.º

28 artigo 4.º

Ocorrendo uma eleição suplementar ou substituição neste órgão, o termo do mandato do(s) membro(s) assim eleito(s) coincidirá com o dos demais membros.

II.12. Número de Reuniões dos Órgãos de Administração e Fiscalização, bem como referência à realização de Atas dessas Reuniões

Durante o ano de 2011, o Conselho de Administração reuniu por 17 vezes, tendo lavrado atas das respectivas reuniões que foram devidamente remetidas ao Conselho Fiscal.

Durante o ano de 2011, o Conselho Fiscal realizou 14 reuniões, das quais lavrou atas.

II.13. Número de Reuniões da Comissão Executiva e envio de respectivas Atas e Convocatórias

Durante o ano de 2011, a Comissão Executiva reuniu por 43 vezes, lavrando atas das respectivas reuniões. Conforme referido no ponto II.3.2 supra, o Presidente da Comissão Executiva remeteu aos membros do Conselho de Administração e ao Presidente do Conselho Fiscal as atas e convocatórias das respectivas reuniões.

II.14. Membros Executivos e Não Executivos – Regras de Incompatibilidade e Critérios de Independência

O Conselho de Administração inclui um número de membros não executivos que garante a efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos. Assim, a 31 de dezembro de 2011, a maioria dos membros do Conselho de Administração da Cimpor (onze num total de quinze) eram Administradores não executivos.

A composição da Comissão Executiva é apresentada no ponto II.2.2 supra deste Relatório.

De entre os restantes membros do Conselho de Administração, são considerados não independentes os membros não executivos que, à luz dos critérios previstos no Código das Sociedades Comerciais²⁹, se lhes fossem aplicáveis, seriam considerados incompatíveis ou não independentes conforme para cada caso se explicita:

Não independência por aplicação de “critério de incompatibilidade”:

Por se encontrarem vinculados a interesses de sociedades concorrentes ou por desempenharem funções de administração em mais de cinco sociedades, conforme previsto nas alíneas f) e h) do n.º 1 do artigo 414ºA do Código das Sociedades Comerciais, conforme descrição de atividades apresentada no anexo I deste Relatório.

Administrador	Art.º 414.º A do CSC	
	f)	h)
José Manuel Baptista Fino		X
Jorge Humberto Correia Tomé ⁽¹⁾		X
Albrecht Curt Reuter Domenech	X	X
José Édison Barros Franco	X	X
Walter Schalka	X	
Paulo Henrique de Oliveira Santos	X	

⁽¹⁾ Apresentou renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração da Cimpor em fevereiro de 2012

Não independência por aplicação de “critério de independência”:

Por desempenharem funções em titulares de Participação Qualificada, conforme abaixo se indica:

Administrador	Titulares de Participação Qualificada (alínea a) do n.º 5 do Art.º 414 do CSC
José Manuel Baptista Fino	Investifino
Jorge Humberto Correia Tomé ⁽¹⁾	Caixa Geral de Depósitos
Albrecht Curt Reuter Domenech	Grupo Camargo Corrêa
João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo	Millennium BCP
José Édison Barros Franco	Grupo Camargo Corrêa
Walter Schalka	Grupo Votorantim
Paulo Henrique de Oliveira Santos	Grupo Votorantim

⁽¹⁾ Apresentou renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração da Cimpor em fevereiro de 2012

²⁹ Critérios de incompatibilidade e independência previstos pelo Código das Sociedades Comerciais para membros do Conselho Fiscal, Fiscal Único ou Revisor Oficial de Contas nos artigos 414º.A (nº1, exceto alínea b) e 414º (nº5).

Por conseguinte, um quinto dos membros do Conselho de Administração são Administradores não executivos independentes, o que se considera ser um número adequado, atendendo à existência de um Conselho Fiscal, à estrutura acionista da Cimpor, à diversidade de qualificações dos restantes membros não executivos e a serem todos os membros executivos profissionais independentes a exercer funções a esse título, bem como à limitada participação do *free float* no capital da Sociedade (cerca de 16%).

Administradores Não Executivos Independentes

Manuel Luís Barata de Faria Blanc

António Sarmento Gomes Mota

José Neves Adelino

II.15. Regras para Avaliação da Independência dos Membros da Administração

A aferição da independência dos Administradores da Sociedade, baseia-se nos elementos facultados pelos próprios em cumprimento do disposto no Regulamento do Conselho de Administração³⁰, tendo por referência o elenco de situações previstas no n.º 5 do artigo 414.º e no n.º 1 do artigo 414.º-A (exceto a alínea b)), ambos do Código das Sociedades Comerciais.

II.16. Processo de Seleção de Candidatos a Administradores Não Executivos

A eleição do Conselho de Administração é efetuada em Assembleia Geral por listas de elementos selecionados pelo acionista ou acionistas proponentes (incidindo o voto apenas sobre estas). As listas são elaboradas pelos acionistas sem intervenção da Sociedade.

Os estatutos³¹ preveem a possibilidade de um dos membros do Conselho de Administração ser eleito entre pessoas propostas em listas (contendo, pelo menos, a identificação de duas pessoas elegíveis para o cargo) que sejam subscritas e apresentadas por grupos de acionistas (desde que estes não representem menos de 10% e mais de 20% do capital social e não podendo o mesmo acionista subscrever mais de uma lista). Existindo uma proposta nesse sentido, a eleição do

³⁰ n.º4 do artigo 6.º
³¹ artigo 12.º

referido Administrador é efetuada isoladamente e antes da eleição dos demais. Sendo apresentadas listas por mais do que um grupo, a votação incide sobre o conjunto das mesmas.

Dado o papel atribuído no Regulamento do Conselho de Administração, no caso de cooptações, à Comissão de Nomeações e Avaliação, o Presidente da Comissão Executiva, embora a integre, está impedido de participar e votar nestas deliberações para assegurar a não interferência pelos Administradores executivos nestes processos.

II.17. Descrição da Atividade dos Administradores Não Executivos

O Relatório anual de gestão descreve sucintamente a atividade dos Administradores não executivos relativamente à supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos Administradores executivos, referindo qualquer eventual constrangimento ocorrido.

A Cimpor celebrou um Acordo de Preservação de Reversibilidade da Operação (APRO) com o Conselho Administrativo de Defesa Económica (CADE) do Brasil, válido até decisão final do CADE sobre a entrada dos acionistas Camargo Corrêa, S.A. e Votorantim Cimentos, S.A. no capital da Cimpor. Este acordo impede os membros do Conselho de Administração relacionados com aqueles acionistas de receberem informação ou participarem na gestão das operações da Cimpor no Brasil, e prevê o cumprimento de obrigações de concorrência e de reporte de informação àquela mesma autoridade.

II.18. Qualificações Profissionais dos Membros do Conselho de Administração, a indicação das Atividades Profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de Ações da Sociedade de que são Titulares, data da primeira Designação e data do termo de Mandato

A presente atividade e os *curricula* dos membros do Conselho de Administração, número de ações da Sociedade por si detido e o ano da primeira designação e a data do termo do seu mandato são apresentados no Anexo I deste Relatório.

II.19. Funções que os Membros do Órgão de Administração exercem em outras Sociedades, discriminando-se as exercidas em outras Sociedades do Grupo

As funções exercidas noutras sociedades ou entidades pelos membros do Conselho de Administração encontram-se discriminadas no Anexo I deste Relatório.

SECÇÃO III. CONSELHO FISCAL

II.21. Identificação dos Membros do Conselho Fiscal, e cumprimento das regras de incompatibilidade e dos critérios de independência

De acordo com a respetiva autoavaliação:

- Todos os membros do Conselho Fiscal identificados em II.1.2. supra cumprem as regras de incompatibilidade previstas no Código das Sociedades Comerciais³².
- Os critérios de independência previstos no Código das Sociedades Comerciais³³ são cumpridos por dois dos três membros efetivos deste Conselho.

Por exercer funções há mais de três mandatos como Presidente do Conselho Fiscal, Ricardo José Minotti da Cruz-Filipe é qualificado como “não independente”, à luz do Código das Sociedades Comerciais³⁴.

II.22. Qualificações Profissionais dos Membros do Conselho Fiscal, a indicação das Atividades Profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de Ações da Sociedade de que são titulares, data da primeira Designação e data do termo de Mandato

A presente atividade e os *curricula* dos membros do Conselho Fiscal, número de ações da Sociedade por si detido, o ano da primeira designação e a data do termo do seu mandato são apresentados no Anexo I deste Relatório.

II.23. Funções que os Membros do Conselho Fiscal exercem em outras Sociedades, discriminando-se as exercidas em outras Sociedades do Grupo

As funções exercidas noutras sociedades ou entidades pelos membros do Conselho Fiscal encontram-se discriminadas no Anexo I deste Relatório.

II.24. Referência ao facto de o Conselho Fiscal avaliar anualmente o Auditor Externo e à possibilidade de proposta à Assembleia Geral de destituição do Auditor com justa causa

De acordo com o Regulamento do Conselho Fiscal³⁵, este representa a Sociedade, para todos os efeitos, junto do seu Auditor Externo, competindo-lhe designadamente:

- Propor a sua contratação, renovação do respetivo contrato e remuneração;
- Zelar para que dentro da Sociedade e das sociedades em relação de domínio ou de grupo, o Auditor Externo disponha de condições adequadas à respetiva prestação de serviços;
- Apreciar o conteúdo dos relatórios de auditoria, avaliar anualmente o Auditor Externo e propor a respetiva destituição à Assembleia Geral, sempre que se verifique justa causa para o efeito.

II.25. a II.28.

A informação prevista para estes itens pelo Regulamento nº 1/2010 da CMVM não é aplicável à Cimpor, tendo em conta que a Sociedade optou pela adoção de um modelo Monista Latino de Governo da Sociedade.

II.29. Política de Remuneração dos dirigentes da Sociedade.

A política global de remunerações da sociedade, englobando os órgãos de administração executiva e os quadros de topo da estrutura organizativa (“Alta Direção”) e de peso mais relevante no desempenho da sociedade, entre os quais os dirigentes na aceção do Código dos Valores Mobiliários³⁶, pauta-se pela observação de quatro princípios comuns:

- A estruturação da remuneração numa componente fixa, numa componente variável e na prestação de complementos pecuniários sob forma de

32 n.º1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais.

33 n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais.

34 Alínea b) do n.º 5 do artigo 414.º Código das Sociedades Comerciais.

35 n.º 4 do artigo 6.º do Regulamento do Conselho Fiscal

36 art.º 248.º-B

contribuições para fundos de pensões (no caso dos Administradores executivos, contribuições para PPR) e participação em planos de aquisição de ações e atribuição de opções;

- A prática de níveis de remuneração competitivos, atendendo a *benchmarking* local em cada país, que possibilitem a atração e retenção de talento, assegurando que a Cimpor disponha de profissionais qualificados e motivados;
- A coerência entre os objetivos e critérios de avaliação dos Administradores executivos e dos quadros de Alta Direção de modo a potenciar a criação de valor, o nível de integração de desempenho e, simultaneamente, a assegurar um adequado alinhamento em toda a estrutura diretiva da sociedade;
- A expatriação ser assumida como parte integrante da carreira profissional dos quadros da Cimpor, assegurando-lhes o ressarcimento das desvantagens de deslocalização.

A observação destes princípios promove o desempenho individual e global, valorizando a criação sustentável de valor para os acionistas.

Os dirigentes a que se refere o Código dos Valores Mobiliários³⁷ que não Administradores e membros do Conselho Fiscal estão integrados na Alta Direção, inexistindo outros colaboradores cuja atividade profissional possa ter um impacto relevante no perfil de risco da empresa e cuja remuneração contenha uma componente variável importante.

As particularidades da política de remuneração relativas aos órgãos de administração e fiscalização são apresentadas em II.30.

37 n.º 3 do artigo 248.º-B

SECÇÃO IV. REMUNERAÇÃO

II.30. Descrição da Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

Estabelecendo os estatutos que a política de remuneração, os montantes e modalidades das remunerações fixas e/ou variáveis e os montantes a serem pagos a titulares de órgãos sociais a título de compensação ou de indemnização pela cessação dos respetivos vínculos jurídicos, serão fixados, ouvida a Comissão de Nomeações e Avaliação, pela Assembleia Geral ou por uma Comissão de Fixação de Remunerações por aquela nomeada por períodos de três anos, a Assembleia Geral conferiu à Comissão de Fixação de Remunerações em maio de 2010 e até ao termo do mandato em curso (2009-2012) as atribuições legalmente previstas quanto a esta matéria.

Na Assembleia Geral de 2011, a Comissão de Fixação de Remunerações viu aprovada a sua Declaração Relativa à Política de Remunerações dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (“Declaração 2011”), que se anexa a este relatório.

Os domínios de intervenção da Comissão de Fixação de Remunerações e da Comissão de Nomeações e Avaliação encontram-se definidos, conforme dita a Declaração 2011:

“Competências da Comissão de Fixação de Remunerações:

- São as que lhe são cometidas pelas normas legais aplicáveis e pelos estatutos da Cimpor³⁸.
- Neste âmbito, compete à Comissão de Fixação de Remunerações decidir, designadamente, quanto a: (a) remunerações fixas dos órgãos de gestão e fiscalização; (b) remunerações variáveis a atribuir aos membros da Comissão Executiva (anual e plurianual); (c) contribuições para planos de reforma; e, (d) benefícios pecuniários de planos de aquisição de ações e/ou opções, que sejam aprovados pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração.

38 artigo 16º

- No que se refere à remuneração variável, a Comissão de Fixação de Remunerações decide com respeito pelo limite estabelecido no número seis [presentemente renumerado para um] do artigo 16º dos Estatutos, tendo em atenção as indicações que lhe sejam transmitidas pelos acionistas, designadamente, quanto aos seguintes parâmetros globais: limite máximo percentual das remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização nos custos de pessoal da empresa; variação anual das remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização; proporção da remuneração variável na remuneração total; e repartição da remuneração variável pelas componentes anual e plurianual.
- Nestes termos, quanto à remuneração variável, a Comissão de Fixação de Remunerações decidirá, tendo em atenção a avaliação de desempenho dos membros da Comissão Executiva, efetuada pela Comissão de Nomeações e Avaliação pelo CEO [Presidente da Comissão Executiva], assente em critérios tão objetivos e transparentes quanto possível, de modo a permitir a comparação com as principais empresas não financeiras do PSI-20 e, tendencialmente, com um grupo de empresas cimenteiras com dimensão e distribuição geográfica equiparáveis à Cimpor.

Intervenção da Comissão de Nomeações e Avaliação:

- No que respeita às remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização, a intervenção da Comissão de Nomeações e Avaliação circunscreve-se à avaliação de desempenho dos membros da Comissão Executiva, a qual será tida em conta na determinação da componente variável da Remuneração Total Anual. Dos critérios de avaliação de desempenho considerados pela Comissão de Nomeações e Avaliação, bem como dos respetivos resultados, será dado conhecimento à Comissão de Fixação de Remunerações a tempo de permitir a devida ponderação e subsequente decisão.

Relacionamento da Comissão de Fixação de Remunerações com os acionistas maioritários e com a Comissão de Nomeações e Avaliação:

- Para efeitos do bom desempenho das suas funções – designadamente,

contribuição para que o “pacote” remuneratório global do Conselho de Administração possa ser desafiante, em ordem à consecução de objetivos empresariais progressivamente mais exigentes – a Comissão de Fixação de Remunerações deverá ser habilitada, em tempo útil, com as orientações pertinentes.

- Para efeitos da tomada de decisões, a Comissão de Fixação de Remunerações e a Comissão de Nomeações e Avaliação reunirão, de preferência no mês seguinte ao da realização da Assembleia-Geral que vote a remuneração variável global a atribuir à Comissão Executiva, para informação sobre a avaliação de desempenho dos Administradores executivos, com base nas métricas e critérios aprovados. “

II.30.1 Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Sociedade compreende uma parcela fixa, à qual se adicionam no caso dos Administradores executivos uma contribuição para Plano de Poupança Reforma (vulgo PPR), uma remuneração variável (em parte diferida e condicionada) e a participação no Plano de Opções ODS (Plano Cimpor de Atribuição de Opções para o Desenvolvimento Sustentável).

Conforme previsto nos estatutos³⁹, a componente variável não poderá, globalmente, exceder 5% dos lucros da Sociedade.

Conforme expresso na Declaração 2011, a remuneração fixa dos Administradores, a vigorar em 2011, foi estabelecida com base nos seguintes parâmetros:

“Administrador que substitui o Presidente da Comissão Executiva (CEO) nas suas ausências e impedimentos: 75 a 85% do Presidente da Comissão Executiva (CEO);

Chief Financial Officer (CFO): 75 a 85% do Presidente da Comissão Executiva (CEO);

Vogais da Comissão Executiva: 70 a 80% do Presidente da Comissão Executiva (CEO);

³⁹ n.º 1 do artigo 16.º dos estatutos.

Presidente do Conselho de Administração: 65 a 75% do Presidente da Comissão Executiva (CEO);

Membros não executivos que sejam presidentes de Comissões Especializadas: 20 a 30% do Presidente da Comissão Executiva (CEO);

Membros não executivos que sejam vogais de Comissões Especializadas: 15 a 25% do Presidente da Comissão Executiva (CEO);

Outros Administradores não executivos que não sejam membros de Comissões Especializadas: 10 a 20% do Presidente da Comissão Executiva (CEO)."

Os montantes totais de remunerações, incluindo prestações para PPRs e outros incentivos auferidos pelo conjunto dos membros do órgão de administração da Sociedade, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram os seguintes:

Remunerações anuais auferidas em 2011

Administradores (Valores em Euros)	Remunerações Fixas atribuídas e pagas em 2011	Remunerações Variáveis atribuídas e pagas em 2011 ⁽¹⁾	Remunerações Variáveis condicionadas ⁽²⁾ atribuídas em 2011 e diferidas para 2014	Total das Remunerações atribuídas e pagas em 2011	Remunerações atribuídas em 2011 incluindo parte condicionada e diferida para 2014 ⁽³⁾
Executivos	1.898.092	1.119.480	1.141.902	3.017.572	4.159.474
Não Executivos	1.070.506	73.800	0	1.144.306	1.144.306
Total	2.968.598	1.193.280	1.141.902	4.161.878	5.303.780

⁽¹⁾ Inclui Remuneração variável a título de prémio e exercício de opções.

⁽²⁾ Pagamento condicionado ao desempenho positivo da sociedade. Inclui Remuneração variável a título de prémio e exercício de opções.

⁽³⁾ Pagamento condicionado ao desempenho positivo da sociedade.

Assim, o cômputo das remunerações totais pagas aos Administradores em 2011 ascenderam a 0,69% dos custos com pessoal do Grupo.

Remuneração dos Administradores não executivos:

A remuneração dos Administradores não executivos é exclusivamente fixa e paga em numerário, procurando assegurar um compromisso equilibrado entre:

- Valores competitivos que atraíam e retenham pessoas adequadamente qualificadas para as funções e que compensem adequadamente o esforço e dedicação colocados no adequado exercício das mesmas, nomeadamente valorizando a participação em comissões especializadas do Conselho de Administração;
- Remunerações que mitiguem a criação de uma relação de dependência para com a Sociedade assegurando, particularmente no que concerne aos Administradores independentes, um adequado posicionamento em relação à Sociedade.

Remuneração dos Administradores executivos:

Encontrando-se a remuneração dos Administradores executivos já estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da Sociedade por via da existência de uma componente variável, em 2011, tanto a Assembleia Geral como a Comissão de Fixação de Remunerações aprofundaram este alinhamento pela introdução de mecanismos do seu diferimento no tempo condicionado ao desempenho positivo da Sociedade.

Em 2011, a referida Comissão atribuiu aos membros da Comissão Executiva, a título de prémios, um total de 1.940.000,00 euros, correspondentes a cerca de 0,98% do resultado líquido do Grupo (após interesses minoritários) e a 1,76% do lucro líquido da Sociedade, determinado em base individual. Do montante acima indicado, 970.000,00 euros foram efetivamente pagos, sendo o remanescente diferido por um prazo de três anos e sujeito ao desempenho positivo da Cimpor.

Os critérios de atribuição da remuneração variável são apresentados em II.33 c).

Os Administradores executivos estão excluídos do Plano 3C de aquisição de ações de 2011.

A Assembleia Geral de 2011 aprovou o novo Plano ODS de opções, com exercício diferido por um período mínimo de três anos e a preço *strike* igual à média ponderada da cotação de fecho da Cimpor das últimas 20 sessões anteriores à data da atribuição.

As características do Plano ODS reforçam os aspetos próprios ao investimento em ações, já de alguma forma contemplados nos Planos de Opções anteriores a 2011, uma vez que o benefício resultante da sua atribuição fica mais dependente do desempenho de médio e longo prazo da Cimpor e da sustentabilidade dos respetivos resultados.

Neste enquadramento, a Cimpor promoveu em 2011 junto dos três Administradores executivos detentores de opções derivadas do Plano de Atribuição de Opções de

Compra de Ações para Administradores e Quadros do Grupo (“Plano de Opções - Reg. 2004”) o exercício imediato por liquidação financeira de todas as opções exercitáveis até 2013 (inclusive), diferindo 50% do pagamento, acrescido de juros, por um período de três anos e sujeitando-o ao desempenho positivo da sociedade. Aquela liquidação financeira assumiu a cotação de fecho da Cimpor na data do exercício. Complementarmente, a atribuição de opções ODS em 2011 teve também em consideração a necessária compensação pela perda da potencial valorização das ações Cimpor decorrente do exercício antecipado das opções exercitáveis em 2012 e 2013, tendo a esse título sido atribuídas duas opções ODS por cada três opções exercidas antecipadamente. Os valores inerentes a esta operação são apresentados em base individual em II.31.

O Administrador Manuel Luís Barata de Faria Blanc, que desempenhou funções executivas no Conselho de Administração até 2010, não participou do acordo acima mencionado, pelo que em 2011 exerceu os direitos de opções que lhe foram atribuídos em 2008 e 2009. Assim em relação ao conjunto dos Administradores, e com referência ao ano de 2011, o número de opções atribuídas, exercitáveis e exercidas foi o que abaixo se apresenta, sendo que não foram extintas quaisquer opções.

Opções Atribuídas, Exercitáveis e Extintas	Planos de Opções				Total
	Séries atribuídas até 2010			ODS 2011	
	2008	2009	2010	2011	
Preço de Exercício (€)	4.250	2.850	4.250	4.986	
Opções Atribuídas⁽¹⁾					
Em compensação de opções exercidas antecipadamente ⁽²⁾	-	-	-	103.333	103.333
Enquanto beneficiários da série de 2011	-	-	-	510.000	510.000
Opções Exercitáveis em 2011⁽³⁾	45.000	50.000	65.000	-	160.000
Opções Exercitáveis em 2011⁽³⁾, Exercidas em 2011					
Liquidação física	25.000	25.000			
Liquidação financeira ⁽²⁾	20.000	25.000	65.000	-	110.000
Opções Exercitáveis em 2012⁽³⁾ e 2013⁽³⁾, Exercidas em 2011 ⁽²⁾ (liquidação financeira)	-	25.000	130.000	-	155.000

⁽¹⁾ Opções atribuídas em 2011 ao abrigo do Plano ODS e apenas exercitáveis entre 2014 e 2017.

⁽²⁾ Mediante acordo com a sociedade. Diferimento por 3 anos de 50% da liquidação financeira, sujeito a desempenho positivo da sociedade.

⁽³⁾ Opções atribuídas até 2010 ao abrigo do Plano de Atribuição de Opções de Compra de Ações para Administradores e Quadros do Grupo (Plano Opções- Regulamento 2004).

No final do ano, estavam por exercer um total de 25.000 opções relativas à série de 2009 do Plano de Opções - Reg. 2004 por parte de Manuel Luís Barata de Faria Blanc e 613.333 opções relativas ao novo Plano ODS de 2011, perfazendo um total de 638.333 opções por exercer.

Os Planos de Opções encontram-se detalhados em III.10. *infra*.

Parte da remuneração variável dos Administradores executivos encontra-se diferida por três anos e sujeita ao desempenho positivo da Sociedade nesse período. O período para o qual estão definidos os seus mandatos é também de três anos.

As ações adquiridas pelos Administradores executivos em exercício de Opções ODS, segundo o disposto no regulamento deste plano, terão que ser mantidas em carteira até ao termo do seu mandato bem como até ao limite de duas vezes o valor da sua remuneração total anual, exceto as que necessitem de alienar para pagamento de impostos resultantes do benefício de tais ações ou aquelas cuja alienação seja autorizada pelo Conselho de Administração em resposta a pedido devidamente fundamentado e após parecer favorável do Conselho Fiscal.

II.30.2. Conselho Fiscal

No que concerne aos órgãos de fiscalização, a sua remuneração integra, apenas uma remuneração fixa e procura assegurar uma equilibrada compensação do trabalho desenvolvido e tendo em conta os valores praticados no mercado para funções similares.

A remuneração do Conselho Fiscal é igualmente determinada pela Comissão de

Fixação de Remunerações, incluindo apenas uma componente fixa, a qual, no ano de 2011, totalizou 136.474,20 euros, assim distribuída:

Remuneração do Conselho Fiscal	Valor (em Euros)
Ricardo Minotti da Cruz Filipe	56.600
Luís Black Freire de Andrade	41.354
J. Bastos, C. Sousa Góis & Associados, SROC, Lda.	38.520

II.31. Remuneração auferida Individualmente pelos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade.

Em obediência ao disposto na Lei n.º 28/2009⁴⁰, o montante anual da remuneração auferida pelos membros do Conselho de Administração é divulgado, de forma individual, conforme abaixo se detalha.

Remuneração dos Membros do Conselho de Administração:

Administrador	Remunerações atribuídas e pagas em 2011 (valores em Euros)				Remunerações condicionadas atribuídas em 2011 e diferidas para 2014 (valores em Euros)			Remunerações atribuídas em 2011 incluindo parte condicionada e diferida para 2014 ⁽⁶⁾ (valores em Euros)
	Fixas ⁽¹⁾	Variáveis ⁽²⁾	Exercício de Opções ⁽³⁾	Total	Variáveis ⁽⁴⁾	Exercício de Opções ⁽⁵⁾	Total	
António José de Castro Guerra ⁽⁷⁾	332.495			332.495				332.495
José Manuel Baptista Fino ⁽⁷⁾	78.166			78.166				78.166
Jorge Humberto Correia Tomé ^{(7) (11)}	0			0				0
Albrecht Curt Reuter Domenech ⁽⁷⁾	78.166			78.166				78.166
João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo ⁽⁷⁾	78.166			78.166				78.166
José Édison Barros Franco ⁽⁷⁾	78.166			78.166				78.166
Walter Schalka ⁽⁷⁾	78.166			78.166				78.166
Paulo Henrique de Oliveira Santos ^{(7) (8)}	46.027			46.027				46.027
Manuel Luís Barata Faria Blanc ⁽⁷⁾	78.166		73.800	151.966				151.966
António Sarmento Gomes Mota ⁽⁷⁾	98.935			98.935				98.935
José Manuel Trindade Neves Adelino ⁽⁷⁾	98.935			98.935				98.935
Álvaro Luís Veloso ⁽⁹⁾	25.117			25.117				25.117
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda ⁽¹⁰⁾	563.351	285.000	0	848.351	285.000	0	285.000	1.133.351
Luís Filipe Sequeira Martins ⁽¹⁰⁾	458.024	237.500	93.752	789.276	237.500	107.815	345.315	1.134.591
António Carlos Custódio de Morais Varela ⁽¹⁰⁾	455.415	237.500	28.512	721.427	237.500	32.789	270.289	991.716
Luís Miguel da Silveira Ribeiro Vaz ⁽¹⁰⁾	421.302	210.000	27.216	658.518	210.000	31.298	241.298	899.816
Total	2.968.598	970.000	223.280	4.161.878	970.000	171.902	1.141.902	5.303.780

⁽¹⁾ Inclui PPR's e ajudas de custo.

⁽²⁾ Parte do prémio de desempenho pago em numerário.

⁽³⁾ Conforme descrito em II.30.1. para Luís Filipe Sequeira Martins, António Carlos Custódio de Morais Varela e Luís Miguel Ribeiro Vaz: 50% do valor da liquidação financeira das opções atribuídas ao abrigo do "Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções para Administradores e Quadros do Grupo (Regulamento de 2004)" exercitáveis até 2013 inclusivé (i.e., 50% do valor da multiplicação do diferencial entre a cotação Cimpor à data do exercício, €5,114, e o preço de exercício pelo número de opções exercitáveis até 2013 inclusivé); para Manuel Luís Barata de Faria Blanc: valor da multiplicação do diferencial entre a cotação Cimpor à data do exercício/compra e o preço de exercício das opções do referido plano, pelo número de opções exercitáveis em 2011. Opções atribuídas a Manuel Luís Barata de Faria Blanc enquanto administrador executivo.

⁽⁴⁾ Parte do prémio de desempenho com pagamento diferido para 2014 e condicionado ao desempenho positivo da Sociedade.

⁽⁵⁾ Conforme descrito na nota 3 acima e em II.30.1: 50% do valor de liquidação financeira das opções atribuídas ao abrigo do "Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções para Administradores e Quadros do Grupo (Regulamento de 2004)" exercitáveis até 2013 inclusivé, acrescido de juros de 5%/ano. Montante diferido e condicionado ao desempenho positivo da sociedade.

⁽⁶⁾ Condicionada pelo desempenho positivo da Sociedade.

⁽⁷⁾ Administrador não executivo.

⁽⁸⁾ Início de Funções a 18 de abril 2011.

⁽⁹⁾ Administrador não executivo até 17 de abril de 2011.

⁽¹⁰⁾ Administrador executivo.

⁽¹¹⁾ Apresentou renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em fevereiro de 2012.

As remunerações acima apresentadas incluem as remunerações específicas para os membros não executivos do Conselho de Administração que fazem parte de Comissões Especializadas, e que foram as constantes do seguinte quadro:

Nome	Cargo	Suplemento ⁽¹⁾ (valor em euros)
José Manuel Baptista Fino	Vogal ⁽³⁾ ⁽⁴⁾	13.416
Jorge Humberto Correia Tomé ⁽⁵⁾	Vogal ⁽²⁾ ⁽⁴⁾	0
Albrecht Curt Reuter Domenech	Vogal ⁽⁴⁾	13.416
João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo	Vogal ⁽⁴⁾	13.416
José Edison Barros Franco	Vogal ⁽²⁾ ⁽³⁾	13.416
Walter Schalka	Vogal ⁽³⁾ ⁽⁴⁾	13.416
Manuel Luís Barata Faria Blanc	Vogal ⁽²⁾	13.416
António Sarmento Gomes Mota	Presidente ⁽³⁾	34.185
José Manuel Trindade Neves Adelino	Presidente ⁽²⁾	34.185

⁽¹⁾ Suplemento pago a cada Administrador por cargo de presidente ou vogal em comissão especializada.

⁽²⁾ Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade

⁽³⁾ Comissão de Nomeações e Avaliação

⁽⁴⁾ Comissão de Investimento

⁽⁵⁾ Apresentou renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em Fevereiro de 2012

O montante anual da remuneração auferida pelos membros do Conselho Fiscal é divulgado, de forma individual em II.30.2.

No seu conjunto, o montante auferido pelos órgãos de administração e fiscalização representa 0,71% do conjunto dos custos com pessoal do Grupo.

II.32. Alinhamento dos Interesses dos Membros do Órgão de Administração com os Interesses de Longo Prazo da Sociedade bem como sobre o Modo como é Baseada

na Avaliação do Desempenho e Desincentiva a Assunção Excessiva de Riscos.

A remuneração dos Administradores executivos está estruturada de modo a assegurar, por um lado, uma remuneração fixa que seja competitiva e que compense adequadamente o esforço e dedicação colocados no adequado exercício das suas funções e, por outro lado, uma remuneração variável que potencie a criação de valor de modo sustentado para o acionista.

O conjunto de indicadores e métricas empregues na determinação da componente variável, sendo consistentemente utilizados ao longo dos anos, mitigam atuações menos apropriadas a nível de assunção de riscos, incentivando, bem ao contrário à prossecução de uma política ativa de gestão de riscos e de valorização da performance de longo prazo.

Por outro lado, a existência de uma proporcionalidade adequada entre as componentes fixa e variável assim como a fixação de um limite máximo da remuneração variável contribuem igualmente para desincentivar a prossecução de estratégias empresariais portadoras de perfis de risco desadequados.

Por último, tal como decorre dos critérios e métricas adiante descritos, a recomendação II.1.5.1. do Código de Governo é amplamente cumprida pela Sociedade atentos os seguintes princípios:

- A componente variável da remuneração é baseada na avaliação do desempenho realizada pela Comissão de Nomeações e Avaliação e decidida pela Comissão de Fixação de Remunerações, no âmbito das respetivas competências e de acordo com critérios objetivos e transparentes, considerando, *inter alia*, o real crescimento da Cimpor, o alinhamento com a estratégia da empresa e a geração de riqueza efetiva para os acionistas, assim como garantindo a sustentabilidade da Sociedade a longo prazo e o compliance com as regras aplicáveis à sua atividade;
- O diferimento de parte significativa da remuneração variável, por um período não inferior três anos, estando o seu efetivo encaixe na dependência da verificação do desempenho positivo da Sociedade ao longo desse período.

II.33. Relativamente à Remuneração dos Administradores Executivos

a) Referência ao facto de a remuneração dos Administradores executivos integrar uma componente variável e informação sobre o modo como esta componente depende da avaliação de desempenho;

A estrutura remunerativa dos Administradores executivos tem, para além de uma componente fixa, uma componente variável que é anualmente definida através de um conjunto de critérios pré-determinados adiante melhor descritos, os quais abrangem um conjunto de indicadores de performance da Sociedade e de desempenho da sua administração executiva, a nível de parâmetros económico-financeiros, de criação de valor e desempenho qualitativo dos membros executivos.

Esta componente é calculada com base numa percentagem da remuneração fixa anual e na avaliação do desempenho anual assente em critérios pré-determinados, só sendo devida se for atingida uma taxa mínima de 80% de concretização dos objetivos definidos, os quais visam simultaneamente criar um estímulo à performance que seja tendencialmente competitivo e agressivo, sem deixar de atender a uma ponderação equilibrada entre as componentes fixa e variável.

A sua determinação assenta em critérios tão objectivos e transparentes quanto possível de modo a permitir a comparação com as principais empresas não financeiras do PSI-20 e, tendencialmente com um grupo de empresas cimenteiras com dimensão e distribuição geográfica equiparáveis à Cimpor.

De entre os referidos critérios subjacentes à avaliação são tidos em conta o desempenho da Sociedade assim como uma avaliação individual dos Administradores executivos.

b) Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos Administradores executivos;

A definição, pela Comissão de Fixação de Remunerações, da componente variável da remuneração dos membros da Comissão Executiva da Sociedade é

suportada pela avaliação de desempenho dos membros da Comissão Executiva, efetuada pela Comissão de Nomeações e Avaliação e pelo Presidente da Comissão Executiva, assente em critérios tão objetivos e transparentes quanto possível, de modo a permitir a comparação com as principais empresas não financeiras do PSI-20 e, tendencialmente, com um grupo de empresas cimenteiras com dimensão e distribuição geográfica equiparáveis à Cimpor.

Apesar do Presidente da Comissão Executiva integrar a Comissão de Nomeações e Avaliação, está impedido de votar nas deliberações relacionadas com a avaliação de desempenho, determinação da remuneração e critérios de remuneração dos Administradores executivos da Sociedade, e claro está de si próprio, assegurando-se assim a sua independência.

c) Indicação dos critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos Administradores executivos;

Os critérios para avaliação de desempenho dos Administradores executivos dividem-se em quatro grandes grupos:

- Critérios individuais e critérios coletivos: Neste âmbito, pretende-se que haja uma maior valorização dos critérios coletivos em detrimento dos individuais, tendo em consideração o número de Administradores executivos da Cimpor e os pelouros distribuídos;
- Critérios de performance bolsista: Estes critérios atendem à criação de valor para os acionistas (via *Total Shareholder Return*) e, tal como sustentado pelas melhores práticas, privilegiam um elemento de comparabilidade, seja ao nível do mercado nacional (tomando por referência o PSI – 20) seja do sector cimenteiro (através da definição de um Peer Group Sectorial referente a empresas com dimensão e distribuição geográfica equiparáveis à Cimpor);
- Critérios de rentibilidade da empresa: Nesta sede, consideram-se indicadores de crescimento e de comparabilidade sectorial (criação de valor e a performance relativa da rentibilidade do ativo, tendo por comparação o *Peer Group Sectorial*);
- Critérios qualitativos de gestão: Estes critérios incidem e suportam uma

avaliação qualitativa, individual e coletiva, dos Administradores executivos.

A conjugação destes quatro vetores assegura o alinhamento com os interesses dos acionistas, um incentivo adequado à performance da gestão, a prossecução do real crescimento da empresa, a criação de riqueza para os acionistas bem como a sustentabilidade a longo prazo da Sociedade.

d) Importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos Administradores, assim como indicação acerca dos limites máximos para cada componente;

O peso da remuneração fixa (RF) e da remuneração variável (RV) foi definido tendo em conta a atividade da Sociedade e as práticas do seu *Peer Group sectorial*. Como tal, pode oscilar entre um mínimo de RF/RV de 100/0 e um máximo de 30/70, no primeiro caso correspondendo a uma performance que não atingiu mínimos de performance aceitáveis e no segundo caso relevando uma performance excepcional.

A conjugação do máximo acima referido com o estabelecimento pela Comissão de Fixação de Remunerações da remuneração fixa do CEO corresponde à fixação das remunerações máximas, quer ao nível da componente fixa quer da componente variável, uma vez que as remunerações dos restantes Administradores executivos são fixadas em bandas percentuais com referência à remuneração do CEO, conforme se detalha em II.30.1 e II.31.

A repartição entre estas duas componentes de remuneração tem como ponto de partida um adequado equilíbrio entre ambas, expresso num ratio de 50/50 num cenário de concretização a 100% dos objetivos associados aos critérios de remuneração variável, aposta numa progressão agressiva da componente variável indutora de performance e desempenho, mas está limitada superiormente, de modo a desincentivar a assunção de estratégias de curto prazo potenciadoras de riscos e de desequilíbrios à Sociedade.

Nos pontos II.30.1, II.31 e III.10 do presente relatório presta-se ainda informação

sobre a remuneração atribuída no âmbito dos Planos de Opções de Compra de Ações, conforme definido anualmente pela Comissão de Nomeações e Avaliação e pela Comissão de Fixação de Remunerações, no âmbito das respectivas competências.

e) Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração;

A remuneração variável em numerário atribuída anualmente foi, em 2011, diferida em 50% por um período de três anos a contar da sua atribuição, a qual terá lugar no mês seguinte à realização da Assembleia Geral de aprovação das contas referentes ao exercício a que tal remuneração respeita.

O mesmo diferimento de três anos aplica-se ao início do período de exercício das opções.

f) Explicação sobre o modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo do período de diferimento;

O pagamento da remuneração variável diferida (em numerário e em opções) está sujeito à continuação do desempenho positivo da Sociedade, sendo este anualmente pré-definido pela Comissão de Fixação de Remunerações, tendo em conta indicadores apropriados, uma avaliação do enquadramento económico e financeiro da empresa, da economia e do sector, e ainda de fatores excecionais e fora do controlo da gestão que possam influenciar a performance da Sociedade.

g) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos Administradores executivos, das ações da sociedade a que tenham acedido, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual;

A Cimpor não atribui remunerações em ações aos seus Administradores executivos.

Os Administradores da Sociedade não celebraram quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhe foi atribuída.

Nos termos do *Plano ODS* aprovado na Assembleia Geral de 2011, até ao termo do seu mandato, os Administradores executivos devem manter as ações a que tenham acedido por força do exercício de opções atribuídas no âmbito deste Plano até ao limite de duas vezes o valor da sua remuneração total anual, exceto as que necessitem de alienar para pagamento de impostos resultantes do benefício de tais ações ou aquelas cuja alienação seja autorizada pelo Conselho de Administração em resposta a pedido devidamente fundamentado e após parecer favorável do Conselho Fiscal.

h) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do Preço de Exercício;

Os critérios utilizados para a atribuição de opções no âmbito dos Planos de Atribuição de opções de Compra de Ações são os mesmos dos critérios utilizados para a atribuição de remuneração variável da qual a atribuição de opções constitui um complemento, e que se encontram detalhados em II. 33 c).

Os Administradores executivos detêm 613.333 opções ODS com *strike* a 4,986 euros, as quais poderão ser exercidas entre 18 de abril de 2014 e 17 de abril de 2017. A atribuição destas opções encontra-se detalhada em III.10.2.

A remuneração dos Administradores não contempla qualquer atribuição de ações como forma de remuneração variável.

O exercício de opções atribuídas ao abrigo do Plano ODS encontra-se diferido por um período de três anos a contar da data da sua atribuição, dado que os mandatos do Conselho de Administração são também por períodos de três anos encontra-se assegurada a manutenção das opções até ao fim do seu mandato.

i) Identificação dos principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários;

Inexistem quaisquer sistemas de prémios anuais além dos já referidos nas alíneas c) e d) supra, não existindo também quaisquer outros benefícios não pecuniários.

j) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos;

A participação nos lucros da Sociedade, conforme previsto nos estatutos⁴¹, é vertida na atribuição de prémios. Em 2011, o montante de prémios atribuídos aos Administradores executivos ascendeu a 1.940 mil euros, conforme discriminado individualmente no ponto II.31 supra, obedecendo os motivos de atribuição aos critérios acima apresentados.

l) Indemnizações pagas ou devidas a ex-Administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício;

Relativamente a 2011 não foram pagas nem ficaram devidas quaisquer indemnizações a Administradores executivos por cessação das suas funções enquanto tal.

m) Referência à limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de Administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Nos termos da política remuneratória dos membros do Conselho de Administração aprovada pela Comissão de Fixação de Remunerações, em caso de destituição de qualquer administrador ou de cessação por acordo da relação de administração não será paga qualquer compensação quando a destituição ou cessação for devida a desadequado desempenho do mesmo.

⁴¹ alínea d) do nº1 do artigo 20º

n) Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;

Os membros do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração, seja a que título for, de outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Cimpor. Também não auferem da Cimpor, nem de qualquer outra sociedade que com ela esteja em relação de domínio ou de grupo, quaisquer benefícios não pecuniários relevantes como remuneração. O mesmo se aplica aos membros do Conselho Fiscal.

o) Descrição das principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os Administradores, indicando se foram, ou não, sujeitas a apreciação pela assembleia-geral;

A remuneração fixa dos Administradores executivos inclui uma verba de 12,5% sobre o vencimento obrigatoriamente aplicada num Plano de Poupança Reforma individual (PPR), ou instrumento semelhante, com vista a contribuir para a cobertura da sua reforma. Contudo, uma vez que esta prática não acarreta para a Sociedade qualquer outra responsabilidade além do mencionado, esta prestação não assume os contornos nem de um “Benefício de Reforma” nem de um “Complemento de Reforma”.

Conforme descrito em I.18, fruto da eliminação que se efetuou das disposições estatutárias que previam a atribuição de complementos de pensão de reforma, a Assembleia Geral de 2011 mandou o Conselho de Administração para que assegurasse devidamente a salvaguarda dos direitos adquiridos por Administradores no âmbito da disposição estatutária então eliminada. Foi assim acordada com Luís Filipe Sequeira Martins, Administrador da Sociedade desde 1987, a atribuição de uma compensação de 3.000 milhares de euros, cujo pagamento será completado a partir do momento em que cesse funções de Administrador.

Administrador (Valores em Euros)	Compensação ^{o)} Paga em 2011	Compensação ^{o)} Pagamento aquando de cessação de funções de administrador
Luís Filipe Sequeira Martins	300.000	2.700.000

^{o)} Extinção de Complemento de Reforma previsto Estatutariamente

p) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes como remuneração não abrangidos nas situações anteriores.

Não existem benefícios não pecuniários relevantes como remuneração não abrangidos nas situações anteriores.

q) Existência de mecanismos que impeçam os Administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável.

Nos termos da política remuneratória dos membros do Conselho de Administração aprovada pela Comissão de Fixação de Remunerações, os administradores não devem celebrar contratos, quer com a Sociedade quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente a variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.

II.34. Referência ao Facto de a Remuneração dos Administradores não Executivos do Órgão de Administração não Integrar Componentes Variáveis

Na esteira das recomendações neste domínio, a remuneração dos Administradores não executivos da Cimpor é exclusivamente composta por uma componente fixa, paga 14 vezes por ano em numerário, e tem por base o tipo de funções desempenhadas e as práticas de mercado.

II.35. Política de Comunicação de Irregularidades

Encontra-se divulgado a todos os colaboradores da Cimpor, através da respetiva rede de comunicação interna (Cimpornet) e da sua afixação nos locais de trabalho, o Regulamento sobre Comunicação de Irregularidades no Grupo Cimpor que, para além de identificar genericamente os diferentes tipos de irregularidades, reúne um conjunto de regras e procedimentos internos destinados à receção, registo e tratamento de comunicações de irregularidades alegadamente ocorridas no âmbito da Cimpor, e expressa claramente o carácter confidencial e anónimo do tratamento das comunicações.

Estas irregularidades são aferidas à luz das disposições legais, regulamentares e estatutárias, das recomendações aplicáveis em cada momento (designadamente, a recomendação II.1.4.1. do Código do Governo) e dos princípios e regras constantes do Código de Ética adotado pelo Grupo Cimpor.

Compete ao Conselho Fiscal – sem prejuízo das competências da Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade – proceder à receção e tratamento das comunicações de irregularidades, bem como à vigilância e supervisão de todo o sistema, em particular dos respetivos níveis de adequação e eficácia.

Resumidamente, o regulamento acima referido prevê que:

- Qualquer colaborador, acionista, cliente, fornecedor da Cimpor ou outro que dispuser de informação acerca de uma irregularidade e/ou que suspeite, de forma fundada e razoável, da prática de uma irregularidade (adiante designado por “Participante”) poderá proceder à respetiva comunicação ao Conselho Fiscal através de uma aplicação on-line de Comunicação de Irregularidades (API) disponível em todos os sites do Grupo (entre eles www.cimpor.com) ou por carta remetida ao Presidente do Conselho Fiscal da Cimpor.
- Encontra-se assegurado o tratamento confidencial das comunicações recebidas.
- A investigação será conduzida e supervisionada pelo Conselho Fiscal, o qual poderá delegar num “Processador” e/ou na Direção de Auditoria Interna, os quais poderão também recorrer ao departamento jurídico, quaisquer direções, serviços, trabalhadores e/ou colaboradores da empresa, bem como, mediante prévia autorização do Presidente do Conselho Fiscal, a consultores externos, ou ainda, em determinadas circunstâncias, às entidades públicas competentes cujo envolvimento se imponha.
- O relatório resultante da investigação acima será remetido ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Presidente da Comissão Executiva da Cimpor e a outras entidades externas, cujo envolvimento se imponha ou justifique.
- Consoante o objeto e gravidade da Irregularidade, a decisão acerca do arquivamento, seguimento ou consequências da Irregularidade competirá ao Conselho Fiscal ou ao Conselho de Administração.
- Sem prejuízo dos limites legais e/ou contratuais aplicáveis, o Conselho Fiscal fará chegar ao Participante uma súmula dos fundamentos da decisão de rejeição, arquivamento ou conclusão dos procedimentos internos, conforme

aplicável, relativamente à sua comunicação, no prazo de dez dias a contar da data dessa decisão.

SECÇÃO V. COMISSÕES ESPECIALIZADAS

A Cimpor dispõe de três comissões especializadas de apoio ao Conselho de Administração, para além da Comissão Executiva.

II.36. Comissões de Governo da Sociedade e Sustentabilidade, de Nomeações e Avaliação e de Investimento

As composições da Comissão de Governo da Sociedade e Sustentabilidade, Comissão de Nomeações e Avaliação e Comissão de Investimento foram indicadas no capítulo II.2.

Embora a estrutura de Governo Societário da Cimpor não contemple a existência de uma Comissão autónoma com competências para identificação de candidatos aos cargos de Administração, ainda assim, foram delegados determinados poderes à Comissão de Nomeações e Avaliação no que respeita à identificação de candidatos para os cargos de Administração, nomeadamente em caso de cooptação, conforme descrito no ponto II.3.7.2. *supra*.

II.37. Número de reuniões das Comissões constituídas com competência em matéria de Administração e Fiscalização

Durante o exercício de 2011, a Comissão de Governo Societário e Sustentabilidade reuniu por três vezes, a Comissão de Nomeações e Avaliação reuniu por cinco vezes e a Comissão de Investimento por quatro vezes, tendo todas elas lavrado atas das referidas reuniões.

II.38. Referência ao facto de um Membro da Comissão de Fixação de Remunerações possuir conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração

A Comissão de Fixação de Remunerações eleita em Assembleia Geral e a

Comissão especializada de Nomeação e Avaliações do Conselho de Administração são constituídas por elementos que combinam uma elevada qualificação académica e universitária na área da gestão de empresas e política de recursos humanos, com uma relevante experiência profissional ao mais alto nível de administração de grandes empresas e com contacto muito intenso com as dimensões de remuneração e avaliação de administração e alta direção, assegurando assim, o conhecimento teórico e empresarial indispensável a uma adequada formulação da política de remunerações.

II.39. Independência das pessoas contratadas para a Comissão de Fixação de Remunerações

Os membros da Comissão de Fixação de Remunerações são independentes relativamente à empresa e ao Conselho de Administração, não tendo os seus três membros em exercício qualquer relação familiar com Administradores, enquanto seus cônjuges, parentes ou afins em linha reta até ao 3.º grau, inclusive.

No exercício de 2011, a Comissão de Fixação de Remunerações não recorreu aos serviços de quaisquer pessoas que prestem ou tenham prestado, nos últimos 3 anos, serviços ao Conselho de Administração da Cimpor ou a qualquer estrutura na sua dependência (ao abrigo de contrato de trabalho ou qualquer outra forma de colaboração incluindo a prestação de serviços), nem que tenham qualquer relação atual com consultora da Sociedade.

III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA

III.1. Estrutura de Capital

O capital social da Cimpor é de 672 milhões de euros, encontrando-se totalmente realizado. As ações (nominativas e ordinárias) que o representam, em número de 672 milhões (cada uma com o valor nominal de um euro), estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon.

Caracterização dos Títulos Cimpor

Título: Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.

Negociação de ações: Euronext Lisbon

Negociação de futuros: Euronext Lisbon

Códigos:

LISBON TRADING: CPR

REUTERS: CMPR.IN

BLOOMBERG: CPR PL

Número de ações (com o valor nominal de 1 euro):

Total – 672.000.000

Admitidas à negociação – 672.000.000

III.2. Participações Qualificadas calculadas nos termos do Artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários

Conforme Comunicações de Participações Qualificadas recebidas pela Sociedade à data de 31 de dezembro de 2011 e de acordo com as regras de imputação de direitos de voto estabelecidas no Código de Valores Mobiliários⁴², os titulares das referidas participações eram, àquela data, os seguintes:

⁴² artigo 20º.

Lista dos Titulares de Participações Sociais Qualificadas⁽¹⁾

Acionistas	Nº de Ações	% do Capital Social ⁽²⁾	% de Direitos de Voto
Grupo Camargo Corrêa	221.360.153	32,94%	32,94%
Rosana Camargo de Arruda Botelho, Renata de Camargo Nascimento e Regina de Camargo Pires Oliveira Dias que controlam diretamente em conjunto a sociedade RRRPN - Empreendimentos e Participações, S.A. e de forma isolada, respetivamente, as sociedades (a) RCABON Empreendimentos e Participações, S.A. e a RCABPN Empreendimentos e Participações, S.A.; (b) RCNON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCNPN Empreendimentos e Participações, S.A.; e (c) RCPODON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCPODPN Empreendimentos e Participações, S.A..	221.360.153	32,94%	32,94%
Através das sociedades RRRPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCABON Empreendimentos e Participações, S.A., RCABPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCNON Empreendimentos e Participações, S.A., RCNPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCPODON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCPODPN Empreendimentos e Participações, S.A..	221.360.153	32,94%	32,94%
Através da sociedade, por si controlada direta e conjuntamente, Participações Morro Vermelho, S.A.	221.360.153	32,94%	32,94%
Através da sociedade Camargo Corrêa, S.A. por si integralmente controlada	221.360.153	32,94%	32,94%
Através da sociedade Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l.	221.360.153	32,94%	32,94%
Grupo Votorantim	142.492.130	21,20%	30,84%
Antônio Ermírio de Moraes, que controla diretamente a sociedade AEM Participações S.A., Ermírio Pereira de Moraes, que controla directamente a sociedade ERMAN Participações S.A., Maria Helena Moraes Scripilliti que controla diretamente a sociedade MRC Participações, S.A., e José Ermírio Moraes Neto, José Roberto Ermírio de Moares e Neide Helena de Moraes, que controlam direta e conjuntamente a sociedade JEMF Participações, S.A.	142.492.130	21,20%	30,84%
Através das sociedades AEM Participações, S.A., ERMAN Participações, S.A., MRC Participações, S.A. e JEMF Participações, S.A.	142.492.130	21,20%	30,84%
Através da sociedade, por si controlada direta e conjuntamente, Hejoassu Administração, S.A.	142.492.130	21,20%	30,84%
Através da sociedade Votorantim Participações, S.A. por si controlada	142.492.130	21,20%	30,84%
Directamente e através da sociedade Votorantim Industrial, S.A., por si controlada	142.492.130	21,20%	30,84%
Através da sociedade Votorantim Cimentos, S.A. ⁽⁵⁾	142.492.130	21,20%	30,84%
Manuel Fino, SGPS, S.A.	71.735.860	10,67%	20,27%
Através das sociedades por si integralmente dominadas Limar, Limited e Jevon, Limited.	71.735.860	10,67%	20,27%
Através da sociedade Investifino - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. ⁽³⁾⁽⁷⁾ , dominada pela Limar, Limited e participada pela Jevon, Limited.	71.735.860	10,67%	20,27%
Por si	71.734.000	10,67%	20,27%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.	1.460	0,00%	0,00%
Através das sociedades por si integralmente dominadas:			
Fino Participações SGPS, S.A.	100	0,00%	0,00%
Predifino - Sociedade Imobiliária, S.A.	100	0,00%	0,00%

Acionistas	Nº de Ações	% do Capital Social ⁽²⁾	% de Direitos de Voto
Quinta da Ramada Imobiliário, S.A.	100	0,00%	0,00%
Quinta da Ramada – Sociedade Agrícola, S.A.	100	0,00%	0,00%
Banco Comercial Português, S.A. (BCP) e Fundo de Pensões do BCP	67.474.186	10,04%	10,04%
Banco Comercial Português, S.A. e entidades consigo relacionadas ⁽⁴⁾	274.186	0,04%	0,04%
Banco Comercial Português, S.A.	500	0,00%	0,00%
Banco Millennium BCP Investimento, S.A.	261.586	0,04%	0,04%
Fundação Banco Comercial Português	12.100	0,00%	0,00%
Fundo de Pensões do Banco Comercial Português, S.A.	67.200.000	10,00%	10,00%
Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) ⁽⁶⁾	64.776.365	9,64%	30,84%
Por si	64.473.258	9,59%	30,80%
Através da sociedade Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., integralmente por si detida	92.101	0,01%	0,01%
Através da sociedade Fidelidade Mundial, S.A., integralmente por si detida	83.564	0,01%	0,01%
Através da sociedade Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A., integralmente por si detida	8.537	0,00%	0,00%
Através da Parcaixa, SGPS, S.A., por si controlada	54.653	0,01%	0,01%
Através do Fundo de Pensões da Caixa Geral de Depósitos, S.A.	156.353	0,02%	0,02%

⁽¹⁾ Conforme Comunicados de Participações Qualificadas e outras informações recebidas pela sociedade.

⁽²⁾ Com direito de voto

⁽³⁾ A sociedade é integralmente dominada pela Manuel Fino, SGPS, S.A.

⁽⁴⁾ Conforme previsto no artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários

⁽⁵⁾ Imputação de direitos de voto em conformidade com acordo parassocial com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., ao abrigo do artigo 20º do CVM.

⁽⁶⁾ Imputação de direitos de voto em conformidade com acordo parassocial com a Votorantim Cimentos, S.A., ao abrigo do artigo 20º do CVM.

⁽⁷⁾ Contrato de opção de compra de 64.406.000 ações (9,6% do capital social) à Caixa Geral de Depósitos, S.A. em seu favor. Conforme divulgado, esta opção venceu, sem exercício, em Fevereiro de 2012.

III.3. Identificação de Acionistas Titulares de Direitos Especiais

Nenhum acionista da Cimpor detém direitos especiais, todas as ações representativas do capital da Sociedade são livremente transmissíveis em mercado regulamentado (não havendo restrições à sua titularidade) e não está previsto qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital social.

III.4. Eventuais restrições à Transmissibilidade das Ações, Tais como Cláusulas de Consentimento para a Alienação, ou Limitações à Titularidade de Ações.

Informação já disponibilizada no ponto III.3 supra.

III.5. Acordos Parassociais que Possam Conduzir a Restrições em Matéria de Transmissão de Valores Mobiliários ou de Direitos de Voto.

Conforme comunicados emitidos em 4, 5 e 9 de fevereiro de 2010, disponíveis no site da sociedade, www.cimpor.com, e da CMVM e da NYSE Euronext, a Caixa Geral de Depósitos, S.A., e a Votorantim Cimentos, S.A., celebraram, no dia 3 de fevereiro de 2010, um acordo parassocial com vista a regular as suas relações enquanto acionistas da Cimpor, tendo como motivação:

- “a constituição entre si de um bloco acionista minoritário, representando menos

de um terço dos direitos de voto na Cimpor, que seja coeso e estável e que contribua, designadamente, para favorecer a estabilidade acionista na Cimpor,

- o desenvolvimento sustentado da empresa e, a manutenção da sua independência empresarial, estrutura e cultura corporativas, em particular enquanto sociedade aberta, com sede em Portugal, e
- a preservação de uma situação financeira suscetível de notação de *rating* de categoria de investment grade”.

Para tanto, as partes “assumiram obrigações recíprocas quanto ao exercício do seu direito de voto (sindicato de voto), à manutenção de participações na Cimpor (*lock-up e stand-still*) e à assunção de restrições quanto à alienação das suas participações (*right of first refusal*)”, pelo prazo inicial de dez anos.

III.6. Alteração dos Estatutos da Sociedade

Os estatutos podem ser alterados nos termos estabelecidos na lei e de acordo com as regras definidas nos próprios estatutos⁴³:

- Para que a Assembleia Geral possa deliberar, em primeira convocação, sobre a alteração dos estatutos, devem estar presentes ou representados acionistas que detenham, pelo menos, ações correspondentes a um terço do capital social; e
- As deliberações respeitantes à alteração dos estatutos têm de ser aprovadas por um mínimo de dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia Geral reúna em primeira quer em segunda convocação, a menos que, neste último caso, estejam presentes ou representados acionistas detentores de, pelo menos, metade do capital social, podendo então tais deliberações ser tomadas pela maioria dos votos expressos.

III.7. Mecanismos de Controlo Previstos num Eventual Sistema de Participação dos Colaboradores no Capital

Não existe qualquer sistema que preveja especificamente uma participação dos colaboradores no capital social da Sociedade que implique que os respetivos direitos de voto não sejam exercidos diretamente pelos colaboradores.

III.8. Descrição da Evolução da Cotação das Ações da Sociedade

COMPORTAMENTO DAS AÇÕES CIMPOR NA BOLSA DE VALORES EM 2011



LEGENDA

Nota	Data	Acontecimento
1	4 a 27 de janeiro	Revolta na Tunísia que culmina com a renúncia do Presidente Ben Ali. Abrandamento das operações da Cimpor por alguns dias
2	25 de janeiro a 11 de fevereiro	Revolta no Egito que culmina com a renúncia do Presidente Mubarak. Paragens operacionais da Cimpor por cerca de uma semana
3	1 de março	Cimpor anuncia os resultados de 2010 e propõe um dividendo de €0,205 por ação a ser aprovado em AG
4	6 de abril	Primeiro Ministro José Sócrates anuncia a intenção do Governo português de recorrer à ajuda externa do FMI, CE e BCE
5	18 de abril	Assembleia Geral da Cimpor. Aprovado o dividendo de €0,205 por ação
6	3 de maio	Cimpor passa a negociar <i>ex-dividend</i>
7	5 de maio	Troika e Governo português anunciam os detalhes do plano de ajuda externa
8	6 de maio	Data de pagamento de dividendos relativos a 2010
9	10 de maio	Cimpor anuncia os resultados do 1º Trimestre
10	5 de junho	Eleições portuguesas
11	25 de julho	Cimpor anuncia a atualização do programa EMTN
12	4 de agosto	Angela Merkel é contra a posição do Presidente da Comissão Europeia de alargar o Fundo Europeu de Estabilidade
13	8 de agosto	A Standard & Poor's baixa o <i>rating</i> soberano dos EUA de AAA para AA+ pela primeira vez na história. Mercados reagem negativamente
14	17 de agosto	Cimpor anuncia os resultados do 1º Semestre
15	1 de setembro	Standard & Poor's reafirma o <i>rating</i> da Cimpor
16	5 de setembro	Angela Merkel perde mais umas eleições regionais
17	19 de setembro	Cimpor anuncia plano de investimento de €15M no Dondo, Moçambique
18	4 de outubro	Fitch baixa o <i>rating</i> de 6 bancos portugueses
19	7 de outubro	Moody's baixa o <i>rating</i> de 6 bancos portugueses
20	19 de outubro	Rumores sobre uma possível oferta da Camargo Corrêa e da Votorantim sobre a Cimpor
21	27 de outubro	Os líderes Europeus chegam a acordo por forma a expandir os fundos do FEE de forma a tentar travar a crise da dívida soberana
22	8 de novembro	Cimpor anuncia os resultados dos 9 meses
23	22 de novembro	6 dos mais importantes bancos centrais anunciam uma ação coordenada de forma a tentar travar a crise de dívida europeia
24	30 de novembro	Cimpor valoriza 7,5%. Reação positiva a nível global: principais bancos centrais mundiais decidem baixar a taxa de juro das linhas de liquidez em dólares

III.9. Política de Distribuição de Dividendos

Embora a gestão financeira da companhia almeje a distribuição de um dividendo por ação crescente, a aplicação desta política tem que ser consistente com a estratégia aprovada para a Cimpor e com os resultados obtidos, subordinando-se ao objetivo de manutenção do estatuto de “*investment grade rating*”.

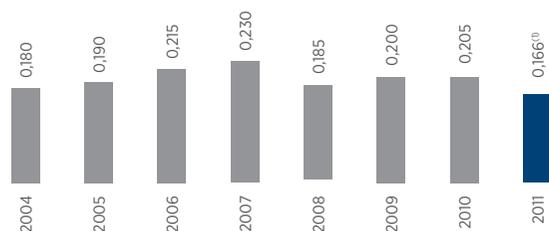
A política de distribuição de dividendos pretende ainda assegurar a estabilidade do *payout ratio* e a competitividade do *dividend yield* no contexto do mercado português e do sector cimenteiro internacional.

No dia 6 de maio de 2011 foi pago o dividendo relativo ao exercício de 2010 no valor bruto de 0,2050 euros/ação (em termos líquidos, 0,1609 euros).

A proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão referente a 2011 segue as linhas de orientação da política acima descrita, correspondendo o dividendo proposto a 0,166 euros por ação, 19% abaixo do ano anterior por via do decréscimo de resultados, ainda assim assegurando um nível de *payout* idêntico ao ano transacto: 56%.

DIVIDENDO BRUTO/AÇÃO

(euros)



⁽¹⁾ - Dividendo a propor pelo Conselho de Administração da Cimpor à Assembleia Geral de 20 de abril de 2012

III.10. Planos de Atribuição de Ações e de Opções de Compra de Ações

A Assembleia Geral de 2011 aprovou um plano de aquisição de ações por colaboradores *Plano de Incentivo à Participação dos Colaboradores no Capital da Cimpor* (“Plano 3C”) e um novo Plano Cimpor de Atribuição de Opções para o Desenvolvimento Sustentável (“Plano ODS”).

III.10.1. Plano de Aquisição de Ações: Plano 3C 2011

O Plano 3C tem como objetivos a promoção da participação dos colaboradores da CIMPOR no respetivo capital, criando uma maior identificação com os objetivos do Grupo, interessando-os pelos resultados da Sociedade e pela evolução do seu valor e promovendo o alinhamento dos seus interesses com os interesses da Sociedade.

Excluindo expressamente a participação dos Administradores da Cimpor, este plano é destinado à generalidade dos colaboradores com vínculo estável à Cimpor, ou às sociedades, com sede em qualquer dos países da Península Ibérica, dominadas, direta ou indiretamente, por aquela, a Administradores e quadros dirigentes das restantes sociedades do Grupo (propostos, para tal, pelos gestores das áreas respetivas) e a outros colaboradores (designados, para o efeito, pela Conselho de Administração) vinculados a sociedades em que a *holding* ou alguma sociedade dominada por esta participe no respetivo capital.

Os beneficiários designados este ano pelo Conselho de Administração puderam adquirir ações, tendo em conta a quantidade máxima global de ações fixada pela Assembleia Geral e nas seguintes condições:

- Preço de aquisição equivalente a 85% do valor médio ponderado das cotações de fecho da Cimpor nas últimas 20 (vinte) sessões de negociação da Euronext Lisbon anteriores à data de cada Assembleia Geral Anual, com arredondamento por excesso a 3 (três) casas decimais, deduzido do valor do dividendo líquido por ação eventualmente pago entre a data da Assembleia Geral Anual e a Data da Aquisição;
- Número máximo de ações a adquirir resultante da divisão de 1/14 avos do vencimento base anual ilíquido do Beneficiário pelo Preço de Aquisição determinado nos termos da alínea anterior, com arredondamento ao maior número inteiro aí compreendido;
- Pagamento do preço devido pelas ações adquiridas por cada beneficiário imperativamente feito em 14 (catorze) prestações cada uma correspondente a 1/14 avos do preço devido, regularizado através de desconto nas suas remunerações mensais e nos subsídios de férias e de natal auferidos ao longo do período de um ano seguinte à aquisição das ações.

De um conjunto de 2.054 colaboradores a quem foi dada a possibilidade de adquirirem ações Cimpor nos termos acima, responderam afirmativamente, durante o prazo concedido para o efeito (entre 11 e 20 de maio), um total de 293 colaboradores, os quais viriam a adquirir, 242.927 ações ao preço unitário de 4,077 euros.

Compete ao Conselho de Administração a execução deste plano encontrando-se também habilitado pela Assembleia Geral para proceder a ajustamentos ao seu Regulamento, desde que necessários ou convenientes à sua conformação com eventuais alterações legislativas ou regulamentares e/ou com orientações ou opiniões entretanto emitidas pelas autoridades administrativas ou fiscais competentes.

Os beneficiários do Plano 3C não podem, por qualquer forma, transmitir ou onerar as ações adquiridas ao abrigo do Plano, até ao efetivo e integral pagamento do preço, o qual é feito em 14 (catorze) prestações cada uma correspondente a 1/14 avos do preço devido, a regularizar através de desconto nas suas remunerações mensais e nos subsídios de férias e de natal auferidos ao longo do período de um ano seguinte à aquisição das ações.

III.10.2. Planos de Atribuição de Opções

Visando a harmonização dos planos de atribuição de opções da Cimpor com as mais recentes alterações legislativas e regulatórias a Assembleia Geral de 2011 veio incorporar as melhores práticas recomendadas nesta matéria, aprovando uma nova abordagem aos planos de atribuição de opções que passa fundamentalmente por:

- Não incluir no Preço de Exercício das opções, à partida, qualquer desconto; com efeito, por o Preço de Exercício ser o da cotação no momento da atribuição da opção, o respetivo potencial remuneratório passa obrigatória e exclusivamente pela subida do valor de cotação;
- As opções apenas poderem ser exercidas decorridos 3 (três) anos sobre a data de atribuição; e
- O exercício, além do diferimento temporal, estar também dependente de o desempenho da Sociedade ser positivo durante aqueles 3 (três) anos.

Estas características constam do novo Plano ODS.

Atendendo ao papel essencial dos colaboradores para o desenvolvimento do Grupo, este plano tem como objetivos:

- A criação de condições favoráveis à captação de quadros com elevado potencial e/ou valor estratégico para a Cimpor;
- A retenção dos colaboradores e o fomento da sua capacidade produtiva, impulsionando dessa forma os resultados empresariais da Cimpor;
- O alinhamento dos interesses dos colaboradores com os interesses da Cimpor, orientando o seu desempenho para a criação efetiva de riqueza e para o desempenho de longo prazo da sociedade, assim desincentivando a assunção excessiva de risco e promovendo o seu desenvolvimento sustentável.

O *Plano ODS* tem como destinatários os Administradores da holding que a Comissão de Fixação de Remunerações entende designar como beneficiários, bem como os membros dos Conselhos de Administração das sociedades participadas e outros quadros do Grupo que, para o mesmo efeito, forem designados pelo Conselho de Administração.

Compete à Comissão de Fixação de Remunerações deliberar sobre a eventual atribuição de opções ODS aos membros da Comissão Executiva, fixando e o número de opções a atribuir a cada um, com base na avaliação que efectue do seu desempenho no exercício anterior, por aplicação dos critérios estabelecidos na política remuneratória da Cimpor e dentro dos limites globais estabelecidos pela Assembleia Geral.

Por sua vez, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a eventual atribuição de opções ODS aos colaboradores, fixando o elenco de colaboradores seleccionados e o número de opções a atribuir a cada um, com base na avaliação que dos mesmos efectue, atendendo ao seu desempenho no exercício anterior, avaliado de acordo com os critérios em cada momento em vigor, e dentro dos limites globais estabelecidos pela Assembleia Geral.

De entre as características deste plano em 2011 destacam-se as seguintes:

- a) O Preço de Exercício ou de compra das ações no exercício de uma Opção corresponderá à média ponderada das cotações de fecho das ações Cimpor na Euronext Lisbon nas últimas 20 (vinte) sessões anteriores à Data de Atribuição.
- b) As opções tornam-se exercitáveis decorridos 3 anos sobre a data de atribuição, desde que ao longo desse período a Cimpor tenha mantido um desempenho positivo, caducando caso não sejam exercidas pelo beneficiário nos três anos seguintes à data em que se tornem exercitáveis, sem prejuízo de outras situações de caducidade em momento anterior nos termos fixados no Regulamento do Plano ODS.
- c) Durante o Período de Exercício, cada Beneficiário poderá exercer a totalidade ou parte das suas Opções Exercitáveis, uma vez em cada mês. O exercício das opções prevê a sua liquidação física e financeira.
 - Caso o beneficiário opte pela liquidação financeira, ser-lhe-á entregue o montante em dinheiro correspondente à diferença entre o valor médio ponderado da cotação de fecho das ações Cimpor nas primeiras 20 (vinte) sessões da Euronext Lisbon do mês seguinte ao da data em que a Cimpor recebe a comunicação de intenção de exercício por parte do beneficiário e o Preço de Exercício, multiplicado pelo número de opções exercidas.
 - Caso o beneficiário não opte pela liquidação financeira, deverá assegurar os devidos meios para pagamento das ações pelo Preço de Exercício. Neste caso, caberá ao Conselho de Administração decidir livremente a modalidade de execução, podendo a mesma assumir a forma de liquidação física com recurso a aumento de capital da Cimpor.

Em qualquer dos casos por motivos atendíveis aos interesses da Cimpor, como sejam situações de inexistência de suficiente liquidez ou de ações próprias, caberá ao Conselho de Administração, após parecer favorável do Conselho Fiscal determinar a modalidade de exercício para o todo ou parte das opções.

Em 2011, no âmbito do Plano ODS, foram atribuídas 1.360.333 opções ODS, contemplando 320 administradores e colaboradores do Grupo. Destes, 250 solicitaram a sua adesão⁴⁴ a este plano, pelo que entre 18 de abril de 2014 e 17 de abril de 2017 (inclusive), relativamente à série 2011 do Plano ODS, poderão vir a ser exercidas, um máximo de 1.304.133 opções ODS ao preço de exercício de 4,986 euros/ação.

Nos termos do Plano ODS, até ao termo do seu mandato, os Administradores executivos devem manter as ações a que tenham acedido por força do exercício de opções atribuídas no âmbito deste Plano até ao limite de duas vezes o valor da sua remuneração total anual, exceto as que necessitem de alienar para pagamento de impostos resultantes do benefício de tais ações ou aquelas cuja alienação seja autorizada pelo Conselho de Administração em resposta a pedido devidamente fundamentado e após parecer favorável do Conselho Fiscal.

Relativamente às atribuições de opções efetuadas até 2010 ao abrigo dos Planos de Atribuição de Opções de Compra de Ações da Cimpor para Administradores e Quadros do Grupo - (Plano de Opções - Reg. 2004), a Assembleia Geral acautelou o cumprimento das obrigações da Cimpor no seu âmbito aprovando a alienação de ações próprias no cumprimento das responsabilidades da Cimpor mediante o seu regulamento.

Opções Atribuídas, Exercitáveis e Extintas:

Relativamente às Séries 2008, 2009 e 2010 dos Planos de Opções - Reg. 2004, das 700.620 opções exercitáveis em 2011, foram exercidas um total de 517.772 opções, extinguindo-se as restantes 182.848. Das demais opções exercitáveis em 2012 e 2013, foram exercidas antecipadamente 155.000 opções em liquidação financeira por via de um acordo entre a Cimpor e os três beneficiários que se contavam entre os seus administradores executivos, para que, em conformidade com a nova filosofia de alinhamento de interesses dos Administradores com a Sociedade, fosse possível diferir parte do seu benefício remuneratório por um período de três anos como se detalha no ponto II.30.1 do relatório do Governo da Sociedade anexo a este relatório.

⁴⁴ Adesão solicitada entre os dias 23 e 30 de junho.

Em resumo, e com referência ao ano de 2011:

Opções Atribuídas, Exercitáveis e Extintas	Planos de Opções				
	Séries atribuídas até 2010			ODS 2011	
	2008	2009	2010	2011	Total
Preço de Exercício (€)	4.250	2.850	4.250	4.986	
Opções Atribuídas⁽¹⁾					
Em compensação de opções exercidas antecipadamente	-	-	-	103.333	103.333
Enquanto beneficiários da série de 2011	-	-	-	1.201.000	1.201.000
Opções Exercitáveis em 2011⁽²⁾	224.090	286.900	189.630	-	700.620
Opções Exercitáveis em 2011⁽²⁾, Exercidas em 2011					
Liquidação física	116.560	190.650	100.562	-	407.772
Liquidação financeira ⁽³⁾	20.000	25.000	65.000	-	110.000
Opções Exercitáveis em 2012⁽²⁾ e 2013⁽²⁾, Exercidas em 2011 (liquidação financeira)⁽³⁾	-	25.000	130.000	-	155.000
Opções Extintas					
Exercitáveis em 2011 ⁽²⁾ , por não exercício de opções	87.530	71.250	24.068	-	182.848
Exercitáveis em 2012 ⁽²⁾ e 2013 ⁽²⁾ , por renúncia em cessação de funções	-	-	400	-	400

⁽¹⁾ Opções atribuídas em 2011 ao abrigo do Plano ODS e apenas exercitáveis a partir de 2014.

⁽²⁾ Opções atribuídas até 2010 ao abrigo do Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções para Administradores e Quadros do Grupo (Plano Opções- Regulamento 2004).

⁽³⁾ Mediante acordo com a sociedade. Diferimento por 3 anos de 50% da liquidação financeira, sujeito a desempenho positivo da sociedade.

Assim, enquanto o número total de ações necessárias, no início do ano, para fazer face ao exercício das opções atribuídas até 2010, inclusive, ascendia a 1.366.780, o número de ações necessárias, no final do ano, para fazer face ao exercício de todas as opções entretanto atribuídas, era de 1.815.093, assim distribuídas:

Série	Opções Exercitáveis em:			Total
	2012	2013	2014 a 2017	
2009	261.900	-	-	261.900
2010	124.430	124.430	-	248.860
2011	-	-	1.304.333	1.304.333
Total	386.330	124.430	1.304.333	1.815.093

Compete ao Conselho de Administração a execução dos planos acima descritos. No que toca a eventuais alterações ao Plano ODS compete à Comissão de Fixação de Remunerações e ao Conselho de Administração, consoante aplicável atentas as respetivas competências, a introdução no seu Regulamento dos ajustamentos necessários ou convenientes à sua conformação com eventuais alterações legislativas ou regulamentares e/ou com orientações ou opiniões entretanto emitidas pelas autoridades administrativas ou fiscais competentes.

No que respeita ainda ao Plano de Opções - Reg. 2004 qualquer alteração carece da aprovação da Comissão de Fixação de Remunerações.

III.11 Negócios e Operações entre a Sociedade e os Membros dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização ou Sociedades que com estes se Encontrem em Relação de Domínio ou de Grupo, Fora das Condições Normais de Mercado.

Para além da alienação de ações próprias ao abrigo dos planos de atribuição de opções de compra de ações referidos nos pontos III.10 e II.30 *supra*, do exercício antecipado das opções referido em II.30 e da compensação atribuída a Luis Filipe Sequeira Martins por perda de direitos de reforma adquiridos enquanto Administrador (conforme se descreve em I.18 e II.33), nem a Sociedade nem qualquer das empresas por si controladas realizaram qualquer negócio ou operação com membros dos seus órgãos de administração e fiscalização ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, à exceção de algumas transações sem especial significado económico para qualquer das partes envolvidas, realizadas em condições normais de mercado para operações similares e executadas no âmbito da atividade corrente do Grupo.

III.12. Negócios e Operações entre a Sociedade e os Titulares de Participações Qualificadas ou entidades que estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, Fora das Condições Normais de Mercado.

A Cimpor ou qualquer das empresas por si controladas não realizaram qualquer negócio ou operação com titulares de participações qualificadas ou entidades que com estes se encontrem em qualquer relação nos termos do Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, à exceção de algumas transações sem especial significado

económico para qualquer das partes envolvidas, realizadas em condições normais de mercado para operações similares e executadas no âmbito da atividade corrente da Cimpor.

Pelo seu especial significado estratégico, refira-se, sem prejuízo do acima divulgado, que, conforme comunicado de informação privilegiada datado de 1 de outubro de 2010 e de 25 de março de 2011, a Cimpor concretizou a aquisição à Camargo Corrêa Cimentos, S.A. de ações representativas de 51% do capital social da empresa CINAC - Cimentos de Nacala, S.A. ("CINAC"), participação cuja aquisição ao grupo moçambicano INSITEC aquela acionista da Cimpor concluiu ainda em 2010.

Esta aquisição representa um investimento total de aproximadamente 24 milhões de USD, incluindo 18 milhões de USD de suprimentos, conforme se detalha no Relatório e Contas de 2011.

A CINAC é uma empresa de Nacala, no norte de Moçambique, detentora de uma moagem de cimento com uma capacidade instalada de 350 mil tons/ano e de diversos terrenos e pedreiras de calcário. De acordo com o contrato vinculativo assinado, a gestão da CINAC, em parceria com o grupo Moçambicano INSITEC, será assegurada maioritariamente pela Cimpor.

III.13. Intervenção do Órgão de Fiscalização para Efeitos da Avaliação Prévia dos Negócios a Realizar entre a Sociedade e Titulares de Participação Qualificada

Conforme previsto no Regulamento do Conselho de Administração⁴⁵, os negócios de relevância significativa, nos termos a definir pelo Conselho Fiscal, sob proposta do Conselho de Administração, a celebrar entre, por um lado, qualquer titular de participação qualificada igual ou superior a 2% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da Cimpor ou entidade que com ele esteja em qualquer das situações previstas no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários e, por outro, a Cimpor ou qualquer sociedade com esta em relação de domínio ou de grupo, são submetidos a parecer prévio do Conselho Fiscal.

⁴⁵ artigo 20.º.

Sempre que a Cimpor se propõe vir a realizar qualquer transação com especial significado económico para qualquer das partes envolvidas ou em condições que possam ser entendidas como afastando-se das condições normais de mercado para operações similares e executadas no âmbito da atividade corrente da Cimpor o Conselho de Administração submete a projetada transação ao parecer prévio do Conselho Fiscal, acompanhando o seu pedido dos respetivos fundamentos, bem como dos elementos técnicos e estatísticos adequados à respetiva apreciação.

O Conselho Fiscal procede à análise dos elementos facultados, se necessário solicitando elementos ou estudos adicionais e incluindo apoio do auditor externo, e verifica o cumprimento das regras aplicáveis nos domínios do conflito de interesses, do tratamento equitativo, da não discriminação, da relação igualitária com fornecedores e prestador de serviços e de preservação dos interesses da Sociedade.

III.14. Elementos estatísticos relativos aos negócios sujeitos à intervenção prévia do órgão de fiscalização.

No decorrer de 2011, apenas foram sujeitos a parecer do Conselho Fiscal os negócios acima descritos nos pontos III.11 e III.12.

Nº	Negócio sujeito à intervenção prévia do Conselho Fiscal	Legislação, regulamentos e recomendações aplicáveis	Valor (em euros)
1	Acordo de compensação com Administrador, pela extinção da possibilidade de receber um complemento de reforma	Código das Sociedades Comerciais art.º 397, nº2	3.000.000 (valor máximo)
2	Acordo com Administradores para exercício antecipado de opções atribuídas até 2010, diferindo parte do seu benefício remuneratório.	Código das Sociedades Comerciais art.º 397, nº2	107.127 (média dos valores dos três contratos)
3	Contratação ao auditor externo de serviços diversos dos serviços de auditoria	Código de Governo das Sociedades da CMVM 2010 (recomendações) III.1.5	Até 20% do valor dos serviços prestados pelo auditor externo no Grupo Cimpor (valor máximo)

III.15. Indicação da disponibilização, no sítio da Internet da sociedade, dos relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal.

Conforme previsto no Regulamento nº 5/2008 da CMVM⁴⁶, os Relatórios e Contas anuais da Sociedade incluem o parecer do seu Conselho Fiscal sobre os documentos de prestação de contas, sendo este apresentado em conjunto com o relatório de atividade do Conselho Fiscal (onde serão referidos eventuais constrangimentos com que este órgão se depare) no site da Sociedade, www.cimpor.com.

III.16. Direção de Relações com Investidores

As funções “Gabinete de Apoio ao Investidor” previstas na regulamentação são competência da Direção de Relações com Investidores, competindo-lhe manter a comunidade financeira informada sobre a evolução da atividade do Grupo e apoiar os acionistas da Cimpor, tanto atuais como potenciais, na sua relação com a Sociedade, em pleno cumprimento do princípio do tratamento igualitário dos acionistas.

O contacto deste Gabinete com investidores particulares e institucionais, gestores de fundos e outros organismos de investimento coletivo, analistas e demais intervenientes no mercado de capitais, é mantido através de apresentações, reuniões e respostas a solicitações de informação através de contactos telefónicos, e-mail ou correio tradicional.

Vias de acesso ao Gabinete de Relações com Investidores:

Contactos	Filipa Mendes
Pessoais:	(Representante para as Relações com o Mercado) Francisco Sequeira
Morada:	Direção de Relações com Investidores Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. Rua Alexandre Herculano, 35 1250-009 Lisboa PORTUGAL
Telefones	21 311 81 00 / 21 311 88 89
Fax	21 311 88 39
E-Mail	investorrelations@cimpor.com
Internet	www.cimpor.com

Para além da informação suscetível de influenciar a cotação do título, disponibilizada também através do site da CMVM (www.cmvm.pt) e da Euronext (www.euronext.com) e da informação obrigatória prevista no Regulamento da CMVM n.º 1/2010⁴⁷, o site da Cimpor (www.cimpor.com) disponibiliza em Português e Inglês, os seguintes conteúdos:

Na zona “Investidores”:

- Governo da Sociedade:
 - Órgãos sociais e a estrutura de organização da sociedade;
 - estatutos, código de ética e regulamentos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
 - Relatórios de Governo da Sociedade e convocatórias, mecanismos para participação e informação relativa às Assembleias Gerais desde 2006.
- Organização Corporativa (descrição sumária da implantação do Grupo);
- A evolução da cotação da ação Cimpor;
- A estrutura acionista;
- Relatórios e Contas e demais publicações periódicas;
- Descrição da estratégia;
- Apresentações feitas ao mercado e;
- Desde 2012, diversa informação em *excel* para fácil tratamento pelos interessados.

Em outras zonas do site:

- O Relatório de Sustentabilidade da Cimpor;
- Informação sobre as políticas da Cimpor em matéria ambiental e de I&D; e
- Outras informações de interesse relacionadas com a atividade da Cimpor.

O mesmo *site* permite também a inscrição de todos os interessados em receber de imediato a informação tornada pública pela Cimpor numa *mailing list* criada especialmente para esse efeito.

O Representante para as Relações com o Mercado de Capitais e com a CMVM, designadamente nos termos e para os efeitos do Código dos Valores Mobiliários, é, desde 1 de Outubro de 2004, Filipa Mendes.

III.17. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo

Em 2011, o custo global dos serviços prestados ao Grupo Cimpor pelo seu auditor externo (Deloitte & Associados, SROC, S.A.), incluindo todas as pessoas singulares ou coletivas pertencentes à respetiva “rede” (tal como previsto na Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de maio), foi de 1.633 mil euros, com a seguinte distribuição percentual:

a) serviços de revisão legal de contas	82,2%
b) outros serviços de garantia de fiabilidade	4,7%
c) serviços de consultoria fiscal	6,0%
d) outros serviços que não de revisão legal de contas	7,0%

Os serviços diversos dos de auditoria foram contratados ao abrigo de autorização específica concedida pelo Conselho Fiscal a pedido da Administração, tendo por fundamento a vantagem comparativa da sua prestação de serviços, nomeadamente, pela mais-valia inerente ao conhecimento das empresas do Grupo, estruturas e operações que decorre da sua condição de auditor.

De forma a salvaguardar a independência das referidas entidades, é expressamente proibida a aquisição às mesmas de todo o tipo de serviços suscetível de pôr em causa tal independência. Designadamente:

- Serviços de contabilidade e administrativos, como sejam a manutenção de registos contabilísticos, a preparação de demonstrações financeiras ou relatórios de reporte de informação financeira, o processamento de salários e a elaboração de declarações fiscais;
- A conceção, desenho e execução de sistemas de informação de gestão;
- Serviços de avaliação de elementos ativos ou passivos suscetíveis de virem a ser inscritos nas demonstrações financeiras da Cimpor;
- Serviços prestados no âmbito das funções atribuídas à auditoria interna;

- Serviços de consultoria legal que impliquem que as entidades em questão representem qualquer das empresas do Grupo na resolução de litígios e diferendos com terceiros;
- Serviços de recrutamento e seleção de quadros técnicos superiores.

Além disso, a aquisição de serviços ao auditor externo, ou a entidades pertencentes à respetiva “rede”, tanto em Portugal como nos diferentes países em que a Cimpor opera, está sujeita a um conjunto de regras estabelecidas ao nível da *holding* e comunicadas a todas as empresas do Grupo. Assim, para além da proibição de contratação dos serviços suprarreferidos, importa realçar que:

- As entidades em causa deverão sempre demonstrar habilitações, credenciais, recursos e vantagens comparativas face a terceiros, no que toca à prestação dos serviços em questão;
- As propostas de prestação de serviços apresentadas por aquelas entidades são analisadas e avaliadas – e, sempre que possível, aferidas com o mercado – pelo responsável da área (ou empresa) que deles necessita e, subsequentemente, dependendo do valor da proposta, pelo Administrador do pelouro ou pela Comissão Executiva, a quem cabe decidir sobre a respetiva adjudicação.

III.18. Referência ao Período de Rotatividade do Auditor Externo

A Deloitte & Associados, SROC, S.A. presta serviços de auditoria externa à Cimpor ao abrigo de contratos de prestação de serviços com a duração de 4 anos, desde 2001, sendo que em 2007, decorridos 6 anos desde o início daquela prestação de serviços, foi designado um novo sócio responsável pela orientação ou execução direta dos referidos serviços.

A proposta de deliberação em Assembleia Geral no sentido de manter auditor externo por um período superior a três mandatos é instruída com parecer específico do Conselho Fiscal ponderando expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e custos da sua substituição.

ANEXO I

Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

(Termo do Mandato: 2012)

Conselho de Administração

António José de Castro Guerra

(Presidente do Conselho de Administração – desde 29 de abril de 2010)

Data de nascimento 4 de fevereiro de 1953

Nacionalidade Portuguesa

Data da 1ª designação 29 de abril de 2010

Termo do mandato atual 2012

Formação académica:

Doutoramento e Agregação em Economia Industrial pelo ISEG/ UTL – Instituto Superior de Economia e Gestão / Universidade Técnica de Lisboa.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação no XVII Governo Constitucional, desde março de 2005 a outubro de 2009;

Professor Associado com Agregação no Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, desde outubro de 2009 a março de 2010;

As seguintes referidas.

Funções exercidas em entidades fora do Grupo, a 31 de dezembro de 2011:

Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado: Membro do Conselho Geral, desde 15 de dezembro de 2010;

Associação Portuguesa para a Qualidade: Presidente da Assembleia Geral, desde 19 de outubro de 2010;

Instituto Português de Corporate Governance: Membro do Conselho Geral, desde 21 de junho de 2010;

Fundação Portugal África: Administrador, desde 1 de junho de 2010;

Fundação de Fundação de Serralves: Membro do Conselho de Fundadores, desde 1 de junho de 2010;

Conselheiro do Grupo MRG – Engenharia e Construção, S.A.- desde abril de 2010;

Diretor da Caixa Geral de Depósitos, S.A.- desde março de 2010.

Número de ações Cimpor, de que era titular em 31 de dezembro de 2011:

10.000

José Manuel Baptista Fino

(Vogal do Conselho de Administração – desde abril de 2005)

Data de nascimento 10 de janeiro de 1954

Nacionalidade Portuguesa

Data da 1ª designação 27 de abril de 2005

Termo do mandato atual 2012

Formação académica:

1971: Curso Complementar dos Liceus

1972-74: Frequência do North East London Polytechnic (Business Studies) em Londres.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos e em entidades fora do Grupo a 31 de dezembro de 2011:

Presidente do Conselho de Administração:

- Ramada Holdings, SGPS, S.A.;
- Ramada Energias Renováveis, S.A.;
- Área Infinitas – Design de Interiores, S.A.;
- Dignatis – Investimentos Imobiliários, S.A.;
- Ethnica – SGPS, S.A.

Vogal do Conselho de Administração:

- Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.;
- Investifino – Investimento e Participações, SGPS, S.A.;
- Manuel Fino, SGPS, S.A.;
- Specialty Minerals Portugal – Especialidades Minerais, S.A.

Gerente da Dorfino – Imobiliária, Lda.

Número de ações Cimpor, de que era titular em 31 de dezembro de 2011:

1.050

Jorge Humberto Correia Tomé

(Vogal do Conselho de Administração – designado a 13 de maio de 2009, tendo apresentado renúncia em fevereiro de 2012)

Data de nascimento	7 de novembro de 1954
Nacionalidade	Portuguesa
Data da 1ª designação	13 de maio de 2009
Termo do mandato atual	2012

Formação académica:

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas (ISCTE). Mestre em Economia Aplicada (Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa).

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Presidente da Comissão Executiva da Caixa – Banco de Investimento, S.A. (2002 – 2008);
As seguidamente referidas.

Funções exercidas em entidades fora do Grupo, a 31 de dezembro de 2011:

Presidente do Conselho de Administração:

- Caixa – Banco de Investimentos, S.A.;
- Gerbanca, SGPS, S.A.;
- Credip – Instituição Financeira de Crédito, S.A.;
- Trem – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.;
- Trem II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E..

Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Caixa Geral – Brasil, S.A..

Vogal do Conselho de Administração:

- Caixa Geral de Depósitos, S.A.;
- Portugal Telecom, SGPS, S.A.;
- Banco Comercial e de Investimentos, S.A. (Moçambique).

Vogal da Comissão de Acompanhamento e Estratégia da Fomentinvest, SGPS, S.A..

Em 31 de dezembro de 2011, não detinha ações Cimpor.

Albrecht Curt Reuter Domenech

(Vogal do Conselho de Administração – desde abril de 2010)

Data de nascimento	25 de junho de 1947
Nacionalidade	Porto-riquenha
Data da 1ª designação	29 de abril de 2010
Termo do mandato atual	2012

Formação académica:

Mestre em Engenharia Civil pela Universidade de Porto Rico e Mestre em Gestão de Empresas pela Wharton School, Universidade da Pensilvânia.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Membro do Conselho de Administração da Duratex, S.A. (2008-2009).
As seguidamente referidas.

Funções exercidas em entidades fora do Grupo a 31 de dezembro de 2011:

Vice-Presidente do Conselho de Administração:

- Camargo Corrêa Engenharia e Construção, S.A.;
- Camargo Corrêa Cimentos, S.A.;
- Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário, S.A..

Vogal do Conselho de Administração:

- Loma Negra CIASA;
- Membro do Conselho de Administração da TAVEX (Indústria Têxtil).

Em 31 de dezembro de 2011, não detinha ações Cimpor.

João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo

(Vogal do Conselho de Administração – desde abril de 2010)

Data de nascimento 26 de junho de 1960

Nacionalidade Portuguesa

Data da 1ª designação 29 de abril de 2010

Termo do mandato atual 2012

Formação académica:

1982: Licenciado em Gestão pela Universidade Católica Portuguesa.

1986-87: MBA pelo INSEAD (Fontainebleau).

1988: Corporate Finance Programme (Londres), Advanced Capital Markets Course (Londres) e Risk Management Programme (Londres).

1989: “Creating Shareholder Value” Programme – ALCAR Group (London), patrocinado pelo Manufacturers Hanover Trust Company.

1997: “Negotiation Dynamics” Prof. Ingemar Dierickx Guest Professor na Universidade Nova de Lisboa).

1998: Programa do INSEAD BCP/Atlântico (Fontainebleau, France).

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Presidente do Conselho de Administração do Millennium BCP Bank N.A. (2009-2010);

Membro do Conselho de Administração do Banco Millennium BCP Investimento, S.A. (2006-2009);

Diretor Geral do Private Banking do Banco Comercial Português, e membro do Supervisory Board do Banque BCP S.A.S. (França), Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banque Privée BCP (Suíça), e Presidente do Conselho de Administração BCP Bank & Trust Ltd (2003-2006);

As seguidamente referidas.

Funções exercidas em entidades fora do Grupo, a 31 de dezembro de 2011:

Presidente do Conselho de Administração da BCP Holdings (USA) Inc.; Diretor Geral do Millenniumbcp;

Vogal do Conselho de Administração da EDP Renováveis, S.A. .

Em 31 de dezembro de 2011, não detinha ações Cimpor.

José Édison Barros Franco

(Vogal do Conselho de Administração – desde abril de 2010)

Data de nascimento 4 de março de 1950

Nacionalidade Brasileira

Data da 1ª designação 29 de abril de 2010

Termo do mandato atual 2012

Formação académica:

1974: Licenciado em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

1978: Pós-graduação em Gestão pela Fundação Getúlio Vargas.

1998: Advanced Management Program pela Harvard University (EUA).

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Diretor Geral (2006 – 2007) e Conselheiro (2004 – 2007) da Camargo Corrêa, S.A., Holding do Grupo Camargo Corrêa.

Presidente do Conselho de Administração:

- Camargo Corrêa Metais (2004 – 2007);
- Camargo Corrêa Energia (2004 – 2007);
- Camargo Corrêa Transportes (2004 – 2007);
- Ferrosur Roca (2005 –2011 - Argentina);
- São Paulo Alpargatas S.A. (2008 – 2011 - Brasil e Argentina).

Vogal do Conselho de Administração:

- Santista Têxtil S.A. (2003 – 2007);
- São Paulo Alpargatas S.A. (2004 – 2008);
- CPFL Energia S.A. (2005 – 2008);
- CCR Companhia de Concessões Rodoviárias S.A. (2005 - 2008).

Membro dos Comitês de Finanças da Alpargatas, Santista e CCSA; de Recursos Humanos da Alpargatas, CCSA e Cimpor; de Auditoria da Alpargatas e da CCSA; de Corporate Governance da CCR e da Cimpor.

Funções exercidas em entidades fora do Grupo, a 31 de dezembro de 2011:

Presidente do Conselho de Administração:

- InterCement Brasil S.A. (2004 – Presente / Brasil);

Funções exercidas em entidades fora do Grupo, a 31 de dezembro de 2011: (cont.)

- Loma Negra CIASA (2005 – Presente / Argentina);
- InterCement Portugal, SGPS, S.A. (2010 – Presente / Portugal);
- InterCement Participações S.A. (2011 – Presente / Brasil).

Membro do Comitê executivo do Grupo Camargo Corrêa (2007 – Presente / Brasil);

Diretor da Camargo Corrêa Escom Cement B.V. (2008 – Presente / Holanda);

Diretor da Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.R.L. (2010 – Presente / Luxemburgo);

Membro dos Conselhos do Instituto Camargo Corrêa e da Fundação Loma Negra (Brasil e Argentina) com atuação em Investimento Social.

Em 31 de dezembro de 2011, não detinha ações Cimpor.

Walter Schalka

(Vogal do Conselho de Administração – desde abril de 2010)

Data de nascimento 4 de dezembro de 1960

Nacionalidade Brasileira

Data da 1ª designação 29 de abril de 2010

Termo do mandato atual 2012

Formação académica:

Licenciado em Engenharia Aeronáutica pelo ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica (S. José dos Campos, São Paulo, Brasil), Pós-Graduação em Gestão de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, graduado no Curso de Aperfeiçoamento de executivos pelo IMD (Suíça) e pelo AMP / Harvard University (EUA).

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos e funções exercidas em entidades fora do Grupo, a 31 de dezembro de 2011:

CEO da Votorantim Cimentos, S.A. (2005 – Presente).

As seguidamente referidas.

Em 31 de dezembro de 2011, não detinha ações Cimpor.

Manuel Luís Barata de Faria Blanc

(Vogal do Conselho de Administração – desde agosto de 2001)

Data de nascimento 24 de fevereiro de 1955

Nacionalidade Portuguesa

Data da 1ª designação 31 de julho de 2001

Termo do mandato atual 2012

Formação académica:

1977: Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Membro da Comissão Executiva da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. e membro do Conselho de Administração de diversas empresas do Grupo, a nível nacional e internacional (2001 – 2010);

As seguidamente referidas.

Funções exercidas em entidades fora do Grupo, a 31 de dezembro de 2011:

Presidente da Direção do Ponto de Apoio à Vida - Associação de Solidariedade Social;

Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Patronato de Cristo-Rei.

Número de ações Cimpor, de que era titular em 31 de dezembro de 2011:

125.795

António Sarmento Gomes Mota

(Vogal do Conselho de Administração – desde 13 de maio de 2009)

Data de nascimento 10 de junho de 1958

Nacionalidade Portuguesa

Data da 1ª designação 13 de maio de 2009

Termo do mandato atual 2012

Formação académica:

Licenciado em Gestão pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), MBA (Universidade Nova de Lisboa) e Doutoramento em Gestão (ISCTE).

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

As seguidamente referidas.

Funções exercidas em entidades fora do Grupo, a 31 de dezembro de 2011:

Professor Catedrático do ISCTE;
Presidente do ISCTE Business School;
Presidente da Direção do INDEG/ISCTE;
Presidente do Conselho Geral do Fundo de ContraGarantia Mútua;
Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP – Energias de Portugal, S.A.;
Membro da Direção do Instituto Português de Corporate Governance.

Em 31 de dezembro de 2011, não detinha ações Cimpor.

José Neves Adelino

(Vogal do Conselho de Administração – desde abril de 2010)

Data de nascimento 19 de março de 1954

Nacionalidade Portuguesa

Data da 1ª designação 29 de abril de 2010

Termo do mandato atual 2012

Formação académica:

1976: Licenciado em Finanças pelo ISE – Universidade Técnica de Lisboa.

1981: Doutoramento em Finanças pela Kent State University.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos e em entidades fora do Grupo, a 31 de dezembro de 2011:

Vogal do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria da Sonae, SGPS, S.A.;
Vogal do Conselho Fiscal do BPI – Banco Português de Investimento;
Professor Catedrático de Finanças, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa;
Professor Visitante, Bentley College, USA;
Membro da Comissão de Investimentos da Portuguese Venture Capital Initiative – Fundo Europeu de Investimentos;
Membro do Consultative Working Group da CSER – Corporate Finance Standing Committee;
Consultor independente em diversas empresas privadas e entidades públicas.

Em 31 de dezembro de 2011, não detinha ações Cimpor.

Paulo Henrique de Oliveira Santos

(Vogal do Conselho de Administração – desde abril de 2011)

Data de nascimento 4 de novembro de 1958

Nacionalidade Brasileira

Data da 1ª designação 18 de abril de 2011

Termo do mandato atual 2012

Formação académica:

Licenciado em Engenharia pela Faculdade de Engenharia Industrial (Brasil), Curso de Especialização em Finanças e Marketing, Fundação Getúlio Vargas, Curso Owner/President Management Program, Harvard Business School.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Diretor Financeiro da Brasilpar Lda., um dos primeiros fundos de private equity do Brasil;

Diretor Financeiro da Votorantim Metais e Diretor executivo do Banco Votorantim, além de atuar em outros bancos em São Paulo e em Nova York nas áreas de Tesouraria e Finanças Corporativas;

Atuou em diversos processos M&A (fusões e aquisições) e de privatizações dentre os quais o da CPFL, no qual liderou a equipe de transição;

Responsável pela criação e estruturação da Votorantim Novos Negócios, divisão de private equity e venture capital do Grupo Votorantim (2000).

Funções exercidas em entidades fora do Grupo, a 31 de dezembro de 2011:

Vogal do Conselho de Administração da Tivit - Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia, S.A.;

Presidente do Conselho de Administração da Anfreixo, S.A.;

Diretor-Presidente da Votorantim Novos Negócios, Lda.;

Diretor Corporativo de Desenvolvimento de Negócios da Votorantim Industrial, S.A..

Em 31 de dezembro de 2011, não detinha ações Cimpor.

Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda

(Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva – desde abril de 2010)

Data de nascimento 24 de setembro de 1960

Nacionalidade Portuguesa

Data da 1ª designação 29 de abril de 2010

Termo do mandato atual 2012

Formação académica:

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Administrador da Mague, SGPS SA (2008-2010);

Administrador executivo do Banco Comercial Português (2000-2008) e membro do Conselho de Administração de várias empresas do Grupo Millennium bcp nesse período;

As seguidamente referidas.

Funções exercidas noutras sociedades do Grupo Cimpor, a 31 de dezembro de 2011:

Presidente do Conselho de Administração da Cimpor Inversiones, S.A. (Espanha);

Presidente do Conselho de Administração da Sociedade de Investimento Cimpor Macau, S.A. (Macau).

Outras funções exercidas em entidades fora do Grupo, em 31 de dezembro de 2011:

Vogal do Conselho de Administração da EDP Renováveis, S.A.

Membro do Conselho do WBCSD (World Business Council for Sustainable Development);

Membro da Direção do BCSD Portugal;

Gerente da Deal Winds – Soc. Unipessoal Lda;

Membro da Comissão de Remunerações da Portugal Telecom, S.A.;

Membro do Conselho Consultivo do Master in Finance da Universidade Católica Portuguesa;

Outras funções exercidas em entidades fora do Grupo, em 31 de dezembro de 2011:
(cont.)

Membro do Conselho Consultivo da Nova School of Business & Economics;
Vogal do Conselho Geral do Clube Naval de Cascais;
Presidente do Conselho Fiscal da Dragopor, Associação da Classe Internacional Dragão de Portugal.

Número de ações Cimpor, de que era titular em 31 de dezembro de 2011:

25.000

Luís Filipe Sequeira Martins

(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (desde janeiro de 1997). Foi ainda, entre fevereiro de 1987 e aquela data, Administrador das sociedades que, por transformações sucessivas, deram origem à atual Cimpor.

Data de nascimento 4 de junho de 1947

Nacionalidade Portuguesa

Data da 1ª designação 12 de fevereiro de 1987

Termo do mandato atual 2012

Formação académica:

Licenciado em Engenharia Química pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Administrador executivo da CIMPOR e membro do Conselho de Administração de diversas empresas do Grupo, a nível nacional e internacional;
Presidente do Comité de Liaison da CEMBUREAU – Associação Europeia do Cimento;
Membro do Conselho Consultivo do Luso Carbon Fund;
Membro do Conselho Diretivo do BSCD Portugal;
Membro do Conselho Executivo da ATIC-Associação Técnica da Indústria do Cimento.

Funções exercidas noutras sociedades do Grupo Cimpor, a 31 de dezembro de 2011:

Presidente do Conselho de Administração:

- Cimpor Portugal, SGPS, S.A. (Portugal);
- Cimpor – Indústria de Cimentos, S.A. (Portugal);
- Cimpor Tec – Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo, S.A. (Portugal);
- Amreyah Cement Company, S.A.E. (Egito);
- Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E. (Egito);
- Amreyah Dekheila Terminal Company, S.A.E. (Egito);
- Cement Services Company, S.A.E. (Egito);
- Cimpor Sacs Manufacture Company, S.A.E. (Egito);
- Cimpor Trading, S.A., Sociedade Unipessoal (Espanha);
- Cimpor Eco, S.L. (Espanha).

Presidente da Comissão Executiva da Corporación Noroeste, S.A. (Espanha).

Vogal do Conselho de Administração:

- Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A. (Portugal);
- Cimpor Inversiones, S.A.U. (Espanha);
- Asment de Témara, S.A. (Marrocos);
- Asment du Centre, S.A. (Marrocos);
- CJO – Sociéte Les Ciments de Jbel Oust, S.A. (Tunisia);
- Natal Portland Cement Company (Pty) Limited (África do Sul);
- NPC – Cimpor (Pty) Limited (África do Sul);
- Cimpor Yibitas Çimento Sanayi ve Ticaret, A.S. (Turquia);
- Yibitas Yozgat Isçi Birligi Insaat Malzemeleri Ticaret ve Sanayi, A.S. (Turquia);
- Shree Digvijay Cement Company Limited (Índia);
- Sociedade de Investimento Cimpor Macau, S.A. (Macau).

Gerente da Kandmad, SGPS, Lda. (Portugal).

Outras funções exercidas em entidades fora do Grupo, em 31 de dezembro de 2011:

Membro do Board da CEMBUREAU – Associação Europeia do Cimento;
Presidente da ATIC – Associação Técnica da Indústria do Cimento.

Número de ações Cimpor, de que era titular em 31 de dezembro de 2011:

71.090

António Carlos Custódio de Morais Varela

(Vogal do Conselho de Administração – desde 13 de maio de 2009, e Membro da Comissão Executiva – desde 27 de maio de 2009)

Data de nascimento 3 de junho de 1956

Nacionalidade Portuguesa

Data da 1ª designação 13 de maio de 2009

Termo do mandato atual 2012

Formação académica:

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa. Master of Sciences in Industrial Relations and Personnel Management pela London School of Economics and Political Science da Universidade de Londres.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Diretor (Managing Director) da UBS AG, exercendo funções no seu Escritório de Representação em Portugal;

Administrador executivo da Cimpor – Chief Financial Officer (CFO) – e membro do Conselho de Administração de diversas empresas do Grupo, a nível nacional e internacional.

Funções exercidas noutras sociedades do Grupo Cimpor, a 31 de dezembro de 2011:

Presidente do Conselho de Administração:

- Cimpor – Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A. (Portugal);
- Cimpor Reinsurance, S.A. (Luxemburgo);
- Cimpor Egypt for Cement Company – S.A.E. (Egito).

Vogal do Conselho de Administração:

- Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.
- Cimpor Inversiones, S.A. (Espanha);
- Asment de Temara, S.A. (Marrocos);
- Cimpor Yibitas Çimento Sanayi Ve Ticaret A.S. (Turquia).

Outras funções exercidas em entidades fora do Grupo, em 31 de dezembro de 2011:

Administrador da C+PA – Cimento e Produtos Associados, S.A. (participada da Cimpor).

Número de ações Cimpor, de que era titular em 31 de dezembro de 2011:

51.320

Luís Miguel da Silveira Ribeiro Vaz

(Vogal do Conselho de Administração – desde 13 de maio de 2009, e Membro da Comissão Executiva – desde 27 de maio de 2009)

Data de nascimento 4 de agosto de 1965

Nacionalidade Portuguesa

Data da 1ª designação 13 de maio de 2009

Termo do mandato atual 2012

Formação académica:

Licenciado em Economia pela Universidade Nova de Lisboa. MBA (INSEAD França).

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Administrador executivo:

- TAP, S.A.
- TAP, SGPS, S.A.

Administrador Não executivo da SPdH – Serviços Portugueses de Handling, S.A..

Assessor do Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações.

Administrador executivo da Cimpor e membro do Conselho de Administração de diversas empresas do Grupo, a nível nacional e internacional.

Funções exercidas noutras sociedades do Grupo Cimpor, a 31 de dezembro de 2011:

Presidente do Conselho de Administração:

- Asment du Centre, S.A. (Marrocos);
- Asment de Temara, S.A. (Marrocos);
- Société Les Ciments de Jbel Oust (Tunísia);
- Cimpor Yibitas Çimento Sanayi ve Ticaret A.S. (Turquia);
- Yibitas Yozgat Isci Birliđi Insaat Malzemeleri Ticaret ve Sanayi A.S. (Turquia);
- Cimpor Yibitas Nakliyecilik Ticaret ve Sanayi A.S. (Turquia);
- Natal Portland Cement Company (PTY) Ltd. (África do Sul);
- NPC – Cimpor (PTY) Ltd. (África do Sul);
- CECIME – Cimentos, S.A. (Portugal);
- Cimpship – Transportes Marítimos, S.A. (Portugal);
- Cement Trading Activities – Comércio Internacional, S.A. (Portugal).
- IMOPAR – Imobiliária de Moçambique, S.A. (Moçambique)

Vogal do Conselho de Administração:

- Cimpor Portugal, SGPS, S.A. (Portugal);
- Cimpor – Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A. (Portugal);
- Cimpor Inversiones, S.A. (Espanha);
- Corporación Noroeste, S.A. (Espanha);
- Cimpor Trading, S.A., Sociedade Unipessoal (Espanha);
- Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E. (Egito);
- Amreyah Cement Company, S.A.E. (Egito);
- Cimpor Sacs Manufacture Company (Cimpsac Company) S.A.E. (Egito).

Número de ações Cimpor, de que era titular em 31 de dezembro de 2011:

23.320

Conselho Fiscal

Ricardo José Minotti da Cruz-Filipe

(Presidente do Conselho Fiscal – desde março de 1992, já exercendo funções como Presidente da Comissão de Fiscalização da Cimpor – Cimentos de Portugal, E.P. – desde fevereiro de 1987)

Data de nascimento 19 de fevereiro de 1934

Nacionalidade Portuguesa

Data da 1ª designação 31 de março de 1992

Termo do mandato atual 2012

Formação académica:

Engenheiro Civil pelo Instituto Superior Técnico (IST).

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos e funções exercidas noutras sociedades fora do Grupo Cimpor à data de 31 de dezembro de 2011:

Presidente da Secção Especializada para as Reprivatizações, do Ministério das Finanças;

Membro independente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP – Energias de Portugal, S.A..

Em 31 de dezembro de 2011, não detinha ações Cimpor.

Luís Black Freire d'Andrade

(Vogal do Conselho Fiscal – desde maio de 2007)

Data de nascimento 4 de outubro de 1954

Nacionalidade Portuguesa

Data da 1ª designação 11 de maio de 2007

Termo do mandato atual 2012

Formação académica:

1977: Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Presidente do Conselho de Administração da A. Black – Comércio e Indústria, S.A.
As seguidamente referidas.

Funções exercidas noutras sociedades do Grupo Cimpor, a 31 de dezembro de 2011:

Sócio-Gerente da Plenty Adventure, Lda.;

Vogal do Conselho Fiscal da Efacec Capital, SGPS, S.A.

Em 31 de dezembro de 2011, não detinha ações Cimpor.

J. Bastos, C. Sousa Góis & Associados, SROC, Lda. representada por Jaime de Macedo Santos Bastos

(Vogal do Conselho Fiscal – desde 13 de maio de 2009). Jaime de Macedo Santos Bastos, em nome individual, foi vogal suplente do Conselho Fiscal entre maio de 2007 e janeiro de 2008 e vogal efetivo entre janeiro de 2008 e maio de 2009.

Data de nascimento 26 de novembro de 1956

Nacionalidade Portuguesa

Data da 1ª designação 11 de maio de 2007

Termo do mandato atual 2012

Formação académica:

1980: É licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

1987: Revisor Oficial de Contas.

Atividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos e em entidades fora do Grupo, em 31 de dezembro de 2011:

Revisor Oficial de Contas de várias sociedades, em representação da J. Bastos, C. Sousa Góis & Associados, SROC, Lda. (sociedade inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o número 104).

Em 31 de dezembro de 2011, nem a sociedade nem o seu representante detinham quaisquer ações Cimpor.

Em 22 de março de 2012 Jaime de Macedo Santos Bastos renunciou ao cargo de representante da SROC acima, tendo sido substituído para o efeito por Ana Maria Celestino Alberto dos Santos

ANEXO II

Declaração da Comissão de Fixação de Remunerações

2011

Nos termos da Lei nº 28/2009⁴⁸, a Comissão de Fixação de Remunerações apresenta a Declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, a submeter à Assembleia Geral da Cimpor.

Ao fazê-lo a Comissão dá cumprimento a uma obrigação legal mas tem, igualmente, presente o seu dever de contribuir para a adoção das melhores práticas de governo societário, à luz das novas recomendações sobre a matéria, em especial as emanadas da CMVM para aplicação às sociedades cotadas. Tal significa que esta Declaração tem em conta, para além da Lei já citada, as normas aplicáveis do Código das Sociedades Comerciais, do Código dos Valores Mobiliários, do Regulamento da CMVM nº 1/2010⁴⁹ e dos Estatutos da Cimpor, aprovados na Assembleia Geral de 2010.

1. Antecedentes

Estabelecendo os Estatutos da Cimpor que “a política de remuneração, os montantes e modalidades das remunerações fixas e/ou variáveis e os montantes a serem pagos a titulares de órgãos sociais a título de compensação ou de indemnização pela cessação dos respetivos vínculos jurídicos, serão fixados, ouvido o Conselho de Administração ou a comissão especializada para o efeito se existir, pela Assembleia Geral ou por uma Comissão de Fixação de Remunerações por aquela nomeada por períodos de três anos”, têm os acionistas da Cimpor optado por conferir a “uma Comissão de Fixação de Remunerações” as atribuições legalmente previstas quanto a esta matéria.

A atual Comissão de Fixação de Remunerações foi eleita na Assembleia-Geral realizada em 13 de maio de 2009.

2. O ano de 2010

O ano de 2010 foi de intenso labor para a Comissão de Fixação de Remunerações, tendo em vista dar cumprimento às obrigações que lhe competem, nos termos dos Estatutos da Cimpor⁵⁰. Deste modo, a Comissão deu continuidade aos trabalhos iniciados em 2009 para concluir a definição da política de remuneração para os respetivos órgãos sociais.

Para o efeito, a Comissão de Fixação de Remunerações reuniu uma vez com a Comissão de Nomeações e Avaliação e várias vezes com o seu Presidente, para acompanhar a evolução dos trabalhos realizados no âmbito daquela Comissão, que tiveram como objetivo definir os critérios de avaliação de desempenho dos membros da Comissão Executiva, bem como dos domínios de intervenção das duas Comissões os quais ficaram estabelecidos nos termos seguintes:

a) Competências da Comissão de Fixação de Remunerações:

São as que lhe são cometidas pelas normas legais aplicáveis e pelos Estatutos da Cimpor.

Neste âmbito, compete à Comissão de Fixação de Remunerações decidir, designadamente, quanto a: (a) remunerações fixas dos órgãos de gestão e fiscalização; (b) remunerações variáveis a atribuir aos membros da Comissão Executiva (anual e plurianual); (c) contribuições para planos de reforma; e, (d) benefícios pecuniários de planos de aquisição de ações e/ou opções, que sejam aprovados pela Assembleia-Geral, sob proposta do Conselho de Administração.

No que se refere à remuneração variável, a Comissão de Fixação de Remunerações decide com respeito pelo limite estabelecido no número seis do artigo 16º dos Estatutos, tendo em atenção as indicações que lhe sejam transmitidas pelos acionistas, designadamente, quanto aos seguintes parâmetros globais: limite máximo percentual das remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização nos custos de pessoal da empresa; variação

48 Artigos 2º e 3º da Lei nº 28/2009, de 19 de junho
49 de 7 de janeiro de 2010

50 artigo 16º

anual das remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização; proporção da remuneração variável na remuneração total; e, repartição da remuneração variável pelas componentes anual e plurianual.

Nestes termos, quanto à remuneração variável, a Comissão de Fixação de Remunerações decidirá, tendo em atenção a avaliação de desempenho dos membros da Comissão Executiva, efetuada pela Comissão de Nomeações e Avaliação e pelo CEO, assente em critérios tão objetivos e transparentes quanto possível, de modo a permitir a comparação com as principais empresas não financeiras do PSI-20 e, tendencialmente, com um grupo de empresas cimenteiras com dimensão e distribuição geográfica equiparáveis à Cimpor.

- b) Intervenção da Comissão de Nomeações e Avaliação:
No que respeita às remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização, a intervenção da Comissão de Nomeações e Avaliação circunscreve-se à avaliação de desempenho dos membros da Comissão Executiva, a qual será tida em conta na determinação da componente variável da Remuneração Total Anual. Dos critérios de avaliação de desempenho considerados pela Comissão de Nomeações e Avaliação, bem como dos respetivos resultados, será dado conhecimento à Comissão de Fixação de Remunerações a tempo de permitir a devida ponderação e subsequente decisão.
- c) Relacionamento da Comissão de Fixação de Remunerações com os acionistas maioritários e com a Comissão de Nomeações e Avaliação:
Para efeitos do bom desempenho das suas funções – designadamente, contribuição para que o “pacote” remuneratório global do Conselho de Administração possa ser desafiante, em ordem à consecução de objetivos empresariais progressivamente mais exigentes – a Comissão de Fixação de Remunerações deverá ser habilitada, em tempo útil, com as orientações pertinentes.

Para efeitos da tomada de decisões, a Comissão de Fixação de Remunerações e a Comissão de Nomeações e Avaliação reunirão, de

preferência no mês seguinte ao da realização da Assembleia-Geral que vote a remuneração variável global a atribuir à Comissão Executiva, para informação sobre a avaliação de desempenho dos Administradores executivos, com base nas métricas e critérios aprovados.

3. Orientação para 2011

O Regulamento da CMVM nº 1/2010 – Governo das Sociedades Cotadas - “estabelece a informação a divulgar sobre a remuneração dos órgãos de administração e fiscalização das sociedades emittentes (...), na sequência da publicação da Lei 28/2009, de 19 de junho”.

À luz deste enquadramento normativo, a Comissão de Fixação de Remunerações continuará a dar a sua contribuição no sentido do aperfeiçoamento da política de remunerações dos órgãos sociais da Cimpor. Sem prejuízo deste princípio orientador, esta Comissão considera que a adoção das melhores práticas se deve efetivar no contexto de um processo evolutivo que permita estabelecer, para cada exercício económico, objetivos progressivamente mais exigentes, para que a Cimpor possa constituir-se como uma referência de bom desempenho empresarial no contexto da indústria cimenteira.

Nesta linha de orientação, a Comissão de Fixação de Remunerações recomenda, aos acionistas e aos órgãos sociais da Cimpor, o seguinte:

- 1º Que no Relatório sobre o Governo da Sociedade, sejam contemplados todos os aspetos enunciados no Capítulo II, Secção IV, do Anexo I, do Regulamento da CMVM nº 1/2010, destacando, de modo especial, a designação do órgão competente para realizar a avaliação de desempenho dos Administradores executivos e a definição dos critérios pré-determinados com base nos quais se fará a avaliação desse desempenho;
- 2º Que, em execução do recomendado no número anterior, e tendo em vista objetivos de transparência e informação ao mercado, o Relatório sobre o Governo da Sociedade contenha informação objetiva acerca dos seguintes aspetos:

- (a) Limite máximo percentual da remuneração dos órgãos de administração e fiscalização no conjunto dos custos de pessoal de empresa;
- (b) Assumpção do princípio de que a remuneração total anual abrange a remuneração fixa, a remuneração variável e prestações com expressa pecuniária, como planos de pensões e planos de aquisição de ações ou opções, com exclusão dos custos relacionados com a utilização de viatura e telemóvel;
- (c) Percentagem da componente variável da remuneração, na remuneração total anual dos Administradores que exerçam funções executivas;
- (d) Parcela da remuneração variável cujo pagamento é diferido, bem como do período de diferimento;
- (e) Condições a que fica submetido o pagamento das verbas da remuneração variável com pagamento diferido;
- (f) Parcela da componente variável da remuneração ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela sociedade, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da empresa;
- (g) Planos complementares de pensões aprovados, ano a ano, em função do desempenho positivo da sociedade e do Administrador;
- (h) Regime aplicável aos Administradores sem funções executivas;
- (i) Remuneração específica para os membros não executivos do Conselho de Administração que façam parte de comissões especializadas, que funcionem na dependência do Conselho de Administração, ou de nomeação pela Assembleia Geral.

3º Que, a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração, a vigorar em 2011, seja estabelecida com base nos seguintes parâmetros:

Administrador que substitui o Presidente da Comissão Executiva (CEO) nas suas ausências e impedimentos: 75 a 85% do Presidente da Comissão Executiva (CEO);

Chief Financial Officer (CFO): 75 a 85% do Presidente da Comissão Executiva (CEO)

Vogais da Comissão Executiva: 70 a 80% do Presidente da Comissão Executiva (CEO);

Presidente do Conselho de Administração: 65 a 75% do Presidente da Comissão Executiva (CEO);

Membros não executivos que sejam presidentes de Comissões Especializadas: 20 a 30% do Presidente da Comissão Executiva (CEO);

Membros não executivos que sejam vogais de Comissões Especializadas: 15 a 25% do Presidente da Comissão Executiva (CEO);

Outros Administradores não executivos que não sejam membros de Comissões Especializadas: 10 a 20% do Presidente da Comissão Executiva (CEO);

De harmonia com os princípios acima definidos, junta-se à presente Declaração um Anexo onde constam os critérios de avaliação de desempenho dos membros da Comissão Executiva, propostos pela Comissão de Nomeações e Avaliação e os parâmetros de referência da política de remunerações.

4. Ajustamentos de transição

A Comissão de Fixação de Remunerações entende ser seu dever informar os acionistas que, em matéria de política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização, a Cimpor está a seguir um processo de adoção das recomendações da CMVM, baseado nos seguintes princípios:

- a. Ajustamento de uma só vez, e para a parte restante do mandato em curso, da relação entre as componentes fixa e variável, na remuneração total anual, através da redução do peso da remuneração variável, com a correspondente elevação da remuneração fixa;
- b. Adoção futura, da regra da aprovação de remunerações fixas para todo o mandato, variando a remuneração total anual dos Administradores

executivos, da avaliação do desempenho da empresa, e do desempenho individual, em cada exercício económico;

- c. Não redução da remuneração total anual, quando o resultado da avaliação de desempenho dos Administradores executivos atinja o grau de “Satisfatório”, ou superior, o que determinará um aumento sensível nas remunerações fixas dos Administradores executivos, já em 2011, de modo a acomodar a redução da remuneração variável;
- d. Eliminação de benefícios com expressão pecuniária com influência relevante na remuneração total anual, assegurando maior transparência na repartição por: remuneração fixa; remuneração variável; planos de pensões (quando aprovados pela Assembleia Geral); e planos de aquisição de ações, ou opções (também, quando aprovados pela Assembleia Geral).

18 de março de 2011

A Comissão de Fixação de Remunerações

ANEXO

(à Declaração da Comissão de Fixação de Remunerações)

PARÂMETROS DE REFERÊNCIA DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

1. Conceito de remuneração total

A remuneração total anual abrange a remuneração fixa, a remuneração variável e prestações com expressa pecuniária, como planos de pensões e planos de aquisição de ações ou opções, com exclusão dos custos relacionados com a utilização de viatura e telemóvel.

2. Estruturação da remuneração dos Administradores executivos

A remuneração dos Administradores executivos é composta por uma parcela fixa e variável.

O peso da remuneração fixa (RF) e da remuneração variável (RV) pode oscilar entre um mínimo de RF/RV de 100/0 e um máximo de 30/70, no primeiro caso correspondendo a uma performance que não atingiu mínimos de performance aceitáveis e no segundo caso relevando uma performance excepcional.

A repartição entre estas duas componentes de remuneração tem como ponto de partida um adequado equilíbrio entre ambas, expresso num *ratio* de 50/50 num cenário de concretização a 100% dos objetivos associados aos critérios de remuneração variável, aposta numa progressão agressiva da componente variável indutora de performance e desempenho, mas está limitada superiormente, de modo a desincentivar a assunção de estratégias de curto prazo potenciadoras de riscos e de desequilíbrios à Sociedade.

3. Remuneração Variável dos Administradores executivos

A remuneração variável será determinada anualmente de acordo com os critérios referenciados em 5. O pagamento da remuneração variável em numerário atribuída anualmente é diferida em 50% por um período de três anos a contar da sua atribuição, a qual terá lugar no mês seguinte à realização da Assembleia Geral de aprovação das contas referentes ao exercício a que tal remuneração respeita. Poderá haver lugar a remuneração variável em opções, cujo prazo de exercício será no mínimo de 3 anos, a contar da sua atribuição, com um Preço de Exercício igual à cotação da ação no momento da sua atribuição.

O pagamento da remuneração variável diferida (em numerário e em opções) está sujeito à continuação do desempenho positivo da sociedade e é anualmente

definida pela Comissão de Fixação de Remunerações, tendo em conta indicadores apropriados, uma avaliação do enquadramento económico e financeiro da empresa, da economia e do sector, e ainda de fatores excecionais e fora do controlo da gestão que possam influenciar a performance da Sociedade.

4. Remuneração dos Administradores não executivos

A remuneração dos Administradores não executivos é exclusivamente fixa e paga em numerário.

5. Critérios de avaliação da remuneração variável

Os critérios para avaliação de desempenho dos Administradores executivos dividem-se em quatro grandes grupos:

- Critérios individuais e critérios coletivos: Neste âmbito, pretende-se que haja uma maior valorização dos critérios coletivos em detrimento dos individuais, tendo em consideração o número de Administradores executivos da Cimpor e os pelouros distribuídos;
- Critérios de performance bolsista: Estes critérios atendem à criação de valor para os acionistas (via Total Shareholder Return) e, tal como sustentado pelas melhores práticas, privilegiam um elemento de comparabilidade, seja ao nível do mercado nacional (tomando por referência o PSI – 20) seja do sector cimenteiro (através da definição de um Peer Group Sectorial referente a empresas com dimensão e distribuição geográfica equiparáveis à Cimpor);
- Critérios de rendibilidade da empresa: Nesta sede, consideram-se indicadores de crescimento (crescimento do EBITDA em relação ao orçamento) e de comparabilidade sectorial (criação de valor e a performance relativa da rendibilidade do ativo, tendo por comparação o Peer Group Sectorial);
- Critérios qualitativos de gestão: Estes critérios atendem ao grau de concretização do plano de investimentos e a uma avaliação individual dos Administradores executivos pela Comissão de Nomeações e Avaliação.

A conjugação destes quatro vetores assegura o alinhamento com os interesses dos acionistas, um incentivo adequado à performance da gestão, a prossecução do real crescimento da empresa, a criação de riqueza para os acionistas bem como a sustentabilidade a longo prazo da Sociedade.

ANEXO III

Declaração da Comissão de Fixação de Remunerações

2012

Nos termos dos Artigos 2º e 3º da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, a Comissão de Fixação de Remunerações apresenta a Declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, a submeter à Assembleia Geral da Cimpor.

Ao fazê-lo a Comissão dá cumprimento a uma obrigação legal mas tem, igualmente, presente o seu dever de contribuir para a adopção das melhores práticas de governo societário, à luz das novas recomendações sobre a matéria, em especial as emanadas da CMVM para aplicação às sociedades cotadas. Tal significa que esta Declaração tem em conta, para além da Lei já citada, as normas aplicáveis do Código das Sociedades Comerciais, do Código dos Valores Mobiliários, do Regulamento da CMVM nº 1/2010, de 7 de Janeiro de 2010 e dos Estatutos da Cimpor.

1. O ano de 2011

Fruto de intenso trabalho realizado - em 2010 e primeiros meses de 2011 - no decurso do qual a Comissão de Fixação de Remunerações teve oportunidade de dar contributos de sua iniciativa e todos aqueles que lhe foram solicitados pelos accionistas representados nos órgãos sociais, foi possível aprovar uma nova política de remunerações para os órgãos de administração que introduziu alterações profundas em relação às práticas tradicionalmente adoptadas pela empresa. Em termos sintéticos, a nova política assenta nos seguintes pilares:

- (a) Conformidade com o que a lei prescreve sobre a matéria;
- (b) Acolhimento das orientações e recomendações relevantes difundidas pela CMVM, em especial no seu Código de Governo das Sociedades;
- (c) Alinhamento com as práticas das principais empresas cotadas em Portugal;
- (d) Ajustamento aos mercados específicos da empresa, de harmonia com a vontade expressa pelos accionistas representados nos órgãos sociais.

A descrição da nova política ficou feita de modo exaustivo no Relatório e Contas da Cimpor aprovado na Assembleia Geral de 18 de Abril de 2011, no seu Capítulo III - Relatório sobre o Governo da Sociedade. Ai se podem encontrar, no número II, relativo aos órgãos de administração e fiscalização, entre outros pontos que dão cumprimento às obrigações legais, as seguintes matérias autónomas que traduzem a política de remunerações seguida na empresa, para as quais a Comissão de Fixação de Remunerações considera dever chamar a atenção dos accionistas:

Ponto II.29. Política de remuneração da sociedade;

Ponto II.30. Descrição da política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho;

Ponto II.32. Alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade bem como sobre o modo como é baseada a avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos;

Ponto II.33. Relativamente à remuneração dos administradores executivos:

- (a) Referência ao facto de a remuneração dos administradores executivos integrar uma componente variável e informação sobre o modo como esta componente depende da avaliação do desempenho;
- (b) Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação do desempenho dos administradores executivos;
- (c) Indicação dos critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos;
- (d) Importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos administradores, assim como a indicação acerca dos limites máximos para cada componente;
- (e) Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração;
- (f) Explicação sobre o modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo do período de diferimento;
- (g) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição da remuneração variável em acções bem como sobre a manutenção pelos

- administradores executivos, das acções da sociedade a que tenham acedido, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas acções, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respectivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual;
- (h) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício;
 - (i) Identificação dos principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários;
 - (j) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos;
 - (k) Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício;
 - (l) Referência à limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração;
 - (m) Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;
 - (n) Descrição das principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores, indicando se foram, ou não, sujeitas a apreciação pela assembleia-geral;
 - (o) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores;
 - (p) Existência de mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável.

Ponto II.34. Referência ao facto de a remuneração dos administradores não executivos do órgão de administração não integrar componentes variáveis.

Faz-se esta longa recapitulação dos tópicos pertinentes do Capítulo III do Relatório e Contas da Cimpor para sublinhar os aspectos fundamentais da política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização da empresa que, de outro modo, poderiam passar despercebidos dos accionistas, autoridades e outros interessados na condução da actividade da Cimpor. Mas o exercício serve, igualmente, para reconhecer, expressa e formalmente, o facto de terem

sido satisfeitos todos os objectivos enunciados na Declaração desta Comissão, e respectivo anexo, que constou do Ponto número 4 da Ordem do Dia da Assembleia-Geral Anual realizada no dia 18 de Abril de 2011. A Comissão de Fixação de Remunerações considera que, ao proceder deste modo, a Cimpor está a fornecer ao mercado toda a informação útil sobre a política seguida em matéria de remuneração dos órgãos de administração e fiscalização.

2. Orientação para 2012

A Comissão de Fixação de Remunerações considera que, depois dos progressos realizados, a Cimpor compara favoravelmente os padrões mais exigentes de cumprimento das obrigações legais, recomendações e orientações que vigoram, na matéria. Importa agora dar o tempo necessário para que o novo modelo de avaliação do desempenho demonstre todas as suas virtualidades que, neste primeiro ano de vigência, apenas começaram a ser percebidas.

Por outro lado, esta Comissão não ignora que os órgãos sociais da empresa estão em pleno cumprimento do mandato de 2009/2012, afigurando-se prudente, também por esse facto, que neste último ano de mandato não se verifiquem alterações ao sistema implantado, salvo se impostas por legislação específica.

Finalmente, a opção tomada pelos órgãos sociais de incluir no Relatório e Contas um capítulo específico para divulgação das remunerações auferidas individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade - distribuídas pelas componentes fixa e variável (Ponto II.31 do Relatório e Contas de 2010) - fornece ao mercado e a todos os interessados informação suficiente para análise não apenas da política seguida como dos correspondentes resultados.

Em consequência do que fica enunciado, a Comissão de Fixação de Remunerações recomenda que no exercício de 2012 se mantenham a política de remunerações e o sistema de avaliação de desempenho, tal como estão reflectidos no Capítulo III do Relatório e Contas da Cimpor relativo ao exercício de 2010.

22 de Março de 2012.

A Comissão de Fixação de Remunerações

2. LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS QUALIFICADAS

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS QUALIFICADAS⁽¹⁾

Acionistas	Nº de Ações	% do Capital Social ⁽²⁾	% de Direitos de Voto
Grupo Camargo Corrêa	221.360.153	32,94%	32,94%
Rosana Camargo de Arruda Botelho, Renata de Camargo Nascimento e Regina de Camargo Pires Oliveira Dias que controlam diretamente em conjunto a sociedade RRRPN - Empreendimentos e Participações, S.A. e de forma isolada, respetivamente, as sociedades (a) RCABON Empreendimentos e Participações, S.A. e a RCABPN Empreendimentos e Participações, S.A.; (b) RCNON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCNPN Empreendimentos e Participações, S.A.; e (c) RCPODON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCPODPN Empreendimentos e Participações, S.A.	221.360.153	32,94%	32,94%
Através das sociedades RRRPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCABON Empreendimentos e Participações, S.A., RCABPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCNON Empreendimentos e Participações, S.A., RCNPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCPODON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCPODPN Empreendimentos e Participações, S.A.	221.360.153	32,94%	32,94%
Através da sociedade, por si controlada direta e conjuntamente, Participações Morro Vermelho, S.A.	221.360.153	32,94%	32,94%
Através da sociedade Camargo Corrêa, S.A. por si integralmente controlada	221.360.153	32,94%	32,94%
Através da sociedade Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l.	221.360.153	32,94%	32,94%
Grupo Votorantim	142.492.130	21,20%	30,84%
Antônio Ermírio de Moraes, que controla diretamente a sociedade AEM Participações S.A., Ermírio Pereira de Moraes, que controla directamente a sociedade ERMAN Participações S.A., Maria Helena Moraes Scripilliti que controla diretamente a sociedade MRC Participações, S.A., e José Ermírio Moraes Neto, José Roberto Ermírio de Moares e Neide Helena de Moraes, que controlam direta e conjuntamente a sociedade JEMF Participações, S.A.	142.492.130	21,20%	30,84%
Através das sociedades AEM Participações, S.A., ERMAN Participações, S.A., MRC Participações, S.A. e JEMF Participações, S.A.	142.492.130	21,20%	30,84%
Através da sociedade, por si controlada direta e conjuntamente, Hejoassu Administração, S.A.	142.492.130	21,20%	30,84%
Através da sociedade Votorantim Participações, S.A. por si controlada	142.492.130	21,20%	30,84%
Directamente e através da sociedade Votorantim Industrial, S.A., por si controlada	142.492.130	21,20%	30,84%
Através da sociedade Votorantim Cimentos, S.A. ⁽⁵⁾	142.492.130	21,20%	30,84%
Manuel Fino, SGPS, S.A.	71.735.860	10,67%	20,27%
Através das sociedades por si integralmente dominadas Limar, Limited e Jevon, Limited.	71.735.860	10,67%	20,27%
Através da sociedade Investifino - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. ⁽⁶⁾⁽⁷⁾ , dominada pela Limar, Limited e participada pela Jevon, Limited.	71.735.860	10,67%	20,27%
Por si	71.734.000	10,67%	20,27%
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.	1.460	0,00%	0,00%
Através das sociedades por si integralmente dominadas:			
Fino Participações SGPS, S.A.	100	0,00%	0,00%

Acionistas	Nº de Ações	% do Capital Social ⁽²⁾	% de Direitos de Voto
Predifino – Sociedade Imobiliária, S.A.	100	0,00%	0,00%
Quinta da Ramada Imobiliário, S.A.	100	0,00%	0,00%
Quinta da Ramada – Sociedade Agrícola, SA.	100	0,00%	0,00%
Banco Comercial Português, S.A. (BCP) e Fundo de Pensões do BCP	67.474.186	10,04%	10,04%
Banco Comercial Português, S.A. e entidades consigo relacionadas ⁽⁴⁾	274.186	0,04%	0,04%
Banco Comercial Português, S.A.	500	0,00%	0,00%
Banco Millennium BCP Investimento, S.A.	261.586	0,04%	0,04%
Fundação Banco Comercial Português	12.100	0,00%	0,00%
Fundo de Pensões do Banco Comercial Português, S.A.	67.200.000	10,00%	10,00%
Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) ⁽⁶⁾	64.776.365	9,64%	30,84%
Por si	64.473.258	9,59%	30,80%
Através da sociedade Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., integralmente por si detida	92.101	0,01%	0,01%
Através da sociedade Fidelidade Mundial, S.A., integralmente por si detida	83.564	0,01%	0,01%
Através da sociedade Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A., integralmente por si detida	8.537	0,00%	0,00%
Através da Parcaixa, SGPS, S.A., por si controlada	54.653	0,01%	0,01%
Através do Fundo de Pensões da Caixa Geral de Depósitos, S.A.	156.353	0,02%	0,02%

⁽¹⁾ Conforme Comunicados de Participações Qualificadas e outras informações recebidas pela sociedade.

⁽²⁾ Com direito de voto

⁽³⁾ A sociedade é integralmente dominada pela Manuel Fino, SGPS, S.A.

⁽⁴⁾ Conforme previsto no artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários

⁽⁵⁾ Imputação de direitos de voto em conformidade com acordo parassocial com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., ao abrigo do artigo 20º do CVM.

⁽⁶⁾ Imputação de direitos de voto em conformidade com acordo parassocial com a Votorantim Cimentos, S.A., ao abrigo do artigo 20º do CVM.

⁽⁷⁾ Contrato de opção de compra de 64.406.000 ações (9,6% do capital social) à Caixa Geral de Depósitos, S.A. em seu favor. Conforme divulgado, esta opção venceu, sem exercício, em Fevereiro de 2012.

3. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o prescrito no art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais e no regulamento nº 5/2008 da CMVM, a seguir se indica o movimento havido, durante o exercício de 2011, das ações e obrigações Cimpor pertencentes aos membros

dos órgãos de administração e fiscalização, quadros dirigentes e entidades estreitamente relacionadas com os mesmos:

Ações

Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Acionistas	N.º Títulos 31-12-2010	N.º Títulos 31-12-2011	Movimentos em 2011			
			Aquisições	Alienações	Preço Unit. €	Data
António José de Castro Guerra	10.000	10.000				
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	25.000	25.000				
José Manuel Baptista Fino	1.050	1.050				
Luí Filipe Sequeira Martins	71.090	71.090				
	75.795					
Manuel Luis Barata de Faria Blanc			25.000		2,850	31-mar
			25.000		4,250	31-mar
		125.795				
António Carlos Custódio Morais Varela	51.320	51.320				
Luí Miguel da Silveira Ribeiro Vaz	23.320	23.320				

Quadros Dirigentes

Acionistas	N.º Títulos 31-12-2010	N.º Títulos 31-12-2011	Movimentos em 2011			
			Aquisições	Alienações	Preço Unit. €	Data
	26.880					
Alexandre Roncon Garcez de Lencastre			4.200		4,250	25-mar
			6.200		2,850	25-mar
			5.100		4,250	25-mar
			2.808		4,077	30-mai
		45.188				
	12.730					
			3.400		4,250	25-mar
Álvaro João Serra Nazaré			3.700		2,850	25-mar
			2.400		4,250	25-mar
			2.538		4,077	30-mai
		24.768				
	9.080					
Álvaro Nunes Gomes			2.400		2,850	25-mar
		11.480				
	4.640					
Angel Longarela Pena			2.500		2,850	25-mar
		7.140				
	10.330					
			1.700		4,250	25-mar
Duarte Nuno Ferreira Marques da Silva			2.500		2,850	25-mar
			1.800		4,250	25-mar
			2.800		4,077	30-mai
		19.130				
	9.240					
			2.300		4,250	25-mar
			3.200		2,850	25-mar
Fernando Santos Plaza			2.300		4,250	25-mar
			2.501		4,077	30-mai
		19.541				
	11.330					
			2.500		4,250	25-mar
João Sande e Castro Salgado			3.300		2,850	25-mar
		17.130				
	12.480					
			2.800		4,250	25-mar
Jorge Manuel Afonso Esteves dos Reis			3.600		2,850	25-mar
			2.700		4,250	25-mar
			2.246		4,077	30-mai
		23.826				

Acionistas	N.º Titulos 31-12-2010	N.º Titulos 31-12-2011	Movimentos em 2011			
			Aquisições	Alienações	Preço Unit. €	Data
	270					
Sara Marques Steiger Garção Esteves dos Reis ⁽¹⁾		270				
	6.474 ⁽²⁾					
Jorge Manuel Pereira Saraiva			1.631		4,077	30-mai
		8.105				
	25.500					
			5.200		4,250	25-mar
José Augusto Brás Chaves			6.800		2,850	25-mar
			5.200		4,250	25-mar
			3.274		4,077	30-mai
		45.974				
	8.620					
				155	5,080	21-mar
				2.975	5,080	21-mar
				216	5,080	21-mar
				499	5,080	21-mar
				205	5,080	21-mar
Pedro Manuel de Freitas Pires Marques				320	5,080	21-mar
				131	5,080	21-mar
				499	5,080	21-mar
			2.000		4,250	25-mar
			2.700		2,850	25-mar
			2.000		4,250	25-mar
			2.089		4,077	30-mai
		12.409				
	0 ⁽²⁾					
Pieter Karl Strauss			2.452		4,077	30-mai
		2.452				
	9.260					
			1.800		4,250	25-mar
			2.400		2,850	25-mar
Sérgio José Alves de Almeida			1.800		4,250	25-mar
			1.905		4,077	30-mai
		17.165				
	4.370					
				383	4,857	11-fev
Valter Garbinatto de Albuquerque				617	4,856	11-fev
				1.000	4,955	14-abr
		2.370				

Acionistas	N.º Títulos 31-12-2010	N.º Títulos 31-12-2011	Movimentos em 2011			
			Aquisições	Alienações	Preço Unit. €	Data
	6.520					
Victor Manuel de Barros Albuquerque			2.800		4,250	25-mar
			3.000		2,850	25-mar
			2.079		4,077	30-mai
		14.399				
	3.100 ⁽²⁾					
Vitor Miguel Martins Jorge da Silva			1.449		4,077	30-mai
		4.549				

⁽¹⁾ Pessoa estreitamente relacionada com Jorge Manuel Afonso Esteves dos Reis, dirigente do Grupo

⁽²⁾ À data da sua inclusão na lista de dirigentes prevista no artigo 15º do Regulamento da CMVM nº 5/2008 (11-05-2011). Declarações de adesão ao plano ODS assinadas até 30 de Junho com efeitos retroativos a 18 de Abril de 2011.

Opções Vincendas

Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Nome	Série	Preço de Exercício	Opções Vincendas em:			Data de Atribuição
			2012	2013	Entre 2014 e 2017	
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	ODS 2011	€ 4,986			150.000	18-abr-11
	P'04 2009	€ 2,850	25.000	-	-	1-jun-09
			(25.000)	-	-	31-mai-11 ⁽¹⁾
Luís Filipe Sequeira Martins	P'04 2010	€ 4,250	22.000	22.000	-	21-mai-10
			(22.000)	(22.000)	-	31-mai-11 ⁽¹⁾
	ODS 2011	€ 4,986			171.000	18-abr-11
António Carlos Custódio Morais Varela	P'04 2010	€ 4,250	22.000	22.000	-	21-mai-10
			(22.000)	(22.000)		31-mai-11 ⁽¹⁾
	ODS 2011	€ 4,986			154.333	18-abr-11
Luís Miguel da Silveira Ribeiro Vaz	P'04 2010	€ 4,250	21.000	21.000	-	21-mai-10
			(21.000)	(21.000)	-	31-mai-11 ⁽¹⁾
	ODS 2011	€ 4,986			138.000	18-abr-11
Manuel Luis Barata de Faria Blanc	P'04 2009	€ 2,850	25.000	-	-	1-jun-09

⁽¹⁾ Exercício por liquidação financeira, com pagamento parcialmente diferido e condicionado ao desempenho positivo da Sociedade, para enquadramento na nova filosofia de alinhamento de interesses dos colaboradores com a Cimpdor.

Quadros Dirigentes

Acionistas	Série	Preço de Exercício	Opções Vincendas em:			Data de Atribuição
			2012	2013	Entre 2014 e 2017	
Alexandre Roncon Garcez de Lencastre	P'04 2009	€ 2,850	6.200	-	-	1-jun-09
	P'04 2010	€ 4,250	5.100	5.100	-	21-mai-10
	ODS 2011	€ 4,986			25.400	18-abr-11
Álvaro João Serra Nazaré	P'04 2009	€ 2,850	3.700	-	-	1-jun-09
	P'04 2010	€ 4,250	3.400	3.400	-	21-mai-10
	ODS 2011	€ 4,986			14.000	18-abr-11
Álvaro Nunes Gomes	P'04 2009	€ 2,850	2.400	-	-	1-jun-09
	P'04 2010	€ 4,250	1.700	1.700	-	21-mai-10
Angel Longarela Pena	P'04 2009	€ 2,850	2.500	-	-	1-jun-09
	P'04 2010	€ 4,250	-	-	-	21-mai-10
	ODS 2011	€ 4,986			6.700	18-abr-11
Duarte Nuno Ferreira Marques da Silva	P'04 2009	€ 2,850	2.500	-	-	1-jun-09
	P'04 2010	€ 4,250	1.700	1.700	-	21-mai-10
	ODS 2011	€ 4,986			6.400	18-abr-11
Fernando Santos Plaza	P'04 2009	€ 2,850	3.200	-	-	1-jun-09
	P'04 2010	€ 4,250	2.300	2.300	-	21-mai-10
	ODS 2011	€ 4,986			9.200	18-abr-11
João Sande e Castro Salgado	P'04 2009	€ 2,850	3.300	-	-	1-jun-09
	P'04 2010	€ 4,250	2.500	2.500	-	21-mai-10
	ODS 2011	€ 4,986			12.600	18-abr-11
Jorge Manuel Afonso Esteves dos Reis	P'04 2009	€ 2,850	3.600	-	-	1-jun-09
	P'04 2010	€ 4,250	2.800	2.800	-	21-mai-10
	ODS 2011	€ 4,986			10.500	18-abr-11

Acionistas	Série	Preço de Exercício	Opções Vincendas em:			Data de Atribuição
			2012	2013	Entre 2014 e 2017	
Jorge Manuel Pereira Saraiva	P'04 2009	€ 2,850	1.300		-	1-jun-09
	P'04 2010	€ 4,250	1.000	1.000	-	21-mai-10
	ODS 2011	€ 4,986			9.300	18-abr-11
José Augusto Brás Chaves	P'04 2009	€ 2,850	6.800	-	-	1-jun-09
	P'04 2010	€ 4,250	5.200	5.200	-	21-mai-10
	ODS 2011	€ 4,986			20.200	18-abr-11
Pedro Manuel de Freitas Pires Marques	P'04 2009	€ 2,850	2.700	-	-	1-jun-09
	P'04 2010	€ 4,250	2.000	2.000	-	21-mai-10
	ODS 2011	€ 4,986			7.700	18-abr-11
Pieter Karl Strauss	ODS 2011	€ 4,986			5.200	18-abr-11
Sérgio José Alves de Almeida	P'04 2009	€ 2,850	2.400	-	-	1-jun-09
	P'04 2010	€ 4,250	1.800	1.800	-	21-mai-10
	ODS 2011	€ 4,986			7.900	18-abr-11
Valter Garbinatto de Albuquerque	P'04 2009	€ 2,850	2.000	-	-	1-jun-09
	P'04 2010	€ 4,250	1.000	1.000	-	21-mai-10
	ODS 2011	€ 4,986			8.300	18-abr-11
Victor Manuel de Barros Albuquerque	P'04 2009	€ 2,850	3.000	-	-	1-jun-09
	P'04 2010	€ 4,250	2.800	2.800	-	21-mai-10
	ODS 2011	€ 4,986			10.500	18-abr-11
Vitor Miguel Martins Jorge da Silva	P'04 2009	€ 2,850	1.800		-	01-jun-09
	P'04 2010	€ 4,250	1.300	1.300	-	21-mai-10
	ODS 2011	€ 4,986			7.900	18-abr-11

Obrigações

Obrigações emitidas pela Cimpor Financial Operations, BV⁽¹⁾ (CIMPLL 4,5 27/05/2011)
pelo valor nominal de €1.000

Nome	Nº Obrigações 31-12-2010	Nº Obrigações 31-12-2011	Movimentos em 2011	
			Vencidas	Data
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	13.000	-	13.000	27-mai-11
Luís Miguel da Silveira Ribeiro Vaz	500	-	500	27-mai-11
Caixa-Banco de Investimento, S.A. ⁽²⁾	5.923	-	5.923	27-mai-11

⁽¹⁾ Sociedade integralmente detida pela CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.

⁽²⁾ Aqui apresentado pelo facto de Jorge Humberto Correia Tomé, membro do Conselho de Administração da Cimpor (apresentou renúncia ao cargo em Fevereiro de 2012), ser membro do Conselho de Administração da Caixa-Banco de Investimento, S.A.

Sociedades estreitamente relacionadas com Dirigentes

Acionistas	N.º Títulos 31-12-2010	N.º Títulos 31-12-2011	Movimentos em 2011			Data
			Aquisições	Alienações	Preço Unit. €	
Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l. ⁽¹⁾	221.360.153	221.360.153				
Votorantim Cimentos S.A. ⁽²⁾	142.492.130	142.492.130				
Investifino - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. ⁽³⁾	71.734.000	71.734.000				
Caixa Geral de Depósitos, S.A. ⁽⁴⁾	64.477.124	64.473.258	208.458	212.324	4,865 ⁽⁵⁾ 4,942 ⁽⁵⁾	Entre 4 de janeiro e 1 de dezembro
Parcaixa, SGPS, S.A. ⁽⁴⁾	57.653	54.653	139.531	142.531	4,946 ⁽⁵⁾ 5,151 ⁽⁵⁾	Entre 14 de janeiro e 20 de outubro
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. ⁽⁴⁾	20.700	83.564	64.089	1.225	5,083 ⁽⁵⁾ 5,230 ⁽⁵⁾	Entre 15 de março e 29 de dezembro
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A. ⁽⁴⁾	1.390	8.537	8.537	1.390	5,041 ⁽⁵⁾ 5,230 ⁽⁵⁾	Entre 15 de março e 23 de maio
		8.537				

⁽¹⁾ Por José Édison Barros Franco, consigo relacionado, ser também membro do Conselho de Administração da Cimpdor.

⁽²⁾ Por Walter Schalka, consigo relacionado, ser também membro do Conselho de Administração da Cimpdor.

⁽³⁾ Por José Manuel Baptista Fino, consigo relacionado, ser também membro do Conselho de Administração da Cimpdor.

⁽⁴⁾ Por Jorge Humberto Correia Tomé, consigo relacionado ser também membro do Conselho de Administração da Cimpdor. (Apresentou renúncia ao cargo em Fevereiro de 2012).

⁽⁵⁾ Preço médio. O detalhe destas transações encontra-se publicado em anexo a este relatório.

Oneração de Acções:

Acionistas	N.º Títulos 31-12-2010	N.º Títulos 31-12-2011	Movimentos em 2011		
			Onerações	Desonerações	Data
Investifino - Investimentos e Participações, S.G.P.S. ⁽¹⁾	71.734.000				
		71.734.000			

⁽¹⁾ Pela pessoa consigo relacionada, José Manuel Baptista Fino, ser também membro do Conselho de Administração da Cimpor.

Opções sobre Acções:

Beneficiário	N.º Títulos	Tipo de Opção	Presente Titular das Acções	Termo da Opção
Investifino - Investimentos e Participações, S.G.P.S. ⁽¹⁾⁽²⁾	64.406.000	Compra	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	16 de fevereiro de 2012

⁽¹⁾ Conforme divulgado oficialmente em comunicado de Participação Qualificada a 16 de fevereiro de 2009 na sequência da alienação desta participação da Investifino - Investimentos e Participações, SGPS, à Caixa Geral de Depósitos, S.A., ao preço de €4,75 por ação.) Conforme comunicado ao mercado esta opção venceu sem exercício em fevereiro de 2012.

⁽²⁾ Conforme comunicado ao mercado esta opção venceu sem exercício em fevereiro de 2012.

ANEXO:

Ações Próprias: (Alienações)								
Data	Preço Unitário	Quantidade	Data	Preço Unitário	Quantidade	Data	Preço Unitário	Quantidade
25-mar	2,850	165.650	31-mar	2,850	25.000	3-jun	4,077	233
25-mar	4,250	91.560	31-mar	4,250	25.000	30-jun	4,077	3.924
25-mar	4,250	100.562	30-mai	4,077	238.770			

Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Aquisições)			Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Aquisições)			Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Aquisições)		
Data	Preço Unitário	Quantidade	Data	Preço Unitário	Quantidade	Data	Preço Unitário	Quantidade
11-jan	4,937	603	1-fev	4,970	10.000	6-jul	5,381	1.140
11-jan	4,937	1.100	2-fev	4,910	16.750	6-jul	5,381	860
11-jan	4,937	1.696	3-fev	4,855	10.000	6-jul	5,381	1.140
11-jan	4,937	4.634	4-fev	4,875	55	6-jul	5,381	860
11-jan	4,950	2.237	4-fev	4,876	303	11-jul	5,282	831
11-jan	4,950	2.125	4-fev	4,876	90	11-jul	5,282	831
11-jan	4,950	1.241	4-fev	4,879	4.016	11-jul	5,282	68
26-jan	5,005	2.400	4-fev	4,879	1.045	11-jul	5,282	68
26-jan	5,005	831	4-fev	4,869	25.000	11-jul	5,282	695
26-jan	5,005	1.798	10-fev	4,853	356	11-jul	5,282	1.637
26-jan	5,006	934	10-fev	4,853	735	11-jul	5,282	27
26-jan	5,006	4.894	10-fev	4,868	1.091	27-jul	5,170	18
26-jan	5,006	51	10-fev	4,871	761	2-ago	5,257	184
27-jan	4,960	15.000	10-fev	4,871	330	2-ago	5,258	478
31-jan	4,910	1.100	10-fev	4,884	66	2-ago	5,258	271
31-jan	4,910	874	10-fev	4,884	1.570	2-ago	5,258	265
31-jan	4,910	400	21-fev	4,830	25.000	2-ago	5,260	306
31-jan	4,910	500	6-abr	5,020	1.699	2-ago	5,260	300
31-jan	4,910	92	6-abr	5,020	608	2-ago	5,260	1.400
31-jan	4,916	879	6-abr	5,020	419	2-ago	5,260	433
31-jan	4,916	818	28-abr	4,642	25.000	2-ago	5,260	537
31-jan	4,916	246	3-mai	4,571	12.469			
31-jan	4,916	1.762	4-mai	4,700	12.531			

INFORMAÇÕES EXIGIDAS
POR DIPLOMAS LEGAIS

Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Alienações)			Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Alienações)			Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Alienações)		
Data	Preço Unitário	Quantidade	Data	Preço Unitário	Quantidade	Data	Preço Unitário	Quantidade
4-jan	5,093	850	24-jan	4,930	230	8-fev	4,907	545
4-jan	5,093	116	24-jan	4,930	550	8-fev	4,907	545
4-jan	5,120	227	2-fev	4,915	1.100	8-fev	4,908	55
4-jan	5,120	2.188	2-fev	4,915	472	9-fev	4,906	1.091
4-jan	5,126	1.322	2-fev	4,915	1.080	14-fev	4,950	545
4-jan	5,132	484	2-fev	4,916	502	14-fev	4,969	1.091
4-jan	5,141	5	2-fev	4,917	200	15-fev	4,970	547
4-jan	5,141	559	2-fev	4,917	300	15-fev	4,993	368
4-jan	5,141	32	2-fev	4,920	266	15-fev	4,993	747
4-jan	5,141	213	2-fev	4,920	1.500	15-fev	5,000	1.067
4-jan	5,141	157	7-fev	4,854	531	15-fev	5,024	545
5-jan	5,062	323	7-fev	4,855	2.000	23-fev	4,890	25.000
5-jan	5,062	1.247	7-fev	4,856	1.844	24-fev	4,936	10.309
5-jan	5,062	1.898	7-fev	4,860	1.232	25-fev	4,936	14.691
5-jan	5,062	1.646	7-fev	4,860	797	1-mar	4,980	20
5-jan	5,071	595	7-fev	4,860	906	1-mar	4,980	235
5-jan	5,071	1.000	7-fev	4,860	875	1-mar	4,980	253
7-jan	5,121	278	7-fev	4,860	2.145	1-mar	4,980	9
7-jan	5,121	222	7-fev	4,860	387	1-mar	4,980	253
7-jan	5,121	682	7-fev	4,860	797	1-mar	4,980	275
7-jan	5,121	84	7-fev	4,860	958	1-mar	4,980	239
7-jan	5,121	500	7-fev	4,871	1.074	1-mar	4,981	18
24-jan	4,925	405	7-fev	4,871	1.711	1-mar	4,983	275
24-jan	4,925	3.149	7-fev	4,871	26	1-mar	4,983	2
24-jan	4,925	1.213	8-fev	4,892	518	1-mar	4,984	237
24-jan	4,930	5.361	8-fev	4,892	27	1-mar	4,987	245

Caixa Geral de Depósitos. S.A. (Alienações)			Caixa Geral de Depósitos. S.A. (Alienações)			Caixa Geral de Depósitos. S.A. (Alienações)		
Data	Preço Unitário	Quantidade	Data	Preço Unitário	Quantidade	Data	Preço Unitário	Quantidade
1-abr	5,091	364	6-mai	4,795	913	8-jul	5,468	120
1-abr	5,093	336	6-mai	4,795	260	8-jul	5,468	108
1-abr	5,093	61	8-jun	5,299	1.177	8-jul	5,468	101
1-abr	5,100	346	1-jul	5,300	1.485	8-jul	5,468	75
1-abr	5,100	353	1-jul	5,318	612	8-jul	5,468	65
1-abr	5,100	242	1-jul	5,298	531	8-jul	5,468	39
1-abr	5,103	51	1-jul	5,320	519	8-jul	5,468	37
1-abr	5,103	304	1-jul	5,318	510	8-jul	5,468	36
1-abr	5,103	349	1-jul	5,312	500	8-jul	5,468	34
1-abr	5,103	394	1-jul	5,320	53	8-jul	5,468	34
1-abr	5,106	27	1-jul	5,332	39	8-jul	5,468	24
7-abr	5,063	547	1-jul	5,311	39	8-jul	5,468	18
7-abr	5,064	130	5-jul	5,461	860	8-jul	5,468	2
7-abr	5,064	280	5-jul	5,461	857	22-jul	5,260	1.412
7-abr	5,064	1.426	5-jul	5,461	857	22-jul	5,260	1.171
7-abr	5,064	343	5-jul	5,461	857	22-jul	5,260	500
2-mai	4,770	25.000	5-jul	5,461	857	22-jul	5,260	448
3-mai	4,570	3.173	8-jul	5,468	658	22-jul	5,260	304
3-mai	4,570	500	8-jul	5,468	575	22-jul	5,260	183
5-mai	4,715	25.000	8-jul	5,468	499	22-jul	5,260	139
6-mai	4,795	108	8-jul	5,468	293	1-ago	5,387	767
6-mai	4,795	300	8-jul	5,468	282	1-ago	5,387	191
6-mai	4,795	856	8-jul	5,468	265	19-ago	4,976	804
6-mai	4,795	836	8-jul	5,468	219	19-ago	4,976	515
6-mai	4,795	200	8-jul	5,468	193	19-ago	4,976	500
6-mai	4,795	200	8-jul	5,468	166	19-ago	4,975	500

INFORMAÇÕES EXIGIDAS
POR DIPLOMAS LEGAIS

Caixa Geral de Depósitos. S.A. (Alienações)			Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial. S.A. (Aquisições)			Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial. S.A. (Aquisições)		
Data	Preço Unitário	Quantidade	Data	Preço Unitário	Quantidade	Data	Preço Unitário	Quantidade
19-ago	4,975	500	15-mar	5,060	8.593	1-abr	5,091	881
19-ago	4,975	500	22-mar	5,011	85	1-abr	5,091	119
19-ago	4,975	452	22-mar	5,011	19	1-abr	5,091	235
19-ago	4,904	355	22-mar	5,011	711	1-abr	5,091	35
19-ago	4,975	48	22-mar	5,014	2.000	1-abr	5,091	64
1-set	5,310	3.683	22-mar	5,014	50	1-abr	5,091	58
1-set	5,335	1.144	22-mar	5,014	2.000	1-abr	5,091	325
1-set	5,320	295	22-mar	5,014	1.141	1-abr	5,099	202
3-out	4,922	3.328	22-mar	5,024	917	1-abr	5,099	994
3-out	4,930	1.000	22-mar	5,025	1.000	1-abr	5,100	1.729
3-out	4,922	306	22-mar	5,025	670	1-abr	5,100	4
3-out	4,930	108	29-mar	5,020	70	1-abr	5,105	4
3-out	4,930	100	29-mar	5,020	889	1-abr	5,105	2.228
3-out	4,922	100	29-mar	5,020	50	1-abr	5,106	180
3-out	4,920	80	29-mar	5,020	994	1-abr	5,106	412
3-out	4,920	80	29-mar	5,020	402	1-abr	5,106	33
3-out	4,922	31	29-mar	5,024	916	1-abr	5,106	233
1-nov	5,200	3.611	29-mar	5,025	150	1-abr	5,122	858
1-nov	5,200	1.532	29-mar	5,025	863	6-abr	5,020	1.000
1-dez	5,041	3.886	29-mar	5,025	187	6-abr	5,020	4.000
1-dez	5,050	675	29-mar	5,025	1.200	6-abr	5,020	65
1-dez	5,041	590	29-mar	5,025	1.200	6-abr	5,020	7.803
			29-mar	5,025	1.200	6-abr	5,022	1.000
			29-mar	5,025	473	6-abr	5,022	3.326

Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial. S.A. (Alienações)		
Data	Preço Unitário	Quantidade
23-mai	5,230	340
23-mai	5,230	885

Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial. S.A. (Aquisições)			Império Bonança - Companhia de Seguros. S.A. (Aquisições)			Império Bonança - Companhia de Seguros. S.A. (Aquisições)		
Data	Preço Unitário	Quantidade	Data	Preço Unitário	Quantidade	Data	Preço Unitário	Quantidade
23-mai	5,221	2.222	15-mar	5,060	63	29-mar	5,020	3
23-mai	5,221	304	15-mar	5,060	527	29-mar	5,024	102
23-mai	5,221	21	15-mar	5,060	253	29-mar	5,024	50
23-mai	5,221	21	15-mar	5,060	49	29-mar	5,025	873
23-mai	5,229	556	15-mar	5,060	318	1-abr	5,091	283
23-mai	5,229	51	15-mar	5,060	212	1-abr	5,099	198
23-mai	5,229	51	22-mar	5,011	1	1-abr	5,100	287
23-mai	5,270	2.001	22-mar	5,011	54	1-abr	5,105	4
23-mai	5,270	2.500	22-mar	5,011	38	1-abr	5,105	4
23-mai	5,270	153	22-mar	5,011	2	1-abr	5,105	52
23-mai	5,270	553	22-mar	5,011	40	1-abr	5,105	41
23-mai	5,270	198	22-mar	5,014	859	1-abr	5,105	159
23-mai	5,270	449	22-mar	5,024	151	1-abr	5,105	110
23-mai	5,270	265	22-mar	5,025	277	1-abr	5,106	142
23-mai	5,270	921	29-mar	5,020	111	1-abr	5,122	142
23-mai	5,270	69	29-mar	5,020	130	6-abr	5,020	2.132
23-mai	5,270	210	29-mar	5,020	153	6-abr	5,022	717
23-mai	5,270	1.193						
23-mai	5,270	7						
23-mai	5,270	477						
17-nov	5,059	60						
29-dez	5,187	239						

Império Bonança - Companhia de Seguros. S.A. (Alienações)		
Data	Preço Unitário	Quantidade
23-mai	5,230	1.390

Parcaixa. SGPS. S.A. (Aquisições)			Parcaixa. SGPS. S.A. (Aquisições)			Parcaixa. SGPS. S.A. (Aquisições)		
Data	Preço Unitário	Quantidade	Data	Preço Unitário	Quantidade	Data	Preço Unitário	Quantidade
14-jan	5,045	21	21-jan	4,990	804	9-mar	4,960	1.500
14-jan	5,045	28	21-jan	4,990	411	9-mar	4,960	18
14-jan	5,045	1	21-jan	4,990	1.785	9-mar	4,960	41
14-jan	5,045	576	21-jan	4,990	981	9-mar	4,965	250
14-jan	5,045	29	21-jan	4,996	100	9-mar	4,965	492
14-jan	5,045	345	21-jan	5,000	362	9-mar	4,966	1.758
14-jan	5,045	501	21-jan	5,000	100	9-mar	4,968	2.500
14-jan	5,045	94	21-jan	5,000	500	9-mar	4,969	860
14-jan	5,045	405	21-jan	5,000	5.000	9-mar	4,969	640
14-jan	5,045	296	21-jan	5,000	205	9-mar	4,970	578
14-jan	5,045	704	21-jan	5,000	124	9-mar	4,970	52
14-jan	5,050	123	21-jan	5,000	1.494	9-mar	4,970	270
14-jan	5,050	205	21-jan	5,000	1.000	27-abr	4,614	663
14-jan	5,050	576	21-jan	5,000	1.115	27-abr	4,614	937
14-jan	5,050	1.126	16-fev	4,949	818	27-abr	4,620	2.609
14-jan	5,050	85	16-fev	4,949	818	27-abr	4,620	800
14-jan	5,050	4	16-fev	4,949	7.200	27-abr	4,620	391
14-jan	5,050	357	16-fev	4,949	818	27-abr	4,622	196
14-jan	5,050	1	16-fev	4,949	346	27-abr	4,622	1.204
14-jan	5,050	17	16-fev	4,950	2.655	27-abr	4,635	914
14-jan	5,050	1	16-fev	4,950	34	27-abr	4,635	1.917
14-jan	5,050	505	16-fev	4,950	118	27-abr	4,635	169
21-jan	4,990	3.000	16-fev	4,950	7.193	28-abr	4,560	9
21-jan	4,990	1.980	16-fev	4,950	313	28-abr	4,560	742
21-jan	4,990	1.020	9-mar	4,960	33	28-abr	4,560	37
21-jan	4,990	19	9-mar	4,960	467	28-abr	4,560	2

Parcaixa. SGPS, S.A. (Aquisições)			Parcaixa. SGPS, S.A. (Aquisições)			Parcaixa. SGPS, S.A. (Aquisições)		
Data	Preço Unitário	Quantidade	Data	Preço Unitário	Quantidade	Data	Preço Unitário	Quantidade
28-abr	4,560	2	7-set	5,180	45	8-set	5,180	998
28-abr	4,560	1.208	7-set	5,180	148	8-set	5,179	1
28-abr	4,570	776	7-set	5,180	74	8-set	5,177	200
28-abr	4,570	194	7-set	5,180	468	8-set	5,177	10
28-abr	4,570	10	7-set	5,180	21	8-set	5,177	1
28-abr	4,570	1	7-set	5,180	500	8-set	5,177	301
28-abr	4,570	806	7-set	5,180	500	8-set	5,177	289
28-abr	4,570	40	7-set	5,180	500	8-set	5,177	199
28-abr	4,570	2	7-set	5,180	405	8-set	5,177	117
28-abr	4,570	805	7-set	5,180	95	8-set	5,177	383
28-abr	4,570	40	7-set	5,180	22	8-set	5,177	309
28-abr	4,570	2	7-set	5,180	95	8-set	5,177	190
28-abr	4,570	1.324	7-set	5,180	1.905	13-set	4,883	500
28-abr	4,586	1.570	7-set	5,180	383	13-set	4,883	4.200
28-abr	4,586	298	7-set	5,180	500	13-set	4,883	500
28-abr	4,586	925	7-set	5,180	95	13-set	4,883	558
28-abr	4,586	1.207	7-set	5,178	1	13-set	4,883	500
7-set	5,180	1.000	7-set	5,178	1.499	13-set	4,883	500
7-set	5,180	1.000	7-set	5,178	3.500	13-set	4,883	242
7-set	5,180	527	7-set	5,173	2.000	14-set	4,855	500
7-set	5,180	102	7-set	5,179	3.000	14-set	4,855	500
7-set	5,180	371	8-set	5,180	2.000	14-set	4,855	500
7-set	5,180	289	8-set	5,180	353	14-set	4,855	500
7-set	5,180	137	8-set	5,180	337	14-set	4,855	500
7-set	5,180	711	8-set	5,180	1.310	14-set	4,855	500
7-set	5,180	107	8-set	5,180	2	14-set	4,855	500

INFORMAÇÕES EXIGIDAS
POR DIPLOMAS LEGAIS

Parcaixa. SGPS. S.A. (Aquisições)			Parcaixa. SGPS. S.A. (Alienações)			Parcaixa. SGPS. S.A. (Alienações)		
Data	Preço Unitário	Quantidade	Data	Preço Unitário	Quantidade	Data	Preço Unitário	Quantidade
14-set	4,855	78	18-mar	5,100	3.000	17-mai	5,055	850
14-set	4,855	422	18-mar	5,100	794	17-mai	5,055	1.000
14-set	4,855	211	18-mar	5,100	692	17-mai	5,059	583
14-set	4,855	258	18-mar	5,100	1.359	17-mai	5,060	1.000
14-set	4,855	60	18-mar	5,100	155	17-mai	5,065	156
14-set	4,855	182	18-mar	5,110	859	17-mai	5,065	48
14-set	4,855	19	18-mar	5,110	1.278	17-mai	5,065	1.000
14-set	4,855	1	18-mar	5,110	2.505	17-mai	5,065	1.000
19-set	4,835	5.000	18-mar	5,110	358	17-mai	5,070	213
			18-mar	5,110	582	17-mai	5,070	1.000
			18-mar	5,110	3.000	17-mai	5,070	2.000
			18-mar	5,110	1.418	17-mai	5,070	1.000
			18-mar	5,110	378	17-mai	5,079	1.000
			18-mar	5,110	4.622	17-mai	5,080	1.000
			18-mar	5,110	2.712	17-mai	5,080	497
			18-mar	5,110	2.288	17-mai	5,080	196
			18-mar	5,126	6.000	17-mai	5,080	307
			18-mar	5,126	319	17-mai	5,080	3.000
			18-mar	5,126	1.855	17-mai	5,080	390
			18-mar	5,126	2.353	17-mai	5,080	110
			18-mar	5,126	1.293	17-mai	5,080	500
			18-mar	5,126	180	17-mai	5,080	500
			18-mar	5,126	1.167	17-mai	5,080	500
			18-mar	5,126	3.529	17-mai	5,081	278
			18-mar	5,126	2.471	17-mai	5,081	722
			18-mar	5,126	833	17-mai	5,082	1.000
			17-mai	5,055	150	17-mai	5,082	145

Parcaixa. SGPS. S.A. (Alienações)			Parcaixa. SGPS. S.A. (Alienações)			Parcaixa. SGPS. S.A. (Alienações)		
Data	Preço Unitário	Quantidade	Data	Preço Unitário	Quantidade	Data	Preço Unitário	Quantidade
17-mai	5,082	855	17-mai	5,084	576	4-jul	5,490	1.312
17-mai	5,082	498	17-mai	5,085	21	4-jul	5,490	1.000
17-mai	5,082	502	17-mai	5,085	500	13-set	4,886	400
17-mai	5,082	1.000	17-mai	5,085	1.000	13-set	4,886	92
17-mai	5,083	1.000	17-mai	5,085	1.000	13-set	4,886	508
17-mai	5,083	48	17-mai	5,085	263	13-set	4,891	16
17-mai	5,083	812	17-mai	5,085	737	13-set	4,891	16
17-mai	5,083	140	17-mai	5,085	424	13-set	4,891	484
17-mai	5,083	346	17-mai	5,086	1.000	13-set	4,891	26
17-mai	5,083	654	17-mai	5,086	1.000	13-set	4,891	1
17-mai	5,083	1.000	17-mai	5,086	1.000	13-set	4,891	473
17-mai	5,083	410	17-mai	5,087	200	13-set	4,891	500
17-mai	5,083	1.590	17-mai	5,111	2.000	13-set	4,887	180
17-mai	5,083	1.000	17-mai	5,150	2.000	13-set	4,887	39
17-mai	5,083	1.000	18-mai	5,250	8.000	13-set	4,887	265
17-mai	5,083	279	25-mai	5,360	500	13-set	4,882	304
17-mai	5,084	1.000	25-mai	5,360	1.500	13-set	4,880	696
17-mai	5,084	698	25-mai	5,360	500	13-set	4,883	1.000
17-mai	5,084	153	25-mai	5,360	2.000	13-set	4,885	1.000
17-mai	5,084	949	25-mai	5,360	500	13-set	4,885	268
17-mai	5,084	1.000	25-mai	5,370	1.176	13-set	4,885	700
17-mai	5,084	231	25-mai	5,370	824	13-set	4,885	32
17-mai	5,084	769	8-jun	5,370	2.500	20-out	5,200	1.292
17-mai	5,084	1.000	8-jun	5,370	500	20-out	5,200	3.708
17-mai	5,084	1.000	9-jun	5,425	5.000	20-out	5,304	432
17-mai	5,084	980	4-jul	5,490	2.000	20-out	5,304	4.299
17-mai	5,084	1.020	4-jul	5,490	688			

4. INFORMAÇÃO PRESTADA E FONTES DE INFORMAÇÃO

Na sua qualidade de emitente de valores mobiliários admitidos à negociação, durante o exercício de 2011, a Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (Cimpor) tornou públicas as seguintes informações no site do Grupo e nos sites específicos

das suas diferentes subsidiárias. Por imposição legal ou regulamentar estes anúncios foram ainda publicados nos portais da CMVM e Euronext e quando especificamente requerido no site do portal da Justiça.

4 de fevereiro	Aquisição de 28.292 ações, em bolsa, por parte de entidades relacionadas com dirigente.
23 de fevereiro	Sumário de pareceres da Secretaria de Acompanhamento Económico (Ministério da Fazenda - Brasil), relativo aos atos de concentração envolvendo as operações da Cimpor no Brasil.
1 de março	Resultados Consolidados de 2010.
1 de março	Alienação de 1.000 ações, em bolsa, por parte de um dirigente.
23 de março	Renúncia de Álvaro Luís Veloso como membro do Conselho de Administração.
24 de março	Convocatória e demais Documentos Preparatórios para a Assembleia Geral de Acionistas de 18 de abril de 2011(Assembleia Geral) - incluindo Relatório e Contas, Relatório do Governo da Sociedade e Síntese Anual de Informação Divulgada de 2010.
24 de março	Portal de Justiça: Convocatória e demais Documentos Preparatórios para a Assembleia Geral.
25 de março	Conclusão da aquisição de 51% do capital social da CINAC – Cimentos de Nacala, S.A. à Camargo Corrêa Cimentos, S.A..
28 de março	Alienação de 5.000 ações, em bolsa, por parte de um dirigente.
30 de março	Nova Convocatória e demais Documentos Preparatórios para a Assembleia Geral.
31 de março	Portal de Justiça: nova Convocatória e demais Documentos Preparatórios para a Assembleia Geral.
1 de abril	Aquisição de 144.300 ações, fora de bolsa, por parte de treze dirigentes.
18 de abril	Deliberações da Assembleia Geral, nomeadamente, a aprovação de todas as propostas apresentadas incluindo: <ul style="list-style-type: none"> - a eleição de Paulo Henrique de Oliveira Santos como novo membro do Conselho de Administração e a sua autorização para desenvolver atividades em empresas concorrentes; - a política de remunerações e os planos de ações ao abrigo da nova filosofia de alinhamento de interesses dos colaboradores com a Cimpor; - a eliminação da necessidade de bloqueio de ações para participação em Assembleia Geral e, - a eliminação de direitos de reforma vitalícia para os membros do Conselho de Administração.
26 de abril	Sobre o pagamento de dividendo relativo a exercício de 2010.
10 de maio	Resultados do 1º Trimestre de 2010 e respetivo Relatório Financeiro Intercalar Consolidado.
10 de maio	Construção de raiz de uma fábrica integrada de produção de clínquer e cimento em Cerrado Grande, Paraná, Brasil.
10 de maio	Oferta pública de distribuição de ações da Cimpor, no âmbito do Plano 3C – 2011 destinado a colaboradores.
13 de maio	Alienação de 1.000 ações, em bolsa, por parte de um dirigente.

30 de maio	Resultados da Oferta pública de distribuição de ações da Cimpor, no âmbito do Plano 3C- 2011. Alienação, fora de bolsa, a 291 colaboradores de um total de 238.770 ações ao preço médio de 4,077 euros por ação.
6 de junho	Aquisição de 24.972 ações, fora de bolsa, por parte de onze dirigentes (ao abrigo do Plano 3C).
7 de junho	Portal de Justiça: renúncia de Álvaro Luis Veloso como membro do Conselho de Administração.
7 de junho	Portal de Justiça: alterações aos artigos 7º e 16º dos estatutos aprovadas na Assembleia Geral e eleição de Paulo Henrique de Oliveira Santos como novo membro do Conselho de Administração.
7 de junho	Portal de Justiça: retificação de dados administrativos introduzidos no sistema informático deste portal.
14 de junho	Aquisição de 2.800 ações, fora de bolsa, por parte de um dirigente (ao abrigo do Plano 3C) - e outras correções ao comunicado de 6 de junho de 2011.
22 de julho	Aquisição de 70.754 ações, em bolsa, por parte de entidades relacionadas com dirigente.
25 de julho	Atualização do programa EMTN - <i>Euro Medium Term Note Programme</i> .
27 de julho	Resposta de Camargo Corrêa S.A., às notícias veiculadas pela imprensa - esclarece não existir qualquer decisão relativa ao lançamento de uma Oferta Pública de Aquisição sobre a Cimpor.
17 de agosto	Resultados do 1º Semestre de 2011 e respetivo Relatório Financeiro Intercalar Consolidado.
1 de setembro	Decisão da <i>Standard & Poor's</i> de reafirmar o <i>rating</i> da Cimpor e considerar baixa a sua exposição ao risco de Portugal.
1 de outubro	Portal de Justiça: depósito dos documentos de prestação de contas consolidados e individuais relativos ao exercício de 2010.
8 de novembro	Resultados ao 3º Trimestre de 2011 e respetivo Relatório Financeiro Intercalar Consolidado.

CIMPOR
RELATÓRIO
& CONTAS
2011

DOCUMENTOS DE
FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA





04

DOCUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA

1. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS DO EXERCÍCIO DE 2011

Senhores Acionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor, no cumprimento do disposto nos estatutos da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. e no mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a ação desenvolvida e emitir o seu parecer sobre a informação e as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referentes ao exercício de 2011, que lhe foram apresentados para apreciação pelo Conselho de Administração.

1. Atuação do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal acompanhou a atividade e os negócios da Empresa e das suas principais participadas, nomeadamente através da apreciação dos documentos e registos contabilísticos, da leitura das atas do Conselho de Administração e da sua Comissão Executiva e da consulta e análise de outra documentação conexa, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. O Conselho Fiscal procedeu ainda à realização de testes e outros procedimentos de validação e verificação, com a profundidade que julgou adequada às circunstâncias.

No âmbito da sua ação, o Conselho Fiscal manteve contatos regulares com membros da Comissão Executiva e do Conselho de Administração, bem como com os diversos serviços da Empresa, em particular com a Auditoria Interna. Apreciou o positivo desenvolvimento das atividades desta, tendo otido do seu Responsável as informações e esclarecimentos complementares considerados necessários. Em particular, analisou o relatório referente a 2011 do Gabinete de Auditoria Interna, considerando que nele se patenteia a desejada maior pró-atividade para cumprimento da sua missão. Aprecia-se, por isso, a decisão de uniformizar a metodologia utilizada nos doze países em que a Cimpor mantém atividade.

Foi também dado início, no final de dezembro, à aplicação do novo Regulamento sobre Comunicação de Irregularidades do Grupo Cimpor, competindo ao Conselho Fiscal proceder à receção, à supervisão do tratamento dessas comunicações e ao fundamento das conclusões, com o apoio direto processual do Auditor Interno. As conclusões serão remetidas ao Presidente do Conselho de Administração, ou ao Presidente da Comissão Executiva, consoante o envolvimento justificável.

No corrente ano, atingido o completamento e a sua sistematização operacional, deve ser implementado o Controlo e Gestão do Risco no Grupo, tão importante para a tomada de decisões fundamentadas, e que virá também, por via da implicação nele da Auditoria Interna, a estar nas futuras responsabilidades fiscalizadoras do Conselho Fiscal.

De acordo com as disposições estatutárias, o Conselho Fiscal procedeu a reuniões mensais, tendo ainda mantido outros encontros pontuais, sempre que as circunstâncias o justificaram, independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros, no âmbito da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da evolução da Empresa e suas participadas, quer no tocante à sua situação financeira, quer ao desenrolar das operações por mercado geográfico e por áreas de negócio, quer na apreciação da evolução do novo modelo de organização, cotejando os instrumentos previsionais de gestão com a execução alcançada.

Manteve também durante todo o exercício um diálogo sempre esclarecedor com o Revisor Oficial de Contas, simultaneamente Auditor Externo. No decurso de 2011, o Conselho Fiscal, de acordo com a legislação vigente e disposições regulamentares, foi parte actante, como lhe compete, na contratação do Auditor externo, bem como chamado a dar o seu parecer sobre o montante e qualidade dos serviços non-audit a poderem ser prestados ao Grupo Cimpor por esse Auditor. Além disso, emitiu pareceres favoráveis sobre várias operações: acordo de compensação com Administrador, pela decidida extinção da possibilidade de recebimento de complemento de reforma; acordos de extinção de operações derivadas sobre ações da empresa relativamente a três administradores; e, muito particularmente, a contratação ao Auditor externo de serviços diversos distintos dos serviços de auditoria.

Foram pelo Conselho analisadas as contas individuais do exercício de 2011 e o correspondente anexo, que a empresa elaborou em conformidade com as IFRS.

O Conselho Fiscal acompanhou ainda, naturalmente, o processo de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tendo sido devidamente verificado o respetivo perímetro de consolidação. Relativamente às empresas que integram o perímetro de consolidação localizadas em Portugal, foram apreciados os respetivos relatórios e pareceres emitidos pelos seus órgãos de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis. Em relação às empresas sediadas no estrangeiro, foram apreciados os relatórios emitidos pelos seus auditores, descrevendo quer a forma como foram efetuados os respetivos trabalhos de auditoria, quer as respetivas conclusões.

2. Relatório de Gestão

Numa exposição desenvolvida e completa como é seu timbre e, neste exercício, particularmente bem ordenada, o Conselho de Administração da Cimpor dá-nos conta do que foi a evolução do Grupo no ano de 2011. Ano que teve de fazer face a um agravamento da crise nos mercados financeiros e a um abrandamento, em termos globais, do crescimento económico. Tal abrandamento não foi porém universal, e os países ditos emergentes ou em vias de desenvolvimento, nalguns dos quais a Cimpor – em estratégia de feliz antecipação – decidira investir, permitiram atenuar as consequências económico-financeiras dessas crises e desse abrandamento.

Os pilares estratégicos da Empresa, definidos em 2010 continuaram e irão continuar a nortear a evolução e o desenvolvimento da Cimpor, mas ela terá de reforçar os critérios de eficiência, organização e metodologia gestonária, para conseguir, a prazo, superar a crise instalada sem ver contrariados os seus objetivos.

Neste âmbito:

- a eficácia já registada do programa de custos BEST,
- as reorganizações na China e na Turquia, que conduziram a melhorias substanciais de resultados,
- a implantação das áreas de Compras centralizadas e de coprocessamento,
- o modelo reformulado da organização dos recursos humanos;
- a aposta de crescimento no Brasil e em Moçambique, pelo dinâmica interna desses países,

e tantas outras pequenas e grandes ações, que o Relatório bem descreve, são testemunho do modo inteligente e eficaz como a Cimpor pôde reagir e continuará a reagir à conjuntura adversa que o Mundo atravessa.

É, por isso, relevante sublinhar que, na particularmente desfavorável conjuntura dos países da Zona Euro (sobretudo os periféricos), a Cimpor mantenha a notação de rating, mantendo o estatuto de Investment Grade, dissociado do da República Portuguesa. Além disso, na turbulência dos mercados de capitais, a ação da Cimpor apresentou em 2011 uma valorização anual de quase 5%, mau grado a instabilidade da denominada “Primavera Árabe” e dos compromissos de austeridade a que se obrigam Portugal e Espanha.

O volume de negócios em termos consolidados foi, apesar dos considerandos atrás expressos, o mais alto de sempre – 2.275 milhões de euros – com um crescimento de 1,6% em relação ao ano anterior, ainda que as vendas físicas de cimento e clínquer tivessem diminuído de 2,7%. Em particular, estas baixaram substancialmente em Portugal, Espanha e Egito, pelas já aludidas razões conjunturais, mas aumentaram apreciavelmente no Brasil, Turquia, Marrocos, Moçambique e África do Sul. E, quanto ao volume de negócios há que realçar o crescimento conseguido no Brasil (que é hoje já o principal contribuidor para as receitas da Cimpor), na Turquia, na China e mesmo em Moçambique. Assinalamos ainda que, nas vendas de cimento e clínquer, atividade principal da Cimpor, o peso dos mercados ditos emergentes atinge já cerca de 82% do total.

Mas as razões de conjuntura adversa acabaram por implicar uma queda do cash flow operacional, bem como do Resultado Líquido que atingiu apenas 0,295 euros por ação, menos 18% que no exercício transato. Mantendo proporção semelhante à do exercício passado, entre o valor do Dividendo e o Resultado Líquido, é-se conduzido ao valor proposto pelo Conselho de Administração para Dividendo a distribuir de 0,166 euros por ação. Se for aprovado pela Assembleia tal proposta, a relação Dividendo/Cotação em 31 de dezembro, volta aliás a ser igual à verificada para o exercício de 2009. Assinalemos ainda que o indicador PER subiu de 14 para 18.

As Provisões sofreram um aumento significativo, por imparidades em ativos fixos tangíveis em Espanha e pelo reforço do montante relativo a processos de natureza fiscal no Brasil.

A diminuição dos Resultados Financeiros resulta fundamentalmente dos incrementos nos spreads, parte deles consequentes do incremento nos investimentos operacionais que totalizaram cerca de 295 milhões de euros, (ou seja, mais 80% que o investimento do ano anterior) dirigidos sobretudo para o aumento da capacidade de produção em Moçambique e no Brasil, de modo a acompanhar o crescimento previsto em tais mercados.

Apesar deste aumento de investimento, a forte capacidade de geração de cash-flow da Cimpor possibilitou a manutenção do nível de endividamento em 2011. E é importante sublinhar que, das Responsabilidades Financeiras previstas para o biénio 2012/13, no final de 2011 apenas se encontravam por refinarciar 16%, valor este aliás já garantido com as operações efetuadas no início de 2012.

Cumpramos também evidenciar do Relatório do Conselho de Administração a pormenorizada descrição sobre o Governo da Sociedade, que traduz com a transparência requerida o funcionamento orgânico da Cimpor e expõe com a generalidade devida os riscos que a Empresa tem que acautelar. Realçamos, a prossecução de políticas ativas de desenvolvimento sustentável, de responsabilidade social e de saúde ocupacional e segurança dos seus colaboradores.

A concluir, apontamos ainda que 2011 foi um ano de estabilidade da estrutura acionista, mantendo-se o acordo parassocial entre a Votorantin e a Caixa Geral de Depósitos.

3. Demonstrações Financeiras Individuais

Foram pelo Conselho analisadas devidamente as demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados, por naturezas e funções, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo, elaboradas pelo Conselho de Administração, em conformidade com as IFRS, como acima referimos.

A proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo Conselho de Administração enquadra-se nas disposições legais e estatutárias aplicáveis.

4. Demonstrações Financeiras Consolidadas

O Conselho Fiscal procedeu à análise das demonstrações financeiras consolidadas, – consolidação por integração global nas empresas controladas, por equivalência patrimonial nas associadas, e consolidação proporcional quando da existência de outros acionistas – que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2011, as demonstrações consolidadas dos resultados, a demonstração consolidada dos rendimentos e gastos reconhecidos, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, elaborados pelo Conselho de Administração. Existe uma aderência dos princípios contabilísticos usados na sua preparação e apresentação com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, bem como a observância dos preceitos legais e estatutários em vigor.

5. Conclusões

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada e individual emitido pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, com o qual manifesta a sua concordância, e que não apresenta qualquer reserva nem ênfase.

No desempenho das nossas funções, não nos deparámos com aspetos que violem as normas legais e estatutárias, nem que afetem materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira dos resultados e dos fluxos de caixa, quer no âmbito individual, quer no conjunto das empresas compreendidas na consolidação.

Avalia-se de forma positiva o trabalho desenvolvido pelo ROC e pelo Auditor Externo, continuando cada vez mais consistente o seu relacionamento com o Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal expressa finalmente o seu agradecimento ao Conselho de Administração, em particular à sua Comissão Executiva, e aos diversos responsáveis e demais colaboradores da Empresa com quem teve a oportunidade de contactar.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal emite o seguinte:

6. Parecer

O Relatório de Gestão, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, relativos ao exercício de 2011, estão de acordo com os princípios contabilísticos e com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, bem como a proposta de aplicação de resultados reunindo as condições para serem aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Lisboa, 23 de março de 2012

Ricardo José Minotti da Cruz-Filipe

PRESIDENTE

Luís Black Freire d'Andrade

VOGAL

**J. Bastos, C. Sousa Góis & Associados,
SROC, Lda., representada por,
Ana Maria Celestino Alberto dos Santos**

VOGAL

2. DECLARAÇÃO

(nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 245º
do Código dos Valores Mobiliários)

CIMPOR
RELATÓRIO
& CONTAS
2011

**DECLARAÇÃO DE
CONFORMIDADE**

Tanto quanto é do nosso conhecimento: a informação prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação (Grupo CIMPOR); e o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Grupo CIMPOR e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o mesmo se defronta.

Lisboa, 23 de março de 2012

O Conselho Fiscal

Ricardo José Minotti da Cruz-Filipe
PRESIDENTE

Luís Black Freire d'Andrade
VOGAL

**J. Bastos, C. Sousa Góis & Associados,
SROC, Lda., representada por,
Ana Maria Celestino Alberto dos Santos**
VOGAL

3. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada e individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem as demonstrações consolidada e individual da posição financeira em 31 de Dezembro de 2011 (que evidenciam um activo total de 5.237.038 milhares de Euros e 1.357.410 milhares de Euros, respectivamente e capital próprio consolidado e individual de 2.084.341 milhares de Euros e 1.276.751 milhares de Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos detentores do capital de 198.132 milhares de Euros e um resultado líquido individual de 110.233 milhares de Euros), as demonstrações consolidadas e individuais do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado e individual das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (“IAS/IFRS”) e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou o seu resultado e rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira consolidada e individual contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais

estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada e individual constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral consolidado e individual das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada e individual constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 23 de março de 2012

Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por **João Luís Falua Costa da Silva**

CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.

SEDE

Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 Lisboa
Tel.: +351 21 311 81 00
Fax: +351 21 356 13 81

Direção de Comunicação

Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 Lisboa
Tel.: +351 21 311 82 65
Fax: +351 21 311 88 26
dcom@cimpor.com

Direção de Relações com Investidores

Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 Lisboa
Tel.: +351 21 311 88 89
Fax: +351 21 311 88 67
InvestorRelations@cimpor.com
www.cimpor.pt/investidores



Impresso em papel 100% reciclado

Edição: Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.
Direção de Comunicação

Design: RMAC

Impressão: RPO

Tiragem: 500 exemplares



Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.

Sociedade Aberta

Capital Social: EUR 672 000 000

Matriculada na CRC de Lisboa sob o n.º 500 722 900

